

Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa

**As interações face a face entre mulheres encarceradas e as
profissionais do psicossocial do Presídio Feminino José
Abranches Gonçalves - Uma análise sob a ótica da
Sociolinguística Interacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial ao título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior.

MARIANA

2019

C837i

Costa, Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da.

As interações face a face entre mulheres encarceradas e as profissionais do psicossocial do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves [manuscrito]: uma análise sob a ótica da sociolinguística interacional / Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa. - 2019.

214f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Sociolinguística. 2. Prisioneiras - Entrevistas. 3. Interação social. I. Rodrigues Júnior, Adail Sebastião. II. , Andréa Costa. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 81'27(043.3)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



Folha de aprovação

Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa

"As Interações Face a Face Entre Mulheres Encarceradas e as Profissionais do Psicossocial do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves - Uma Análise Sob a Ótica da Sociolinguística Interacional."

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Tradução e Práticas Discursivas. Aprovada em 15 de julho de 2019 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

Prof. Dr. Clézio Roberto Gonçalves
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET MG

Prof. Dr. Adail Sebastiao Rodrigues Junior
(Orientador da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que no cárcere
buscam a sobrevivência; quer sejam como mulheres presas,
quer sejam como mulheres profissionais.*

Agradecimentos

O mestrado tornou-se um sonho durante a graduação, quando, ao cursar o bacharelado em Letras, tomei gosto pela pesquisa científica, que é uma espécie de vício.

A realização deste sonho teve a companhia de pessoas muito especiais para mim, que torceram, sustentaram-me afetivamente com ações objetivas de incentivo, de apoio e de amor no trajeto percorrido.

Algumas mãos se tornaram fundamentais, pois além de me darem todo suporte, seguraram as mãos do meu filho enquanto as minhas mãos estavam dedicadas a essa escrita. Outras mãos foram aquelas que me incentivaram e me orientaram, outras foram aquelas que me abraçaram em momentos desérticos de sofrimento por lidar com um objeto que me levou ao ápice de muitas emoções.

Não atendendo a uma ordem de importância, mas de modo a registrar quais foram essas pessoas, expresso aqui a minha gratidão aos participantes desta pesquisa de forma direta e indireta, aos quais peço licença para me dirigir diretamente.

Deus,

quando o sonho parecia distante e inalcançável, o Senhor foi aquele que soprou inspiração e esperança. As suas mãos me protegeram, me guiaram e me encorajaram em todo tempo. Meu Deus, meu Pai, agradeço-te por todo amor. Agradeço-te pela vida linda que me destes, com uma história de resiliência que me fez compreender sensivelmente as mulheres que encontrei no mundo das prisões. A glória deste aprendizado, a glória desta conquista ofereço a ti, Senhor.

Mulheres encarceradas no PFJAG,

conhecê-las foi transformador para mim. Chorei muitas lágrimas por vocês durante a escrita deste trabalho, por compreender empaticamente a dor das ausências que vocês sofrem no cárcere, e também a dor de serem vítimas de um estado que constrói cadeias e não oferece dignamente garantias de Bem-Estar Social. Muito obrigada por receberem com tanto respeito essa pesquisa e por nunca terem a rejeitado, nem mesmo em atendimentos com assuntos tão particulares. Muito obrigada pela integridade no compartilhamento de narrativas que não apenas apresentavam fatos e sujeitos, mas que, sobretudo, apresentava a vida de vocês.

Mãe,

o amor de mãe é indescritível. Vi sinais desse amor em cada lágrima daquelas que se afastaram dos seus filhos por causa do cárcere. Vi esse amor nos

incontáveis gestos de amor da senhora por mim, mãe. Vi o amor também nas suas ações objetivas de apoio durante este trabalho. Rita de Cássia - mamãezinha, você tem uma luz maravilhosa que ilumina a minha vida. Muito obrigada por cuidar tão carinhosamente de mim, do Lucas e, conseqüentemente, cuidar dessa pesquisa. Sem você, com certeza, o caminho teria sido muito mais árduo e difícil.

Felipe,

o amor é também uma construção diária. Você não deixou de investir amor mesmo em tempos de necessária ausência da minha parte. Você topou esse desafio junto comigo. As suas palavras sempre foram de verdade, sem omitir as dificuldades, mas também de muito encorajamento. Muito obrigada, Lipe, por rir das minhas alegrias e chorar comigo as minhas dores nesse percurso. Obrigada também pela amizade, pelas escutas tão necessárias e por ter sido mãe do Lucas quando eu não pude assumir esse papel, o qual você desempenhou de maneira tão digna. Te amo ainda mais agora!

Filho,

a vida pessoal também flui enquanto a acadêmica ganha contornos mais desafiadores. Ao ser aprovada na seleção do mestrado, em novembro de 2016, não imaginava que dois meses depois eu seria admitida em mais um papel social: o de ser mãe. Muitas mudanças no meu corpo e também na minha mente levaram-me a um amadurecimento veloz, e foram imprescindíveis para a minha compreensão mais expandida e significativa do ser mulher. Lucas, você foi gerado durante a minha coleta de dados. Você comeu a comida da cadeia junto comigo. Ouviu o relato de várias mulheres que choravam a ausência dos seus filhos e o sequestro de suas vidas no exercício da maternidade e dos vínculos afetivos. Você mexia e remexia no meu ventre na minha primeira imersão no contexto, como se quisesse demonstrar alguma expressividade de "estou aqui, mãe, você não está sozinha". Você foi forte comigo, na estrada para Ouro Preto, quando a mamãe dirigia até o oitavo mês de gestação, ou no transporte público e nas muitas caronas, com chuva ou sol, até o momento da defesa desta dissertação, com um ano e dez meses de idade. Lembro-me quando o ônibus quebrou e esperamos na estrada por duas horas até que o próximo veículo viesse. Lucas, você tinha oito meses e não chorou em nenhum instante. O seu olhar pra mim sempre foi o de alguém que me transmitia muita força para o desenvolvimento deste trabalho. A minha ausência como mãe foi inevitável em muitos momentos e ela me ajudou a compreender o relato das mulheres encarceradas na culpa por não cumprirem o papel materno, em detrimento ao fator prisão. Estive presa à escrita deste trabalho por pouco mais de dois anos. Certamente, quem mais sentiu a falta do meu sequestro social foi você,

filho. Agradeço-te muito, porque sei que você, mesmo sem consciência clara do que representa esta pesquisa, cooperou muito significativamente para a sua execução. A você, Lucas, o meu muito obrigada pela oportunidade de sentidos pessoais e acadêmicos que você trouxe a minha vida.

Adail,

quanta admiração pela sua competência e genialidade acadêmica. Que honra ser orientada por você! Muito obrigada por me apresentar a Sociolinguística Interacional e por me incentivar nesse percurso de tanto aprendizado. Muito obrigada também pela relação de afeto, que não se quebrou, ao contrário se fortaleceu, nesta jornada!

Tio Mazinho e tio Júnior,

as palavras não voltam vazias, elas geram significados que podem mudar o curso de nossas vidas. Muito obrigada pelas palavras e pelo carinho de vocês, quando as portas se fecharam e vocês estavam lá para me dizer que elas se abririam novamente de forma muito mais plena. Muito obrigada por demonstrarem afeto para além dos laços sanguíneos! Muito obrigada por torcerem, por andarem junto comigo e por me identificarem em mim possibilidades de crescimento antes desconhecidas.

Thali e Cá,

tenho irmãos que vibram e encorajam os meus sonhos de forma verdadeira e linda. Muito obrigada, Thalita e Cássio, pelo apoio e por, mesmo sem entenderem muito do contexto desta pesquisa, acreditarem nas minhas escolhas e pulsarem alegria em cada uma das minhas conquistas.

Tia Duca, tia Nês, tia Ceça e Tista,

vocês são referências pra mim de mulheres guerreiras e sábias. Foi lindo, neste percurso, a forma com que vocês me escutaram atentamente, me abraçaram e confiaram na minha busca. Muito obrigada por me incentivarem e me apoiarem com tanto amor durante toda a vida!

Núbia e Babi,

vocês são as melhores primas irmãs que eu poderia ter. Muito obrigada por compreenderem as minhas ausências neste período e mesmo assim dedicarem tanto amor a mim. Especialmente, muito obrigada, Babi, pelos livros, que, muito antes de constarem à prateleira, chegaram as minhas mãos, como uma forma de incentivo a este trabalho.

D. Rosa e Sr. Zé,

tenho um sogro que é uma potência em incentivar pessoas e uma sogra que cuidou amorosamente do meu filho bebê, em vários momentos, para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa. Muito obrigada, D. Rosa e Sr. Zé, por terem me apoiado com tanto carinho e também por compreenderem as minhas muitas ausências.

Equipe do PFJAG,

vocês marcaram a minha vida muito positivamente. Aprendi muito com vocês nos momentos de imersão no ambiente prisional. Desconstruí tantos paradigmas e conheci "eus" maravilhosos, que empreendem muito amor ao que fazem. Muito obrigada por me acolherem com tanto respeito e por me apresentarem a "cadeia" sem reservas.

Agradeço, especialmente, as diretoras e as profissionais do psicossocial do PFJAG que contribuíram de forma sublime e disposta para a concepção deste trabalho. Vocês são mulheres admiráveis e poderosas no que fazem. O poder de vocês é impactar a vida do outro com uma humanidade excepcional. Muito obrigada por darem as mãos para este trabalho e por me ensinarem tanto!

Amigas e amigos,

os amigos são vínculos afetivos que escolhemos e que nos escolhem. Os meus tiveram participação fundamental neste processo de construção. Muito obrigada, minhas amigas e meus amigos, por respeitarem a minha distância, sem diminuir o afeto, e por torcerem por mim. Especialmente, agradeço à Michelle Henriques, amiga que abriu as portas no sistema prisional, para que eu pudesse entrar com esta pesquisa e compartilhou comigo conhecimentos abundantes. Muito obrigada, Michas, por ser esse ser humano de tanta luz e de tanta cumplicidade. Outro agradecimento especial às amigas Juliana Duarte e Carol Ferreira, que me escutaram, apoiaram e me ajudaram muito carinhosamente neste processo.

Délia – minha terapeuta,

se não fosse a sua escuta terapêutica e o seu dom de guiar o indivíduo nos caminhos escuros dentro de si, acredito que eu não teria dado conta de prosseguir nas explosões de sentimentos que vivi. Muito obrigada por ter me acolhido e por ter me proporcionado tanto amadurecimento neste percurso!

UFOP,

agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras- Estudos da Linguagem da UFOP por abraçar esta pesquisa e me favorecer um percurso formativo tão transformador.

Banca,

muito obrigada, aos membros titulares professor Dr. Clézio Gonçalves e professora Dra. Patrícia Tanuri, e também aos membros suplentes professoras Dra. Kassandra da Silva Muniz e Dra. Norma Lírio de Leão Joseph pela participação no processo de avaliação e contribuições para este trabalho. Também agradeço, mais uma vez, ao professor Clézio pela avaliação e contribuição nas etapas anteriores de avaliação; projeto final e qualificação desta pesquisa.

Professora Ludmila Ribeiro e colegas da disciplina de Sociologia das Prisões,

muito obrigada por me receberem de forma acolhedora na disciplina de Sociologia das Prisões (01/2018) e por compartilharem conhecimentos tão significativos para a escrita deste trabalho!

SEAP e CAPES,

agradeço à Secretaria de Administração Prisional por ter permitido a realização deste trabalho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agradeço pelo fomento deste trabalho, sem o qual não seria possível concluí-lo.

Registro também os meus agradecimentos ao Dr. Genilson, à Psicóloga da PIEP entrevistada, à diretora de atendimento do PJAMA e à diretora de atendimento do Drumond pela contribuição para esta pesquisa.

Expresso também agradecimento aos familiares não mencionados e aos colegas de turma do mestrado que caminharam comigo nesta jornada e que de alguma forma contribuíram para a constituição do sujeito que escreveu essas linhas.

Agradeço, por fim, ao Serviço Assistencial Dorcas e à Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte pela criação do Projeto Mulheres Livres. A parceria de vocês foi significativa para que eu chegasse aqui. Muito obrigada por andarem comigo este caminho das prisões!

EU-MULHER

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes - agora - o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

Conceição Evaristo

Carta aberta às mães pesquisadoras no Brasil

Se dedicar a uma pesquisa acadêmica sendo mãe é difícil. Se esse filho for menor de 5 anos essa dificuldade se acentua. E se filho é menor de dois anos, cara colega, prepare-se para viver a aventura mais intensa e mais louca da sua vida.

É impressionante como nós, mulheres e mães, acumulamos várias responsabilidades e funções nos cuidados afetivos e de desenvolvimento da nossa prole. Esses cuidados exigem muito da nossa psiquê e muito do nosso tempo também.

Quando essa maternidade ocorre concomitante a outra gestação, que é a produção de um trabalho acadêmico, precisamos contar com uma rede de apoio organizada e disposta a nos ajudar. Mulheres que praticam a sororidade e homens que abrem mão do machismo e adotaram uma postura de cuidado com nossos filhos em nossas ausências (que serão muitas), em prol do nosso crescimento profissional como mulheres-mães pesquisadoras.

Em alguns momentos sentimos desespero diante das demandas da academia. Prazos apertados. Aulas, estágio, leituras e produções diversas, coleta de dados e, no caso de uma pesquisa a partir de uma perspectiva etnográfica, imersão no contexto investigado. Mas, calma, respire! Conte sempre com boa gente para te escutar e te fazer olhar para as possibilidades à sua volta de forma a te dar tranquilidade para explorá-las. Jamais se compare aos demais colegas, principalmente aos que não têm filhos. São realidades diferentes, mas de igual valor. Você poderá, em alguns momentos, deparar-se com situações de preconceito pela maternidade. Mas afirmo-lhe: a academia precisa de mulheres-mães pesquisadoras. Temos muito a contribuir e temos uma especificidade que resulta num olhar sensível para os nossos pares, que é a experiência de ser mãe.

Invista no seu potencial de elencar prioridades. Seja disciplinada e não perca tempo com pensamentos tais quais "não vou dar conta" ou "vou desistir". Apenas, faça! Faça da melhor maneira que você puder. Demandas de outros papéis na sua vida poderão ficar carentes da sua atenção, mas lembre-se que uma pesquisa científica consumirá parte do tempo da sua vida social e conciliá-la com um filho é algo extremamente desafiante. Então, algumas outras áreas poderão sofrer a sua ausência mesmo.

Ao fim de tudo, verá que não será menos mãe por ser pesquisadora, e não será menos pesquisadora por ser mãe. Ambas as circunstâncias e papéis integrarão o sujeito responsável pela pesquisa em curso e darão autenticidade a este percurso com habilidades inatas à consciência do poder de ser mãe. Fique firme e prossiga!

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco as interações face a face entre mulheres encarceradas e as profissionais do psicossocial da unidade prisional do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PFJAG), à luz da Sociolinguística Interacional. A linha analítica é um estudo de caso que visa comparar o dinamismo constante nos enquadres dos atendimentos de fale comigo e das entrevistas da Comissão Técnica de Classificação (CTC), para investigar a alternância do *footing* pelas participantes da interação – psicólogas, assistentes sociais e mulheres encarceradas -, as pistas de contextualização, os enquadres interativos e os esquemas de conhecimento compartilhados. Para entender as especificidades do contexto investigado, esta pesquisa dispõe de vertente interdisciplinar, baseada nos pressupostos teóricos da Sociologia das Prisões. Além disso, esta investigação também se apoia na perspectiva dos métodos etnográficos, com a adoção de caderno de campo, registro de áudio das interações face a face, sistematização e transcrição dos dados coletados e descrição do contexto. Foram catalogadas cinquenta e uma interações face a face, divididas entre quarenta e sete provocadas pelos atendimentos de fale comigo e quatro pelas profissionais nas entrevistas de CTC. Este trabalho revela um dinamismo nos enquadres, presente tanto nas interações face a face dos atendimentos de fale conosco, já esperado, quanto das entrevistas de CTC, que são interações mais ritualizadas, que se apoiam em scripts para a investigação de demandas da Comissão Técnica de Classificação, mas que constatou o dinamismo de uma conversa. Há um grau de negligência no compartilhamento dos esquemas de conhecimento maior na entrevista de CTC, geralmente realizada por uma profissional que não realizou atendimento anterior à reclusa entrevistada, do que no fale comigo resultante de interações anteriores. Percebe-se no “eu” de Clara – reclusa participante das interações analisadas – a projeção de mulher inocente e enganada pelos fatos num crime passional, presa “injustamente” por confiar no marido, rejeitadora do estigma de criminosa. A escolha do objeto se deu a partir de quatro etapas de coletas de dados. O recorte é o de uma interação face a face de atendimento de fale comigo e outra de entrevista de CTC.

ABSTRACT

This study focuses on some of face-to-face interactions between imprisoned women and the psychosocial professionals of the José Abranches Gonçalves Women's Prison (PFJAG). Interactional Sociolinguistics was used as the foundational basis for carrying out the analysis of a case study in order to compare the dynamism of the imprisoned women's talk-in-interaction during the interviews with the psychosocial professionals and, later on, with the Technical Committee of Classification (CTC). This comparison aimed to investigate how the participants negotiated their footings by using contextualization cues, shared knowledge schemas and frame shifts. To understand the specificities of the context investigated, this research dialogues with the theoretical assumptions of Sociology of Prisons. In addition, this research is informed by some ethnographic procedures, such as, field notes, audio recording of face-to-face interactions, systematization and transcription of data collected and context description. Fifty-one face-to-face interactions were cataloged, given that forty-seven took place with the me – as observer – and the psychosocial professionals, and four with the professionals in the CTC interviews. This work reveals a dynamism in the frameworks, present both in the face-to-face interactions of the imprisoned women's talks with us (psychosocial professionals and I), which was already expected. As to the CTC interview with Clara, whose procedures are more ritualized and rely on scripts for the investigation of the demands of the Technical Commission of Classification, I observed Clara, the only imprisoned woman in my data that participated in this kind of interview. During her talk in this encounter, it was also identified some dynamism in the interactions, although much less when compared to the interactions with the psychosocial professionals. There was a degree of neglect in the sharing of the higher knowledge schemes in the CTC interview, usually done by a professional who did not perform prior care for the inmate interviewed. Clara's "I" is the projection of an innocent woman deceived by the facts of a passion crime, unjustly (in her view) imprisoned for trusting her husband and rejecting the idea that he could be guilty.

Lista de Abreviações

A1 – Assistente Social 1

A2 – Assistente Social 2

CTC – Comissão Técnica de Classificação

LEP – Lei de Execução Penal

P1 – Psicóloga 1

P2 – Psicóloga 2

PFJAG – Presídio Feminino José Abranches Gonçalves

PIEP – Complexo Penitenciário Industrial Estevão Pinto

PIJAMA – Penitenciária José Maria Alkimin

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – extinta em 2017.

SEAP – Secretaria Estadual de Administração Prisional de Minas Gerais – criada em 2017 com um dos eixos de atuação da extinta SEDS.

Lista de figuras

Figura 01: Protocolo do fale comigo dos atendimentos A, B e C.....	73
Figura 02: Disposição física dos interlocutores nos atendimentos do psicossocial.....	76
Figura 03: Alternância de códigos.....	87
Figura 04: <i>Footing</i> a partir de suas mudanças.....	87
Figura 05: Papéis interativos do fale comigo.....	89
Figura 06: Exemplo da grade de sistematização dos dados.....	111
Figura 07: Imagem do jardim e do prédio principal do PFJAG.....	114
Figura 08: Imagem da quadra onde é realizado o banho de sol do PFJAG.....	114
Figura 09: Imagem da brinquedoteca do PFJAG.....	117
Figura 10: Foto do fale comigo da detenta Manoela, em janeiro de 2018, enviado ao psicossocial do PFJAG.....	133
Figura 11: Exemplo de fale comigo em formulário fornecido pela administração do PFJAG.....	143
Figura 12: Exemplo de fale comigo em formulário fornecido pela administração do PFJAG sem campos impressos.....	144
Figura 13: Fluxo de operação do fale comigo no PFJAG.....	145
Figura 14: A urgência manifestada no fale comigo.....	146
Figura 15: Primeiro fale comigo enviado por Léia.....	147
Figura 16: Segundo fale comigo enviado por Léia.....	147
Figura 17: O registro de fale comigo de Clara.....	151

Lista de quadros

Quadro 01: Distinção entre a interação de primeiro contato da interação com contatos anteriores.....	69
Quadro 02: Interação de primeiro contato sem a informação voluntária das variáveis sociais.....	71
Quadro 03: Exemplo de abertura e fechamento da interação do fale comigo.....	74
Quadro 04: Trabalho remunerado dentro do PFJAG.....	127
Quadro 05: Trabalho não remunerado dentro da PFJAG.....	128

Lista de gráfico

Gráfico 01: Unidades prisionais que abrigam mulheres.....	36
Gráfico 02: Distribuição dos profissionais por áreas técnicas lotadas nos presídios femininos ou mistos.....	38
Gráfico 03: Matrículas escolares por ano no PFJAG.....	125
Gráfico 04: Distribuição dos visitantes no PFJAG no período de 06 meses.....	139

Lista de Tabelas

Tabela 01: Encaixamentos múltiplos da narração.....	91
Tabela 02: Perguntas realizadas na etapa final de coleta de dados.....	110
Tabela 03: Participantes, variáveis sociais e dados do fale comigo de Clara.....	149
Tabela 04: Participantes, variáveis sociais e dados do evento entrevista de CTC de Clara.....	149
Tabela 05: Partes do excerto que correspondem às perguntas de P2.....	162
Tabela 06: O preenchimento das lacunas nos esquemas de conhecimentos de Clara.....	164
Tabela 07: Perguntas do script versus perguntas alinhadas por P2.....	170

Sumário

INTRODUÇÃO	27
1. O APORTE TEÓRICO DA SOCIOLOGIA DAS PRISÕES E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES	33
1.1 A mulher presa no Brasil, em Minas Gerais e no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PFJAG).....	33
1.2 Prisões mistas e prisões femininas no Brasil.....	35
1.3 A prisão no Brasil e o corpo técnico atuante.....	37
1.4 As assistências que “seguram cadeia”.....	38
1.5 A visão das mulheres do psicossocial acerca da prática laboral e do público assistido.....	41
1.6 De mãos dadas com a Sociologia das Prisões.....	45
1.7 A prisão de mulheres e as noções de gênero.....	53
1.8 Mulheres loucas ou mulheres presas?.....	57
2. CONTEXTO INTERAÇÃO E DINAMISMO	60
2.1 A comunicação é um direito.....	61
2.2 O fale comigo.....	63
2.3 A entrevistas da Comissão Técnica de Classificação.....	66
2.4 As interações face a face nos atendimentos do psicossocial do PFJAG.....	68
2.5 A sociolinguística interacional como base para as análises desta pesquisa.....	76
3. O CADERNO DE CAMPO SE TORNA TEXTO ACADÊMICO: PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	99
3.1 O primeiro contato com um presídio feminino.....	101
3.2 O corpo observador no meio dos corpos observados.....	103
3.3 O recorte do campo – de entrevistas de CTC ao fale comigo.....	106
3.4 A coleta dos dados – Contextualização das etapas de coleta de dados a partir de métodos etnográficos.....	109
3.4.1 A coleta piloto.....	109
3.4.2 A coleta intermediária.....	110
3.4.3 A coleta final.....	110
3.5 A sistematização e transcrição dos dados do fale comigo.....	111
3.6 A Fazendinha é um presídio.....	113
3.7 A chegada das presas.....	118
3.8 As celas e os corpos.....	119

3.9	O psicossocial – Do estreito ao largo.....	122
3.10	A escola em meio às grades.....	124
3.11	O trabalho dignifica a mulher?.....	127
3.12	Laços rompidos pelo cárcere.....	130
3.13	Visita assistida, curta e esporádica.....	134
3.13.1	Um bebê visita a mãe.....	135
3.13.2	Uma mãe visita à filha.....	136
3.14	Estive presa e não vieram me visitar.....	138
3.15	Os atendimentos do psicossocial gerados pelo fale comigo.....	141
3.16	O fale comigo – a comunicação dentro do presídio feminino José Abranches.....	143
4.	FALE COMIGO E A ENTREVISTA DE CTC – UMA ANÁLISE CONTRASTIVA DE UM ESTUDO DE CASO.....	149
4.1	O fale comigo de Clara.....	150
4.2	A entrevista de CTC de Clara.....	157
4.3	Semelhanças e diferenças das análises de fale comigo e da entrevista de CTC de Clara.....	171
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179
	ANEXOS	
	I – Cartas de anuência.....	183
	II Pedido de prorrogação de prazo.....	185
	III – Resposta do questionário para o levantamento de dados do PFJAG.....	186
	IV – Parecer do projeto final de pesquisa.....	191
	V – Formulário de entrevista de CTC da Psicologia.....	193
	APÊNDICE	
	I – Grade de sistematização dos dados do fale comigo.....	187
	II – Grade de sistematização de dados da CTC.....	211
	III – Sistema de símbolos para transcrição de dados baseado em Marcuschi (2003).....	214

INTRODUÇÃO

Em um país que encarcera mais de 40.000¹ mulheres, poucos são os trabalhos brasileiros da Ciência da Linguagem com foco investigativo nas interações face a face realizadas por mulheres encarceradas. Ainda estamos muito focados em espaços interativos cotidianos, como escolas, mídia etc..

As instituições totais (GOFFMAN 1961) que abrigam mulheres resultam em um campo de descobertas para várias áreas dos saberes, mas, especialmente, a partir de 2010, tem sido foco de inúmeras pesquisas das Ciências Sociais (LOURENÇO E ALVAREZ, 2018). Até a década de 2010, autoras (LEMGRUBER, 1983, CERNEKA, 2009) se dedicaram a escrever, entre outros assuntos, sobre a invisibilidade social da mulher encarcerada, que, conseqüentemente, a tornava invisível também aos trabalhos científicos.

Muitas pesquisas das Ciências Sociais que consideraram o encarceramento feminino como objeto de estudo foram publicadas na década vigente, mas ainda precisamos avançar no que tange às pesquisas interdisciplinares neste cenário (DAVIS e DENT, 2003) e às iniciativas investigativas das Ciências da Linguagem que explorem os contextos de prisão de mulheres. Este trabalho realiza um diálogo entre a Ciência da Linguagem e a Sociologia das Prisões. A primeira área do saber é aquela que ilumina o recorte e as análises realizadas, e a segunda foi aqui utilizada para compreensão do microcontexto investigado.

²A pesquisa num ambiente enquadrado como instituição total, no caso das prisões, não é algo fácil de ser realizada. Do campo burocrático, requer do pesquisador contatos e muita disposição para atender aos trâmites, bem como para recorrer às possíveis negativas junto ao órgão competente pela sua aprovação no cenário investigativo, de modo a argumentar a relevância da pesquisa e a necessidade da presença em campo, como no caso desta pesquisa baseada em métodos etnográficos (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 21), com foco nas interações face a face realizadas entre o psicossocial e as mulheres encarceradas do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves - PFJAG, localizado no município de Ribeirão das Neves – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Do campo individual, o pesquisador pode ter inúmeras dificuldades (LEMGRUBER, 1983). As emoções surgem a todo tempo e causam considerável desgaste psíquico, num misto, por vezes confuso, de muitos sentimentos. A

¹ Dados do Infopen Mulheres 2018.

² Esta pesquisa respeitou e considerou todos os trâmites burocráticos e éticos da então Secretaria Estadual de Defesa Social, o que dispensou os trâmites do Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto.

compaixão de ver corpos encarcerados, buscando um fio de esperança para sobreviver ao cárcere e de retomar os relacionamentos com os vínculos afetivos é o primeiro deles. Depois não há como não se indignar em saber e ver que o Estado prende todos os dias uma quantidade grande de mulheres e as despejam em unidades prisionais sem se preocupar com o indivíduo. Na prisão, muitas vezes, a humana presa é vista e tratada como um Infopen³, um número sem especificidades individuais, sem uma história de vida, em que as lágrimas, a dor e o sofrimento é parte integrante da punição (SYKES, 1958).

O Estado prende mulheres, e boa parte são mães (INFOPEN MULHERES, 2018). Essa prisão pode resultar numa desorganização familiar, com os filhos sendo cuidados por uma extensa rede que se divide entre parentes e amigos. Mas o mesmo Estado não dispõe de uma política de amparo a essas vítimas indiretas do cárcere, que muitas vezes são filhos menores que sofreram consequências de ordem psicológica, física e econômica (POSADA, 2017), como o caso do filho de uma detenta de apenas quatro anos que, sob os cuidados da avó materna, emagreceu, adoeceu e teve transtornos psicológicos com a ausência da mãe, a ponto do conselho tutelar acionar o PFJAG e solicitar uma visita assistida em caráter de urgência, para que o menino pudesse ver a mãe.

Esse caso não é uma exceção. Todos os dias, no tempo em que realizei a imersão no campo, vi, tanto por iniciativa das mulheres presas, como por iniciativa da família, inúmeros pedidos de contato entre filhos e mães presas para que as crianças pudessem acreditar, por exemplo, que a mãe estivesse viva. Este trabalho viu que muitos desses pedidos chegavam ao conhecimento do Psicossocial por meio do fale comigo, um canal de comunicação entre as mulheres encarceradas e os setores da unidade prisional.

Tive conhecimento do fale comigo em meio a uma frustração. A proposta de pesquisa inicial era a de realizar uma análise focada no dinamismo das interações face a face (GOFFMAN, 2013 [1979]), à luz da Sociolinguística Interacional (GOFFMAN, 2013 [1979]; 2012; 1999; TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], GUMPERZ 2013 [1982]) advindas das entrevistas da Comissão Técnica de Classificação - CTC. O recorte proposto foram as entrevistas realizadas por psicólogas e assistentes sociais, pelo próprio *modus operandi* dessas entrevistas serem menos estruturantes e mais dinâmicos. No entanto, uma mudança no perfil da unidade prisional, conforme veremos no capítulo 3 ("O caderno de campo se torna texto acadêmico: perspectiva etnográfica e procedimentos metodológicos"), fez com que a imersão no campo proporcionasse o meu contato com o fale comigo.

³ Número de registro do no Sistema Prisional.

Ao acompanhar as profissionais do psicossocial nas atividades cotidianas delas, vi que, uma a uma, as mulheres presas chegavam e a psicóloga dizia: “Você me mandou um bilhete, no que posso te ajudar?”. Em silêncio, na etapa de coleta de dados inicial, descrita também no mesmo capítulo três, participei e observei várias interações face a face realizadas pelas profissionais do psicossocial e mulheres encarceradas, com um pequeno detalhe: as interações eram provocadas pelas mulheres presas por meio de um registro verbal – o **fale comigo**, com periodicidade semanal de envio. Vi a riqueza e a importância da comunicação no cárcere. Estar privado do mundo exterior às grades é muito penoso, mas estar privado de notícias dos filhos e da família se torna fardo ainda mais sofrido (LEMGRUBER, 1983; CERNEKA, 2009). Ressalto que esse enquadre de notícia dos filhos é dominante entre as interações face a face catalogadas por este trabalho.

A partir de então, percebi que o **fale comigo** era um achado desta pesquisa. As interações e a dinâmica da comunicação entre mulheres presas e profissionais do psicossocial não poderiam passar despercebidas e deveriam ganhar um espaço nesta pesquisa. No entanto, as entrevistas de CTC voltaram a acontecer na unidade prisional na etapa de coleta de dados final (as etapas das coletas de dados realizadas são descritas no capítulo 03) e também dispõem de uma riqueza interativa que interessa este trabalho.

Desse modo, decidimos, eu e o orientador deste trabalho, a realizar, como **objetivo geral** da pesquisa, uma análise contrastiva que contemplasse a interação de uma presa no contexto do fale comigo e da entrevista de CTC, para observar a organização do *footing* e o dinamismo dos enquadres interativos do encontro social (GOFFMAN, 2013 [1979]). As interações escolhidas foram a de Clara, conforme detalho no capítulo 04. O atendimento de fale comigo foi realizado por P1 e a entrevista de CTC por P2. Oportunamente, quero ressaltar que todos os nomes de mulheres encarceradas e de profissionais do sistema prisional participantes desta pesquisa foram omitidos por motivos éticos, e, assim, foram adotados símbolos “P1, P2, A1 e A2” para as profissionais do psicossocial e nomes fictícios para as mulheres atendidas e outros participantes.

Segundo Goffman, a fala se organiza não somente com interactante, locutor e interlocutor, “mas também como um pequeno sistema de ações face a face que são mutuamente ratificadas e ritualmente governadas, em suma, um encontro social” (2013 [1964⁴], p.19)⁵. A partir de Goffman, é perceptível que tanto as **entrevistas**

⁴ O texto original de título *The Neglected Situation* foi traduzido por Pedro M. Garcez, e compõe a obra *Sociolinguística Interacional*, RIBEIRO; GARCEZ, 2013.

de CTC quanto o **fale comigo** se enquadram nessa perspectiva de prática social cercada por uma estrutura de comunicação, ou seja, uma situação social.⁶

Essa estrutura de comunicação conta com o “modo verbal e o modo não verbal de ordenação da fala”, conforme apontado por Philips (2013 [1976⁷], p.22). A entrevista de CTC e o atendimento de fale comigo, neste caso, são entendidos como uma conversa segundo os conceitos de Philips, e funcionam como um “sistema de troca discursiva administrado localmente” (SACKS 1967/1992, 1972, citado por PHILIPS, 1976). Assim, não somente o que as detentas relatam aos profissionais deve ser considerado, mas tudo o que envolve os interactantes no ambiente discursivo. Vale destacar que, para fins desta pesquisa, considerar as pistas de contextualização descritas por Gumperz (2013 [1982]), registradas nos áudios captados (a transcrição e sistematização dos dados constam no capítulo 03) durante as coletas, e também em dados empíricos descritos no caderno de campo, como estratégia dos métodos etnográficos.

A maior parte dos footings das mulheres atendidas pelo psicossocial da unidade prisional é o de animadora-responsável dos eventos narrados (GOFFMAN, 2012), por meio da reapresentação dos fatos. A partir disso, vale considerar o conceito de narração de história apontado por Goffman ([1979⁸] 2013). Esse autor entende que o narrador encaixa na fala elocuições e ações próprias e de outros personagens, indivíduos que participaram das ações e do contexto socio-histórico do narrador. No momento em que ocorre a narrativa, Goffman ([1979] 2013, p. 143) destaca a existência de requisitos próprios do tipo de interação em análise, como: “detalhe contextual, sequência temporal adequada, construção dramática” entre outros fatores.

Neste trabalho, há outras perspectivas linguísticas, sob o viés da Sociolinguística Interacional, que devem ser consideradas ao investigar o objeto de análise. De acordo com Blom e Gumperz ([1972⁹] 2013, p.58), “o significado das palavras”, “a importância social da forma de expressão linguística” e “os valores

⁵ As traduções dos textos originais foram extraídas da seguinte obra: RIBEIRO; GARCEZ, 2013.

⁶ Para Goffman ([1979] 2013, p.17), a situação social é “como um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’, e para quem os outros são acessíveis de forma semelhante”.

⁷ O texto original de título *Some sources of variability in the of talk* foi traduzido por Paula Fatur-Santos, e compõe a obra *Sociolinguística Interacional*, RIBEIRO; GARCEZ, 2013.

⁸ Este estudo de Goffman foi publicado originalmente em 1979 com o título: *Footing*, traduzido por Beatriz Fontana, na obra *Sociolinguística Interacional*, de RIBEIRO e GARCEZ, 2013.

⁹ O texto original de título de *Social meaning in linguistic structures: Code-switching in Norway* foi traduzido por Pedro M. Garcez e José Paulo de Araújo, e compõe a obra *Sociolinguística Interacional*, RIBEIRO; GARCEZ, 2013.

ligados a ela” devem ser acordados entre falante e ouvinte, para uma comunicação eficaz. Desse modo, ao ter conhecimento dos atendimentos de fale comigo e das entrevistas de CTC, das interações face a face realizadas pelo psicossocial do PFJAG várias **perguntas** permearam minha mente: a detenta seria alinhada, com esquemas de conhecimentos, pela profissional do enquadre interativo em questão (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987])? Há um compartilhamento mais negligenciável (GOFFMAN, 2013 [1979]) de esquemas de conhecimento de uma interação face a face do fale comigo para a entrevista de CTC? Há um diferencial no dinamismo de uma interação face a face para outra? Os esquemas de conhecimentos concernentes à comunidade prisional são compartilhados nos atendimentos de fale comigo? O fale comigo em termos de compartilhamento de esquemas de conhecimentos, como variáveis e atributos sociais, coopera para o trabalho técnico desempenhado pelo psicossocial da unidade? Há semelhança ou distinção notória da atividade discursiva da presa na interação constante do **fale comigo** para aquela interação da entrevista de CTC? Até que ponto as pistas paralinguísticas, prosódicas e as não-verbais (GUMPERZ, 1982) são intuitivamente consideradas pelas profissionais no processo comunicativo? Os propósitos comunicativos do encontro social entre as profissionais e as detentas são esclarecidos e acordados durante o encontro social?

Os questionamentos listados acima levaram-me aos **objetivos específicos desta investigação**: Analisar as interações face a face dos atendimentos de fale comigo e das entrevistas de CTC com foco no *footing*¹⁰; descrever o sistema de organização da fala das detentas e dos profissionais do psicossocial na interação face a face; identificar os enquadres interativos existentes na situação social do encontro entre as detentas e as profissionais; e, por fim, identificar os interactantes e os papéis discursivos desempenhados por estes na estrutura de comunicação.

Destaco que a marca do começo da conversa ou fala realizada face a face se dá na aproximação física dos participantes e o encerramento pelo afastamento (GOFFMAN, 2013 [1979]). Ademais, o início e desfecho da fala também são marcados pela saudação e despedida. A abertura e fechamento dos encontros sociais, descritos no capítulo 02, aqui analisados geralmente são conduzidos pela profissional que dispensa atendimento à detenta, de modo que ela conduz o início da interação e o seu encerramento. O gravador que captou os áudios desta pesquisa somente podia ser ligado após autorização da mulher encarcerada, o que ocorria, majoritariamente, após a saudação da profissional responsável pelo

¹⁰ Para Ribeiro e Garcez (2013, p. 107), “footing representa o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do “eu” de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”.

atendimento. Assim a maioria das gravações não dispõe do registro dos ritos delimitadores de iniciação da conversa.

Para fins desta pesquisa, os encontros sociais dos atendimentos do psicossocial oferecido às detentas foram alterados para inserir minha participação como interlocutora oficial da interação entre psicóloga ou assistente social e mulher privada de liberdade, pois esses atendimentos, geralmente, não inserem outros participantes.

Como estrutura dessa escrita, ressalto que o capítulo 01 destaca as contribuições da Sociologia das Prisões para este trabalho. A partir de Cerneka (2009) compreendi que a “pobreza e dependência química são os fatores que mais desencadeiam a entrada de mulheres na criminalidade” (CERNEKA, 2009, p. 68).

No capítulo 02, apresento a teoria embasadora das análises deste trabalho. Faço um cruzamento teórico das contribuições goffmanianas no que tange à Sociolinguística Interacional e também de outros trabalhos, a saber, “A representação do Eu na vida cotidiana” e “Os quadros da experiência social”, em diálogo com outros teóricos sobre interação face a face, como Gumperz (2013, [1982]) e TANNEN; WALLAT (2013 [1987]).

O capítulo 03, conforme já mencionado, trata da teoria etnográfica que orientou este trabalho quanto aos métodos utilizados, descreve o campo a partir dessa perspectiva e apresenta os métodos utilizados na pesquisa.

O capítulo 04 apresenta as análises realizadas de modo que ao final deste capítulo apresento as diferenças e semelhanças constantes dos enquadres do fale comigo e da entrevista de CTC.

Apresento, por fim, algumas contribuições finais acumuladas mediante a produção deste trabalho.

1. O APORTE TEÓRICO DA SOCIOLOGIA DAS PRISÕES E O ENCARCERAMENTO DE MULHERES

Neste capítulo, primeiramente, apresento dados do encarceramento feminino e as condições de cárcere das mulheres presas. Destaco que realizo essa apresentação num movimento do macro para o micro contexto, ou seja, apresento, como estilo discursivo, nos tópicos que descrevem o cenário brasileiro do encarceramento feminino, os dados gerais em referência ao contexto nacional, depois àqueles pertencentes ao estado de Minas Gerais e, por fim, encerro no PFJAG.

Apresento também informações acerca das assistências garantidas às presas e dos profissionais relacionados a essas assistências. A partir disso, também destaco a visão das profissionais do psicossocial do PFJAG sobre o trabalho desenvolvido e sobre as mulheres presas. Por fim, neste capítulo, apresento o arcabouço teórico da Sociologia das Prisões, da compreensão de “gênero diferença” e também aqueles que me levaram a uma compreensão histórica do aprisionamento de mulheres.

1.1 A mulher presa no Brasil, em Minas Gerais e no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PFJAG)

O Brasil ocupa o quarto lugar entre os países que mais prendem mulheres. Com população carcerária de mais de 42.000¹¹ mulheres presas – em uma escala nada positiva por se tratar do encarceramento massivo de jovens, mães e de mulheres chefes de famílias, recorrentemente, monoparentais (SILVA, 2015) – o Brasil elevou uma posição no *ranking*, entre o período de 2014 a 2018, e está na sequência de países como Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478), respectivamente.

Entretanto, no íterim 2000 a 2016, entre os cinco países de maior população carcerária feminina do mundo, *ranking* que insere a Tailândia¹² em quinta colocação com 14% de aumento do aprisionamento de mulheres, o Brasil foi o único país que teve o crescimento exorbitante de 455% (INFOPEN, 2018) do encarceramento feminino. O expressivo crescimento desse encarceramento no Brasil ocorre:

¹¹ Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres 2ª edição, 2018.

¹² Total de mulheres encarceradas na Tailândia – 41.119 (Infopen 2018).

num contexto histórico particular caracterizado pela transformação de um Estado de bem-estar em um Estado policial e penitenciário; liberalização do mercado; importação das políticas nova-iorquinas de tolerância zero; privatização da justiça e dos presídios; uma extensa campanha midiática de populismo punitivo; e histórico de desigualdade étnico-racial e de gênero da sociedade brasileira (POSADA, 2017, p. 288).

Diferentemente, países como Estados Unidos¹³ com 18% e Rússia¹⁴ com negativos 2% apresentam maior população carcerária de mulheres em comparação ao Brasil, mas nenhum alcança elevação tão alarmante de aumento no encarceramento feminino. Já a China¹⁵ é o segundo país que mais prende mulheres no mundo e também o segundo que mais cresce em número de aprisionamento deste público com o percentual acima de cem.

Em Minas Gerais o número de mulheres presas é de mais 3.300¹⁶ (três mil e trezentas), segunda maior população carcerária feminina do Brasil. O Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (PFJAG) abriga, atualmente, o máximo de 220 mulheres, mas dispõe de capacidade máxima de 126 (cento e vinte e seis) presas. Essa unidade prisional chegou a abrigar quase 380 (trezentas e oitenta) mulheres no primeiro semestre de 2018, diante de um caos populacional provocado pela mudança de perfil na unidade, quando ela se tornou porta de entrada do sistema prisional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme falarei mais a respeito no capítulo 3.

O perfil geral da mulher presa no Brasil constante do Infopen Mulheres (2018) apresenta variáveis predominantes: A maioria é jovens com idade entre 18 a 29 anos (47%), negras (62%), com escolaridade de nível fundamental completo (15%) ou não (45%), solteiras (62%), mães de um a seis filhos (74%), presas sem condenação (45%) ou sentenciadas em regime fechado (32%), presas por tráfico (62%), furto (8%) ou roubo (11%), com tempo de pena variável entre 2 a 4 anos (19%), 4 a 8 anos (41 %) e de 8 a 15 anos (18%).

Dados que reiteram o que a literatura¹⁷ afirma: a mulher presa origina-se das camadas sociais menos ou não assistidas pelo Estado de bem estar social, a qual, muitas vezes, encontra no tráfico de drogas e nos crimes contra o patrimônio uma alternativa para garantir a própria sobrevivência e a dos filhos, no caso da predominante monoparentalidade.

¹³ Total de mulheres encarceradas nos EUA - 211.870 (Infopen 2018).

¹⁴ Total de mulheres encarceradas na Rússia - 48.478 (Infopen 2018).

¹⁵ Total de mulheres encarceradas na China - 107.131 (Infopen 2018).

¹⁶ Infopen Mulheres, 2018.

¹⁷ POSADA, 2017; SILVA, 2015; MIYAMOTO; KROHLING, 2014.

Nessas variáveis, é importante ressaltar que do total de mulheres presas, no patamar nacional, 30% são presas provisoriamente, ou seja, são mulheres que estão presas sem condenação. Em Minas Gerais esse número é ainda mais alarmante com 58% das mulheres presas em caráter provisório (INFOPEN MULHERES, 2018).

A prisão, segundo Cerneka (2009), deve ser adotada como último dos recursos nos procedimentos penais. Ao contrário disso, os dados nos levam a perceber que o judiciário tem recorrentemente adotado a prisão preventiva como medida na criminalização de mulheres. Tal medida resulta em ambientes prisionais, na sua maioria, acima da capacidade de lotação máxima, de modo que mulheres são recolhidas em ambientes prisionais com precária dignidade humana. A exemplo disso, cito que o PFJAG que dispõe de apenas duas celas com instalação de camas. Nas demais sete celas, reclusas amontoam colchões ao chão e dividem os poucos metros disponíveis com mais de vinte mulheres por alojamento. Esses ambientes prisionais podem ser exclusivos para o público feminino, mas a prevalência das unidades prisionais no Brasil ainda é de um sistema dual, ou seja, unidades prisionais que abrigam homens e mulheres, como abordo no tópico seguinte.

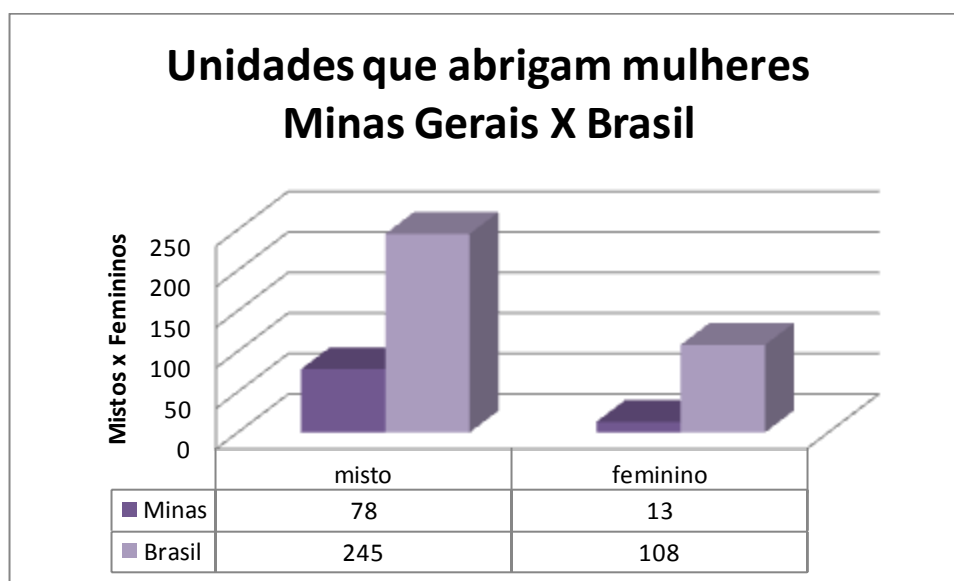
1.2 Prisões mistas e prisões femininas no Brasil

A maioria dos estabelecimentos prisionais que abrigam mulheres no Brasil ainda é dual, mesmo com instrumentos legais, em consonância com o Código Penal de 1940, como a Lei de Execuções Penais (LEP - 1984) e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2014), que estabelecem a prisão de reclusas em espaço distinto do masculino e orienta a guarda de mulheres em estabelecimento próprio¹⁸.

Segundo dados do Infopen Mulheres (2018), das 353 (trezentas e cinquenta e três) unidades prisionais que aprisionam mulheres, cerca de 70% (setenta por cento) são unidades mistas. O mesmo se repete em Minas Gerais, em que das 91 (noventa e uma) unidades prisionais 86% (oitenta e seis por cento) são de presídios duais.

¹⁸ “A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal” (ART. 82, IN. 1º. LEP. 1984).

Gráfico 01: Unidades prisionais que abrigam mulheres



Fonte: Gráfico elaborado por esta pesquisa a partir dos dados disponibilizados pelo Infopen Mulheres (2018).

Conforme vemos no gráfico acima, apenas 30% dos presídios que abrigam mulheres são exclusivamente femininos. Em Minas Gerais, do total de presídios que recebem mulheres presas, apenas 14% são específicos para reclusas.

No caso do encarceramento misto, as mulheres ficam ainda mais expostas à invisibilidade do gênero diferença (ARAÚJO, 2005). Para além das questões estruturais, com espaço adequado para a recepção da visita dos filhos menores, os abusos físicos, sexuais ainda são presentes nestes ambientes predominantemente masculinos (CHIES, 2008). Muitos estabelecimentos que encarceram homens e mulheres não conseguem assistir demandas básicas de saúde (MIYAMOTO; KROHLING, 2014, p. 233) para ambos os sexos, muito menos aqueles particulares à saúde da mulher, como o caso da especialidade médica ginecológica.

A ausência deste tipo de assistência, que visa garantir cuidados com a saúde com exames preventivos e atendimento especializado de um ginecologista, acontece também nas unidades especificamente femininas. No sistema penitenciário brasileiro há somente 28 (vinte e oito) ¹⁹ ginecologistas, frente à demanda de mais de 350 (trezentos e cinquenta) estabelecimentos que aprisionam mulheres.

Em todo o estado de Minas Gerais, há somente 2 (dois) ginecologistas atuantes no sistema prisional. No PFJAG, não há médico ginecologista. Em outubro

¹⁹ Infopen Mulheres, 2018.

de 2017, ocorreu um mutirão²⁰ para detecção de doenças como HIV e Sífilis, e realização de exames preventivos de câncer de mama e de câncer no colo do útero. Uma das diretoras do PFJAG informou-me que à época foram detectados casos de infecção por HIV, Sífilis e até um caso de câncer, em que o Hospital Sofia Feldman, um dos parceiros do mutirão, não somente se propôs ao diagnóstico, mas também ofereceu tratamento às mulheres diagnosticadas com essas doenças.

Ainda falando sobre os estabelecimentos mistos, outras dificuldades são notadas também nos estabelecimentos exclusivamente femininos, uma delas é o obstáculo para a manutenção dos laços entre mães e filhos. A regra 26²¹ das Regras de Bangkok das Nações Unidas propõe o incentivo e facilidade “por todos os meios razoáveis o contato das mulheres presas com seus familiares, incluindo seus filhos/as, quem detêm a guarda de seus filhos/as e seus representantes legais”.

As dificuldades de manutenção dos laços com os filhos e com a família é recorrentemente assunto pautado pelas detentas nos atendimentos de “fale comigo”²² do psicossocial do PFJAG. As detentas enviam essas comunicações de modo a requerer dos técnicos dessa área auxílio na busca de informações e de contato com as redes de relacionamentos as quais estão vinculadas. Predominante, as mulheres intercedem nestes atendimentos pela manutenção dos laços com os filhos, o que aponta para o grau de importância desse vínculo para essas mulheres. As assistências garantidas às presas são realizadas por profissionais do sistema prisional, de acordo com o tópico seguinte.

1.3 A prisão no Brasil e o corpo técnico atuante

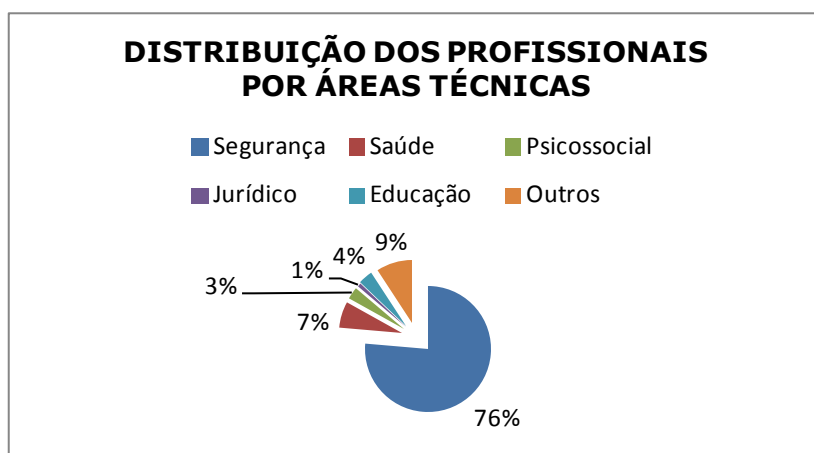
No Brasil, prender um número expressivo de mulheres implica em administrar ambientes prisionais superlotados e muitas vezes carentes de profissionais, em que a distribuição do efetivo lotado em presídios exclusivamente femininos ou mistos se dá da seguinte forma:

²⁰ Informações repassadas pela assistente social da unidade prisional em questionário respondido em 13 de junho de 2018. Segundo uma das diretoras do PFJAG, os exames foram realizados em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves e com o Hospital Sofia Feldman.

²¹ Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok) 2010.

²² A definição de fale comigo consta no item 2.2 – “O fale comigo”.

Gráfico 02: Distribuição dos profissionais por áreas técnicas lotadas nos presídios femininos ou mistos



Fonte: Elaboração a partir de dados do Infopen Mulheres (2018)

A partir do esquema acima, é notório que num universo com mais de 24.000 (vinte e quatro mil) profissionais lotados nos estabelecimentos mistos e exclusivamente femininos, a área de grande prevalência de atores é a da segurança, com 76% da parcela de profissionais atuantes, o que não poderia ser diferente em um cenário de encarceramento enviesado no conceito de prisão como controle e punição.

Os profissionais da área jurídica e do psicossocial, por exemplo, responsáveis em garantir o cumprimento assistências basilares dos direitos das presas, somam juntos apenas 5% (cinco por cento) desta parcela das áreas técnicas em exercício. Nesse sentido, destaco a seguir as assistências garantidas pela Lei de Execução Penal vigente e o exercício atribuído aos profissionais em destaque.

1.4 As assistências que “seguram cadeia”

As assistências garantidas ao preso no Brasil, segundo a LEP, com a prescrição de “prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, relacionam-se as seguintes áreas: saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Moraes afirma que dentre essas assistências as que “seguram cadeia”²³ são quatro: “alimentação, assistência jurídica, saúde (remédio e material de higiene) e visita” (MORAES, 2005, p. 251). O acesso a essas assistências por parte da população presa corresponde a uma sensação de tranquilidade no ambiente prisional por parte daqueles que trabalham, quer seja na segurança, quer seja no exercício dessas assistências.

²³ O autor utiliza-se do verbo “segurar” para se referir à dinâmica de “pacificação da prisão”.

Ao considerar as assistências que “seguram a cadeia”, Moraes destaca que a jurídica dispõe de *status* de “único e principal elemento no equilíbrio da cadeia” (MORAES, 2005, p. 253). Deste modo, as informações sobre o andamento do processo e as possibilidades de soltura do preso cooperam para o bom andamento de outras atividades dentro do presídio, inclusive para ações de controle da população encarcerada.

No PFJAG, podemos incluir também o acesso à informação e contato com os filhos e com a família (por telefone, cartas, ou visitas) como estratégias que cooperam para a manutenção da “tranquilidade” na prisão, e que evitam os aspectos de “cadeia virada”²⁴, como a ameaça de possíveis motins e a sensação de instabilidade no “clima” (no sentido das condições sociais que favorecem ou desfavorecem a vivência) do ambiente prisional.

O serviço social em presídios brasileiros foi qualificado por Moraes como “importante por aquilo que os agentes penitenciários criticam, criar uma ponte entre o preso e suas famílias, mas também encaminhando o preso quando necessário a outros profissionais quando necessário” (MORAES, 2005, p. 253). Assim, o autor também pontua que a ausência de um profissional focado nas práticas do serviço social pode resultar em agentes de segurança destinados a funções semelhantes a de um assistente social (“babá de preso, de garçom de preso, de enfermeiro, de psicólogo, de médico, ele é tudo, é pai do preso” (MORAES, 2005, p. 250)), prática que não é bem recebida pelos agentes que entendem que o “desvio de função” do ofício da segurança (com um caráter “ressocializante”) pode extenuar a autoridade do agente penitenciário. Moraes salienta que essa postura “evidencia o quanto essas atividades, digamos, assistencialistas vão contra a função da vigilância e da manutenção da ordem” (MORAES, 2005, p. 250).

Lemgruber pauta o trabalho do serviço social em um presídio feminino, associado ao relato de uma assistente social (do Talavera Bruce), da seguinte forma: “interiorizar uma vida condigna que ajude a detenta em sua futura recuperação” (LEMGRUBER, 1983, p. 38). Nesse sentido, a autora esclarece que o conceito de “vida condigna” no contexto prisional está associada à ideia daquela vida “levada pelo indivíduo honesto, trabalhador, cumpridor de seus deveres, não infrator das leis de seu país” (LEMGRUBER, 1983, p. 39), o que, para a autora, só é condizente num cenário em que haja a satisfação “das necessidades básicas do

²⁴ Termo dito por alguns profissionais do PFJAG para se referir às ações indisciplinadas por parte das presas cometidas dentro das celas, em resposta à discordância de quaisquer decisões, privações ou omissões da administração prisional.

indivíduo como alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação” (Idem). No caso da origem da maioria da população feminina encarcerada afetada pela ausência das garantias mínimas de sobrevivência, a ideia de uma “vida condigna”, ao ser interiorizada, reverte numa “paradoxal” “intromissão indesejável no reduto do eu-individual” (Idem).

A assistência jurídica para o público encarcerado feminino foi pautada por Lemgruber, de modo a evidenciar que a maior parte das mulheres presas depende da “Defensoria pública”, e a ausência de “um número razoável de profissional para acompanharem os processos” resulta num quadro em que “grande número de internas não pode exercer os direitos mínimos que lhes são assegurados pelo “Código Penal Brasileiro”” (LEMGRUBER, 1983, p. 41).

No PFJAG, a responsabilidade do acompanhamento jurídico do processo das presas, majoritariamente, concorda com o cenário pesquisado por Lemgruber (1983), em que a maior parte das mulheres é atendida por defensores públicos. No entanto, conforme o Regulamento de Normas e Procedimentos (ReNP) do Sistema Prisional de Minas Gerais, a unidade conta com um analista jurídico, que, dentre outras competências, deve “realizar atendimento pessoal” à presa a fim de ouvi-la e dar-lhe ciência sobre o andamento jurídico do processo, bem como realizar interlocução com o defensor responsável pela interna. Lembro-me da sugestão de Leia, detenta atendida por P2, que ao comentar a demora no atendimento jurídico realizado pela unidade, propôs que fosse instalado um computador na quadra do PFJAG, em que as presas pudessem ali acessar o andamento do seu processo, porque para ela, a ausência de informação sobre o processo era torturante.

O mesmo ReNP estabelece a instituição de um núcleo de saúde e atendimento psicossocial, que, no PFJAG, é realizado por profissionais da enfermagem, medicina, odontologia, da psicologia e do serviço social. A equipe técnica do PFJAG é composta, sobretudo, por mulheres, com faixa etária entre 30 (trinta) e 50 (cinquenta) anos. A equipe do psicossocial é composta por duas psicólogas e por duas assistentes sociais e o jurídico é composto por uma bacharela em direito.

A visão dessas profissionais acerca do trabalho que desenvolvem e do público que assistem está permeada de uma leitura que associa a presa a papéis e funções focados na construção de um estereótipo da mulher com traços de fragilidade, cuidadora da família (POSADA, 2017, p. 286; LEMGRUBER, 1983). Como o recorte desse trabalho se dedica às interações entre as presas e as profissionais do Psicossocial, no tópico seguinte destaco a visão dessas mulheres acerca do público atendido no PFJAG.

1.5 A visão das mulheres do psicossocial acerca da prática laboral e do público assistido

As competências do trabalho da psicologia e do serviço social no sistema prisional mineiro assemelham-se em muitos pontos²⁵, dentre eles a atuação como educador em referência à saúde e “ressocialização” dos presos. Vale destacar, que, no âmbito mineiro, compreende-se “ressocialização” do preso “o resultado alcançado face ao cumprimento de programação individualizada estruturada a partir do trabalho da Comissão Técnica de Classificação”²⁶.

É notório que as mulheres que trabalham no psicossocial do PFJAG acreditam na interferência dos seus atendimentos na vida egressa das mulheres encarceradas e, por este motivo, dispensam empenho em estimular o nível de “responsabilização”²⁷ da detenta, porque “senão se torna um ciclo vicioso ela vai voltar”²⁸ à prisão e “não podemos fugir da busca do sujeito”.

Para Wacquant (2013), a reincidência criminal está relacionada a outros fatores como as variáveis sociais relacionadas à socialização primária do indivíduo (famílias desestabilizadas, crianças com ausência da parentalidade materna e paterna, escolaridade interrompida), à carência de sustento do preso por parte da família, aos estigmas sociais que o egresso sofre, às arbitrariedades cometidas pelo sistema penal e de justiça. Com base em Wacquant, a visão das profissionais de buscar a responsabilização da mulher presa não impedirá o “ciclo vicioso”, ou seja, o retorno à prisão.

Carlen concorda com essa visão e aponta a “reabilitação” prisional como um “mito” (CARLEN, 2007, p. 1007.), pois cristaliza a “dualidade de crime/prisão” ao perpetuar a ideia de mulheres presas pela gravidade dos seus delitos e não por “força da complexidade das suas condições de vida, excludentes, desiguais no gênero e antissociais”. Visão essa que concorda com estudos de autoras brasileiras (CERNEKA, 2009; SOARES, 2002; MIYAMOTO; KROHLING, 2014) acerca do encarceramento feminino no Brasil.

²⁵ Conforme a descrição das competências constantes do Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais.

²⁶ Art. 389 do Regulamento de Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (grifo do autor).

²⁷ Fala da assistente social (apenas uma das assistentes sociais participou da conversa) em entrevista gravada em 10 de maio de 2018, referindo-se à necessidade de conhecer o contexto do cometimento de crime para promoção da consciência e da responsabilização da detenta quanto ao ato criminal.

²⁸ Fala da P1 referindo-se à ausência de consciência do sujeito quanto às suas ações de cometimento de crime.

Quando se trata do papel desempenhado pelas psicólogas e de uma das assistentes sociais do PFJAG, na prática laboral, as mulheres profissionais do psicossocial são categóricas em afirmar que elas não são "telefonistas de presa":

Excerto 01

P2. Se diminuir a angústia e depois ajudar ela trabalhar. porque depois de um telefonema eu não libero a presa. eu trago ela para dentro (referindo-se à sala de atendimento) e eu quero saber, eu quero saber o nível de responsabilização. elas às vezes estão muito angustiadas e eu trago pra ela. olha essa angústia ela é necessária. então eu falo pra ela assim, agora é repensar sobre isso. então a gente sempre devolve pra elas após a ligação, porque a gente percebe que na ligação sempre aparece alguma coisa né?!. da forma como que ela fala, ou de como ela recebe alguma informação. e aí nesse momento a gente vai trabalhar com elas isso. e dizer pra elas não somos telefonistas, não estamos aqui só para atender, ah eu preciso muito disso. né?! eu preciso de de dizer que neste momento não é possível." (Fala da P2 destacada da entrevista com as psicólogas e assistente social - gravada em 10 de maio de 2018 no prédio do psicossocial).

Para as psicólogas, o trabalho do psicossocial é aquele que coopera para a conscientização da responsabilidade da detenta frente a sua vida, inclusive dentro do cárcere. Tal consciência visa à capacidade do sujeito mulher de que, apesar de estar no ambiente do cárcere, a vida dela não parou. Então, o envolvimento com as atividades cotidianas da prisão é frequentemente investigado e estimulado pelas profissionais do psicossocial:

Excerto 02

P1. O pior já aconteceu que é você ter sido presa. agora nós vamos ter que administrar da melhor maneira possível o seu tempo aqui. e aí! ah, eu não quero sair da cela. uê e aí como é que nós vamos fazer? sair da cela faz parte da cadeia, trabalhar, ir pra escola, participar dos eventos.

P2. Faz parte da sua pena.

P1. Faz parte da sua pena. porque se a gente continuar deixando que a coisa não aconteça com o sujeito, né?!" (Entrevista com as psicólogas e com a assistente - gravada em 10 de maio de 2018 no prédio do psicossocial).

Além disso, a crença no encarceramento como agenciador de mudança é defendida e sustentada no argumento de uma das psicólogas que acredita que a transformação da detenta resulta em aspectos de civilidade, com ações de cuidado com a dignidade de si e do outro. Outrossim, a profissional enxerga no cotidiano da mulher presa a inserção do trabalho e dos estudos não somente como fonte de possíveis remissões da pena, mas também como possibilidade de mudança de vida. Essa perspectiva concorda com os graus de atuação profissional dos oficiais prisionais postulados por Kait (2011), baseados numa conduta de cuidado que visa, dentre outros, a melhoria do sujeito nos diversos aspectos de civilidade.

Excerto 03

P2. Porque tem umas que diz, quando eu sair daqui, que aí. não dona quando eu saí daqui eu prometo que eu vou mudar. o que que você tem feito aqui dentro. porque a sua vida não parou?" a sua vida está dentro do cárcere. mas o que você tem trabalhado para essa mudança? porque não adianta você falar comigo

que a partir do momento que você receber seu alvará cê vai mudar. o que que você já tem visto de possibilidade de mudança? né?! sua intolerância ao outro. o respeito quanto ao espaço do outro. né?! a questão da sua dignidade. de repensar em um trabalho e inserir a escola na sua vida como outra possibilidade de repensar sua vida. você não tem que viver falando ah eu tenho que fazer remição para ir embora. mas é só para isso que essas atividades elas servem? é trazer pra elas assim. não adianta você dizer que quando o portão se fechar que você sair você vai provocar uma mudança. a mudança, ela começa a partir do momento que você deu entrada aqui. (Conversa com as psicólogas e com a assistente - gravada em 10 de maio de 2018 no prédio do psicossocial).

As psicólogas concordam em afirmar que essa mudança não “é para todos os sujeitos”, mas somente para aquela presa que leva aos atendimentos do psicossocial a “crítica de que tem responsabilidade” e de que precisa mudar de vida. É o ponto que como psicólogas elas começam a trabalhar com a presa as possibilidades de mudança. Do contrário, quando permanece o discurso de que “até que todo mundo prove eu sou inocente, né?!, isso é frágil e então vai escorregar mesmo”²⁹.

Outro ponto, a ser abordado é a forma com que a assistente social e as psicólogas definem³⁰ os vários tipos de mães existentes no cárcere e qualificam alguns: a) Há as mães relapsas que se lembram do filho somente quando estão presas, aquelas que têm “filho para chamar de meu”, mas quando o psicossocial tenta aproximar esta mãe do filho, descobre que a mulher não estabeleceu vínculo com a criança quando vivia em liberdade e aproximá-la do filho durante o encarceramento pode acarretar em prejuízos psíquicos e emocionais para a criança. b) Há também aquelas mães que são mães com eminente “maternagem” (termo utilizado pelas profissionais do psicossocial no sentido de uma mãe que exerce a maternidade com plenos cuidados e atenção aos filhos), que mesmo diante do real envolvimento com o crime exercia parentalidade e um papel de cuidado e proteção dos filhos. Isso é notado pelas profissionais do psicossocial quando a família procura o setor para solicitar um encontro entre mãe e filho, porque a criança ou o adolescente estão apresentando problemas psicológicos que interferem nas atividades cotidianas e escolares por causa da “falta dessa mãe, que desorganiza a família”³¹. De certa maneira, essa mãe é aquela que não abre mão dos filhos, e, mesmo envolvida com o crime, resguarda a prole praticando os seus delitos em outros ambientes que não aquele do lar que os filhos habitam, de modo a

²⁹ Argumentos selecionados da fala da P2 em conversa gravada com as psicólogas e a assistente social em 10 de maio de 2018.

³⁰ Conversa gravada em 10 de maio de 2018, no psicossocial da unidade.

³¹ Fala da P2 em conversa gravada com as psicólogas e assistente social do PFJAG em 10 de maio de 2018.

estabelecer um "cuidado com a maternidade em relação a isso" ³². Essas mães, nos contatos com os filhos, buscam exercer mesmo dentro do cárcere o papel praticado antes do encarceramento. As profissionais do psicossocial esclarecem que ao telefone, essas mães "não ficam dizendo que estão com saudade somente" ³³, mas se interessam e cobram pela vida escolar dos filhos e também por um bom comportamento deles perante o cuidador durante a ausência delas. c) Há as mães-irmãs que estabelecem uma relação de parentalidade mais como irmãs dos filhos do que como mães. Tal relação se dá geralmente quando esses filhos foram criados pelas avós maternas, contudo esses reportam a parentalidade materna a ambas, à avó e à mãe. d) Há aquelas que são "mães para chamar de mãe", pois "passou uma vida inteira na cadeia" e em determinado momento quer iniciar os laços com os filhos ainda presa. Geralmente, quando o psicossocial tenta fazer contato com os filhos deste tipo de mãe, esses rejeitam a interação com o argumento de que não querem falar com a mãe que "passou uma vida inteira na cadeia. Aí com quinze, dezesseis anos quer resgatar esse filho (?)". e) Há a mãe sargento que "quer tomar conta de toda família". Não têm muito "uma representação como mãe, mas como general da casa, que quer ficar mandando" como forma de controle do mundo externo. f) Há a mãe superprotetora que justifica o crime como forma de promover o acesso dos filhos à "escola particular", "roupas de marca" e garantir aos filhos "do bom e do melhor". Essas mães "entram em choque" quando descobrem que os filhos "estão trabalhando, estão vivendo bem" e se reorganizaram sem a presença delas que superprotegiam a prole a "qualquer preço", inclusive cometendo práticas delituosas.

No cárcere, tanto as mães quanto os filhos sofrem com a perda dos laços, o que gera prejuízos físicos, emocionais e psicológicos. Algumas mulheres reclamam nos atendimentos do psicossocial que estão perdendo a imagem dos filhos e reiteram a necessidade de tocar, ver, sentir o cheiro, e a criança também o mesmo.

Como consequência da ausência de contato e também do abandono da família, uma das assistentes sociais do PFJAG destaca que este "potencializa os sintomas depressivos, fragilização dos vínculos familiares que, muitas vezes, ocasiona a recaída nas drogas e uma nova prisão" ³⁴. Assim o alto índice de mulheres que se medicam para tratar de transtornos psicológicos no PJAG, que é

³² Fala da P2 em conversa gravada com as psicólogas e assistente social do PFJAG, em 10 de maio de 2018.

³³ Fala da P2 em conversa gravada com as psicólogas e assistente social do PFJAG, em 10 de maio de 2018.

³⁴ Resposta dada em questionário respondido em 13 de junho de 2018.

de cerca de 80%, está diretamente associado à falta de manutenção dos laços e do desamparo parental causado pelo cárcere.

Quanto aos filhos, os prejuízos afetam inclusive a vida escolar das crianças pela ausência da mãe no cotidiano desses. Há casos em que são necessárias liberações especiais da segurança prisional para entrada de cadernos escolares dos filhos, a fim de que a mãe continue a executar a tarefa de ensinar o "para casa" à criança nos dias da visita social, porque o menor desenvolveu dificuldades cognitivas de aprendizado após o encarceramento da mãe.

Uma das psicólogas do PFJAG salienta a falta de uma política de apoio a essas mães encarceradas, principalmente, com relação aos filhos que também sofrem com a indiferença de um sistema que

Excerto 04

P2. "às vezes não vê essa particularidade da mãe, porque o homem geralmente é acompanhado de alguma forma por alguém. ele sempre está vendo o filho porque a mãe do filho dele está levando pra ver. então o acesso do homem aos filhos é infinitamente maior do que o acesso da mãe com os filhos. porque como ela é a guardiã. ela não precisa de, né?!, de um trâmite judicial pra estar levando para esse homem que muitas vezes passa a ser pai só até (ilegível). e a mulher tem toda uma situação que envolve, né?!, a a condição dela ver esse filho dentro do cárcere. eu vejo um prejuízo grande". (Fala de P2 em conversa gravada com as psicólogas e assistente social do PFJAG, em 10 de maio de 2018.)

Neste âmbito, compreende-se a necessidade da criação de uma política que assista mães e filhos separados pelo cárcere com medidas que primem e favoreçam a manutenção desses vínculos, e que assistam efetivamente os filhos na ausência da mãe, de modo a registrar e monitorar os cuidados que o menor está recebendo durante o encarceramento.

A Sociologia das Prisões foi um dos aportes teóricos iluminadores para que eu entendesse esses e outros aspectos do aprisionamento de mulheres, conforme abordo a seguir.

1.6 De mãos dadas com a Sociologia das Prisões

Como já mencionei, o objetivo deste trabalho não se enquadra num caráter historiográfico ou sociológico, no entanto é impossível abordar o contexto carcerário, especificamente o feminino, e ignorar parte da sua dimensão histórica e social. Desse modo, neste tópico abordarei alguns aspectos da Sociologia, que iluminaram este trabalho.

Por muitos anos as mulheres presas foram invisíveis a pesquisas sobre o cárcere. Tal fato mudou recentemente, possivelmente em decorrência do

vertiginoso aumento do aprisionamento de mulheres. Um recente trabalho de Lourenço e Alvarez (2018) ocupou-se de uma revisão bibliográfica sobre publicações brasileiras de estudos sobre prisão, focado nas Ciências Sociais, num recorte de 1997 a 2017, e revelou que a década de 2010 é marcada por muitos trabalhos sendo a maioria deles de pesquisas que dispunham da temática “mulheres na prisão” como base de dados.

Por outro lado, mesmo com o crescente número de publicações sobre prisões no campo das ciências sociais, é preciso avanços em termos de interdisciplinaridade em pesquisas nesta área. Davis e Dent (2003) criticam a hegemonia das ciências sociais como produtora de conhecimento sobre prisões. As autoras afirmam a necessidade de reflexão acerca das fronteiras existentes entre as ciências sociais e as humanidades, para uma construção colaborativa de trabalhos sobre mulheres encarceradas.

Conforme elucidado anteriormente, esta pesquisa tenta realizar o diálogo das Ciências da Linguagem com a Sociologia das Prisões, não com o foco de análise sociológica dos dados, mas sim de modo a utilizar este campo da Sociologia como apoio para compreensão do objeto de estudo.

Neste sentido, em busca de conhecimentos sobre literaturas para compreensão do mundo das prisões, para além daquelas basilares, como as magistralmente realizadas por Evinger Goffman (1961) em “Manicômios, Prisões e Conventos”, e por Michel Foucault (2000) em “Vigiar e Punir”, realizei um percurso na disciplina intitulada Sociologia das Prisões³⁵.

Tal percurso foi determinante para este trabalho, uma vez que compreendi que as contribuições de Goffman (1961) e Foucault (2000), referências muito citadas em estudos sobre prisão, ao longo do tempo, ganharam contornos que ampliaram o meu entendimento da prisão como uma lógica de pleno controle e de poder disciplinador adestrador do indivíduo (FOUCAULT, 2000), bem como daquele que descreve a prisão como instituição total manipuladora da identidade do preso (GOFFMAN, 1961).

Em McEwen (1980), por exemplo, vi que o conceito de organizações entendido por Goffman (1961) como instituição total – “características comuns de prisões, batalhões do exército, plantações de escravos, mosteiros, casas de idosos, escolas militares, colônias de tratamento de pessoas com tuberculose e os hospitais” (Minha tradução - MCEWEN, 1980, p. 143) – dispõe de desacordo até entre os que concordam com esse caráter totalizador das instituições proposto por

³⁵ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Disciplina ministrada pela Dra. Ludmila Ribeiro, no 1º semestre de 2018.

Goffman. Nesse sentido, não há um consenso quanto às variáveis que constituem as organizações como totais, nem mesmo quanto aos impactos dessas variáveis sobre os seus diferentes membros. Os indivíduos, no caso da prisão, o preso e os guardas, que, de acordo com McEwen (1980), nem sempre abandonarão os seus sentimentos, valores atitudes, relacionamentos e comportamento, e, conforme o próprio Goffman (1961) afirma, podem aceitar ou resistir às regras impostas, o que compromete aspectos de manipulação da identidade dos sujeitos abrigados nestas instituições.

Em Foucault (2000), entendi “o poder disciplinar”, como aquele “que, em vez de se apropriar e retirar tem como função maior de adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2000, p. 43), a arquitetura dos ambientes de prisão (panóptico criado por Bentham), como um dispositivo punitivo de controle e de vigilância, e o exame como estratégia de qualificação, classificação e de punição dos indivíduos presos. Autores como Oliveira (2010) contestam parte dessa teoria, de modo a elucidar problemáticas na questão disciplinar, pois o submundo das prisões apresenta ilegalidades, como a repressão policial, bem como a precária garantia dos direitos humanos, que dificultariam o funcionamento do “poder disciplinador” estabelecido por Foucault, por exemplo.

Na “Microfísica do poder”, Foucault (1979) concorda com a visão de que a prisão é potencialmente uma “fábrica de delinquentes”, e que essa delinquência é parte de uma engrenagem sistêmica, de modo a esclarecer que o projeto de transformação do indivíduo desta instituição faliu tão logo fora iniciado:

Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado à escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. (FOUCAULT, 1979, p. 131 e 132)

O autor reconhece, então, falhas na proposta de caráter “transformador” da prisão. O discurso de prisão como instrumento disciplinador e educativo ou reeducativo-“ressocializante” ainda é propagado nos nossos dias, tanto em normativas³⁶ federais e estaduais, como na fala dos representantes das instituições

³⁶ 1) Lei de Execução Penal, nº 7210 de 11 de julho de 1984. 2) Decreto 47087 de 23 de novembro de 2016. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Administração Prisional. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47087&comp&ano=2016&texto=original>>. Acesso em 29 de abril de 2019. 3) Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional,

responsáveis por este tipo de controle, como a do, então, diretor-geral do Depen, Fabiano Bordignon, publicada pela assessoria de comunicação da SEAP-MG, em 24 de abril de 2019: “Os diretores são agentes protagonistas das esperadas mudanças no Sistema Prisional Brasileiro, com foco na retomada do controle e disciplina nas unidades prisionais e também da ressocialização pelo trabalho e estudo”³⁷.

Em estudos mais contemporâneos, o encarceramento aparece com o enquadramento de “hiperencarceramento”, pois destaca a “*seletividade extrema da penalização*”, de acordo com a posição de classe, o pertencimento étnico ou status cívico e o local de residência – uma seletividade que é um aspecto constitutivo (e não um atributo incidental) da política de gestão punitiva da pobreza” (Grifo do autor - WACQUANT, 2014, p. 156). No enquadramento de prisão nos moldes do hiperencarceramento, entendo que “a justiça criminal é responsável pela reprodução e produção das relações de desigualdade social” (MIYAMOTO; KROHLING, 2012, p. 228).

Wacquant (2014) discorre sobre “a questão do acoplamento de raça e classe” em análise realizada sobre os “guetos” e “hiperguetos” norte-americanos. Particularmente em Chicago, ele se inscreve numa academia de boxe para conhecer este universo como um exercício sociológico de redefinição da noção de gueto. Lá o autor descobre que quase todos os boxeadores já haviam estado na prisão em algum momento. Para compreender o “gueto”, o autor entendeu que também deveria considerar a instituição carcerária. Foi a partir disso que Wacquant (2014), relata compreender que “o crescimento bulímico do sistema penal norte-americano, a partir de 1973, é perfeitamente concomitante e complementar à atrofia organizada da ajuda pública e sua reconversão disciplinar em um trampolim para o emprego precário” (WACQUANT, 2014, p. 158).

O autor ressalta ainda que políticas neoliberais penais dispõem de traços que acentuam teratologicamente “sua missão de extirpação figurativa do perigo e da poluição do corpo social, mesmo ao custo de reduzir o controle racional do crime” (WACQUANT, 2014, p. 147). Neste escopo, o autor também associa a “guerra contra o crime”, teatralizada por governantes de políticas que adotam dispositivos liberais-paternalistas, como reafirmação de poder e encenação de soberania do

regulamentada pelo Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34027085/do1-2018-07-25-decreto-n-9-450-de-24-de-julho-de-2018-34027061>. Acesso em 29 de abril de 2019.

³⁷ Disponível em: < <http://www.seap.mg.gov.br/index.php/imprensa/banco-de-noticias/3403-1-encontro-de-diretores-de-unidades-prisionais-promovido-pelo-depen-reune-representantes-de-minas-gerais>>. Acesso em 29 de abril de 2019.

Estado (WACQUANT, 2014, p. 155), em que a “penalidade” pode operar tanto como forma de “controle” como de “comunicação”.

Para Wacquant (2014), a “*penalização, a racialização e a despolitização das turbulências urbanas* associadas à marginalidade avançada” (Grifos do autor - WACQUANT, 2014, p. 150) progridem e reforçam uma à outra não somente em contexto europeu ou norte-americano, mas também no caso brasileiro em que o autor constata a “militarização da pobreza” com indicador da “lógica profunda da penalização” (Idem).

Em um contexto de desigualdades extremas e de violência de rua desenfreada, respaldado por um Estado patrimonial que tolera a discriminação judicial rotineira, causada tanto pela classe e pela cor quanto pela brutalidade policial sem freios, e considerando-se as terríveis condições do confinamento, impor a contenção punitiva aos moradores das *favelas* decadentes e dos *conjuntos habitacionais* degradados equivale a tratá-los como *inimigos da nação*. Tal política é assegurada por alimentar o desrespeito à lei e o abuso rotineiro, bem como a expansão descontrolada do poder penal, que, de fato, se observa por toda a América do Sul em resposta ao aumento do conjunto da desigualdade e da marginalidade (cf. Müller, 2012). Esse excuro brasileiro confirma que o vetor da penalização atua sempre de forma extremamente seletiva, atingindo, como uma questão de prioridade estrutural, aquelas categorias duplamente subordinadas na ordem material de classe e na ordem simbólica da honra (Grifos do autor - WACQUANT, 2014, p. 150).

A partir do exame realizado por Wacquant, é notável que a seletividade e a racialização na penalização não é um produto exclusivo de grandes potências imperialistas, como os EUA, mas se repete em contextos, como o Brasil, em que a desigualdade social é perpetuada, evidenciada na precariedade de emprego e de moradia. Estados como o brasileiro perpetuam a ideia de “*contenção punitiva*” defendida pelo autor como “uma técnica generalizada para governar categorias marginalizadas” (Grifos do autor - WACQUANT, 2014, p. 155).

Desse modo, é perceptível que a ausência do Estado de Bem-Estar Social – garantia de educação, saúde e moradia, em linhas gerais – dá lugar ao estado penal, em que se prende os pobres e se utiliza dessa segregação como argumento de oferta de segurança à classe média (WACQUANT, 2014).

Outro ponto a ser colocado é que o hiperencarceramento revela ser um negócio lucrativo (WACQUANT, 2014). Davis (2018) argumenta que a sociedade punitivista³⁸ “devora recursos públicos que poderiam ser utilizados em programas sociais nas áreas de educação, habitação, assistência à infância, lazer e combate as

³⁸ Em linhas gerais, pode ser considerada uma sociedade que necessita prender cada vez mais pessoas com penas altas e duras (GARLAND, 2003).

drogas” (DAVIS, 2018, p. 95) e transforma os “corpos encarcerados” em “fontes de lucro” que consomem e produzem dentro do complexo industrial penal³⁹.

A punição não constitui mais uma área marginal da grande economia. Empresas que produzem todos os tipos de bem – de edifícios a dispositivos eletrônicos e produtos de higiene – e fornecem todo tipo de serviço – de refeições a terapias e assistência médica – estão agora diretamente envolvidas no negócio da punição (DAVIS, 2018, p.96).

Para a autora, há dois lados rentáveis do hiperencarceramento. O primeiro diz respeito à grande oferta de mão de obra barata disponível nas prisões. O segundo considera o encarcerado não enquadrado na relação de matéria-prima humana como consumidor dos bens disponibilizados.

Em um estudo realizado nos EUA, Kirk e Wakefield (2018) sinalizam, como consequência do superencarceramento, o empobrecimento de indivíduos egressos do sistema prisional pela dificuldade de acessar emprego, moradia, educação, dentre outros, por causa dos antecedentes criminais, bem como os possíveis impactos econômicos e sociais que afetam a família do encarcerado, com os diversos aspectos na desestabilidade econômica, especialmente nos filhos que podem ter os seus desempenhos educacionais afetados. Os autores ressaltam também que os danos do “encarceramento em massa produz danos sociais significativos e que esses danos são desproporcionalmente acometidos aos pobres desfavorecidos e não brancos” (KIRK E WAKEFIELD, 2018, p.07 – minha tradução).

Neste sentido, Wacquant (2014) afirma que as “sanções penais e seu registro oficial em arquivos judiciais ou fichas policiais” afetam em vários graus a vida dos indivíduos que assinalam essa marca.

Eles atestam publicamente a indignidade individual de seus portadores e estimulam a redução rotineira de suas oportunidades de vida, revelada pela amputação dos laços sociais e conjugais, das opções de moradia, das oportunidades de emprego e dos salários de “ex-presidiários” em quase todos os países avançados (WACQUANT, 2014, p. 156).

Vale ainda mencionar que, a partir de Wacquant (2005), raça, no contexto das prisões, é entendida como “crime cívico” e desenvolve uma espécie de parentesco entre “racialização e penalização”. Para o autor, esse parentesco, que funciona como uma “afinidade eletiva”, desencadeia “uma amputação do ser social que é validada pela autoridade simbólica suprema” (WACQUANT, 2014, p. 156) .

A amputação dos laços parentais é similar à amputação apontada por Wacquant (2014), e é uma dor bastante mencionada pelos estudos sobre prisões

³⁹ Para Davis, “a noção de complexo industrial-prisional exige entendimento do processo de punição que levem em conta estruturas e ideologias econômicas e políticas, em vez de se concentrar de forma míope na conduta criminal individual e nos esforços para “conter o crime”” (2018, p. 92).

femininas. Lemgruber (1983), em seu trabalho vanguardista sobre prisões femininas no Brasil, revela que para além da privação de liberdade, o cativo, para o público feminino, “reveste-se de características ainda mais graves já que o rompimento do contato contínuo com seus familiares, e, sobretudo, seus filhos, afigura-se-lhe dor extremamente difícil de suportar” (LEMGRUBER, 1983, p. 83). Cerneka (2009, p. 71.) concorda com Lemgruber e argumenta que a ausência de notícia dos filhos “exacerba o peso da pena” imposta às mulheres.

A obra do Sociólogo Gresham Sykes, intitulada “As dores da prisão”, ilumina este trabalho para entender a prisão na visão do prisioneiro. O autor realiza um percurso de observação nesta perspectiva, também considerando que a prisão pode ter significados diferentes aos diversos sujeitos que aprisiona, afinal esses dispõem de experiências, necessidades e de visões de mundo diferentes. Sobretudo, Sykes (1958) elucida questões como as restrições que Wacquant (2014) chama de “amputação dos laços sociais”:

O mero fato de que o indivíduo movimenta-se restritamente, no entanto, é muito menos grave do que o fato de que a prisão significa que é o preso ser cortado da família, parentes e amigos, não no auto-isolamento do eremita ou o misantropo, mas na reclusão involuntária do fora da lei. É verdade que os privilégios de visita e postagem aliviam parcialmente o isolamento do prisioneiro - se ele puder encontrar alguém para visitá-lo ou escrever para ele e quem será aprovado como visitante ou correspondente pelos funcionários da prisão. Muitos presos, no entanto, têm suas ligações interpessoais com pessoas livres enfraquecidas na comunidade, com o passar do tempo (SYKES, 1958, p. 286).

O autor aponta a rejeição moral do indivíduo preso pela comunidade livre como uma das dores da prisão. No PFJAG, ouvi vários relatos que ilustram essa rejeição apontada por Syke (1958). Uma delas, a de Kátia, ilustra a recorrência do abandono que muitas mulheres sofrem no cárcere.

Excerto 05

Kátia. Desde aquela vez que a minha menina veio na visita assistida, que eu não tenho mais notícia de ninguém lá da minha casa. nem da minha mãe, nem da minha filha, meus outros menino. igual veio uma cesta básica pra mim, sabe? que eu às vezes recebo uma doação de umas pessoas aqui que me ajuda::m. aí trouxeram a cesta básica. nós tivemos o direito de ir e fazer uma ligação para os filho da gente (++) para falar com alguém da família. então eu fiz a ligação pros meus menino, igual eu falei pra senhora.

P2. Foi.

Kátia. a tia deles me xingou no telefone:: falou que ela não era obrigada a vi:::r me visita::r na cadeia. que meus filho::s não eram obrigados a vir me ver na cadeia:: que e::les não queria me ver na cadeia. que eles não ia::m vir aqui me ver. e isso me deixa muito chateada, muito angustiada. e eu tô assim até hoje:: (++) querendo saber por que (choro) por que que eles estão fazendo isso comigo (1,0).

(KÁTIA, 34 anos, mãe de três filhos menores, adicta confessa de crack, reincidente no art. 33 - atendimento realizado por P2 em 19/02/2018)

Em casos como o de Kátia, existem duas punições. A primeira a sua condenação de prisão declarada pela justiça penal. A segunda a ameaça de rescisão dos seus laços parentais (CHESNEY-LIND, 2003).

Os efeitos do hiperencarceramento de mulheres também podem ser notados nas famílias, principalmente nos filhos. No caso da monoparentalidade, de mulheres que atuavam como chefes de família, essa ausência resulta num rearranjo de cuidados da prole de modo que avós, comadres e parentes de modo geral assumem os cuidados com os filhos das mulheres privadas de liberdade (LEMGRUBER, 1983). Na ausência ou omissão do cuidado desses vínculos parentais, os filhos das reclusas podem sofrer ainda mais em um sistema caótico de acolhimento. Estudos afirmam que, de casa em casa, filhos de mulheres presas se tornam crianças mais vulneráveis socialmente e são as vítimas ocultas da expansão do Estado penal (CHESNEY-LIND, 2003). Para Braman (2003), o encarceramento fere muito mais a família do prisioneiro do que o próprio infrator em si.

Vários são os impactos negativos na prole dessas mulheres. Posada (2015) realizou pesquisa com foco no encarceramento parental, analisando presídios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O autor nos revela que há um acúmulo de desvantagens para crianças "vulneráveis pelo pertencimento às classes e grupos étnico-raciais discriminados, principalmente às comunidades negras" (POSADA, 2015, p. 08), em que os progenitores foram capturados e encarcerados. Para ele, o encarceramento parental resulta em mudanças drásticas na organização familiar, como no caso da prisão do pai "implica o aumento de lares com chefia feminina", e no caso da prisão da mulher o resultado é "o aumento do número de crianças que crescem aos cuidados de terceiros" (Idem).

Sykes (1958) aponta para outras dores provocadas pelas privações de bens e serviços no encarceramento tanto de homens quanto de mulheres. Dentre essas privações, o autor destaca empobrecimento material, a "privação de relações heterossexuais", como no caso do PFJAG que não dispõe de ambiente para a presa usufruir do direito à visita íntima; a "privação da autonomia" "o preso sofre do que chamamos de perda de autonomia em que ele é submetido a um vasto corpo de regras e comandos que são projetados para controlar seu comportamento em detalhe minucioso" (SYKES, 1958, p. 290); e a "privação da segurança" em uma união involuntária do indivíduo que não cometeu crime de grave ameaça ou violento convivendo cotidianamente com o criminoso de perfil distinto ao seu:

A perda de segurança do prisioneiro desperta ansiedade aguda, em suma, não apenas porque violentos atos de agressão e exploração

ocorrem, mas também porque tal comportamento constantemente põe em dúvida capacidade do indivíduo de lidar com ele, em termos de seus próprios recursos internos, sua coragem, seu "nervo" [...] (SYKES, 1958, p. 293).

As privações de todas as espécies definem o espaço prisional por Miyamoto e Krohling (2012) como lugar em que o "indivíduo é privado da sua própria existência uma vez que é destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana" (MIYAMOTO; KROHLING, p. 223).

Com respeito à perda da segurança, lembro-me do relato de mulheres no PFJAG, como o de Raquel (40 anos, mãe de dois filhos maiores, presa pela primeira vez por carregar drogas no carro com o namorado) que alegou sofrer ameaças constantes das outras presas por implicância com o fato de ela não ter sido abandonada pela família e receber pertences com frequência.

Martino (2019) revela que o recebimento de pertences coopera para uma espécie de "estratificação" entre as detentas, em que os materiais advindos do exterior da prisão, se tornam moedas de troca entre as presas, por favores como a faxina da cela, por exemplo. No estudo realizado pela autora com presas do sistema prisional mineiro, vê-se uma organização que promove uma "estratificação social baseada na posse ou não de pertences enviados pelas famílias" (MARTINO, 2019, p. 115). No entanto, vale salientar que não se trata de uma relação hierárquica de poder, em que quem dispõe de insumos materiais lidera quem não tem, mas sim da estratificação como forma de organização.

O "baixo grau de solidariedade" é muito comum no ambiente prisional, o que se agrava no cárcere feminino, e torna a situação da interação social ainda mais "dolorosa e mais aflitiva" (LEMGRUBER, 1983). Em vários relatos das mulheres presas durante os atendimentos, ouvi falas de mulheres que revelavam o alto grau de isolamento dentro das celas, justificado pela ausência de comunicação e de confiança em outras presas, de modo que os atendimentos de fale comigo soassem a essas mulheres como alívio de encontrar alguém que as escutasse, sem aparente receio de se exporem, pela garantia de sigilo, que, mesmo não anunciado, elas sabiam existir. Tal isolamento pode também ser justificado pela rivalidade que impede a cumplicidade entre o público feminino (LEMGRUBER, 1983).

Martino (2019) revela que também há o contrário, uma organização social cativa que aponta para cuidados entre aquelas mulheres que se adotam afetivamente no cárcere, ou por relações conjugais ou por relações de amizade formadas na prisão.

Antes de abrir mais espaço para aspectos específicos do encarceramento feminino, primeiro farei uma breve abordagem das dimensões de gênero diferença e depois daquelas históricas do aprisionamento de mulheres.

1.7 A prisão de mulheres e as noções de gênero

A questão da categoria de gênero “é sempre um ângulo analítico forte nos estudos da criminalidade de mulheres” (SENA, 2018, p. 13). As diferenças de gênero eclodem em todo tempo em pesquisas como esta, mesmo assim, não pretendo aqui realizar uma densa abordagem teórica sobre as perspectivas dessas diferenças, contudo, apenas uma curta explanação para a compreensão de alguns aspectos.

Um dos estudos clássicos que aborda diferenças entre homens e mulheres no crime foi o realizado, no século XIX, por Cesare Lombroso e William Ferrero. A criminalidade feminina, neste estudo, foi considerada como resultante de uma “essência definida pela binaridade biológica” (SENA, 2018, p. 50). Sujeitos que praticavam crimes, na perspectiva Lombrosiana, eram vistos como portadores de uma degeneração biológica e hereditária (FARIA 2018; SENA, 2018). Logo, mulheres desviantes eram enquadradas como uma espécie de “monstro moral”, como se essas abarcassem “os piores traços da essência masculina transgressora” (SENA, 2018, p. 50).

Outros conceitos surgiram como aqueles que entendem a diferença de gênero com vieses “substancialistas”, que associa o indivíduo a um gênero tendo como base o sexo (Cf. SENA, 2018). Assim, ideias como “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (Idem, de Simone de Beauvoir (1949), são criticadas por Butler (2008) ao considerarem o processo de agenciamento de “tomar-se mulher” a partir de uma “substância”, uma “essência” feminina prévia ao indivíduo, que “vincularia o ser a um gênero, entendido como um sexo, ao mesmo tempo uma unidade e uma oposição de sentidos, dos corpos, dos desejos e das práticas sexuais” (SENA, 2018, p. 48).

Num trabalho dedicado a investigar “Mulheres no registro do tráfico de drogas”, Lúcia Lamounier Sena articula teorias clássicas e contemporâneas para analisar as experiências de mulheres no tráfico de drogas. A autora apresenta várias teorias de “gênero e diferenças” e, finalmente, se apoia na teoria de Butler (2008), que entende

a constituição de um agente não por uma matéria orgânica que precede uma suposta substância, mas, sim, através de uma multiplicidade de atos significantes (contingentes e contextuais), colocando em curso os sentidos convergentes ou dissonantes (e

nunca acabados) de experiências, de práticas sexuais, de sentidos de gênero, de um eu" (SENA, 2018, p. 48).

A leitura da autora sobre "gênero diferença", conforme Butler (2008), aponta para uma "constituição política da essência e a diferença" (SENA, 2018, p. 47). Vale destacar que a "organização de gênero" consta no ajustamento das instituições, bem como nas "relações sociais e na definição dos padrões de socialização" (SENA, 2018, p.57). Tais padrões, a partir da normalização de "comportamentos e identidades", acentuam "as clivagens práticas e morais do que é masculino (que se confunde com uma representação de crime) e do que é feminino (que se distingue de crime)" (SENA, 2018, p.57).

Pensar a mulher a partir disso, especialmente a "mulher criminosa", também a considera designada a um lugar inferior nas "hierarquias sociais de gênero", bem como acirra um impedimento para certas práticas criminais, como uma espécie de "reforço negativo das essências femininas" (Idem).

No entanto, a criminalidade feminina pensada com referenciais que consideram a essência como fundamento resulta (Cf. POLLACK, 1961, citado por SENA, 2018) numa compreensão de "criminalidade mascarada". Tal afirmação é realizada ao acatar evidências como a "capacidade de sedução e por uma perversidade moral propensa ao falseamento (evidenciada inclusive, no ato sexual), a periculosidade feminina seria, por natureza, oculta" constante na transgressão da mulher (SENA, 2018, p. 51).

Perspectivas, a partir de Brah (2006) citado por Sena, afirmam que a diferença de gênero pode ser compreendida como bases que se cruzam num "processo de significação" (SENA, 2018, p. 48). Este conceito é similar ao proposto por Bourdieu (2007) que entende a diferença como "categoria analítica", que sugere a sua "inscrição na experiência, na subjetividade e na identidade dos sujeitos" (SENA, 2018, p. 48).

Nos debates sobre gênero, Sena aponta para perspectivas que, independentemente de se acatar aspectos biológicos ou sociais, "assumem a diferença como essência", e há aquelas que compreendem a construção da "diferença", apoiada em várias intersecções, de modo a abranger "contextos específicos de experiência, que especificam as práticas e posicionam diferencialmente os agentes" (SENA, 2018, p. 49). No entanto, a autora identifica a convergência de tais singularidades constantes nos estudos feministas norte-americanos, na década de 1970/1980. "Sistema de gênero", apontado por Sena como "operador teórico" dessa perspectiva, funciona com um integrador universal da

“tematização da diversidade dos dispositivos sociais que transmutam as diferenças biológicas em diferenças culturais, uma construção social do gênero. O pressuposto é o de que, através do gênero, a sociedade constitui práticas, as representações, as funções e subordinações para o sexo biológico” (SENA, 2018, p. 52).

Na visão do “gênero da diferença”, esferas de dimensão pública e privada são entendidas como “princípios causais de subordinação feminina, uma vez que são percebidos como polos de valor socialmente opostos e funcionalmente destinados às mulheres e aos homens” (SENA, 2018, p. 52). Deste modo, a esfera privada está relacionada ao cuidado com a prole, “atividade feminina por excelência”. Já o espaço público “é tido como constituidor da personalidade e identidade sexual masculinas, marcadas pela ruptura, pela atitude agonística, pela competição e pela vivência permeada pelo grupo” (SENA, 2018, p. 53). Assim o primeiro espaço, o privado, está associado ao doméstico ausente do social, e o público vincula-se à “virilidade”.

Entretanto, Sena destaca que a “aceitação e manutenção” do espaço privado como aquele destinado às mulheres não responde a uma expectativa de aprendizado de um papel social, mas, sobretudo, ao “resultado da constituição da sua personalidade, isto é, da organização e introjeção das interações sociais que as mulheres vivenciam desde a tenra infância” (SENA, 2018, p. 53).

Esse argumento concorda com os pressupostos defendidos por Bordieau, que considera que

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BORDIEAU, 2012, p. 18).

Ainda para Sena, a esfera do privado (“espaço da natureza feminina”) comumente classifica a “mulher numa ordem de cultura inferior ao homem”, enquanto o homem orientado para o espaço público “ocupa-se das coisas da sociedade” (“espaço da cultura, da transcendência e liberdade”) (SENA, 2018, p.53).

O gênero, deste modo, é considerado como parte “determinante da diferença de motivações e probabilidades de engajamento em determinadas práticas criminosas” (SENA, 2018, p.59). Estudos, segundo Sena (2018), conceituam a diferença de fatores de risco, como “contextos de pobreza”, “discriminação”,

“violência, assédio e/ou abuso sexual – ou convivência com práticas criminais”, com consequências diferentes em homens e em mulheres, no que tange ao “engajamento no crime” (SENA, 2018, p.59).

Os impactos psíquicos e sociais das pressões, os riscos vividos e as diferentes marcações sociais por abusos e discriminações sofridas estabelecem, para as mulheres inespecíficas fronteiras [...] onde não há separação clara entre vítima e os perpetradores da violência” (SENA, 2018, p.59).

Ainda sobre as questões do gênero diferença, Sena destaca que “as diferenças se constituem não somente pela força das dimensões objetivas, mas pela validação simbólica das quais se revestem e que naturalizam os atributos como uma colagem do próprio ser (ou grupos)” (SENA, 2018, p. 72). Assim, para a autora, “esse fundamento da distribuição diferencial do capital simbólico (BORDIEU, 2009) tem no sistema prisional um dispositivo de operacionalização da diferença, uma vez que constitui um capital simbólico negativo aderente aos que são por ele capturados” (Idem).

Historicamente, até serem consideradas “criminosas”, as mulheres que delinquiram foram enquadradas como loucas e internadas em manicômios, o que reforça a visão da diferença do homem para a mulher, conforme destaque na sequência.

1.8 Mulheres loucas ou mulheres presas?

Ao abordar aspectos históricos do aprisionamento de mulheres, Davis salienta que, enquanto a prisão surgia e evoluía, em grande proporção como meio de punição, as mulheres eram subjugadas ao encarceramento em instituições psiquiátricas (DAVIS, 2018). Tal condição de aprisionamento encontrava lugar no discurso médico, que, ao argumentar sobre os desvios transgressivos e violentos do comportamento feminino, identificava fatores “emocionais e psicológicos” – “a Histeria, o Nervosismo e o Hipnotismo” – como influenciadores desviantes em mulheres consideradas “normais” que delinquissem (FARIA, 2018, p. 62). As mulheres que realizavam práticas delituosas condenáveis “sobretudo por conta da sua natureza mais frágil [...] não eram necessariamente consideradas perigosas ou que devessem ser excluídas socialmente, mas sim cuidadas e tratadas” (Idem).

Em “A história de um silêncio eloquente”, Faria (2018) revela⁴⁰ que casos “de repulsão ao marido, de prostituição sem recato, de paixões lésbicas”, e outros de “perturbações da vida sexual [masturbações], exagerada e às vezes pervertida ao

⁴⁰ Com base em Peixoto (1935).

erotismo, na frigidez, nas perversões (sadismo, masoquismo, feiticismo, etc) e pelos paroxismos convulsivos” (FARIA, 2018, p. 64) eram considerados comportamentos resultantes da histeria, e, como tal, eram rechaçados socialmente, o que gerava a criminalização ou medicação das mulheres que o cometessem. Em ambas as punições mulheres “eram segregadas socialmente, em prisões, hospícios ou conventos” (FARIA, 2018, p. 64).

As políticas eugênicas⁴¹ e higienistas⁴² contribuíram para que estes argumentos se perpetuassem. Instituições como hospícios, lugar de segregação daqueles inadequados socialmente, abrigavam as “maiores vítimas” do “forte padrão de comportamento social a que eram submetidas as pessoas no início do século XX no Brasil” (FARIA, 2018, p. 65), as mulheres.

Estudos (FARIA, 2018) elucidam que o surgimento do primeiro presídio feminino⁴³ no Brasil foi numa prisão que também abrigava homens, em Fernando de Noronha, na segunda metade do século XIX. Vale destacar que a ideia original de que “as mulheres trariam paz ao presídio não se concretizou, porque essas mulheres, em sua maioria, ao que parece, recusaram-se a representar os papéis tradicionais de ordem, pureza, mãe e esposa” (FARIA, 2018, p. 95). Segundo Faria (2018), alguns pesquisadores refutam a ideia de que a primeira prisão feminina brasileira tenha sido em Fernando de Noronha, atribuindo esse status ao “Reformatório de Mulheres Criminosas, posteriormente chamado Instituto Feminino de Readaptação Social de Porto Alegre/RS, em 1937” (FARIA, 2018, p. 106).

A história da reclusão de mulheres nos EUA contada por Davis (2018) ratifica a origem do encarceramento feminino em ambientes prisionais mistos. No caso brasileiro, Faria (2018) afirma que os locais ocupados por mulheres nos estabelecimentos prisionais mistos eram os “mais insalubres da unidade prisional

⁴¹ “A eugenia via a fertilidade como um recurso crucial da nação, reforçando o confinando das mulheres a papéis reprodutivos [...]. Nesse caminho, o padrão de homem e mulher passou a ser ligado aos papéis de mãe e pai, os únicos que faziam sentido à existência humana naquele período (virada do século XIX-XX). Iniciou-se então um processo de valorização do pai e da mãe e de desvalorização e até criminalização dos homens e mulheres que não cumpriam esses papéis” (FARIA, 2018, p. 39)

⁴² Política que focava num “país higienicamente adequado. Se o foco era a “limpeza” racial, as ações foram voltadas para a valorização do casamento higiênico e da garantia da reprodução entre pessoas incluídas no grupo das “evoluídas”, buscando formas de diminuir e/ ou eliminar a reprodução entre pessoas “pechas” de inferioridade ou com doenças e outros males” (FARIA, 2018, p. 37).

⁴³ “O prédio para abrigar mulheres presas localizava-se na Aldeia dos Sentenciados, atual Vila dos Remédios, onde funcionavam as oficinas de carpinteiro, ferreiro, tanoeiro, funileiro e pintor do presídio. Havia também uma igreja e as escolas para meninas e meninos. O prédio para as mulheres era anteriormente um local onde pernoitavam os sentenciados de mau comportamento [...].” (FARIA, 2018, p. 91)

ou mesmo eram presas junto a homens, o que levava ao aumento da violência no período de segregação” (FARIA, 2018, p. 106).

O cenário crítico de violência e de ausência de condições básicas de subsistência, como a falta de estrutura e de higiene, resultou numa série de mudanças legislativas previstas no Código Penal de 1940, que determinou a separação do público feminino do masculino nos ambientes prisionais, o que, posteriormente, resultou na primeira unidade prisional especificamente feminina, “a penitenciária de mulheres do Distrito Federal, atual Talavera Bruce⁴⁴” (FARIA, 2018, p. 108). “Criado com o objetivo de abrigar mulheres condenadas por crimes comuns” (LEMGRUBER, 1983, p. 27), o Talavera Bruce foi o cenário onde Lemgruber (1983) realizou, na década de 1970, uma das primeiras pesquisas sociológicas sobre o encarceramento feminino no Brasil, estudo que, por vezes, iluminou este trabalho.

No sistema de cárcere misto, antes da criação de uma penitenciária exclusiva para mulheres em Minas gerais, há registros datados em 1953 que revelam violência sexual sofrida por mulheres na cadeia de Sabará: “estupros [...] e prostituição na forma de troca de sexo por favores com os guardas” (MARTINO 2019, p.67).

A proposta de um ambiente prisional específico para mulheres veio acompanhada da ideia de uma penitenciária administrada por freiras. “Seria uma rotina próxima a um internato, com forte enfoque na domesticidade, na ordem, na assepsia e na arrumação” (FARIA, 2018, p. 119) elementos associados à expectativa de regeneração remetida às presas da época.

Em meados da década de 1950, as freiras deixaram a administração da Talavera Bruce, uma mudança que impactou no foco da prisão feminina de cunho mais religioso e doméstico “para a segurança e disciplina penal” (FARIA, 2018, p. 124). Isto é, os estabelecimentos prisionais femininos da época adotaram gestões mais semelhantes às prisões masculinas.

A tentativa da prisão-lar claramente fracassou, não deixando alternativa a não ser moldar a prisão feminina tal qual a masculina, o que talvez signifique um começo do reconhecimento da igualdade de gênero e de que a mulher, diferentemente do que se pregava na metade do século XX, comete crimes tal qual os homens. A docilidade, pregada como algo “natural” já não mais aparecia como característica de todas as mulheres e tanto a política como a lei criminal tiveram que se adaptar ao fato de que não se resolveria o problema da criminalidade feminina com a “domesticação” das presas (FARIA, 2018, p. 133).

⁴⁴ A inauguração da Talavera Bruce data 09 de novembro de 1942 (FARIA, 2018).

No contexto mineiro, Martino (2019) aponta para o surgimento da primeira penitenciária Feminina na década de 1950, Penitenciária Industrial Estevão Pinto (PIEP), também originada com o pensamento da religião e domesticação para transformação do indivíduo. A autora relata que, nas discussões de implantação dessa penitenciária feminina, o “jurista José Rodrigues Sette Câmara defendia como fundamental a participação das Irmãs do Bom Pastor na gestão dessa unidade” (MARTINO, 2019, p. 69), pois mesmo em tempo anterior à inauguração da penitenciária, essas irmãs exerciam “missão de reformar as presas” (Idem).

Após a inauguração da PIEP, como forma de interiorização das prisões femininas, outras unidades prisionais para mulheres foram implantadas em Minas Gerais, entre as décadas de 1960 a 1980. Cidades como Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Contagem também passaram a abrigar mulheres presas (MARTINO, 2019).

A adequação do PFJAG como unidade prisional feminina aconteceu em 2006 a partir de um diagnóstico realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2001. Diante da ausência de vagas para mulheres no sistema prisional mineiro, a ALMG orientou que o local construído para abrigar jovens infratores com idade entre 18 a 21 anos, fosse agora uma unidade específica para receber mulheres presas (MARTINO, 2019).

O PFJAG mantinha o máximo de 150 a 160 presas⁴⁵, a maioria era de mulheres condenadas, até janeiro de 2018. As profissionais do psicossocial destacam que à época era possível acompanhar a vida da presa, bem como articular um tratamento para suas mazelas psicológicas durante o tempo de prisão. Com o processo de admissão frequente de presas, o PFJAG perdeu esse caráter de “cadeia pequena”. A rotatividade de presas passou a ser mais frequente e o perfil da unidade passou a ser de maioria de presas provisórias, com o número de interna até três vezes a capacidade máxima (por alguns meses do primeiro semestre de 2018).

Várias iniciativas consideradas como atividades de humanização na unidade tiveram que ser suspensas pela superlotação e pela falta de efetivo da segurança ideal para corresponder ao número de internas. Algumas atividades de capelania, cursos e número de turmas da escola foram reduzidas. Contudo, mesmo diante das mudanças que o PFJAG sofreu, o fale comigo continuou a existir. Os atendimentos do psicossocial ficaram um pouco comprometidos, diante do número de presas ser bem maior.

⁴⁵ Como já informei aqui, a lotação do PFJAG é de no máximo 126 presas.

No capítulo seguinte abordarei a comunicação como um direito das presas, falarei do contexto de criação do fale comigo, das interações face a face no PFJAG e do referencial teórico da Sociolinguística Interacional como base para esta pesquisa.

2. CONTEXTO, INTERAÇÃO E DINAMISMO

Este tópico trata do contexto interacional investigado de modo a esclarecer a comunicação como um direito dos presos no cárcere, a descrever o fale comigo como um canal de comunicação, e as entrevistas de CTC como parte do contexto interacional. Na sequência, apresento as interações face a face do ambiente investigado associada às teorias da Sociolinguística Interacional que embasam este trabalho, apoiadas em excertos e exemplos que ilustram essas interações. Por fim, também neste tópico, apresento o referencial teórico da Sociolinguística Interacional com contornos de algumas análises realizadas a fim de associação dos dados com a teoria.

2.1 A comunicação é um direito

O direito do indivíduo à comunicação é estabelecido por diversos instrumentos legais⁴⁶. “O contato com o mundo exterior, por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação” é previsto pela LEP, no artigo⁴⁷ que trata dos direitos do preso. Mais que um direito, a comunicação humana é uma necessidade de sobrevivência, principalmente, aquela ligada ao relacionamento com os vínculos afetivos (LINS, 2017).

Compreender o mundo e as relações sem o exercício do direito a se comunicar é algo unimaginável, pois, além de uma necessidade humana, a comunicação é também uma “necessidade cognitiva” (MARRA, 2017). Deste modo, “Falar em comunicação portanto, significa falar de existência em um ambiente coletivo permeado por inúmeras relações humanas. A comunicação representa, de certa forma, pressuposto para a convivência em sociedade” (MARRA, 2017, p. 11).

A livre comunicação com o mundo exterior à prisão, e, em alguns casos, no interior dela também, é uma das privações vivenciadas pelo indivíduo preso. Ao considerarmos a comunicação uma questão de sobrevivência, conforme descreveu

⁴⁶ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei de Execução Penal, Regras de Banckok.

⁴⁷ Art. 40, inciso XV.

Marra (2017), dentro de uma unidade prisional, onde as privações⁴⁸ previstas por Sykes (1958) resultam em “dores da prisão”, ela se torna ainda mais “urgente” e necessária.

A comunicação no contexto prisional é regulada por oficiais, sejam técnicos multidisciplinares ou da própria direção prisional, que avaliam e definem: o envio ou não de uma carta a partir da leitura que censura ou não o conteúdo constante dessa comunicação; a realização ou não de uma visita assistida (realizada em casos muito específicos e esporádicos, como a visita de um filho ou de um parente com necessidades especiais); a legitimidade, o quando e a duração de um telefonema; e a comunicação com a própria administração prisional.

Marra (2017) ressalta o direito à comunicação como um dos pilares da sociedade democrática e aponta para a necessidade do indivíduo em “saber o que se passa ao seu redor”, que vai desde o “fazer-se ouvir” (Idem), bem como, para além da sua individualidade humana, receber influência de outros na sua vida.

Ao falar especificamente sobre as mulheres no que tange aos “valores” mais acentuados que as diferenciam dos homens no tocante ao gênero diferença, destaco que elas, geralmente, apresentam “ênfase no relacionamento interpessoal” (ARAÚJO, 2005, p. 47), e que, nesse sentido, “a identidade feminina provém da interação com os outros” (Idem). Essa interação se dá nos espaços sociais nos quais a mulher transita, com sujeitos de redes de relacionamento como a família, parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, dentre outros.

Ao ser encarcerada, a mulher é cerceada da comunicação com a sua rede de relacionamentos, ou por dificuldade de manutenção dos laços – seja por abandono dos que estão extramuros da prisão, seja por distância física e falta de provisão financeira da família – ou pelo estigma enfrentado por ser uma prisioneira e receber a rejeição daqueles os quais compunham a sua rede de relacionamentos antes do cárcere.

Apesar da existência de uma organização de rede de afetos dentro do cárcere, conforme abordou Martino (2019), o relato do isolamento foi constantemente mencionado pelas mulheres durante a minha imersão em campo. Sob o argumento da desconfiança e da prisão como lugar inóspito para construção de “verdadeiras” amizades, algumas mulheres relatavam aderir ao isolamento como forma de se proteger e de evitar envolvimento afetivos e sexuais no cárcere, de acordo com o capítulo anterior.

⁴⁸ Detalhei os tipos de privações citadas por Sykes (1958) no tópico “De mãos dadas com a Sociologia das Prisões”.

Por se isolar ou se comunicar restritamente com as colegas de cela, sem compartilhar as dores, angústias e a vida na prisão, as mulheres presas no PFJAG se apoiam na escrita de cartas para se comunicar com o mundo exterior e no fale comigo para se comunicar com o corpo técnico constante do universo prisional.

2.2 O FALE COMIGO

O **fale comigo** é um canal de comunicação criado no sistema prisional mineiro em 2009, pelo então subsecretário de administração prisional da SEDS, Dr. Genilson Ribeiro Zeferino⁴⁹. Em entrevista concedida a este trabalho, o criador do fale comigo esclareceu que o contexto de implantação deste canal comunicativo foi o de “abandono dos presos no que tange às queixas e reclamações que eles apresentavam”. Para Dr. Genilson, o contexto era o de insensibilidade dos guardas e dos diretores frente às demandas dos presos registradas numa comunicação informal e desprestigiada, o “catatau” que depois se popularizou em “catú”. O especialista em administração prisional pontua que o nome “catatau” vinha do entendimento, entre o efetivo da prisão, como coisa de pequeno ou nenhum valor. Escrito em “papel improvisado”, ele destacou que tampas de marmitta, pedaços de papel higiênico, dentre outros improvisos eram utilizados como suporte de escrita para os “catataus” – “catus”.

Dr. Genilson acentuou que aquela comunicação informal o incomodava porque não atendia a um caráter de respeito ao indivíduo preso, pois, era de seu conhecimento que “os guardas não liam”, nem davam encaminhamento às demandas. Além disso, ele destacou que a linguagem constante naquela comunicação informal dispunha de duas ordens características: Primeiramente, nos “catataus”, os presos pediam desculpas por incomodar a administração prisional e depois expressavam a sua necessidade, que, muitas vezes, resultava numa súplica. Genilson destacou, a partir das características discursivas do “catatau” – “catú”, a deturpação de um direito legalmente previsto que é a comunicação, em que o preso era encaixado no papel de importunador dos setores e da administração prisional como aquela que fazia “favor” em assisti-lo nesta garantia legal.

O então subsecretário, ao identificar que também havia omissão da direção de atendimento das unidades prisionais quanto a iniciativas que respeitassem a garantia do direito à comunicação interna dos presos, teve a ideia de criar um dispositivo que formalizasse as demandas do indivíduo privado de liberdade, bem como funcionasse como um canal de comunicação entre a comunidade presa e a administração prisional em todos os seus setores, de modo que se estabeleceria um fluxo periódico para o cumprimento deste direito.

O nome fale comigo, segundo Genilson, foi extraído da própria dinâmica linguística notada no mundo dos presos, em que nos encontros cotidianos entre

⁴⁹ O pronome doutor é aplicado em referência ao tratamento que o subsecretário recebe até a atualidade daqueles que atuaram com ele na extinta SEDS.

detentos, havia uma fala recorrente da disposição comunicativa de um para com outro por meio da pronúncia coloquial “fala comigo”.

O estabelecimento de uma comunicação normatizada entre a administração prisional e os presos se deu em todo estado de Minas Gerais, com avaliação dos resultados e auditoria do funcionamento da comunicação pela equipe de Genilson. Para ele, a mudança foi radical, pois concebia o registro das queixas e demanda da comunidade presa num pequeno documento, no qual o preso colocava os seus dados, e a direção da unidade e os guardas que recepcionavam a demanda eram responsáveis por encaminhar aquele documento, bem como o setor de destino era responsável por responder à demanda com prazo determinado.

No entanto, segundo Genilson, como tudo o que é “novo” no sistema prisional esbarra nos argumentos contundentes da equipe da guarda de que trará ameaça para as estratégias de segurança, a implantação do canal de comunicação teve certa resistência.

O criador do fale comigo destaca que “a comunicação é fundamental para mostrar ao preso o caminho ou a caminhada que ele tinha a percorrer na dura presença no ambiente prisional, bem como fazer com que os profissionais entendam o que está sendo dito”. Além disso, para ele, “a comunicação coroa, ela traz essa certeza de que ele [o preso] não é mais um, de que ele é ouvido e respeitado, de que ele tem um canal de comunicação” (fala de Genilson Ribeiro Zeferino, em entrevista concedida, em 18 de maio de 2019).

Mesmo diante da defesa desse entendimento, Genilson, que hoje ocupa o cargo de secretário de segurança de Belo Horizonte, disse que o fracasso do fale comigo no sistema prisional era inevitável, pois esse canal de comunicação se enquadra numa visão mais humana de atendimento ao preso em contraposição ao discurso da segurança, que, para ele, “é mais competente, ele cria falsos dilemas para o resto do sistema e o sistema acaba aceitando”.

Hoje, até onde este trabalho teve pernas para investigar, apenas dois presídios femininos (PFJAG e Complexo Penitenciário Industrial Estevão Pinto - PIEP) e dois masculinos (Presídio de Cataguases e o Presídio Sebastião Satiro – em Patos de Minas) permanecem com o sistema de comunicação implantado em 2009.

Em entrevista a esta pesquisa, uma das psicólogas da PIEP afirma que naquela unidade feminina o fale comigo é distribuído quinzenalmente para as presas, e que os setores que mais recebem demandas das presas por meio deste canal é o jurídico e o serviço social. Neste sentido, ela destaca que o setor da psicologia recebe pouca demanda do fale comigo, e as demandas recebidas estão

relacionadas “à preocupação com o filho que está lá fora sob os cuidados de terceiros ou de familiares, e também preocupação com os relacionamentos homoafetivos que elas estabelecem dentro da unidade” (Psicóloga da PIEP em entrevista concedida em 16 e 20 de maio de 2019).

Outro ponto destacado pela profissional da PIEP é a necessidade de aprimoramento no canal de comunicação com as presas, em que essas mulheres sejam instruídas ao fidedigno preenchimento dos campos do fale comigo sem generalizações como “urgente”, mas com a devida descrição da demanda. A escrita esvaziada de significado, para a psicóloga da PIEP, permite com que, ao enviar o fale comigo a vários setores com esse mesmo registro de urgência, a presa requisite atendimento para o mesmo fim com profissionais diferentes, e mobiliza setores diversos para uma finalidade que não pode ser atendida por determinado profissional requisitado pelo fale comigo.

Mais um possível problema do fale comigo, para a psicóloga entrevistada, é o grande número de pessoas a serem atendidas e a indisponibilidade em atender de alguns setores, como enfermagem, jurídico e da psiquiatria na PIEP. A psicóloga revela que numa outra unidade prisional na qual ela trabalhou não tinha o fale comigo e a comunicação com a comunidade encarcerada era dificultada, porque o improvisado “catú”, geralmente, não era respeitado pela equipe da segurança e, por isso, as demandas não chegavam à equipe técnica.

A psicóloga da PIEP acredita que “precisa haver uma sensibilização dos profissionais da segurança em geral”, quanto ao tratamento do fale comigo como “importante meio da população privada de liberdade se comunicar com os diversos setores da unidade prisional” (Fala de uma das psicólogas da PIEP, em entrevista concedida em 16 e 20 de maio de 2019).

Durante a realização deste trabalho, também entrevistei a diretora de atendimento da Penitenciária José Maria Alkimin, que afirmou que a unidade não utiliza mais o fale comigo como forma de comunicação com os presos, e que a forma de comunicação na unidade voltou às origens da informalidade, com o uso dos “catús”.

Visitei o Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, que também não utiliza o fale comigo como canal de comunicação com a comunidade presa. Lá os “catús” são recolhidos diariamente e depositados numa caixa de madeira suspensa na parede de um dos corredores da unidade. Durante a visita vi o depósito de um número infinito de comunicações, enviadas por um universo de cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) homens. A caixa dividida por

áreas como “jurídico”, “atendimento”, “saúde” transbordava com papéis de todo tipo.

À época, recebi autorização da diretoria de atendimento da Drumond, como é conhecida aquela unidade prisional masculina, para ter acesso, ler e escolher alguns “catus” para serem escaneados para análise em futuros trabalhos. Li muitos deles e, a priori, posso afirmar que aos meus olhos não saltou pedidos constantes de notícias dos filhos, nem dos vínculos afetivos, como é facilmente notado no público feminino. Mas, sim, foi recorrente o pedido por atendimento jurídico e por assistências vinculadas ao direito ao trabalho e à concessão de alguns benefícios, como o da revisão da progressão de pena.

Outra forma de interação social realizada no PFJAG se dá no encontro entre a reclusa e os profissionais multidisciplinares nas entrevistas técnicas de classificação. Como o recorte deste trabalho se dedica às interações realizadas no psicossocial da unidade prisional, a seguir, falo um pouco dessas entrevistas.

2.3 As entrevistas da Comissão Técnica de Classificação (CTC)

A classificação do preso, segundo o artigo 5º da LEP, é prevista da seguinte forma: “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. Essa classificação é realizada pelo corpo técnico atuante nas unidades prisionais, com entrevistas técnicas que visam identificar o perfil do indivíduo a partir da sua trajetória de vida e resulta no Plano Individual de Ressocialização – PIR, no estado de Minas Gerais.

Cada área, nesta entrevista, investiga informações concernentes aos propósitos a serem analisados, ou seja, a pedagogia levantará dados relacionados à escolaridade, origem e percurso formativo, certificações escolares, interesse por leitura, interesses profissionais e interesse por atividades socioculturais, conforme formulário constante nos anexos.

As presas são entrevistadas por profissionais da área da saúde (dentista, enfermeiro e psicólogo), das ciências humanas (assistente social e pedagogo) e por um jurista, dentre outras. Esses profissionais individualmente incitam as presas a contarem as suas histórias de vida, até o momento da reclusão, por meio de perguntas.

A Comissão Técnica de Classificação-CTC é a esfera que reúne os profissionais de áreas multidisciplinares que realizaram essas entrevistas de CTC, responsável

por deliberar o perfil das detentas e, de certo modo, estabelece os acessos (trabalho, estudo etc.) e os limites no espaço prisional. Sem a presença da detenta, juntamente com a direção do presídio e outras frentes de trabalho, como a diretoria de atendimento, de segurança, a inteligência prisional e a gerência de produção (responsável pelo trabalho no presídio), a partir do contato face a face com as presas, os profissionais entrevistadores se reúnem na CTC, para sintetizar as informações obtidas junto à presa e, por fim, deliberar o PIR da mulher privada de liberdade em questão.

Neste âmbito, ressalto a compreensão de entrevista, a partir do que destacou Lílina Bastos, "como um evento social, em que o discurso é cooperativamente construído" (BASTOS, 2013, p. 10). Tal conceito de entrevista coloca o sujeito entrevistado não como um simples informante dos dados de interesse do entrevistador, mas "como alguém que coconstrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista" (Idem).

Mulher presa e mulher profissional do psicossocial, encaixadas no conceito de Bastos (2013), cooperam uma na produção discursiva da outra, uma vez que as perguntas das psicólogas, por exemplo, orientam o discurso da reclusa, e a respostas da reclusa orientam o que será perguntado pela profissional. O sentido na entrevista, ao considerar esse entendimento, funciona como um ciclo dinâmico que evolui num jogo simultâneo e colaborativo, em que os participantes cooperam mutuamente para sua construção.

Em entrevistas em que a fala é objeto de estímulo, como no caso das entrevistas técnicas de classificação realizadas pelo psicossocial do PFJAG, as experiências narradas são uma oportunidade de revelação de "quem são" e de "como se posicionam" os narradores no mundo (BASTOS, 2013).

A entrevista, deste modo, se realiza como um "evento interacional em que os participantes utilizam elementos discursivos diversos a fim de criar e manter a interação social" (BASTOS, 2013, p. 11). Nessa arena interacional, há um claro "gerenciamento de identidades sociais", negociado a partir de um "processo colaborativo entre entrevistador e entrevistado, entre a formulação de perguntas e respostas" (Idem).

O que resulta desses encontros para realização das entrevistas e daqueles provocados pelo envio do fale comigo são interações face a face, conforme apresento a seguir.

2.4 As interações face a face nos atendimentos do psicossocial do PFJAG

A interação face a face é definida por Goffman como:

“a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros. [...] O termo “desempenho” pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes. Tomando um participante particular e seu desempenho como um ponto básico, podemos chamar aqueles que contribuem com os outros desempenhos de plateia, observadores ou co-participantes. O padrão de ação pré-estabelecido que se desenvolve durante a representação, e que pode ser apresentado ou executado em outras ocasiões, pode ser chamado de um “movimento” ou “prática” (GOFFMAN, 1999, p.23).

Os encontros com presença imediata de um ou de um conjunto de indivíduos, de acordo com Goffman, configura a interação face a face, de modo que o “desempenho” dos participantes envolvidos resulta como um influenciador dos participantes durante a interação face a face.

As interações entre sujeitos valem-se de variáveis sociais que influenciam o comportamento linguístico, como “idade, classe, casta, país de origem, geração, região, escolaridade; pressuposições cognitivo-culturais; bilinguismo” (cf. GOFFMAN, 2013, p. 13 e 14). Para além dessas, no caso do ambiente prisional, informações como o delito cometido, artigos nos quais o sujeito fora enquadrado, se é condenada ou presa provisória, se é adicta, se tem filhos, estado civil, se é visitada pela família, se sofre de doenças mentais ou físicas são variáveis sociais constantemente acionadas pelas profissionais do psicossocial no primeiro contato com as detentas, seja nos atendimentos do fale comigo, seja nas entrevistas de classificação.

A teoria da fala proposta por Goffman aponta para uma dinâmica de frequente surgimento de novas variáveis que são “determinantes no comportamento linguístico” (GOFFMAN, “A situação negligenciada”, 2013, p. 14), além de haver as variáveis psicológicas, que, no caso do encarceramento de mulheres, podem vincular-se ao estado emocional, aos transtornos pós-traumáticos vivenciados com o cerceamento da liberdade, a interrupção dos laços e a própria vida na prisão.

O “correlato social da fala” denominado por Goffman como “situacional” considera os seguintes aspectos sociointeracionais: o evento entre os falantes se dá com sujeitos do “mesmo sexo ou do sexo oposto; subordinado ou superior, com um ouvinte ou com muitos, alguém ali mesmo ou ao telefone; está lendo um script ou

falando espontaneamente; a ocasião é formal ou informal, de rotina ou emergência” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 15). Esses “atributos da estrutura social” são reconhecidos imediatamente no decorrer da interação.

A “apresentação sistemática do ambiente”, nas interações, compõe a análise da “situação social” definida por Goffman como

ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão ‘presentes’ e para quem os outros indivíduos são acessíveis de forma semelhante. (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 17)

Para o autor, o encontro entre interactantes despontará o surgimento de uma “situação social”. As “regras de convivência” que organizarão socialmente esses sujeitos são “regras culturais” que conduzem o encontro entre “dois ou mais indivíduos que se encontram na presença imediata um do outro” (GOFFMAN 2013 [1979], p. 17.).

Essa “situação social” pode ser menos negligenciável de acordo com o grau de relacionamento entre os sujeitos. Assim o contato de um parente com outro “será menos distante e negligenciável”, exemplifica o autor (Idem). O menor ato de negligência situacional é percebido naqueles atendimentos do psicossocial os quais a psicóloga ou assistente social já efetuaram mais de um atendimento à presa.

Neste caso, os “atributos da estrutura social” são acionados sem a necessidade de serem rememorados. Ou seja, quando o atendimento é iniciado não há a necessidade de contextualização das variáveis sociais da detenta, como demonstro a seguir:

Quadro 01: Distinção entre a interação de primeiro contato da interação com contatos anteriores

A. ATENDIMENTO DO FALE COMIGO	B. ATENDIMENTO DO FALE COMIGO
1º contato de P1 com a detenta Fabíola	Mais um contato entre a P1 e a detenta Cora
PARTICIPANTES DA SITUAÇÃO SOCIAL: P1; Fabíola (34 anos; reincidente; Art. 33 – Tráfico de drogas); Pesquisadora.	PARTICIPANTES DA SITUAÇÃO SOCIAL: P1; Cora (29 anos; A rt. 157 - latrocínio); Pesquisadora.
<ol style="list-style-type: none"> 1. P1. "(1,5) Então, o que que cê precisa?" 2. Fabíola. olha primeiro eu queria falar com a 3. senhora porque que eu vim parar aqui. 4. Pl. Sim. 5. Fabíola. eu perdi minha mãe no dia 27 de 6. dezembro (choro). eu que cuidava dela pra tudo. 7. Minha mãe tinha diabetes, ela foi amputada a 8. perna. eu tenho seis irmãos. meus irmãos tudo 9. é bem de vida. ninguém cuidava da minha mãe. 10. e eu eu tive a primeira cadeia no artigo 33. 11.mas era porque entrou dentro da casa da minha 12. mãe e como eu morava junto com ela pegou 13. droga com meu irmão. aí meu irmão assumiu 14. tudo, porém que eu fiquei um ano e dois meses 	<ol style="list-style-type: none"> 1. P1. "E aí dona, o que que você precisa?" 2. Cora. Ah eu tô assim. eu tô meia:: hoje eu num 3. acordei já no meu dia muito bom não. 4. Pl. E::::: por quê? 5. Cora. Num sei. acordei meio cadeia meio 6. pesada. vou falar com a senhora o que é que 7. tá acontecendo comigo. 8. Pl. Hum. 9. Cora. Meu marido tá preso né?! tá pra sair. 10. Pl. Ah já tá? 11. Cora. Tá. vai ter que começar a ter descida aí 12. vai ligar pra cá vai marcar visita assistida 13. comigo e tal. 14. Pl. Ahn.

15. em Bicas.
 16. P1. Sei. mas você é é é foi condenada alguma
 17. coisa assim.
 18. Fabíola. Eu fui condenada um ano e oito meses
 19. a pena mínima.
 20. P1. Sim.
 21. Fabíola. Eu e meu irmão.
 22. P1. E ficou presa um ano e dois?
 23. Fabíola. Sim. fiquei um ano e dois.
 24. P1. Uai. já tinha acabado a pena a um tempão
 uai.
 25. Fabíola. já. aí a juíza foi e me deu seis
 26. meses de serviço comunitário e um salário
 27. mínimo. eu paguei o salário mínimo. o serviço
 28. comunitário eu não paguei porque eu tinha
 29. que cuidar da mãe.
 30. P1. Sim.
 31. Fabíola. Ou eu cuidava da minha mãe ou eu
 32. pagava serviço comunitário.
 33. P1. Uhn.
 34. Fabíola. Minha mãe dependia de mim pra tudo.
 35. pra comer, pra tomar um banho pra tudo.
 36. P1. Sim.
 37. Fabíola. E os meus irmão tudo mora em frente
 38. a minha casa mas nunca ajudou com nada nem
 39. trocar uma flauda.
 40. P1. Uhnhum.
 41. Fabíola. E hoje eu tenho duas filhas. pedi a
 42. minha sobrinha pra tomar conta delas que a
 43. minha sobrinha acabou de fazer dezenove
 44. anos.
 45. P1. Uhnhum.
 46. Fabíola. Então aí eu fiz uma besteira de
 47. tentar levar uma droga pra cadeia (1,0) para
 48. um rapaz que estava ameaçando o meu irmão
 49. que na época meu irmão tava preso tava
 50. devendo esse rapaz.
15. Cora. Só que deixa eu falar com a senhora
 16. aqui. apareceu uma outra pessoa.
 17. P1. Uhn.
 18. Cora. Na minha vida que já existia.
 19. P1. Ahn.
 20. Cora. E tá querendo vir me visita::r.
 21. querendo fazer cadastro e tal aquela
 22. confusão. e minha cabeça tá em um dia eu
 23. num sei o que eu faço::.
 24. P1. Mas o que que você quer? (risos)
 25. Cora. (Risos) Eu quero quem esteja comigo do
 26. meu lado (1,0).
 27. P1. Tá mais (1,5). é importante decidir isso
 28. embora como você está falando já tem um
 29. tempo que você não vê esse marido.
 30. Cora. aí deixa eu explicar pra senhora outra
 31. coisa. aí o Theo tá preso. aí ele me manda na
 32. carta que mudou de vida. que virou que agora
 33. tá na igreja e tal tudo bem. entendeu? Só
 34. que a senhora já conhece muitos presos a
 35. senhora já sabe que muitos falam isso e sai
 36. lá fora e faz a mesma coisa.
 37. P1. Sim.
 38. Cora. Eu tenho um plano na minha vida que
 39. eu já prometi pra Deus e pra minha filha
 40. que eu não mexo mais com coisa errada.
 41. Depois da cadeia que eu tomei eu não caio
 42. numa cadeia mais. nunca mais na minha vida.
 43. P1. Espero que não né?! cora (ilegível) a sua
 44. pena é grande.(2')

O tempo de fala transcrito dos excertos acima é o mesmo para ambas as interações; primeiros dois minutos de fala das interactantes envolvidas.

As interações⁵⁰ constantes no quadro acima foram realizadas por P1 e duas detentas distintas. No atendimento A, era o primeiro contato de P1 com Fabíola, desde que a detenta chegou à unidade. A psicóloga inicia a interação indagando qual era necessidade da mulher (linha 01), a qual responde de modo a iniciar a contextualização voluntária (linhas 02 e 03) dos motivos que a levaram a ser presa. Na sequência, a mulher atendida continua a informar à psicóloga as variáveis sociais que envolvem sua vida, em uma narrativa do contexto antes do cárcere, a reincidência criminal (linha 10), a maternidade e a condição de cuidados das filhas (linhas 41 e 42) e o delito que a levava novamente ao cárcere (46 e 47).

No atendimento 2, disposto no quadro, P1, que já acompanhava Cora anteriormente, realizou a mesma pergunta de início da interação no atendimento B (linha 01), no entanto, a mulher atendida não respondeu à psicóloga com variáveis

⁵⁰ As interações face a face analisadas foram realizadas por P1, respectivamente, na sequência, no mesmo dia (23 de fevereiro de 2018).

sociais concernentes a sua individualidade, mas sim a contextualizou do estado de angústia daquele dia (linhas 02 e 03 e 05 e 06), e as questões que geravam dúvida quanto à possibilidade de um novo relacionamento amoroso dentro do cárcere (linhas 16 e 17 e 20 a 23).

Houve também o acionamento dos “atributos da estrutura social” o que sugere um grau interacional de maior proximidade relacional entre as interactantes. Exemplo disso é o momento em que a Cora informa que não deseja mais retornar ao ambiente prisional quando receber a liberdade (linhas 38 – 42), e mesmo sem informar qual é a pena e o crime cometido recebe o acordo de P1 de que o seu tempo de cárcere é longo (linhas 43 – 44).

O mesmo tempo de interação, com a mesma provocação inicial para a fala por parte da psicóloga demonstra dois diferentes aspectos de “situação social” nos atendimentos de fale comigo do quadro 01. O primeiro demonstra a necessidade no alinhamento das variáveis sociais por parte de Fabíola, detenta atendida em A, antes do relato das demandas para aquele atendimento. Já em B, o mesmo não ocorre com Cora, que não tem a necessidade de alinhamento das suas variáveis sociais para apresentar à P1 as demandas que a levaram a solicitar aquele atendimento.

Há também a “situação social” dos atendimentos primários em que a detenta não se dispõe voluntariamente a contextualizar as variáveis sociais, a fim de evidenciar apenas a apresentação da sua demanda, resultando num movimento interativo de perguntas e respostas, as quais P1 incita a presa a informar no primeiro atendimento as variáveis sociais do seu estrato social, mas a presa não o faz, conforme podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 02: Interação de primeiro contato sem a informação voluntária das variáveis sociais

C. ATENDIMENTO DO FALE COMIGO

1º contato de P1 com a detenta Miriam

PARTICIPANTES DA SITUAÇÃO SOCIAL: P1; Miriam (ré primária; Art. 121 – homicídio); Pesquisadora.

1. P1. e então (++) você buscou o atendimento o que que você está precisando?
2. Miriam. é porque tem nove meses que eu não vejo meu menino.
3. P1. Ahn. (lê a ficha e pergunta) o Vítor?
4. Miriam. sim. e eu queria um atendimento de uma visita assistida.
5. P1. tá o Vítor tem quantos anos?
6. Miriam. tem onze anos.
7. P1. E O Vítor está com quem?
8. Miriam. tá com a minha cunhada.
9. P1. tá. ela tem a guarda dele?
10. Miriam. não.
11. P1. Uhm (1,0). você veio presa por causa de quê?
12. Miriam. vim presa no::: 121.

13. P1. você já tem condenação?
14. Miriam. não.
15. P1. não? já foi à audiência::?
16. Miriam. fui na audiência. mas não fui ouvida (1,0).
17. P1. Uhm. por quê?
18. Miriam. (1,5) não sei.
19. P1. Uhm (1,5).
20. Miriam. fui na audiência o juiz só pegou o meu a minha assinatura:: e eu
21. voltei de novo.
22. P1. quer contar pra nós por que que você veio nesse:: artigo?
23. Miriam. eu tô suspeita de um homicídio de ter matado um rapaz.
24. P1. ahn. e por que que você matou o rapaz?
25. Miriam. eu não matei eu só sou suspeita.
26. P1. pois é mais você tá suspeita. o que é que aconteceu até chegar nesse
27. momento aí deles acharem que foi você:: a responsável?
28. Miriam. eu vim num mandado de prisão e com eles forneceu minha temporada
29. de trinta dias (++) depois surgiu minha preventiva.
30. P1. uhmhum.
31. Miriam. e eu tô aguardando até hoje pra mim ser ouvida::.
32. P1. sim.
33. Miriam. mas eu não sei direito o que que aconteceu.
34. P1. é a primeira prisão.
35. Miriam. é a primeira prisão.
36. P1. então você já veio num artigo pesado uai?
37. Miriam. é.
38. P1. (risos)
39. Miriam. infelizmente.
40. P1. como que era lá fora, com quem você mora::va::?
41. Miriam. morava só eu e meu menino.
42. P1. ahnham. você e o Vítor?
43. Miriam. mas eu tinha uma vida tranquila. fazia minhas faxina. tranquilo.
44. P1. e o pai do Vítor?
45. Miriam. tá preso::.
46. P1. onde que ele tá?
47. Miriam. Aqui na Dutra (menção à proximidade desse presídio ao PFJAG).

O tempo de fala transcrito dos excertos acima é dos primeiros dois minutos de fala das interactantes envolvidas.

O atendimento C⁵¹ disposto no quadro acima revela o mesmo *start* de P1 na interação (linha 01), com o uso da mesma pergunta realizada às mulheres do quadro 03. No entanto, mesmo sendo o primeiro atendimento, a presa responde a pergunta inicial de P1 com a descrição da sua demanda (linhas 02 e 03) de visita assistida do filho de nove anos, ao invés de realizar uma contextualização voluntária das variáveis sociais, como no atendimento A. Os "atributos da estrutura social" de Miriam foram acionados posteriormente com indagações realizadas por P1 no decorrer da interação, conforme podemos ver nas linhas 11 a 44. Esta interação demonstra a relevância das variáveis sociais previamente alinhadas,

⁵¹ Realizado em 20 de fevereiro de 2018.

acionadas voluntariamente ou não, no decorrer do evento de fala dos atendimentos psicológicos do PFJAG.

Há também distinções da descrição da demanda no protocolo do fale comigo da detenta de primeiro atendimento daquela de atendimentos regulares, conforme podemos identificar na imagem a seguir:

Figura 01: Protocolo do fale comigo dos atendimentos A, B e C.

ATENDIMENTO A - FABIOLA – PRIMEIRO ATENDIMENTO DO FALE CONOSCO

Por gentileza preciso muito de psicólogo. Dona P1 para saber das minhas filhas estou sem resposta por favor estou muito sozinha aqui obrigado pela atenção

inf: [redacted] cela: [redacted]

ATENDIMENTO B - CORA – ACOMPANHADA PELA PSICÓLOGA

Preso: [redacted]	INFOPEH: [redacted]	Cela: [redacted]	Tipo Atendimento: [redacted]	Assinatura: [redacted]
Motivo: <i>Pessoais</i>	Data: 04/03/18			
Delito – artigo e/ou descrição: 157				

ATENDIMENTO C – MÍRIAM – PRIMEIRO CONTATO COM A PSICÓLOGA.

Preso: [redacted]	INFOPEH: [redacted]	Cela: [redacted]	Tipo Atendimento: [redacted]	Assinatura: [redacted]
Motivo: <i>Senhora estou sem notícias do meu filho estou sem visita preciso da sua ajuda. Vim de trans estou sem saber de nada - Transcrição do motivo do fale comigo do atendimento C</i>	Data: 04-03-18			
Delito – artigo e/ou descrição: 157				

Fonte: Psicossocial do PFJAG

("Por gentileza preciso muito de psicólogo. Dona P1 para saber das minhas filhas estou sem resposta por favor estou muito sozinha aqui obrigado pela atenção" - Transcrição do motivo do fale comigo do atendimento A).

("Pessoais" - Transcrição do motivo do fale comigo do atendimento B).

("Senhora estou sem notícias do meu filho estou sem visita preciso da sua ajuda. Vim de trans estou sem saber de nada - Transcrição do motivo do fale comigo do atendimento C).

Vemos na imagem acima que a comunicação assinalada pela detenta do atendimento A dispõe da descrição mais elaborada dos fatores que levam a presa a buscar por ajuda psicológica, assim como no atendimento C, em comparação ao atendimento B que descreve sucintamente que os motivos do pedido de atendimento são "pessoais". Além disso, há certa postura de submissão presente na descrição linguística das detentas do atendimento A e C, na qual elas se referem à interlocutora como "senhora" e "dona", termos muito utilizados no PFJAG para simbolizar o reconhecimento de posição hierarquicamente superior daquela que efetuará o atendimento. O que não ocorre na descrição do atendimento b, aquele em que a detenta já dispõe de proximidade relacional advinda do acompanhamento psicológico realizado por P1.

Os atendimentos psicológicos e do serviço social investigados por este trabalho dispõem de “regulamentos próprios”, “próprios processos” e estrutura própria como qualquer outra interação face a face (GOFFMAN, 2013[1979], p. 20). A psicóloga é sempre aquela que inicia e encerra os atendimentos, bem como aquela que finaliza a interação, o que se enquadra nas “regras claras para o início e término de encontros, para a entrada e a saída de certos participantes em particular” (cf. GOFFMAN, 2013[1979], p. 18).

Nos atendimentos de fale comigo, há uma prevalência de abertura e fechamento das interações, realizada pelas profissionais do psicossocial. Além disso, a entrada e a saída da detenta à sala de atendimento somente é realizada após o aval dessas profissionais. O processo de entrada da presa à sala de atendimento é sempre o mesmo. Antes do acesso da mulher ao ambiente do psicossocial, a agente posicionada à porta anuncia a chegada da detenta, a qual ela (agente de segurança) conduziu ao prédio em que os atendimentos são realizados. Após a profissional do psicossocial sinalizar o de acordo para a entrada da presa, a agente posiciona a mulher de frente para a parede, com as mãos algemadas para trás, para que o dispositivo de segurança seja retirado. Após isso, a presa entra na sala e senta-se na cadeira. Isso ocorre com três das quatro profissionais participantes desta pesquisa, uma vez que uma das assistentes sociais realizou atendimentos com as presas algemadas.

A abertura da interação, geralmente, inicia-se com uma pergunta da psicóloga, de modo a sondar os motivos da solicitação do atendimento, como podemos ver nas linhas 01 e 02, do exemplo 1 do quadro abaixo que apresenta a abertura e o fechamento da interação em um atendimento psicológico:

Quadro 03: Exemplo de abertura e fechamento da interação do fale comigo

1. EXEMPLO DE ABERTURA DE ATENDIMENTO “FALE COMIGO”	2. EXEMPLO DE FECHAMENTO DE ATENDIMENTO DO “FALE COMIGO”
PARTICIPANTES DA SITUAÇÃO SOCIAL: P1; Cássia (25 anos; reincidente; Art. 155 – furto); Pesquisadora.	
1. P1. O que que eu posso te 2. ajudar, Cássia? 3. Cássia. Ô dona to 4. precisando tanto falar 5. com minha família:::	6. P1. "Com o telefone do seu irmão eu falo com a sua mãe? 7. Cássia. Fala. 8. P1. Ahn. 9. Cássia. (informa o número de telefone) 10. P1. Eu vou tentar falar com ela e ver como é que estão 11. as coisas lá tá. aí eu te dou uma resposta lá. 12. Cássia. Viu. 13. P1. Pode ser? 14. Cássia. Pode. 15. P1. A gente tá sem telefone aqui:: então eu tenho que:::ir 16. lá (em referência ao prédio da administração prisional) (1,5). 17. Cássia. É pra sair agora?

18. P1. Uhm?
19. Cássia. É pra ir embora agora (++)?
20. Cássia. Brigada.
21. P1. (risos) Você tem mais alguma coisa que cê precise?
22. Cássia. Tenho não.
23. P1. Tem não tá bom. Eu tendo notícias te mando lá. Tá bom?
24. Cássia. Deus abençoe.
25. P1. Amé::m.

O encerramento é composto por um encadeamento conversacional (linhas 10 – 16) que explicita a limitação da psicóloga em continuar o atendimento, por não conseguir sanar a demanda da presa durante a interação; realizar contato telefônico com os parentes de Cássia em busca de notícias sobre a família da detenta, conforme ilustrado no exemplo 2, constante do quadro acima.

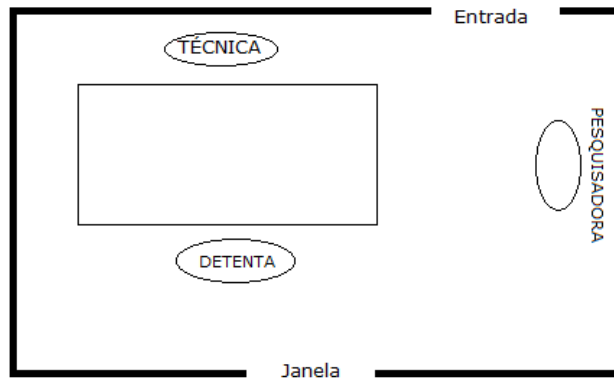
A saída de Cássia só se dá após a detenta receber a aprovação da profissional mediante a sua dúvida quanto à permanência ou não no ambiente (linhas 17 – 25), de modo a deixar claro que a sua retirada da sala não poderia se dar de forma espontânea, mas somente diante de aprovação da psicóloga que realizou o atendimento. Como um processo ritualístico, ao sair da sala, as detentas, como alguém que já absorveu os códigos de conduta de disciplina e segurança do ambiente da prisão (COELHO, 2005, p. 36), voltam-se à parede, colocam as mãos para trás e são algemadas pelas agentes prisionais, para então serem retirada do prédio do psicossocial.

Os “encontros”, produtos da “situação social”, podem ser conhecidos também como “comprometimentos face a face”, com ecologia própria (no sentido de meio moral, social e político dos sujeitos – GOFFMAN, 2013, chama de “amontado ecológico”), “aproximação física” que coopera para a troca interacional entre os interactantes (GOFFMAN, 2013, p. 18).

A disposição física das salas de atendimento do psicossocial proporciona essa aproximação física dos participantes do encontro, na qual é possível que o profissional do psicossocial e o indivíduo atendido “se orientem na direção um do outro e se desviam daqueles que estão presentes na situação, mas que não estão oficialmente no encontro” (GOFFMAN, 2013, p. 18).

Figura 02: Disposição física dos interlocutores nos atendimentos do psicossocial

DISPOSIÇÃO DOS INTERLOCUTORES NOS ATENDIMENTOS DO PSICOSSOCIAL
DO PRESÍDIO FEMININO JOSÉ ABRANCHES GONÇALVES



Fonte: Elaboração deste trabalho

A figura acima apresenta a disposição física dos participantes nos atendimentos e nas entrevistas realizadas pelo psicossocial do PFJAG. No ambiente, técnica e detenta posicionam-se uma frente à outra, o que favorece o direcionamento e correspondência da face durante as falas.

O lugar ocupado por mim no decurso dos atendimentos de fale comigo e das entrevistas de classificação permitiu-me a observação visual de ambas as interactantes nos encontros sociais, bem como evidenciou a minha participação na interação somente como uma "coparticipante" (GOFFMAN, 2013, p. 18) da interação, sem o contínuo endereçamento do olhar e das falas das demais participantes.

Destaco que é no "encontro social" que um "pequeno sistema de ações face a face" é organizado e os participantes são ratificados⁵². Além disso, é também nele que a fala é organizada "socialmente" e a composição de "quem fala para quem e em que língua" (GOFFMAN, 2013, p. 19), o que detalho um pouco mais no embasamento teórico da sociolinguística interacional que farei a seguir.

⁵² Ver explicação sobre o processo de ratificação de participantes no tópico seguinte.

2.5 A sociolinguística interacional como base para as análises desta pesquisa

Como indivíduos que interagem socialmente, somos compelidos, voluntária ou involuntariamente, diante de um encontro face a face, a nos questionarmos com a pergunta: “o que está acontecendo aqui” (GOFFMAN, 2012, p. 30). A “preocupação com aquilo a que um indivíduo pode estar atento em determinado momento” é o que sensibilizou Goffman a realizar análises de interações sociais, em “Os quadros da experiência social” (Idem).

Numa perspectiva situacional, o autor considera o exame da “organização da experiência” (2012, p. 34), por meio de elementos sociais básicos aos quais os sujeitos são capazes de identificar, relativos a “um enfoque que inclui um espectro amplo ou um espectro estreito e – como questão relacionada, mas não idêntica – em termos de um enfoque em primeiro plano ou distante”, em referência à análise de quadros, como parte constituinte das interações sociais (GOFFMAN, 2012, p. 31).

Os “esquemas primários”, definidos por Goffman nesta obra, podem ser “naturais” e “sociais” e compõem os elementos sociais básicos a serem analisados. Os naturais se relacionam a “acontecimentos não guiados”, baseados em todo tempo a “determinantes naturais”, exemplificados no amanhecer e no entardecer (GOFFMAN, 2012, p.45).

Os “esquemas sociais” são aqueles que fornecem “compreensão de fundo para os acontecimentos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência de um agente vivo” (GOFFMAN, 2012, p. 46). Há um entendimento de que as ações desses agentes são “guiadas” e que submetem o indivíduo a “padrões”, bem como à “avaliação social” que considera aspectos como a “honestidade, eficiência, economia, segurança, elegância, tato, bom gosto” (Idem), etc.. Tal compreensão está atrelada à “intencionalidade humana” dentro da “esfera social” (GOFFMAN, 2012, p. 47).

Tais esquemas auxiliam na resposta à pergunta, aqui destacada, que visa compreender o que está acontecendo no momento do encontro social. Goffman destaca cinco temas⁵³ como auxiliares da compreensão do funcionamento das

⁵³ O primeiro é o “complexo surpreendente” que ocorre quando observadores duvidam de algo e para explicar esse algo é necessário o acionamento de diretivas metafísicas, como ocorre no questionamento de um milagre, do surgimento de *Ovnis*, ou de visões monstruosas, por exemplo (GOFFMAN, 2012, p. 53). O segundo é a “exibição de proezas” que diz respeito a ações controladas e consideradas quase impossíveis por “agente voluntarioso”, como no caso de malabaristas, contorcionistas, equilibristas, surfistas, etc.

interações. Essa conjuntura de esquemas relacionados ao natural e ao social despontou em Goffman a descrição de participantes da interação para além daqueles que executam alguma atividade interacional, como o caso dos espectadores “que se limitam a observar e estão também profundamente envolvidos”, e a noção de foco do olhar, que ora pode se direcionar e ora pode se desviar para algum interesse, (GOFFMAN, 2012, p. 64) o que já antecipa aspectos da teoria do *footing*, cunhada por Goffman posteriormente.

Goffman também conceitua a vinculação da “natureza de um determinado quadro” à “natureza da fórmula pessoa-papel que ele sustenta”, de modo que na dissociação entre a “pessoa e o papel”, esse último, “o papel”, está relacionado a “uma questão ‘puramente’ social”, e a “pessoa ou o indivíduo” é de alguma maneira “mais que social, mais que real, mais que biológico, mais profundo, mais genuíno” atuante como “mecanismo” executor do “papel” (GOFFMAN, 2012, p. 333).

A dinâmica existente entre o exercício de papéis, segundo Goffman, associa-se à alternância de contextos. Deste modo, a mulher que é mãe e chefe de família em sua casa, ao ser presa, desempenhará outro papel na unidade prisional, o de mulher encarcerada, que não se eximirá dos elementos sociais constituidores da sua individualidade, mas que não poderá incorporá-los de forma plena no novo papel social.

O autor aponta para a existência de “fatores sociais” como “idade, tipologia de sexo, estratificação de classe e etnia” como aqueles que fornecem “qualificações preferenciais ou auxiliares exigidas da pessoa que assume o papel” (GOFFMAN, 2012, p. 334).

Há uma dinâmica de alternância de papéis semelhante no decurso da fala entre falante e ouvinte, conforme destacado por Goffman (2013, p. 114 – “*Footing*”), de modo que durante a interação há a troca dos papéis entre quem fala e quem ouve. Tal alternância contribui para a ideia de não rigidez na permanência de ambos os papéis no decurso da conversa ou da fala.

Vale dizer que durante o exercício de um papel, o ator manterá ou recorrerá a algum “eu [*self*]”: “O papel cede lugar à pessoa” (GOFFMAN, 2012, p. 337). Nesse

(Idem, p. 55). O terceiro são as “peixotadas” são ações em que o “corpo mantém a sua capacidade como força natural e causal, mas não como força intencional” e se relacionam aos atos falhos, às “gafes” e às “mancadas” (Idem, p. 57). O quarto é a “causalidade” associada a um “acontecimento significativo que pode vir a ser produzido “incidentalmente”, como no caso de um acidente automobilístico, por exemplo (Idem, p. 59). O quinto tema é “questão da segregação expressa na “tensão” ou na brincadeira”, exemplificado por Goffman, como o corpo humano nú visto pelos médicos como natural e não social (Idem, p. 61).

sentido, estabeleço um diálogo com outra obra de Goffman (1999), "A representação do eu na vida cotidiana", a fim de conceituar a noção de eu:

O "eu", portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado (GOFFMAN, 1999, p. 231).

A compreensão do "eu", levantada por Goffman, referencia a noção de "eu" não como instância substancial, materializada, mas elaborada e acionada com o fim de representar personagens em determinados contextos.

No desempenho dos papéis, também há o que Goffman nomeia por "estilo como uma tonalização, uma transformação aberta de algo modelado sobre alguma outra coisa (ou sobre a transformação de alguma outra coisa)" (GOFFMAN, 2012, 357). O estilo pode soar falso se intencionalmente acionado, como "no caso do *modus operandi* de um criminoso, pode ser exibido apesar dos esforços do produtor no sentido de disfarçar a autoria de sua produção" (Idem).

Na teoria de Goffman, "cada enunciado verbal ou ato físico que o indivíduo traz como contribuição para uma situação atual estarão enraizados em sua identidade pessoal, biográfica", de modo que esses fatores se somam à "própria pessoa". É deste modo que enquadramos a nossa percepção do outro (GOFFMAN, 2012, 361).

Neste ponto, vale destacar que o indivíduo que representa diante de outros "tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade", de modo a se utilizar de impressões idealizadas a partir da observação dos estereótipos de quem o observa (GOFFMAN, 1999, p. 41).

Goffman (1999) afirma que, num encontro, indivíduos obtêm informações (socioeconômicas, da psiquê, das capacidades e do grau de confiança merecido) a respeito daquele indivíduo que recém se coloca na presença desses, "a informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tomando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para obter uma resposta desejada" (GOFFMAN, 1999, p. 11).

No caso do indivíduo desconhecido, os observadores constantes do encontro social podem acionar informações a partir da conduta e da aparência do indivíduo observado, o que pode acionar elementos observados numa experiência anterior com indivíduo semelhante, de modo a "aplicar-lhe estereótipos não comprovados" (Idem).

A aplicação deste conceito no ambiente investigado coloca as profissionais do psicossocial do PFJAG como observadoras da interação que atende a mulher presa e a insere (mulher encarcerada) no encontro como falante na maior parte do tempo, conforme o "modus operandi" do atendimento psicológico. Há também o preenchimento das características associadas ao estereótipo vinculado ao perfil social comum das mulheres encarceradas (jovem, negra, com pouca escolaridade, mães de origens de contextos vulneráveis socialmente, praticantes de crimes não violentos). Quando as informações obtidas do indivíduo observado rompem com esse estereótipo, por motivo do crime cometido ser violento, por exemplo, é notável que há uma iniciativa para coletar mais informações da mulher em atendimento, por parte da profissional, a fim de apurar as características desconhecidas:

Excerto 06

- 1.P1. uhm (1,0). você veio presa por causa de quê?
2.Miriam. vim presa no::: 121.
3.P1. você já tem condenação?
4.Miriam. não.
5.P1. não? já foi à audiência::?
6.Miriam. fui na audiência. mas não fui ouvida (1,0).
7.P1. Uhm. por quê?
8.Miriam. (1,5) não sei.
9.P1. uhm (1,5).
10.Miriam. fui na audiência. o juiz só pegou o meu a minha assinatura:: e eu
11.voltei de novo.
12.P1. quer contar pra nó::s por que que cê veio nesse:: artigo?
13.Miriam. eu tô::: suspeita de um homicídio:: de ter matado um rapaz.
14.P1. ahn. e por que que você matou o rapaz?
15.Miriam. eu não matei eu só sou suspeita.
16.P1. pois é mais cê tá suspeita. o que é que aconteceu até chegar nesse
17.momento. aí::: deles acharem que foi você:: a responsável?

Miriam: Casada (marido também preso); mãe de um filho de 09 anos; primeira prisão; prisão preventiva enquadrada no art. 121 (homicídio); presa há 9 meses; recebe visita da mãe e do irmão. Atendimento realizado por p1 em 20 de fevereiro de 2018.

O excerto acima destacado ilustra a necessidade de P1 em entender os motivos que levaram aquela mulher à acusação de um crime violento como o homicídio. Ressalto que no registro de fale comigo de Miriam, constante na figura 01, a mulher já havia informado o crime no qual estava enquadrada. No entanto, ao perguntar os motivos que levaram a mulher à prisão (linhas 01 e 12), P1 expressa verbalmente interesse em apurar as circunstâncias destoantes dos crimes

relacionados ao tráfico de drogas e contra o patrimônio, maioria entre as mulheres presas.

Ao explicar a “expressividade do indivíduo”, Goffman aponta para duas espécies de “atividade significativa”: “a expressão que ele transmite” – relaciona-se com os símbolos verbais, ou similares, utilizados com o fim de “veicular a informação”, e a “expressão que omite” (GOFFMAN, 1999, p.12) – abarca ações diversas consideradas sintomáticas do ator, de modo que a ação efetuada dispõe de razões distintas daquela informação transmitida.

Na sequência da fala de Miriam, conforme abaixo, vemos que tanto a presa se expressa como transmissora da informação de sua não ciência do fato que a levou presa (“eu não sei direito o que aconteceu” - linha 24), quanto expressa à omissão de mais informação dela a respeito do crime (“e eu tô aguardando até hoje pra mim ser ouvida (sic)” – linha 22). O que sugere que num ato comunicativo o indivíduo transmite aquilo que é do seu interesse transmitir (GOFFMAN, 1999).

Excerto 07

18.Miriam. Eu vim num mandado de prisão e com eles forneceu minha temporada
20.de trinta dias (++) depois surgiu minha preventiva.

21.P1. uhmhum.

22.Miriam. e eu tô aguardando até hoje pra mim ser ouvida::

23.P1. sim.

24.Miriam. mas eu não sei direito o que que aconteceu.

25.P1. é a primeira prisão.

26.Miriam. é a primeira prisão.

27.P1. então cê já veio num artigo pesadão uai?

28.Miriam. é.

29.P1. (risos)

30.Miriam. infelizmente.

Goffman ao elucidar aspectos da expressão que transmite e omite afirma que “o indivíduo evidentemente transmite informação falsa intencionalmente por meio de ambos estes tipos de comunicação, o primeiro implicado em fraude, o segundo em dissimulação” (GOFFMAN, 1999, p.12).

Assim, segundo o autor, é inevitável o caráter promissório de um indivíduo diante de outros. Esses outros aceitam o indivíduo em confiança, no qual o processo inferencial é realizado “no mundo da interação social” (Idem). Ressalto que, para o autor, a segurança inferencial está relacionada com a quantidade de informação levantada perante o indivíduo observado. Dessa forma, a interpelação de P1 para tentar compreender o contexto do crime de Miriam se relaciona a este processo inferencial.

No entanto, mesmo considerando P1 como ocupante predominantemente do lugar de observadora da interação social, ela também pode, em algum momento,

ocupar o lugar de observada pela sua interlocutora atendida, segundo Goffman. O autor, no seu estudo intitulado "A situação negligenciada", afirma que

uma situação social como um ambiente que proporciona possibilidades mútuas de monitoramento, qualquer lugar em que um indivíduo se encontra acessível aos sentidos nus de todos os outros que estão 'presentes', e para quem os indivíduos são acessíveis de forma semelhante (GOFFMAN, 2013 [1964], p. 17).

O mútuo monitoramento destacado por Goffman nos revela, no entanto, que, possivelmente, o observador terá vantagem sobre o ator no jogo da informação independentemente das etapas realizadas, contudo a assimetria inicial do processo de comunicação será mantida. Nesse sentido, Psicólogas ocupam o papel de observadoras quando realizam o papel de ouvinte da fala da reclusa, que neste caso é o indivíduo projetante da interação social. Quando a psicóloga troca de lugar e exerce o papel de falante, ela pode favorecer ou ceder o lugar de observadora à presa.

A projeção inicial conecta o indivíduo observado àquilo que está sendo proposto e "exige que abandone as demais pretensões de ser outras coisas" (GOFFMAN, 1999, p. 19). A progressão da interação permite muito mais facilmente ocorrer "acréscimos e modificações" no estágio inicial das informações, de modo a se relacionar coerentemente às posições iniciais adotadas pelos diversos participantes. Ou seja, ao iniciar o atendimento de fale comigo, psicóloga e detenta acordam que aquela situação social é um atendimento provocado pelo fale comigo, conforme podemos ver a seguir, e que a psicóloga está ali para ouvir da presa as demandas que a levaram àquele registro, conforme a seguir.

Excerto 08

1. **P1.** Bom. Cê me mandou um bilhetinho:: em que que eu posso te ajudar?
2. **CLEUSA.** Enviei. é porque eu sou o tipo de pessoa que eu gosto de
3. trabalhar sabe? trabalha e estuda.
Cleusa, 45 anos, presa por furto, reincidente, adicta confessa de uso do crack.
Atendimento realizado por P1 em 20 de fevereiro de 2018.

Cleusa, a mulher encarcerada constante do excerto acima, sabe que naquela situação social, circunstanciada por P1 na linha 1, ela será atendida pela psicóloga e atuará como informante da situação, e P1, por sua vez, assume o lugar de observadora ao ceder o turno de fala à mulher presa, de modo que ela informe à profissional os motivos da sua necessidade de atendimento.

Neste ponto, é importante salientar o *footing* (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 107) que projeta P1 como aquela disposta a acolher a demanda da mulher atendida a fim de ajudá-la na sua solicitação. A construção discursiva para esse acolhimento é

dotada de elementos linguísticos que funcionam como dispositivos de aproximação relacional do eu – profissional para o tu – mulher privada de liberdade.

O mesmo ocorre na entrevista de CTC. A mulher presa é convidada pela psicóloga a se engajar no papel social de informante da interação face a face decorrente da entrevista, conforme o excerto a seguir:

Excerto 09

- 1.P2. Ei. como va:i. tudo:: bem?.
((barulho de porta fechando))
2.Teresa. Eu tô bem.
3.P2. Você é a:?:
4.Teresa. Teresa::: tudo:: bem?
5.P2. eu tô bem. na medida do possível. (Risos). Teresa. meu nome é P2. tá? eu
6.sou psicóloga aqui da unidade::: somos duas eu e a P1. tá?
7.Teresa. Uhhun.
8.P2. e hoje eu te chamei aqui pra gente conversar um pouco::: sobre a CTC:::
9.Teresa. tá.
10.P2. que eu vou fazer a sua entrevista::: de CTC. você sabe o que é ctc?
11.Teresa. não::: (risos)
12.P2. nã:::o? é a primeira vez que você vem presa. né?
13.Teresa. isso:::
14.P2. é um pouco de novidade. a CTC/durante esses dias tá. as pessoas vão tá te
15.chamando::: pra fazer a CTC. todo mundo vai fala:::r. hoje eu vou fazer a sua
16.CTC, Teresa. então vou te explicar um pouquinho o que é que é.
17.Teresa. tá:::
18.P2. pra você ter uma ideia da importância::: desse::: atendimento:::
19.Teresa. tá:::
20.P2. ((barulho de folha se movimentando)). os profissionais que vão te chamar.
21.eles também vão faze:::r algu:::mas pergunta:::s. é::: relacionada:::s a cada
22.profissiona:::l. né?. eu sou psicóloga vou te perguntar algumas coisa:::s
23.referentes à psicologia::: o dentista vai te pergunta:::r/ vai fazer uma
24.análise. né. sobre:::
25.Teresa. uhhun.
26.P2. sobre o oral e assim por diante.

Teresa, 30 anos, presa por levar droga para dentro de um presídio masculino, primeira prisão, adicta confessa de uso do crack. Entrevista de CTC realizada por P2 em 10 de setembro de 2018.

No excerto acima, P2 esclarece à Teresa o enquadre interativo correspondente à interação face a face, de modo a alinhar a mulher as expectativas da profissional quanto ao engajamento da mulher entrevistada (linhas 08, 10, 14, 15 e 20-24). No caso da entrevista, P2 alinha-se à Teresa como entrevistadora e profissional interessada em informações concernentes de ordem psicológica da mulher entrevistada.

O conceito de footing cunhado por Goffman refere-se ao “alinhamento, a postura, a posição, a projeção do eu de um participante na sua relação com o

outro, consigo próprio e com o discurso em construção” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 107).

Ribeiro e Garcez afirmam que

os *footings* são introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação. Podem sinalizar aspectos pessoais (uma fala afável, sedutora), papéis sociais (um executivo na posição de chefe de setor), bem como intrincados papéis discursivos (o falante enquanto animador de um discurso alheio). (RIBEIRO; GARCEZ, 2013, p. 107)

As mudanças de código percebidas em uma interação podem ser marcadas por modificação nas “pistas do canal”, que, dentre outras, consta de elementos prosódicos como o ritmo da conversação e por alterações nas escolhas léxico-gramaticais também (Idem).

Associo as pistas do canal às pistas de contextualização, conforme definido por Jonh Gumperz, em que:

É através de constelações de traços presentes na estrutura da superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona ao que a precede e sucede. Tais traços são denominados pistas de contextualização (GUMPERZ, 2013 [1982], p. 152).

A “canalização de interpretação” destacada por Gumperz é realizada por “implicaturas conversacionais” com base em “expectativas convencionalizadas de co-ocorrência entre conteúdo e estilo de superfície” (Idem). Neste caso, o autor afirma que

os processos relacionados às mudanças de código, dialeto e estilo, alguns fenômenos prosódicos [...], bem como as possibilidades de escolha entre opções lexicais e sintáticas, expressões pré-formuladas, aberturas e fechamentos conversacionais, e estratégias de sequenciamento podem, todos, ter funções semelhantes de contextualização (GUMPERZ, 2013 [1982], p. 152).

Então, “as pistas de contextualização” podem ser consideradas “todos os traços linguísticos” que cooperam para “a sinalização de pressupostos contextuais” (Idem). No entanto, como falantes, utilizamos tais pistas com rara consciência, de modo irrefletido, ou seja, sem menção ao seu uso. O excerto acima destacado, do atendimento de Cleusa, ilustra as alterações de código que resultam nessas pistas, as quais são enquadradas como escolhas léxico-gramaticais. Há uma notável estratégia discursiva utilizada na linha um, em que a psicóloga utiliza um termo não institucionalizado, o diminutivo “bilhetinho:” com alongamento da última vogal, para se referir ao fale comigo. Tal escolha lexical e o tom utilizado pode ter o propósito de tornar o ambiente mais confortável para a presa e favorecer o alcance da identificação das demandas da reclusa.

Gumperz (1977) defende que o "conhecimento social" é funcional para a "interpretação situada". Entretanto, o autor destaca a existência de mudanças no "contexto extralinguístico", realizadas no "curso da interação" associadas a "pressupostos sociais" e "atitudes" (GUMPERZ, 1977, p. 192). Para o autor, a "entrada social para conversação" e as mudanças no curso da interação são sinalizadas por meio da "própria fala em si" (Idem). Assim, "os sinais" que realizam essa entrada e as mudanças podem ser considerados como "uma metalinguagem ou sistema de meta-sinalização" (Idem).

Ao considerar perspectivas linguísticas, psicológicas, antropológicas e sociológicas, Gumperz destaca que a "inferência conversacional" refere-se ao "'situado' ou processo de interpretação com base no contexto, por meio do qual os participantes de uma conversa avaliam as intenções dos outros, e sobre os quais baseiam suas respostas" (GUMPERZ, 1977, p. 191).

Para o autor, a "inferência da conversação" é, em parte, um processo semântico que se distingue linguisticamente do que se define por significado para

enunciados ou classificação de atos de fala, bem como da medição das atitudes dos cientistas sociais. Tanto a análise linguística convencional quanto a medição das Ciências Sociais envolvem rotulagem dos enunciados por outros enunciados, mais frequentemente do que o fato. A inferência conversacional, ao contrário, faz parte do ato de conversar. Esta ideia de inferência, indiretamente ou implicitamente, ilustra a compreensão do que é dito através de respostas verbais e não verbais, a propósito, constrói-se o que se ouve para participar de uma conversa, em vez de falar sobre isso em termos abstratos. (GUMPERZ, 1977, p. 191 – minha tradução).

A análise da "inferência da conversação" requer o uso de métodos diversos (linguístico, psicológico, antropológico, social) que estudam o significado com certo dinamismo funcional dos significados, presentes na conversação. Tais análises consideram o que é dito de modo verbal e não verbal. As escolhas lexicais, portanto, incorporam tais pistas de contextualização como construção do significado.

Outro ponto a se destacar sobre a "inferência conversacional" é a "natureza multimodal da comunicação" (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981], p.219). Segundo ERICKSON; SHULTZ, essa natureza resulta na "redundância de modalidade entre o canal verbal e o não verbal" (Idem). Os autores destacam ainda "as dimensões de diferença na forma de atuação interacional" que podem implicar em "valor contrastivo como *pistas de contextualização*" (Idem – grifo dos autores), tais quais: "mudança de tom e altura da voz, e outras características prosódicas; alterações no código linguístico, estilo e tópico; mudanças no andamento e na organização rítmica da fala e da movimentação corporal; mudanças na direção do olhar e na

expressão facial; mudanças no número de falantes e ouvintes [...]” (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981], p.220).

Evidências consideradas por Erickson; Shultz apontam para uma organização hierárquica constante no “comportamento social” e nos “processos de inferência interacional ou de cognição social” (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981], p.223). Os autores destacam elementos que permitem a descrição analítica de inferências realizadas pelos participantes da interação a partir de:

uma análise da estrutura desses atos [atos em colaboração que constituem a organização social do evento], por meio da identificação de diferenças na textura da atividade dos participantes no decorrer do tempo e da especificação das alternativas que são culturalmente apropriadas nos pontos de mudança na textura (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981], p.224)

Para tal competência analítica de descrição de inferências, os autores salientam a necessidade de trabalhar “desde o nível mais orgânico do plano para baixo, em vez de partir do nível molecular da palavra, do gesto, ou da frase – ou mesmo do ato de fala – para cima (Idem)”. Assim a “reflexividade”, como “processo etnometodológico”, deve ser considerada, principalmente, no que refere à “influência recíproca e mutuamente constitutiva entre expectativa e ação” (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981], p.223).

Nessa perspectiva, os “atos em colaboração” realizados pelos participantes integram a “organização social do evento” (Idem). As escolhas lexicais vinculam-se a esses “atos em colaboração”, e são pautadas por TANNEN; WALLAT (2013) como “registros”. A seleção vocabular das profissionais do psicossocial, por exemplo, está orientada a condições como o sujeito com a qual ela interage e à “situação social” na qual elas realizam a interação. As autoras afirmam, a partir de Feguson (1999), que esse uso se orienta pelas “convenções para escolhas lexicais, sintáticas e prosódicas consideradas apropriadas para o cenário e para a plateia” (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 194), muito semelhantes àquelas destacadas por Gumperz (2013[1982]) no que se refere às pistas de contextualização.

Os “registros linguisticamente identificáveis” funcionam como “chave” no enquadramento interativo (Cf. TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 194), e, para as sociolinguistas da interação social, associam-se à “variação condicionada pelo uso” (Idem). Voltando ao excerto da interação entre Cleusa e P1, vemos a exposição da psicóloga na abertura da interação do motivo daquele encontro (“Cê me mandou um bilheteinho:: em que que eu posso te ajudar?”). Ao acionarmos os objetivos interacionais do fale comigo do PFJAG, explicitados anteriormente neste trabalho, percebemos que se trata de um enquadre com a finalidade por parte da psicóloga de atender, escutar e solucionar a demanda da presa, e da presa de relatar a sua

solicitação e ocupar o papel também de falante no “encontro social” (GOFFMAN, 2013, [1979]).

Goffman evidencia, a partir de Gumperz (1976), mais detalhes que incorporam “os registros”, apontados por TANNEN; WALLAT, dentre outros elementos da interação social, à “alternância de código”. Essa alternância “está presente em quase todas as instâncias da vida conversacional” (GOFFMAN, 2013 [1979], 112). De forma ordenada a despeito dessa alternância, o autor aponta os seguintes aspectos em termos de função e de marca:

Figura 03: Alternância de códigos



Figura desenvolvida por este trabalho a partir dos pressupostos teóricos apontados por Goffman (1979).

Há também alternância de código que não dispõe de mudança de código em si (Cf. Goffman 1979). Assim o footing pode ser percebido em “mudanças significativas de alinhamento entre falantes e ouvintes”. Os seguintes tópicos são destacados como sinalizadores dessa mudança (Goffman, 2013 [1979]):

Figura 04: *Footing* a partir de suas mudanças

<p>1. ALINHAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento • Porte • Posicionamento, • Projeção pessoal (aspectos interacionais do participante que de alguma forma estarão em questão durante a interação.) 	<p>2. PROJEÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecida por uma fração do comportamento, apoiada em segmentos prosódicos implícitos (oração fonêmica), sem considerar segmentos sintáticos. 	<p>3. POSICIONAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considera-se uma continuidade de mudanças de posicionamento, como as alterações de tom quer sejam as mais sutis. 	<p>4. MARCADORES DE SOM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na ausência da alternância de códigos, ao menos os marcadores de som estarão presentes: "altura, volume, ritmo, acentuação e timbre". 	<p>5. LIMITE ENTRE FOOTINGS</p> <ul style="list-style-type: none"> • A passagem de um footing a outro é marcada pelo papel liminar e isolante que o novo footing dispõe na ocorrência entre dois episódios substancialmente sustentados.
---	--	--	--	--

Figura desenvolvida por este trabalho, a partir do conceito de Goffman (1979, p. 113) sobre *footing*.

A mudança de *footing* resulta da alteração no alinhamento assumido pelo interagente, intrinsecamente e extrinsecamente, expresso na condução da produção e recepção de uma elocução. Mudar o *footing*, que é inerente à fala, acarreta também em mudança no enquadre dos eventos (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 113).

A noção de TANNEN; WALLAT (2013 [1987]) de “enquadres” dos eventos vai ao encontro do que propôs Goffman (2012) e Gumperz (2013 [1982]), pois se refere à “definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretada” (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 188). Desse modo, compreender o enquadre é uma tarefa interpretativa, que diz respeito ao entendimento do ouvinte ou do falante de saber dentro de qual enquadre a elocução foi composta.

Como parte dos conceitos para análise dos quadres, segundo TANNEN; WALLAT, o *footing* faz parte de um “sistema complexo de termos e conceitos” desenvolvido por Goffman “para ilustrar como as pessoas usam múltiplas estruturas para dar sentido aos eventos”, engajadas no decorrer desses eventos e sem consciência clara dessas múltiplas estruturas.

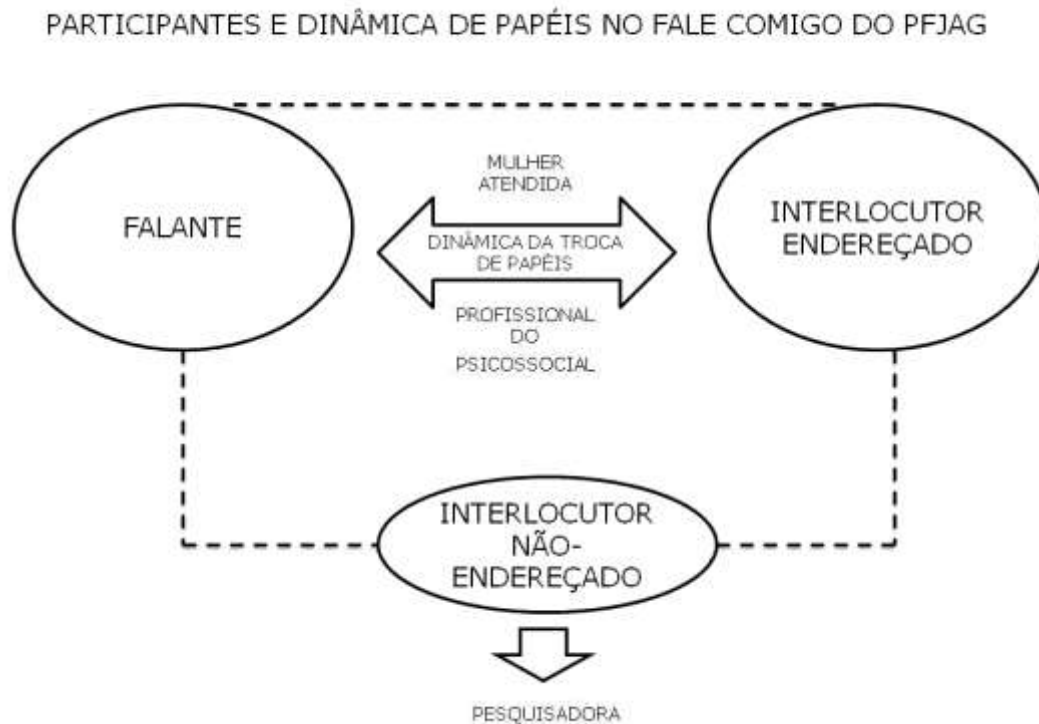
Outros pontos a se destacar, no conceito de quadres interativos, a partir de Goffman (2013, [1979]), são os elementos, para além do som, que são significativos para a organização da interação, como o tato e a visão. Assim, estar em uma posição a qual os participantes da interação possam fixar o olhar mutuamente contribui para a condução eficaz da fala. Essa posição é a adotada pelos interagentes da área do psicossocial dos atendimentos analisados, conforme explicitado no tópico 2.4. Psicóloga e assistente social, conforme apresentado na figura 02, sentam-se defronte da mulher privada de liberdade atendida, de modo que, não só as palavras cooperam para os processos significativos, mas também os elementos não verbais (gestos, postura corporal, direcionamento do olhar), que este trabalho, por sua limitação (as interações não foram filmadas, mas registradas em áudio), não deu conta de analisar.

Durante a realização do “encontro social”, Goffman aponta para a obrigação dos participantes “a sustentar seu envolvimento no que está sendo dito” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 116), de modo que não ocorram intervalos duradouros com ausência de uso da palavra. “Numa conversa amigável” (idem), o ideal é que haja equilíbrio durante a frequência no desempenho dos papéis de falante e

interlocutor endereçado ou não-endereçado, contudo, variações nessa frequência podem ocorrer.

Para fins de esclarecimento dos papéis interativos constantes no fale comigo e de associá-los ao conceituado por Goffman acerca da alternância de papéis na interação, resalto aqui que minha participação nos atendimentos de fale comigo foi de, majoritariamente, ouvinte não endereçada nos eventos. A estrutura esquemática dos papéis se deu da seguinte forma:

Figura 05: Papéis interativos do fale comigo



Fonte: Figura elaborada por este trabalho.

Outro conceito destacado por TANNEN; WALLAT considerado por este trabalho é a noção de “esquemas de conhecimento”, relacionada ao que os participantes esperam um do outro e “dos objetos, eventos e cenários no mundo, fazendo distinção, portanto, entre o sentido desse termo e os alinhamentos que são negociados em uma interação específica” (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 190). Esses esquemas cooperam para a assimilação dos significados de uma elocução, mesmo que sejam aqueles literais, e se apoiam em um “modelo de conhecimento anterior” (Idem). Os “esquemas de conhecimento” se associam aos padrões de conhecimento, de expectativas e de hipóteses “sobre o mundo, seus habitantes e objetos” (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 213).

Esquemas de conhecimentos e enquadres interativos, juntamente com *footing* e pistas de contextualização corroboram como engrenagens elementares na construção de sentido da interação social.

Entendo que a fala da mulher privada de liberdade, no âmbito desta pesquisa, tanto nos atendimentos de fale comigo quanto nas entrevistas de CTC, ocorre por meio de narrativas. Goffman aponta aspectos constantes das elocuições realizadas por meio dessas narrativas e das mudanças de *footing* realizadas nessas interações:

A narração de histórias exige claramente que o narrador encaixe nas suas elocuições as elocuições e ações dos personagens da história. Uma história completa requer que o falante se retire, durante a narração, do alinhamento que manteria na troca comum da conversa e, por esse período de narração, mantenha um outro footing, o de narrador, cujas ocasionais pausas prolongadas e finalizações de elocuições não devem ser entendidas como sinais de que está na iminência de ceder o turno. Mas essas mudanças de footing não são absolutamente as únicas que acontecem durante a narração de uma história (GOFFMAN, 2013 [1979], 143).

O autor entende que o narrador encaixa na fala elocuições e ações próprias e de outros personagens, indivíduos que participaram das ações e do contexto socio-histórico do narrador. No momento em que ocorre a narrativa, Goffman ([1979] 2003, p. 143) destaca a existência de requisitos próprios do tipo de interação em análise, como: “detalhe contextual, sequência temporal adequada, construção dramática” entre outros fatores.

O sociointeracionista chama a atenção para no caso de narrativas em que uma história ocorrida em algum tempo é contada, em que “éramos um tipo de pessoa que não somos mais, então o “eu” em “eu disse” está ligado a nós – a pessoa presente – meramente através da continuidade biográfica, algo sobre o que se pode compreender muito ou pouco, e nada mais do que isso” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 139).

Assim, quando no lugar de assumirmos a autoria do “dito” [eu disse], optamos por aquilo que o outro relatou [ele disse] e estamos mudando nosso *footing*. Ao relatarmos “nossos sentimentos atuais, os sentimentos do eu remetente, para sentimentos que já tivemos, mas que não mais endossamos” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 141) também realizamos a mudança de *footing*. A teoria goffmaniana aponta que a “troca de código às vezes funciona como uma marca dessa mudança” (Idem).

Goffman acredita tornar possível o deslocamento no “tempo e espaço” de maneira “que nossa referência pode ser ao que fizemos, quisemos, pensamos etc., em algum ponto distante no tempo ou espaço, quando também ocupávamos uma capacidade social da qual não podemos mais desfrutar no presente e uma identidade que não mais sustentamos” (GOFFMAN, 2013 [1979] p. 138). Dessa forma, a mulher encarcerada narra não como uma interlocutora presa, mas assume as características sociais e a identidade do tempo e do espaço do evento narrado.

Outro conceito semelhante de Goffman acerca da narrativa encontra-se no conceito de “reapresentação” não somente como qualquer “informe de um acontecimento passado”, no entanto, funciona “um relato expresso a partir da perspectiva pessoal de um participante real ou potencial, situado de tal forma que desse ponto de partida precede certo desenvolvimento temporal e democrático do

acontecimento relatado” (GOFFMAN, 2012, p.610). Em síntese, uma narrativa reconta uma experiência pessoal e não apenas “uma mera informação sobre um acontecimento” (Idem).

Goffman ressalta, neste ponto, que a “reapresentação” pode se confundir com os linguistas apontam como “encaixamento” expresso, por exemplo, no verbo “dizer e seus equivalentes”, bem como no que o autor pontua como verbos “laminadores” como “viu, insinuou, sentiu, sonhou” (GOFFMAN, 2012, p.611).

Neste caso, pode-se afirmar que há encaixamentos múltiplos durante a narração, conforme destacado na tabela abaixo:

Tabela 01: Encaixamentos múltiplos da narração

ENCAIXAMENTOS MÚLTIPLOS	
SITUAÇÃO	TIPO DE ENCAIXAMENTO
“Eu acho que”	“reflete algo atualmente verdadeiro a respeito do indivíduo”
“Eu disse”	“é um animador encaixado, que é uma encarnação prévia do falante”
“Eu já vivi esse tipo de vida”	“é uma figura duplamente encaixada, isto é, uma encarnação ainda mais anterior do que a encarnação anterior”

Tabela elaborada a partir de Goffman (2013 [1979], p. 140).

Ainda sobre a noção de “reapresentação”, Goffman destaca que “falar implica provavelmente o relato de um acontecimento – passado, atual, condicional ou futuro, contendo ou não uma figura humana” (GOFFMAN, 2012, p. 612). Sem a necessidade de ser algo concluído poderá ser um relato apresentado pelo ator, de modo a levar a sua plateia ao empreendimento de “algo a ser revivido, repisado, saboreado, saboreado” (Idem).

Há também a presença de dois animadores: “o que está fisicamente animando os sons que são ouvidos e um animador encaixado, uma figura inserida em uma afirmação e cuja presença se dá somente no universo sobre o qual se está falando, não no universo no qual a narração em curso acontece”. A partir disso, podemos também encaixar “um falante [“humano ou mítico”] completamente diferente no corpo da nossa elocução. Pois é tão fácil citar o que outra pessoa disse quanto citar o que nós mesmos dissemos” (GOFFMAN, 2013 [1979] p. 140), segundo os tipos de encaixamento constantes da tabela acima.

Outro ponto a ser destacado é a quebra do enquadre da narrativa em pontos estratégicos com o fim de recapitulação dos participantes recém-encaixados na

interação, de estimular a espera pelo desfecho, ou mesmo informar caracterizações espontâneas de protagonistas participantes da história narrada, ou até para corrigir algo que já tenha sido (GOFFMAN, 2013 [1979]).

Vale destacar a existência de uma “democracia implícita na atividade de narração”, na qual o ouvinte é apontado por Goffman (2013, [1979], p. 142) como ocupante da “posição hierárquica mais inferior nessa atividade”. Ao ouvir o relato de uma mulher encarcerada, por exemplo, não obriga a psicóloga a narrar à reclusa uma história de sua vida, mas apenas de ouvi-la na sua projeção.

O ouvinte, neste caso, dirige sua “atenção visual a fim de obter pistas a partir da gesticulação do falante sobre o significado do que o falante está dizendo”, por meio do “olhar direto”, mas sem fazê-lo por tempo demasiado a fim de evitar a “violação da sua territorialidade” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 129), emitindo evidências de que o falante está sendo ouvido.

Sobreposta a esse padrão geral, existe uma vasta gama de práticas que influem na condução da interação. A frequência, a duração e a ocasião de olhadas mútuas e unilaterais podem marcar o início e término do turno de fala, a distância física, a ênfase, a intimidade, o gênero e assim por diante – e, claro, uma mudança de *footing* (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 129).

As profissionais do psicossocial do PFJAG, então, enquadram-se no que Goffman define por participante “ratificado”, que é aquele que consta no processo de exame e de escuta da fala no que se refere ao sistema de comunicação (GOFFMAN, 2013 [1979] p. 118).

Ao aplicarmos tais conceitos à outra interação por este trabalho investigada, as entrevistas de CTC, como esclarecido por Goffman (2013), existem ações que justificam o papel institucional do encontro social em andamento. No caso das psicólogas, as anotações em cadernos e folhas avulsas acerca da paciente – mulher presa atendida mediante o fale comigo, bem como as anotações no questionário concernente à entrevista de classificação para a CTC enquadram-se nas ações realizadas em virtude desse papel institucional. Apesar de a entrevista dispor do formato de uma conversa, há uma sequência ritualizada que necessita da contribuição verbal da presa para a realização dessa sequência de perguntas realizadas pela profissional. Tal contribuição verbal não resulta de uma troca num ambiente de conversa. Conforme Goffman explicita “o que está sendo mantido não é um estado de fala, mas de investigação, sendo a este último que as elocuições deverão primeiramente ser cotejadas, se quisermos chegar ao que é significativo em sua organização” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 132).

A partir desse aspecto ritualizado constante da entrevista é que se “vê claramente, então, que muitas palavras fazem parte de uma atividade coordenada

em função de tarefas – não de uma conversa”. Vemos nesse enquadramento circunstancial que a “matriz contextual” da entrevista técnica de classificação, constante do “interesse comum presumido”, opera de modo a tornar “significativas muitas elocuições, especialmente as mais breves”, de modo a considerar efetivamente a “atividade em curso” a partir de “algum tipo de plano global” (GOFFMAN, 2013, p. 132).

Alguns conceitos são importantes de serem ressaltados. O primeiro deles é a fala que pode se dar tanto de forma monológica, quanto de forma dialógica (GOFFMAN, 2013 [1979]), respectivamente, sem público e até diante de uma plateia. Dispõe de formatos múltiplos e pode variar e ocorrer em espaços institucionalizados, como o caso do presídio, e também em ambientes do cotidiano, como a cozinha de casa.

O falante é “um indivíduo engajado no papel de produzir elocuições”, de modo a funcionar como um “animador”. Neste sentido, “animador e interlocutor são partes do mesmo nível e método de análise, dois termos retirados do mesmo tecido, e não papéis sociais no sentido completo, sendo, mais precisamente, nódulos funcionais num sistema de comunicação” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 133).

“Responsável” (outorgante) é “alguém cuja posição é estabelecida pelas palavras faladas, alguém cujas crenças são verbalizadas, alguém que está comprometido com o que as palavras expressam” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 134). Ressalta-se que a atividade dessa responsabilidade não se dá “tanto com o corpo ou mente, mas sim com uma pessoa que ocupa algum papel ou identidade social específica, alguma qualificação especial como integrante de um grupo, posto, categoria, relação, associação ou qualquer fonte de identificação socialmente referenciada” (Idem). Deste modo, o sujeito não fala em nome de um eu, mas em nome de um coletivo. Cabe ressaltar que: “animador, autor e responsável são um só”, resultantes do papel do falante, de modo que “o indivíduo que anima está produzindo seu próprio texto e delimitando sua própria posição através dele [falante] (GOFFMAN, 2013 [1979]. p. 135).

Porém, mesmo conceituando “animador, autor e responsável” como um só (GOFFMAN, 2013 [1979]), numa obra anterior, Goffman (2012) salienta para uma distinção entre “animador” e “responsável”. O autor esclarece que a “responsabilidade pertence a um sentido interno de um enunciado (ou ato), enquanto a animação se refere à outra coisa, a saber, o processo de transmissão” (GOFFMAN, 2012, p. 626). É como se o primeiro, o animador, pertencesse a uma esfera extrínseca do relato, como um apresentador e o segundo, o “responsável”

integrasse uma dimensão intrínseca mais vinculada ao conteúdo – parte do relato. Em uma narrativa sem encaixamentos essas figuras são claramente imbricadas, quando “eu digo algo sobre mim mesmo”, mas no caso do encaixamento é possível notar que o apresentador “diz algo que alguém disse”, então essas figuras podem se dissociar.

Há um caráter plástico “na noção tradicional do indivíduo”, identificado por Goffman (2012), como “autoidentificado com a figura que ele molda durante a interação [...] (GOFFMAN, 2012, 651)”. Nesta definição, associa, na relação animador e animado, aspectos proporcionados ao participante, a partir da liberdade constante das regras de enquadramento. Uma vale-se da “clássica liberdade de alguém separar-se das figuras que ele está animando, a segunda sobre a capacidade que alguém tem de eludir responsabilidade por sua própria atividade” (GOFFMAN, 2012, p. 652).

Para Goffman, mesmo numa projeção, como no caso do indivíduo que figura como animador, mas não o é de fato, “alguma parte de nós permanece incondicionalmente por trás da nossa elocução condicional” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 138). Como falante, representamos “a nós mesmos” por meio de uma “figura numa afirmação que serve como o agente, um protagonista numa cena descrita, um “personagem” numa anedota, alguém, enfim, que pertence ao universo sobre o qual se está falando, não ao universo no qual a fala ocorre” (GOFFMAN, 2013 [1979], p. 139).

No quadro da conversação, essas figuras que realizam o papel de falante são definidas por Goffman (2012) como “figuras naturais”, ou seja, “são figuras conversacionalmente competentes – adultos capazes de ouvir, falar e ser abordados e inclinados nessas direções”, as quais tratam de uma “identidade pessoal em curso” (GOFFMAN, 2012, 632).

Há também a existência das “figuras citadas” que se associam às “figuras responsáveis” em ações citadas por “figuras naturais”, em falas “passadas, presentes, possíveis ou futuras” (Idem). As “figuras citadas” orientam-se no “tratamento linguístico do encaixamento” (GOFFMAN, 2012, p. 640). No entanto, ambas as figuras podem vincular-se a uma só instância comunicativa no desempenho de “animador” – apresentador e de “responsável” – causador (GOFFMAN, 2012, p. 649).

Numa interação social, os participantes têm “expectativas conversacionais” marcadas e relacionadas ao “ritmo, volume da voz, entoação e estilo de discurso” (GUMPERZ, 2013 [1982]). Gumperz revela que tais marcações participam de uma espécie de dispositivo operador interpretativo da fala, em que a “interpretação local

do significado de qualquer alteração dentro de um contexto é sempre uma questão de convenção social” (GUMPERZ, 2013 [1982], p. 153).

Nesse sentido, para o autor, “a compreensão de estratégias comunicativas é, portanto, mais uma questão de experiência comunicativa” (Idem, p. 165). A comunicação é para Gumperz “canalizada e restringida por um sistema multinível de sinais verbais e não-verbais, que são adquiridos e, ao longo da vida, automaticamente produzidos e intimamente coordenados” (GUMPERZ, 2013 [1982], p. 166). Sobretudo, para ele, há certo grau de previsibilidade e de rotina constante da “a sincronia conversacional”, apreendido pelos falantes por meio da “cultura e das experiências interativas” (Idem).

Assim, a mulher presa do PFJAG, já atendida em outros momentos pelas profissionais do psicossocial, espera, por exemplo, não ser atendida com algemas, que é uma das características das psicólogas e de uma das assistentes sociais. No entanto, quando participei de dois atendimentos realizados por A2, nos quais as detentas permaneceram algemadas durante todo o tempo, percebi o incômodo das mulheres encarceradas durante a interação. As experiências interativas dessas mulheres no psicossocial, anteriormente, realizadas com as psicólogas não dispunham dessa medida de segurança, o que frustra o grau de previsibilidade destacado por Gumperz (2013, [1982]).

Tannen e Wallat também concordam com essa noção de comunicação que abarca pistas linguísticas, verbais, e paralinguísticas, não-verbais, como componentes de “intenções e de significados” somente entendidos em relação ao contexto. Para as sociolinguistas, “a interação somente pode ser entendida em um contexto: em um contexto específico” (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987], p. 186).

Há uma “natureza emergente do discurso” resultado do que é estável no “contexto social” e da “variabilidade” constante das interações. As autoras, a partir disso, afirmam que nessa emergência natural discursiva “surtem significados que não são conhecidos previamente”, e outros determinados por pressuposições (Idem).

TANNEN; WALLAT destacam o que, para elas, é a “única maneira” para compreensão discursiva que é por meio do “preenchimento de informações não proferidas, decorrente do conhecimento de experiências anteriores de mundo” (2013 [1987], p. 190). Nesse caso importam não somente as palavras que são ditas, mas também a maneira como são pronunciadas.

Neste ponto, retomo a ideia de enquadre interativo e de esquema de conhecimento para afirmar que é por meio deles, como “estruturas dinâmicas”, que realizamos esses preenchimentos.

Entretanto, Goffman (2012) apresenta os erros de enquadramento que se relacionam à “percepção errônea do ator” quanto ao que deva ser executado, como a “reprodução de um comportamento erroneamente orientado”, por exemplo (GOFFMAN, 2012, p. 378).

Perceber um fato em virtude de um esquema no qual ele é formulado, se “experienciar um objeto equivale a ser confrontado com certa ordem de existência”, então a percepção errônea de um fato pode envolver a importação de uma perspectiva que em si é radicalmente inaplicável, o que ira estabelecer um conjunto, toda uma gramática de expectativas, que não funcionarão. O ator vê-se usando não a palavra errada, mas a linguagem errada (GOFFMAN, 2012, p. 378).

A gramática de expectativas interacionais se relaciona ao conjunto daquilo que se espera numa situação social, a partir de enquadres interativos compartilhados entre os participantes.

No caso dos participantes já alinhados em interações anteriores, Goffman (2012) aponta para “empreendimentos conjuntos constituídos quase inteiramente pelas contribuições pessoais de cada um” (GOFFMAN, 2012, p. 558), em que a aproximação acarretará em uma organização interativa mais facilmente compartilhada de significados, como veremos em uma das análises realizadas posteriormente.

O conceito de “real” abordado por Goffman (2012) não pode deixar de ser considerado por este trabalho, diante de uma análise baseada em narrativas. Para ele,

quando decidimos que alguma coisa é irreal, a realidade que ela não é precisa ser necessariamente muito real; na verdade, pode muito bem ser tanto uma dramatização dos acontecimentos quanto os próprios acontecimentos – ou um ensaio da dramatização, ou uma pintura do ensaio, ou uma reprodução da pintura. Qualquer dessas coisas pode servir como o original do qual algo é uma mera imitação, levando alguém a pensar que aquilo que é soberano é a relação e não a substância (GOFFMAN, 2012, p. 673).

A perspectiva goffmaniana de “real” está associada à noção mimética de representação dos fatos que o autor nomeia de acontecimentos. Essa noção revela a imitação constante no ato de relatar-reapresentar, de modo que não é o conteúdo do que é narrado o mais relevante, mas a relação que se estabelece com esse conteúdo.

Outro ponto relacionado ao conceito de "real" está na "representação falsa"⁵⁴, ou seja na "discrepância entre as aparências alimentadas e a realidade" (GOFFMAN, 1999, p. 64) relaciona-se à fachada falsa ou à fachada da dissimulação, engano e trapaça. A posição precária em que atores representam com essa discrepância, e se momentaneamente houver um erro que contradiga o que o ator declara na representação, pode resultar em possível humilhação, constrangimento e até perda da reputação.

Os indivíduos aprendem "a desempenhar [...] papéis na vida real," orientados às nossas apresentações, sem consciência plena de uma "familiaridade" com a rotina dos interagentes envolvidos no encontro social. Ao sermos "capazes de dirigir convenientemente uma rotina real, isto se deverá, em parte, a uma "socialização antecipada", já tendo sido instruídos sobre a realidade que justamente se está tornando verdadeira para nós" (GOFFMAN, 1999, p. 72). Em síntese, "todos nós representamos melhor do que sabemos como fazê-lo" (Idem, p. 73). A representação é inata à humanidade.

Na representação há um "lugar-comum" em que se expressam diferentes grupos sociais

de maneiras diversas atributos tais como idade, sexo, jurisdição, posição de classe e que em cada caso esses simples atributos são elaborados por meio de uma configuração cultural complexa distintiva de meios convenientes de conduta. Esses atributos Ser uma determinada espécie de pessoa por conseguinte não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela" (GOFFMAN, 1999, p. 74).

Quando esses atributos pertencem a uma "linguagem de relações" com algo "profundamente depreciativo", acentua-se o que Goffman definiu por "estigma" (2004, p. 06). "Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem" (Idem), ou seja, o estigma de ser uma mulher presa dentro da comunidade prisional é um atributo comum, mas na roda de conversa com outras mulheres que nunca experimentaram o cárcere e nem conhecem o universo prisional pode estigmatizá-la. O estigma é uma relação entre "o atributo e o estereótipo" (GOFFMAN, 2004, p. 07).

Goffman define três tipos de estigmas. O primeiro diz respeito às "abominações do corpo", o segundo às "culpas de caráter", o terceiro são os "estigmas tribais de raça, nação e religião" (Idem).

⁵⁴ A "representação falsa é considerada um ato intencional, sendo um ato que pode surgir pela palavra ou pela ação, por uma declaração ambígua ou distorção da verdade literal, por uma declaração ambígua ou descoberta" (GOFFMAN, 1999, p. 64).

O indivíduo estigmatizado pode desenvolver “as mesmas crenças sobre sua identidade” com base naquilo que sofre discriminação, de modo a reduzir as suas “chances de vida” (GOFFMAN, 2004, p. 09). Uma mulher presa ao ser egressa do sistema prisional carregará consigo marcas de ser uma “ex-presidiária”, a partir de um estigma de ter sido presa, como se essa marca fosse um carimbo permanente na sua identidade.

Ao perceber a impureza de um de seus atributos, a “vergonha” pode se apresentar com lugar de destaque na vida do indivíduo estigmatizado (Idem). É como se a sua identidade social fosse contaminada por esses atributos rejeitados socialmente. Neste caso, segundo Goffman, há uma predisposição a se vitimar diante da exposição da pessoa estigmatizada aos “meios para se obter fluência na conversação” (GOFFMAN, 2004, p. 11).

Como uma espécie de negação ao atributo social estigmatizado, o indivíduo pode, por outro lado, “ver as privações que sofreu como uma benção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e sobre as outras pessoas” (Idem, p. 13).

A insegurança pode ser uma resultante do indivíduo estigmatizado no que tange à relação que ele desenvolverá com os outros. Na interação face a face com indivíduos estigmatizados há um intercâmbio entre os modos de “retraimento e de agressividade” (GOFFMAN, 2004, p. 18). Neste caso, percebo que a mulher cujas interações foram escolhidas como recorte analítico deste trabalho, à época da coleta, ocupava o primeiro modo, e se comportava com certo retraimento diante da narrativa dos fatos.

A seguir, dedico-me a apresentar a perspectiva etnográfica adotada, a descrição do ambiente investigado e dos procedimentos metodológicos adotados.

3. O CADERNO DE CAMPO SE TORNA TEXTO ACADÊMICO: PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico principal adotado neste trabalho se associa à perspectiva etnográfica de registro, observação e análise do campo pesquisado. Green; Dixon; Zaharlick (2005) elucidam que a etimologia da palavra etnografia é um tanto complexa. Os autores se apoiaram em Agar (1994) para afirmar que a origem grega desse léxico quer dizer “descrição dos povos”. Esses autores também elucidaram as partes componentes da palavra etnografia, com base em Le Compte e Priessle (1993): “de *ethno*, isto é, raça, povo, ou grupo cultural, e *graphia*, que significa escrita ou representação de um campo específico numa forma específica” (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 21).

A etnografia é um processo complexo que envolve a descrição escrita de um grupo social, e que tais descrições se transformaram e conseqüentemente se caracterizaram como mais sistemáticas e científicas no século XX. (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 25).

Geertz (2008) considera o fazer etnográfico como

tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2008, p. 07).

A tentativa de leitura da situação social do fazer etnográfico, abordada por Geertz (2008), coopera para a transformação de um fato passado em relato que inscreverá as ocorrências para consulta posterior, ou seja, para a “construção dos dados”. Cabe destacar que para Geertz (2008) “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem” (GEERTZ, 2008, p. 07).

Para a compreensão “dos padrões culturais e as práticas das vidas diárias dos integrantes do grupo estudado a partir de uma perspectivaêmica, ou de um membro da comunidade”, é necessário que o pesquisador-observador participe “na construção dos eventos em andamento na vida que acontece dentro do grupo social estudado”, que é o lugar em que o desenvolvimento do conhecimento cultural acontece (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 18 e 28).

Talvez se eu ouvisse a expressão “cadeia meia pesada” sem ter tido contato com a cultura de uma sociedade encarcerada pensaria em inúmeras possibilidades de significado, dentre eles na redundância da “cadeia” em si já ser um peso sem medida na vida de quem lá sobrevive. Mas durante a minha imersão no ambiente

investigado me apropriei do sentido desta expressão como algo que torna a punição mais penosa, de modo a sobrecarregar mentalmente o indivíduo naquele momento, como uma preocupação acentuada com algo tanto dentro como fora do encarceramento, conforme ilustrado a seguir.

Excerto 10

P1. "E aí dona, o que que você precisa?"

Cora. Ah eu tô assim. Eu tô meia:: hoje eu num acordei já no meu dia muito bom não.

P1. E::::. Por quê?

Cora. Num sei. Acordei meio cadeia meia pesada. Vou falar com a senhora o que é que tá acontecendo comigo.

P1. Hum.

Cora. Meu marido tá preso né?! tá pra sair.

P1. Ah já tá?

Cora. Tá. Vai ter que começar a ter descida aí vai ligar pra cá vai marcar visita assistida comigo e tal.

P1. Ahn.

Cora. Só que deixa eu falar com a senhora aqui. Apareceu uma outra pessoa.

P1. Uhn.

Cora. Na minha vida que já existia.

P1. Ahn.

Cora. E tá querendo vir me visita::r. Querendo fazer cadastro e tal aquela confusão. E minha cabeça tá em um dia eu num sei o que eu faço::

CORA, 29 anos, tem uma filha menor, recebe visita da família, presa por latrocínio – atendimento realizado em 23 de fevereiro de 2018.

O exemplo acima ilustra a necessidade de se realizar a pesquisa no campo e não sobre o campo investigado (GEERTZ, 2008). A imersão no campo investigado permite ao pesquisador não somente ouvir ou ver a cultura social investigada, mas senti-la com o próprio corpo e com toda emoção e ecologia cultural que carrega. Neste sentido, vale destacar que compreendo cultura como:

um conjunto de princípios de práticas que são construídos por seus membros à medida que estabelecem papéis e relações, normas e perspectivas e direitos e obrigações que constituem o sentimento de pertença ao grupo local (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 18 e 28).

A cultura de uma sociedade, definida por Geertz a partir de Ward Goodnough, é aquela que consiste no que alguém saiba ou acredita e sua ação é realizada de uma "forma aceita pelos membros". Sobretudo, o autor assinala num aforismo que "a cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens" (GEERTZ, 2008, p. 08).

Em se tratando de uma investigação que considera a cultura de uma sociedade encarcerada, ressalto o que pontuou Lemgruber:

é quase impossível que o pesquisador ao realizar um trabalho numa prisão não se veja de alguma forma envolvido emocionalmente com

a realidade cruel que presencia e não se veja compelido a adotar determinada posição de valor (LEMGRUBER, 1983, p. 18).

A afirmação de Lemgruber vai ao encontro do que Geertz aponta como subjetividade intrínseca ao processo de “construção” dos dados. O autor aponta para o caráter subjetivo do fazer etnográfico, pois a descrição etnográfica, como método, dispõe de caráter interpretativo. Geertz (2008) fundamenta que, mesmo diante de uma objetividade científica, na pesquisa baseada nos métodos pautados na etnografia, “é melhor que os sentimentos levem a melhor” (GEERTZ, 2008, p. 21). Isto é, é melhor que o pesquisador não ignore as suas sensações no registro do seu relato.

De modo a considerar o método etnográfico, o pesquisador é levado a compreender recortes do discurso social a partir das fontes escolhidas, não como atores diretos, no entanto de modo marginal (GEERTZ, 2008, p. 14). Descrevo a seguir minha inserção no campo.

3.1 O primeiro contato com um presídio feminino

O primeiro contato que fiz com o PFJAG foi em fevereiro de 2015. Eu coordenava uma equipe de trabalhos sociais na comunidade de fé⁵⁵ que congrego em Belo Horizonte. Este trabalho, mais tarde, em parceria com o Serviço Assistencial Dorcas, resultou no Projeto Mulheres Livres que, além da assistência social, também visava mobilizar a sociedade para as questões do cárcere feminino, com militância em frentes que discutem políticas públicas, bem como ações que impactem na vida das mulheres presas.

O presídio adotado para este Projeto foi o PFJAG, porque a equipe atuante nas ações de mobilização do Mulheres Livres percebeu uma abordagem e conduta baseada em valores humanizados da direção daquela unidade. Realizei algumas visitas à unidade de abril de 2015 a dezembro de 2016, para reuniões com a direção da unidade e a coordenação do Projeto, bem como para acompanhar assistência de serviços de capelania, inicialmente prestados àquele público.

Numa das visitas que realizei à unidade, questioneei à diretora de atendimento o motivo de algumas presas trabalharem e outras não. Ela me contextualizou sobre a classificação que existia no sistema prisional, que impactaria no acesso da detenta ao trabalho. Foi quando soube da existência da Comissão Técnica de Classificação e, conseqüentemente, tive interesse em investigar as interações advindas daquele processo.

⁵⁵ Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte.

Comuniquei a direção do PFJAG do meu interesse de realizar uma pesquisa na unidade, e, por fins éticos, suspendi parcialmente minhas atividades relacionadas ao Projeto Mulheres Livres. A direção apoiou minha iniciativa de trabalho acadêmico, e me informou dos trâmites a serem realizados nas instâncias superiores do sistema prisional. O meu contato com a secretaria responsável pela administração prisional teve alguns entraves, conforme relato a seguir.

3.1.1 O contato com o sistema prisional

Antes de realizar uma pesquisa num ambiente prisional, eu já imaginava existir dificuldades de inserção no campo e de contato com o objeto de estudo. Martino (2019), com base em Godoy (2015), coloca que uma das dificuldades de trabalhos que dispõem da prisão como foco investigativo é a "tendência de essas instituições se fecharem ao olhar estrangeiro" (MARTINO, 2019, p. 15).

Apesar de já existir um contato meu com a direção do PFJAG, diante dos trabalhos voluntários que eu havia realizado na unidade, encontrei certa dificuldade de aprovação do meu projeto na, então, Secretaria de Defesa Social (SEDS). Após atender a todos os trâmites, apresentar toda a documentação necessária naquela secretaria, recebi a negativa de execução desta pesquisa. Em contato telefônico, à época, com uma das responsáveis técnicas da SEDS, fui informada de que, por causa do "sigilo" previsto pelo código de ética dos profissionais da psicologia e da assistência social, minha presença nos atendimentos não seria possível, mesmo que, naquele contexto, meu foco investigativo fossem as entrevistas de CTC.

Consultei formalmente o Conselho Regional de Psicologia que me disponibilizou a normativa que esclarece quanto à realização de pesquisas científicas em consultas psicológicas e que, também, respaldava minha proposta de pesquisa. A resposta desta consulta embasou o recurso da negativa que formalmente apresentei por e-mail.

A minha solicitação só foi autorizada após contato pessoal com a superintendente responsável pelas autorizações de pesquisa científica, à época, por intermédio de uma amiga que ocupava cargo de direção na SEDS. Recebi, portanto, uma carta de anuência da SEDS com os meus dados e com os dados desta pesquisa, que autorizava minha permanência na unidade no período estipulado, que posteriormente foi prorrogado por e-mail. Também foi autorizada a entrada de um gravador, conforme especificações previamente protocoladas, para registro das interações objeto de estudo desta pesquisa.

Cabe destacar que percebi, em alguns momentos, certo estranhamento dos interlocutores da SEDS em saber que a ciência em questão não era as ciências sociais, nem a Ciência Forense, ou a Psicologia, e sim as Ciências da Linguagem. Nas investigações deste trabalho, percebi também que, muitas vezes, os pesquisadores da Linguística, da Letras e da Linguagem ainda atuam timidamente nos campos sociais que envolvem a privação de liberdade.

3.2 O corpo observador no meio dos corpos observados

As práticas diárias recortadas por esta pesquisa foram os atendimentos do fale comigo e as entrevistas de CTC realizados pelas psicólogas com as detentas do PFJAG. Para compreensão dos padrões culturais, foi necessário um mergulho no ambiente investigado. Frequentei o PFJAG por diversos dias. Geralmente, as visitas eram pré-agendadas junto à, então, diretora de atendimento, que buscava conciliar minha presença na unidade juntamente com os dias em que era possível participar dos atendimentos do psicossocial.

Nestas visitas ao presídio, previamente, acordei com a direção daquela unidade que os dias em que eu faria a coleta de dados, eu permaneceria na unidade durante todo o dia, preferencialmente, das 08h às 17h, para que eu pudesse de fato emprestar o meu "corpo", a minha "personalidade", penetrando "física e ecologicamente" naquela "situação social" (GOFFMAN, 1989, p. 125).

Foram **vinte dias intercalados**, de abril de 2017 a setembro de 2018, totalizando **cento e oitenta horas** de permanência no PFJAG. Confesso que, inicialmente, eu sentia certo desconforto ao adentrar à unidade, agora como pesquisadora, nos dias de coletas de dados, ou melhor, nos dias de imersão no ambiente de encarceramento feminino. O meu desconforto tinha dois lados: o primeiro estava relacionado a algumas coincidências biográficas com o público investigado: O fato de eu ser mulher, negra, filha de mãe solteira, criada na periferia, vítima de violência doméstica na infância, e também mãe de primeira viagem, à época da coleta de dados, grávida num primeiro momento e depois mãe de um bebê de poucos meses. Biografia que vi se repetir em muitos dos rostos e narrativas das mulheres presas que ouvi. Em muitos momentos, ao ouvir aqueles relatos sentia que poderia ser eu no lugar daquelas mulheres presas. As vítimas dos desarranjos e das desigualdades sociais são, quase sempre, as mesmas que ocupam as celas do sistema prisional. Eu sabia que parte da minha constituição de sujeito impactaria no meu olhar de observadora para aquele contexto. Afinal, "a construção de uma teoria da cultura muito dependerá da história intelectual do

etnógrafo e da ecologia intelectual particular [...]” (GREEN, DIXON, ZAHARLICK, 2005, p. 29).

O que eu não sabia é que eu viveria emoções tão fortes, suprimidas no ambiente investigado, mas notadas nos instantes seguintes ao atravessar o enorme portão na saída do presídio, ou no deslocamento até a minha casa (cerca de 30 km). Tive vontade de chorar muitas vezes durante a minha permanência em campo e chorei outras tantas vezes escrevendo sobre aquele lugar e sobre as pessoas que conheci e ouvi. Betina, Clara, Cora, Fabíola, Kelly, Lara, Leia, Nayara, Perla, Raquel nomes que compõem as **cinquenta e três gravações coletadas**.

As psicólogas, identificadas como P1 e P2, sempre me apresentavam no início do atendimento, de modo a informar à detenta a finalidade da minha presença ali e perguntavam se elas autorizavam ou não minha participação. Cabe ressaltar que em nenhum dos atendimentos minha presença foi rejeitada. Ao contrário disso, percebi em alguns momentos um sentimento de surpresa e de satisfação das mulheres presas em saber que minha pesquisa tinha o foco nelas, na narrativa da história de vida que elas carregavam.

O segundo lado do desconforto que sentia no início da coleta estava atrelado ao medo. Medo do que eu poderia ver e viver naquele ambiente. O medo, neste caso, foi maior na segunda etapa da coleta de dados, pois eu sabia que a “cadeia” não era mais a mesma. Na semana do meu primeiro dia do período de coleta intermediária⁵⁶, fui informada pela direção da unidade prisional que o PFJAG havia acabado de se tornar “porta de entrada” do sistema prisional da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa mudança seria percebida, principalmente, na superlotação da unidade e no perfil de detentas sob tutela. Ao invés de abrigar a maioria de detentas condenadas, a partir de então, o PFJAG passou a manter sob prisão a maioria de mulheres sem julgamento, ou seja, presas provisórias. A rotatividade dessas mulheres na unidade afetaria principalmente o relacionamento dessas com as profissionais do psicossocial que realizavam o atendimento sem a perspectiva de um trabalho de acompanhamento contínuo da mulher presa. Isto é, a profissional atendia a detenta por uma vez e não sabia se voltaria a vê-la na unidade com o fim de dar continuidade aos cuidados psicológicos, por exemplo, diante do grande número de transferências e de alvarás diários.

O lugar comum defendido por Goffman (1989) haveria de chegar, aquele no qual o engajamento do pesquisador no trabalho de campo resultaria na penetração na sociedade estudada, de maneira que “as vistas e sons em torno de você” se tornam normais (Goffman, 1989, p. 129). A minha permanência no PFJAG foi

⁵⁶ Explico num dos tópicos a seguir as etapas de coleta de dados realizadas no PFJAG.

suficiente para eu sentir saudade das experiências vividas ali, mesmo que essas às vezes me levassem ao esgotamento mental e emocional. Saudades de ouvir a história de mulheres marcadas pela dor, mas abundantes no desejo de mudança por amor à vida, muitas vezes vivida sem acesso às garantias fundamentais e constitucionais, por amor aos filhos, que se traduzia em lágrimas e gemidos angustiantes capturados nas gravações deste trabalho. Saudades da vivência com aquelas profissionais tão essenciais no processo de construção dos dados deste trabalho, mulheres que praticam a tão necessária sororidade.

Em campo, senti muita dificuldade de controlar, em todas as instâncias do meu ser, a indignação de presenciar, naquele microcontexto, as condições de encarceramento no Brasil – a exorbitante expansão do aprisionamento de mulheres; a superlotação dos presídios femininos; a prisão de mulheres como política de prevenção das drogas e da criminalidade; as privações materiais – falta de itens de higiene pessoal; e as dores do aprisionamento com a privação de vínculos parentais e afetivos (CERNEKA, 2009; LEMGRUBER, 1983; SYKES, 1958;). A noção da disciplina em campo colocada por Goffman (1989) me ajudou a entender que a indignação fazia parte das sensações que as situações observadas poderiam desencadear em mim, e que elas não deveriam ser apresentadas no contexto, mas sim, no registro de campo.

O entendimento, pautado por Rodrigues-Júnior (2005), de que “nos representamos através das interações em busca de manter o controle da situação social em que nos comprometemos e reivindicamos territórios sociais” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2005, p. 03) levou-me, durante a imersão no PFJAG, a olhar para as interações realizadas no psicossocial como potenciais representações dos sujeitos que compõem aquela comunidade prisional. Aquele microcontexto abarca um universo de interações sociais que podem ser amplamente exploradas, no entanto, diante das limitações deste trabalho, decidimos – eu e o orientador– pelo **recorte de interações** advindos de dois tipos de “encontros sociais” (GOFFMAN, 2013): **As entrevistas de CTC e os atendimentos de fale comigo realizados pelas profissionais do psicossocial do PFJAG.**

3.3 O recorte do campo – de entrevistas de CTC ao fale comigo

A vida dentro do Presídio conta com direitos, deveres, convenções sociais, acessos e limites que se associam à classificação da presa, a partir do que a Comissão Técnica de Classificação⁵⁷ (doravante CTC) delibera. As entrevistas de CTC são um instrumento norteador da “individualização da execução penal”⁵⁸, realizadas com avaliação da personalidade e da vida pré-cárcere da presa, a fim de, dentre outros, estabelecer os acessos e os limites acerca do trabalho, dos estudos e da convivência na sociedade cativa da reclusa na instituição de detenção, bem como as demandas da presa em relação aos filhos, família, dentre outros. Essas entrevistas são mediadas por técnicos da área da saúde, educação, trabalho, social, dentre outras. O perfil desenhado por estes profissionais embasará o Plano Individual de Ressocialização, que acompanhará a presa na sua trajetória no sistema prisional.

A partir da coleta de dados piloto⁵⁹, o foco investigativo deste trabalho recortou como **objeto de análise** as entrevistas de CTC realizadas pela equipe do psicossocial (psicólogas e assistentes sociais). A decisão de focar nestas interações se deu em função do *modus operandi* dos atendimentos, por ser um espaço interativo que propicia que as reclusas narrem as suas vivências e demandas sociais e psicológicas.

O PFJAG realizava, até dezembro⁶⁰ de 2017, entrevistas de classificação semanalmente. No entanto, o *status* de porta de entrada do sistema prisional feminino da Região Metropolitana de Belo Horizonte resultou numa conjuntura de superlotação. Essa conjuntura gerou um caos na unidade prisional, a ponto da direção do presídio deferir pela suspensão provisória das entrevistas de classificação, com o fim de priorizar atendimentos da área técnica considerados urgentes e garantir a ordem e a segurança do presídio. Deste modo, no segundo momento da coleta de dados, pela inexistência deste tipo de entrevista, não foi possível participar de interações das entrevistas classificatórias da Comissão Técnica de Classificação.

⁵⁷ Prevista na Lei de Execução Penal - BRASIL. Casa Civil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2016.

⁵⁸ Art. 5º da Lei de Execução Penal, de 11 de julho de 1984.

⁵⁹ As etapas da coleta de dados serão apresentadas a seguir.

⁶⁰ Período da minha licença maternidade – setembro a dezembro de 2017.

Por se tratar de um trabalho que se baseia em métodos etnográficos, a necessidade de mergulhar na cultura do microcontexto prisional levou-me ao que nomeio como “achado” desta pesquisa: **os atendimentos do fale comigo**. Participei de quarenta e sete interações face a face, entre mulheres presas e psicólogas ou assistentes sociais, provocadas pelas mulheres atendidas por meio do fale comigo. A maioria das interações foram realizadas pelas psicólogas da unidade, porque na etapa de coleta intermediária uma das assistentes sociais havia sido removida da unidade. A outra assistente social foi lotada na unidade com a pesquisa em andamento. Por este motivo, tive pouco contato com A2⁶¹, contanto, participei de dois atendimentos realizados por ela.

No primeiro dia de coleta intermediária, estava preparada para participar das entrevistas de CTC, já conhecia a sua lógica e estrutura por ter assistido algumas entrevistas na coleta piloto. No entanto, a dinâmica do campo me surpreendeu. A diretora da unidade disse-me que não era possível que eu participasse das entrevistas (por causa da não realização dessas), mas que, se eu quisesse, eu poderia acompanhar as psicólogas e a assistente social na rotina delas, no psicossocial. Nos primeiros atendimentos de fale comigo que participei, percebi a riqueza interacional daquele encontro social.

Naquele espaço interativo, mulheres ocupam o lugar de falante e as profissionais do psicossocial o lugar de ouvinte, na maior parte do tempo. De certa forma, ali, naqueles atendimentos, mulheres presas usufruem desta interação com liberdade, sem algemas, ou cabeça baixa, se comportam como autoras-participantes dos fatos que compõem a sua trajetória de vida.

As psicólogas ouvem sem indagar aspectos de realidade dos fatos. Ao questionar essas profissionais sobre circunstâncias narradas pelas reclusas, que pairavam semelhanças de delírio, quis ouvir sobre a técnica que elas adotavam para compreensão de realidade. Descobri que o trabalho dessas profissionais fundamenta-se em acolher a demanda do outro naquilo que ele se propõe a falar, para, ali, naquele contexto, trabalhar a consciência do sujeito e sua “autonomia” para intervenção da realidade vivenciada.

Por diversas vezes, perguntei também as psicólogas e uma das assistentes sociais quanto ao controle da emoção mesmo diante de relatos surreais, como no dia em que uma mulher presa, transferida do extinto presídio de Paraopeba, atendida por meio do fale comigo, narrou a sua necessidade de contato com a mãe para ter notícias do filho de onze anos que havia sido estuprado pelo vizinho, considerado por ela como um irmão.

⁶¹ Código empreendido para identificar uma das assistentes sociais.

Imaculada soubera deste crime quando já estava presa, e dois dias depois da descoberta foi transferida para o PFJAG. A mulher de 38 anos, mãe de sete filhos, naquele primeiro atendimento, foi acolhida pelas psicólogas e por uma assistente social. As lágrimas daquela mulher resumiam seu desespero provocado pela falta de notícias do filho e a angústia de saber que não poderia exercer, naquela circunstância, o seu papel de mãe. Imaculada alegava que havia sido presa por roubar comida numa mercearia da cidade pequena em que morava, e reafirmava essa informação para argumentar, entre lágrimas e soluços em meio ao choro, que não era “bandida”. Confesso que aquela situação foi tão impactante para mim que não consegui ligar o gravador. Meus olhos marejados pareciam não acreditar na força daquelas profissionais, também mães, que acolheram o relato daquela mulher, e mesmo o momento do atendimento ser próximo do fim do expediente, elas deram encaminhamento à demanda de contato da reclusa com a família.

A mão de uma das psicólogas num dos ombros de Imaculada, enquanto a presa gemia e chorava, é um gesto que marca a necessidade de considerar o fale comigo como um objeto singular de investigação em meio ao contexto prisional, uma vez que esse tipo de interação dispõe de um caráter mais dinâmico e menos estruturante, como no caso das entrevistas de CTC.

Dentre a grande quantidade de atendimentos de fale comigo catalogados, como disse antes, quarenta e oito interações, e apenas cinco entrevistas CTC⁶², optamos – eu e o orientador deste trabalho – por realizar uma **análise contrastiva** (Conf. GREEN, DIXON, ZAHARLICK, 2005, p. 39) das interações realizadas por uma única detenta, em eventos diferentes: Um encontro social dedicado ao atendimento de fale comigo e em outro dedicado à entrevista de CTC. Vale destacar que, conforme critérios da unidade prisional, a psicóloga responsável em realizar os atendimentos de fale comigo da presa, não pode ser a mesma que realiza a CTC. Deste modo, para fins de recorte das análises que serão realizadas, P1 é responsável pelos atendimentos de fale comigo e P2 pela entrevista realizada com Clara, personagem chave das análises desta investigação.

⁶² No período de coleta nomeado como final, após a interdição da unidade e o estabelecimento do teto de presas de 220, a unidade voltou a realizar os trabalhos de CTC e foi possível participar de cinco entrevistas com esta finalidade.

3.4 A coleta dos dados – Contextualização das etapas de coleta de dados a partir de métodos etnográficos

A **coleta de dados** no PFJAG se dividiu em **três etapas**: a) **coleta piloto** – participação nas entrevistas de classificação das áreas multidisciplinares da unidade prisional – inserção no campo; b) **coleta intermediária** – participação nos atendimentos de fale comigo do psicossocial – recorte do relatório de qualificação desta pesquisa⁶³, e imersão inicial no contexto prisional; c) **coleta final** – realizada num interstício maior de tempo, a fim de realizar uma entrevista com as detentas ao final dos atendimentos para identificar as considerações das mulheres presas acerca do fale comigo como instrumento de comunicação no cárcere, bem como participar de toda rotina do psicossocial e mergulhar na dinâmica da unidade para apropriação mais fundamentada do contexto.

3.4.1 A coleta piloto

A coleta piloto foi realizada com o fim de subsidiar as análises prévias constantes do projeto final desta pesquisa. Com este propósito, realizei duas visitas à unidade prisional, uma em maio e outra em julho de 2017, com a devida autorização da Secretaria Estadual de Administração Prisional (extinta Secretaria de Defesa Social). Minha participação nas entrevistas e na audiência⁶⁴ da Comissão Técnica de Classificação (CTC) foi autorizada, contudo sem a captação de áudio, por eu ainda não dispor do projeto final aprovado. Nesta coleta, participei de entrevistas de profissionais da enfermagem, psicologia e do serviço social, além de ver a atuação de profissionais das demais áreas, jurídico, educação, segurança, inteligência e trabalho, na audiência da CTC. As observações realizadas e os dados coletados, quatro entrevistas transcritas em caderno de campo, contribuíram para a decisão do recorte das interações realizadas pelo psicossocial da unidade, que compreende a atuação de duas psicólogas e duas assistentes sociais, por serem interações menos ritualizadas e menos formatadas em *scripts*.

⁶³ Relatório defendido em julho de 2018.

⁶⁴ A audiência da Comissão Técnica de Classificação é a reunião dos profissionais multidisciplinares que realizaram as entrevistas de CTC para consolidação e deliberação do Plano Individual de Ressocialização.

3.4.2 A coleta intermediária

A coleta intermediária ganhou esse caráter a partir de uma série de circunstâncias ocasionadas pela greve dos técnicos do sistema prisional mineiro e pela superlotação do PFJAG. O planejado era a realização da coleta e da observação do campo no intervalo de 15 de janeiro a 15 de março de 2018, conforme carta de anuência constante dos anexos. No decurso da minha permanência na unidade, que se deu no mês de fevereiro e maio de 2018⁶⁵, acompanhei os atendimentos de fale comigo do psicossocial. Em 23 de fevereiro, fui informada pela direção do PFJAG da necessidade de interrupção das minhas visitas em consequência da paralisação das atividades do psicossocial e das demais áreas técnicas da unidade.

Além disso, havia uma instabilidade naquele ambiente carcerário quanto ao “clima”, que ora se pautava numa possível tranquilidade, ora numa aparente sensação de caos que poderia ser agravado com a ausência do corpo técnico. A greve durou até meados de abril de 2018, mas o cenário de superlotação não. Todo esse contexto dificultou a realização das entrevistas de CTC, o que provocou um novo pedido de prorrogação do prazo de coleta com intervalo de julho a agosto de 2018.

3.4.3 A coleta final

A interrupção da coleta de dados (intermediária) resultou no planejamento de uma etapa de coleta com prazo⁶⁶ maior para meu acesso como pesquisadora à unidade. Retornei à unidade semanalmente de agosto a setembro de 2018. Além de participar de outras atividades do psicossocial, com a observação de duas visitas assistidas, também cumpri uma das etapas previstas nas proposições do relatório de qualificação desta pesquisa: a realização de entrevistas por mim junto às presas, durante o atendimento com as psicólogas, a fim de captar a percepção da mulher usuária do sistema de comunicação estabelecido pela unidade prisional – fale comigo, a partir das seguintes perguntas:

Tabela 02: Perguntas realizadas na etapa final de coleta de dados

Quem te apresentou o fale comigo? De que forma ele foi apresentado?
Você costuma enviar o fale comigo para quais áreas?
Você já falou do fale comigo para alguma presa? Como você falou sobre ele?
Se não existisse o fale comigo, você consegue imaginar como seria a comunicação

⁶⁵ Dias: 01 e 02 e 19 a 23 de fevereiro e 10 de maio de 2018.

⁶⁶ Prazo requerido de 15 de julho a 15 de dezembro de 2018.

com as áreas da unidade prisional?
O fale comigo é importante pra você? Por quê?
Em uma palavra, o fale comigo é...
Há alguma sugestão sobre o fale comigo, ou alguma ponderação que você queira fazer sobre os atendimentos?

As perguntas foram respondidas por dezenove detentas. Houve interações em que as perguntas eram feitas ao final do atendimento, antes da psicóloga dispensar a presa. Em outras interações, as psicólogas se ausentavam da sala em busca de solucionar a demanda da presa e me autorizavam a realizar as perguntas neste momento, sob a vigilância de uma agente prisional. A maior parte das respostas explicitavam a importância do fale comigo como canal de comunicação entre as mulheres presas e a administração prisional. Destaco parte das respostas das reclusas na grade de sistematização de dados descrita a seguir, e disposta na íntegra no apêndice deste trabalho.

3.5 A sistematização e transcrição dos dados do fale comigo

A sistematização dos dados foi utilizada como forma de organização dos dados, a fim de cooperar para visualização do cenário investigado e para o planejamento das análises. A partir das gravações realizadas durante as etapas de coleta de dados no PFJAG, os áudios coletados foram sistematizados numa grade que dispõe da seguinte ordem:

Figura 06: Exemplo da grade de sistematização dos dados

GRADE DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DO FALE COMIGO										
NOME	Nº GRAV.	DATA DO EVENTO (2018)	DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS	TÍTULO DA CONVERSA	PARTICIPANTES			TEMPO GRAVADO	ENQUADRES INTERATIVOS	TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO DE FALE COMIGO
CRISTINA	02	19/02	Primeira prisão; 21 anos; Mãe de um menor; Artigo 33; Já foi julgada, mas não sabe status do processo. Presa há oito meses. Cumpra prisão há um mês no José Alencar; Alta visita.	"Ó você, mamãe tá morando com papai do céu?"	Pesquisadora	PI	Cristina	18'07"	Feedback do contato telefônico com o filho; Pedido para visita assistida do filho; Guarda do filho – processo demorado; Saudades do filho (está há oito meses sem vê-lo); Não tem ânimo para sair para o banho de sol; Pedido para passar pelo médico; Pedido para aumentar a medicação; Pedido para ter acesso a livros; Relacionamento com o amigo que a visita – "ele tá sendo muito carinhoso com o meu filho e pra mim é isso que importa"; Alimentação exagerada pela ansiedade.	Sem protocolo.

Os dados coletados eram gravados num dispositivo digital e catalogados numa grade que orienta os seguintes aspectos da interação: Nome fictício dos participantes; nº da gravação (ordem em que as gravações estão dispostas nos arquivos desta pesquisa); data do evento; "variações sociais" (levantadas durante ou posterior à gravação); título da conversa (a partir de trechos de fala das detentas como síntese do teor do conteúdo da interação); os participantes da

“situação social”, tempo gravado (duração do áudio gravado); os enquadres interativos (os assuntos e temas tratados em cada atendimento), conforme TANNEN; WALLAT (2013); a transcrição do registro de fale comigo (motivo descrito no formulário– na ausência desse, foi utilizada a inscrição “sem protocolo”). Tal sistematização facilitou a leitura do cenário de pesquisa com a clara visualização dos atores envolvidos, das “variáveis sociais”, “atributos da estrutura social” (GOFFMAN, 2013), os temas que orientaram os atendimentos, as recorrências e individualidades do público analisado.

Ressalto que foram gravados e catalogados **48 atendimentos de fale comigo e 5 de entrevistas de CTC, totalizando 53 interações**. A transcrição dos dados, ou seja, dos áudios coletados, foi realizada com vistas a um recorte das interações, conforme propõe Marcuschi (2003) e Ochs (1979) pertinentes aos interesses de análise (investigar o footing (GOFFMAN, 2013), a organização da “situação social” e dos enquadres interativos (TANNEN; WALLAT, 2013)). Ochs (1979, p. 44) afirma que “uma transcrição mais útil é mais seletiva”, pois ela deve se relacionar ao processo consciente de filtragem vinculada aos objetivos da investigação realizada. Foram selecionados, assim, trechos transcritos das interações que correspondiam aos propósitos das análises.

Nesse processo seletivo da transcrição, conforme Ochs defende, é válido lembrar que “as transcrições são dados do pesquisador” porque essas refletem “metas e definições teóricas” constante da pesquisa (1979, p. 44).

Além das transcrições realizadas para fim de análise, também transcrevi trechos de interações que ilustravam o cotidiano do espaço prisional, bem como a fala das profissionais do psicossocial e de outros como estratégia do método etnográfico de pesquisa.

A sistematização e transcrição de dados facilitaram a consulta, a visualização e descrição das experiências vividas em campo, registradas em um caderno que apresenta o meu olhar descritivo do contexto, conforme me dedico em fazê-lo a seguir.

3.6 A Fazendinha é um presídio

“Por mais que eu esteja presa, a fazendinha é melhor do que aquele lugar [referência à Jason⁶⁷ – Presídio que abriga mulheres em São Joaquim de Bicas]. Aqui eu vejo as árvores, vejo os patos, as galinhas. Em outro presídio eu não terei a senhora para me atender. Serei esquecida”.

Fala de LUANA, 22 anos, mãe de uma filha de três anos, presa pelo artigo 157 –atendimento com P1 em 30 de agosto de 2018.

Realizar pesquisa num presídio feminino nunca foi um propósito em minha trajetória acadêmica, até conhecer um pelo lado de dentro. Quando visitei o PFJAG pela primeira vez, saí dali convencida de que aquele contexto carecia de muitos recursos materiais, mas, sobretudo, de recursos humanos: afeto, atenção, solidariedade. Mulheres encarceradas, na sua maioria, são carentes e incansáveis na busca por atenção, principalmente, daqueles que dispõem de livre acesso para além das grades que aprisiona os seus corpos (LEMGRUBER, 1983). As ausências e carências daquelas mulheres precisam ultrapassar aquela cancela e chegar aos mais diversos olhares.

Apesar de já ter visitado a unidade em outras circunstâncias, confesso que entrar ali para realização de uma pesquisa, causou-me estranhamento. Entrar como voluntária não me exigia o olhar atento e preciso no outro e pelo outro, a fim de realizar uma observação e descrição analítica com base nos métodos etnográficos (GARCEZ; SCHULZ, 2015).

A revista⁶⁸ de entrada verificava os itens que eu carregava: um gravador, itens de higiene pessoal e alimentos que possibilitassem minha permanência ali durante todo tempo. Sempre ao passar pela portaria principal, guardada por um imenso portão, atravessava outro revestido por uma tela que permitia que eu avistasse a rotina da unidade, quase sempre com mulheres trabalhando na capina e na limpeza.

A Fazenda das Lages, às margens da Rodovia MG - KM 05, é o endereço do Presídio Feminino José Abranches Gonçalves. A “fazendinha”, como é popularmente conhecido o PFJAG, dispõe uma extensa área verde, com pomar de frutas diversas, como manga e amora. Além de dois pequenos lagos cercados por marrecos e galinhas de angola. Uma ecologia diferente daquelas encontradas em unidades prisionais. A dinâmica estrutural geral do local remete mesmo a um ambiente de

⁶⁷ Esta pesquisa não se responsabiliza pela fala das mulheres encarceradas participantes.

⁶⁸ O procedimento de revista de um pesquisador não é o mesmo realizado para os visitantes comuns: não é necessário se despir e realizar exposição das partes íntimas. No meu caso, sob a vigilância de uma agente, era necessário levantar o sutiã, o cós e a barra da calça, em um quatinho bem estreito da portaria, além de passar pelo *body scan*. Todos os itens que eu portava foram revistados, como de praxe.

fazenda. O ambiente abriga também cachorros e gatos que transitam livremente pela unidade. O jardim, quando podado e cuidado, torna mais agradável um dos caminhos de acesso da portaria ao prédio principal.

Figura 07: Imagem do jardim e do prédio principal do PFJAG



Fonte: Administração do PFJAG

Ao percorrer o caminho de aproximadamente cem metros da entrada até o prédio da sede administrativa, é possível avistar a quadra, logo à direita. Lugar cercado por grossas telas, onde é realizado o banho de sol. Apesar dessa finalidade, o lugar é todo coberto por um telhado, o que permite a realização da saída das celas mesmo em dias chuvosos. Naquela quadra, em vários dias, vi mulheres sentadas ao chão ou em bancos de madeira, curtindo o ócio promovido pelo encarceramento.

Figura 08: Imagem da quadra onde é realizado o banho de sol do PFJAG



Com exceção do psicossocial, da gerência de trabalho, do jurídico e da escola que funcionam em outros espaços, o prédio principal abriga as atividades elementares da unidade e as celas convencionais⁶⁹. O prédio também abriga a cozinha da unidade, administrada pela empresa Styllus Alimentação, onde são preparadas as refeições servidas às presas e também ao efetivo lotado na unidade. O cardápio fica anexado ao quadro de avisos do corredor principal e é atualizado semanalmente. Arroz e feijão é a base daquela comida, que às vezes varia um pouco nos vegetais com salada e legumes cozidos ou refogados, e proteínas que vão desde salsicha, a ovo e até feijoada quase sempre às sextas-feiras. O dia desse prato é sempre comemorado pelos funcionários da unidade, que nem sempre aprovam o cardápio quando é ovo ou salsicha ao molho.

Comi da comida da unidade algumas vezes, servida no pequeno refeitório destinado aos funcionários, que fica em frente à pequena janela que dá acesso à cozinha. Naquele local trabalham várias presas, sempre identificadas com o uniforme branco com escritas vermelhas, o que difere dos demais funcionários da empresa de alimentação que utilizam o uniforme na cor creme.

O alimento no refeitório é exposto em uma mesa *réchaud* de *self service*. O sabor é como o de uma comida de “bandejão” de restaurante popular, nem ruim, nem boa, com pouco tempero. Diferentemente, do *self service* dos funcionários, a comida das presas é servida em marmita de alumínio, acompanhada de uma fruta, quase sempre banana, laranja ou maçã.

A fazendinha não foi sempre uma unidade feminina. Passou a abrigar mulheres presas a partir de 2006. Construída em 1982, abrigava jovens adultos com idade até 21 anos. Um dos funcionários mais antigos da unidade conta que a mudança de perfil de masculino para feminino foi da noite para o dia. Martino (2019) esclarece que o PFJAG passou a receber mulheres presas a partir de uma sugestão da ALMG que considerou um estudo realizado em 2001.

O PFJAG tem a capacidade máxima de 126 (cento e vinte e seis) detentas. Em janeiro de 2018, passou a ser a porta de entrada do sistema prisional feminino da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com o fechamento da unidade prisional de Paraopeba e da unidade feminina do Ceresp Centro-Sul e consequente

⁶⁹ Denomino celas convencionais aquelas para convivência comum das presas. As celas não convencionais são quatro, que recebem o nome de “anexo” pela direção da unidade, localizadas acima da portaria principal, utilizadas para guardar mulheres em correção disciplinar.

transferência das mulheres presas destes estabelecimentos, o PFJAG chegou quase ao triplo da capacidade máxima, de modo a abrigar mais de 300 (trezentas) mulheres em março de 2018.

Em 09 de maio do mesmo ano, a juíza da Vara de Execuções Criminais de Ribeirão das Neves acatou o pedido da Defensoria Pública e determinou a interdição⁷⁰ do PFJAG, de maneira a estabelecer o limite de 220 (duzentas e vinte) presas na unidade, o que interrompeu o fluxo de “porta de entrada” do sistema. Em meados de junho de 2018, o PFJAG voltou a receber detentas inseridas no sistema no ato da prisão, ou seja, voltou a operar com o fluxo de porta de entrada, obedecendo ao número limite de mulheres determinado no ato da interdição.

Em agosto de 2018, fortes rumores de desativação do PFJAG como unidade feminina, para abrigar policiais e agentes condenados civilmente e tutelados pelo Estado no Complexo Penitenciário Nelson Ungria, despertou organizações da sociedade civil⁷¹ e, conseqüentemente, a mídia numa militância para que não se cumprisse o fechamento de uma unidade prisional feminina, diante do alto crescimento do encarceramento feminino em Minas Gerais. A Secretaria de Administração Prisional à época emitiu nota evidenciando que, por motivos de segurança, não informava estratégias internas de transferências de presos. Contudo, os mesmos rumores davam conta de que as mulheres seriam transferidas para uma unidade prisional localizada em São Joaquim de Bicas, conhecida popularmente entre as presas como Jason.

Os boatos de fechamento do PFJAG logo chegou às celas. As transferências que normalmente ocorriam, bem como qualquer interferência na rotina da unidade caracterizava a efetivação do fechamento. As presas levavam esse assunto para os atendimentos do fale comigo e, algumas em lágrimas, pediam para que a

⁷⁰ Interdição noticiada pelo portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/justica-interdita-parcialmente-o-presidio-feminino-jose-abranches-na-grande-bh.ghtml>>. Acesso em 06 de junho de 2018.

⁷¹ Associação de visitantes e parentes de presos do sistema prisional de Minas Gerais e o Projeto Mulheres Livres. Cabe ressaltar que atuei diretamente na mobilização da mídia mineira com o intuito de impedir o fechamento da unidade, porque assim como Rodrigues-Júnior (2005), a partir de Cameron (1992), entendo que: “Uma pesquisa ética procura minimizar qualquer tipo de danos aos pesquisados por respeito e consideração por sua cultura crenças e relações em grupo. Além disso, mais do que respeitar os pesquisados, os pesquisadores devem trabalhar para pessoas pesquisadas, usando seus conhecimentos para defender os interesses dos informantes” (RODRIGUES-JÚNIOR, 2005, p.08 – minha tradução).

transferência para uma unidade distante não acontecesse, uma vez que isso dificultaria o contato com a família, além de que o presídio de destino não dispunha de condições como o acesso a escola, nem mesmo do acompanhamento que o psicossocial do PFJAG oferecia por meio do fale comigo.

Excerto 11

Luana. A gente indo para a Jason o atendimento é muito difícil (lágrimas e sussurros). estou com muito medo daquele lugar. lá é diferente. as celas são menores. o lugar é abafado. a escola daqui está me descontraindo muito. e lá não tem escola. aqui é uma cadeia. tem depressão. opressão. mas lá é muito difícil. o banho de sol é com cachorro. o procedimento (refere-se à revista, com exposição das partes íntimas para as agentes, para saída e entrada na cela) é na frente de outras presas. é em frente à galeria.

LUANA - presa na Jason em 2017 - 22 anos, mãe de uma filha de três anos, presa pelo artigo 157 - atendimento com P1 em 30 de agosto de 2018.

O PFJAG não sofreu mudança de perfil de feminino para masculino, mas ainda há rumores desta mudança. O aspecto mais questionado pelas presas é o da estética do ambiente que ameniza a dor de quem as visita, principalmente dos filhos menores, pelo PFJAG ter a arquitetura de uma fazenda.

Cabe destacar que a equipe de atendimento da unidade prisional, primando pelas especificidades de gênero do público encarcerado feminino, construiu prédio do psicossocial, com dificuldades de recursos financeiros, a estrutura foi acabada em 2018, por meio de parcerias com instituições privadas. Além de oferecer um local adequado para os atendimentos realizados, o prédio também dispõe de um espaço específico para as mulheres presas receberem os filhos nos dias de visita assistida, que é a brinquedoteca.

Figura 09: Imagem da brinquedoteca do PFJAG



Sempre fui recebida pela diretoria da unidade que, como todo o corpo funcional do PFJAG, sempre me acolheu de forma digna e amigável. O bom relacionamento com o efetivo da unidade me possibilitou conhecer vários espaços daquele ambiente prisional, conforme descrevo a seguir.

3.7 A chegada das presas

Um corpo atravessa os portões. É só mais um corpo.

(Caderno de campo, 01 de fevereiro de 2018).

A dinâmica do PFJAG foi alterada pelo fluxo diário de uma porta de entrada do sistema prisional. Em todo tempo na unidade, chegavam viaturas da polícia civil e militar, as quais, no seu “bagageiro”, traziam mulheres algemadas: moradoras de rua, usuárias de drogas, jovens com uniforme de trabalho, mulheres com roupas comuns e até bem vestidas. Ao receber uniformes vermelhos, as mulheres presas entregam seus pertences e posteriormente fazem um cadastro na sala da “inteligência”, que registra uma foto da presa para constar no Infopen. A partir daí, a presa é conduzida à cela de triagem, lugar onde permanece por cerca de dez dias, para então ser alocada numa das celas convencionais da unidade.

Em uma das minhas primeiras visitas, vi a chegada de uma jovem parda, média estatura, cabelo escovado, aparentava ter entre vinte e vinte e cinco anos, vestida com o uniforme de uma rede de supermercados da capital mineira. Era manhã de segunda-feira, eu aguardava uma das diretoras, em frente ao gabinete, para ser encaminhada ao psicossocial. A jovem aguardava para realizar a revista íntima em frente à porta que dá acesso às celas. Com as mãos algemadas para trás e com a cabeça baixa virada para a parede, ela chorava muito. Sem poder limpar as lágrimas com as mãos, ela tentava limpá-las com os ombros. Aquela jovem moça, aparentemente com vínculos empregatícios, sem antecedentes criminais, foi presa com a acusação de furtar dois desodorantes numa rede de farmácias de Belo Horizonte. Aquelas lágrimas poderiam ser por muitos motivos, mas inevitavelmente pela angústia e desespero de ser presa pela primeira vez.

O fato de se estabelecer a revista íntima em presas no cotidiano da prisão foi algo que também chamou minha atenção. Este procedimento, comumente adotado pela segurança da unidade, é realizado em qualquer movimento de entrada ou de saída da mulher presa no ambiente das celas. As mulheres ficam despidas no vão que antecede o acesso às celas. Ali, numa maca, as mulheres expõem suas partes íntimas sob olhar das guardas. Por vezes, durante os atendimentos de fale comigo,

presenciei a fala de presas, como a de Amariles (35 anos, presa por tráfico de drogas) que afirmava não participar do banho de sol, porque achava muito constrangedor passar pela revista. Davis (2018), na obra "Estarão as prisões obsoletas?", questiona a prática da revista íntima como rotina diária nas prisões femininas, que para ela "beira a agressão sexual ao mesmo tempo que é considerada algo natural" (DAVIS, 2018, p. 68). Para a autora, essas práticas são "patriarcais opressivas consideradas ultrapassadas" (Idem).

A chegada de mulheres presas no PFJAG era algo que despertava o meu olhar. Eu tinha curiosidade em saber quais eram as circunstâncias daquele aprisionamento, bem como a sensação daquelas mulheres de estarem naquele lugar. As lágrimas eram uma constante na chegada das presas, com algumas exceções. Lembro-me da chegada de uma servidora pública, presa por crime de corrupção, que previamente pediu cela especial por sua formação, e teve o seu pedido negado, diante das circunstâncias de superlotação. Ao chegar à unidade, essa mulher branca dos cabelos claros não esboçava emoção alguma. Desceu da viatura da polícia com as mãos algemadas para frente, caminhou até o corredor que dá acesso às celas e ao ter as algemas trocadas de posição, para trás do corpo, aquela mulher ouviu da agente: "Presa, encosta na parede e abaixe a cabeça". Mesmo diante daquela fala áspera, a mulher se manteve indiferente ao que estava acontecendo. Em seguida, já com as vestes que a uniformizava como uma mulher com a liberdade privada, conduzida por uma agente no percurso entre o prédio principal e as celas de triagem (a cela de triagem fica na direção oposta do prédio principal, acima da portaria da unidade prisional), a servidora pública presa foi novamente repreendida pela guarda para manter a cabeça baixa.

3.8 As celas e os corpos

Um corredor estreito, celas de ambos os lados. Mulheres amontoadas nas grades da cela. Uma sobrepondo à fala da outra. Algumas só observavam a nossa visita, outras não esboçavam nenhuma reação. Mas uma pergunta era recorrente: "Moça, cês são dos direitos humanos?". (Caderno de campo, 01 de fevereiro de 2019)

Antes de se tornar porta de entrada do sistema prisional, a admissão de detentas no Presídio Feminino José Abranches se dava somente por transferências de outras unidades, nos bondes⁷². Percebi como essa alteração desestabilizou o humor das presas quando fui visitar as celas. A reclamação das consequências da superlotação era a mesma em todas as celas: "estamos dormindo três em um só

⁷² Termo utilizado para se referir ao transporte de pessoas presas em transferência de uma unidade para outra.

colchão, sem espaço para movimentar aqui dentro. Não tem como nem ir ao banheiro à noite”, informava as presas em falas sobrepostas.

Antes da visita às celas, a diretora que me acompanhava deu-me breves orientações: não aproximar o meu corpo da porta da cela e não permanecer muito tempo em frente a uma única cela, para não causar tumulto. Não posso omitir a minha sensação naquele momento de certa insegurança, afinal, naqueles dias, as detentas ameaçaram realizar um motim. A curiosidade de saber como se organizara aquele espaço com tantas mulheres de diferentes idades, muitas vezes sem nenhuma afinidade, juntas me impulsionava. A agonia surgia ao sentir aquele odor tão peculiar de um ambiente de cárcere, que mistura umidade das roupas que secam dentro das celas, com o odor do sanitário e o cheiro de sabonete que sai dos banheiros.

Ao todo o PFJAG dispõe de nove celas, que no dia em que as visitei, estavam superlotadas. Era uma tarde de verão de 01 de fevereiro de 2018. Estava muito calor e o corredor de acesso às celas estava abafado, como uma sauna. Quando entramos, eu, uma das diretoras e o orientador desta pesquisa vimos, logo na primeira cela, uma detenta deitada no vão entre a cela e a porta de grade. Penelope estava ardendo em febre e as companheiras de cela, cerca de trinta mulheres, num espaço planejado para menos da metade, vieram em defesa da jovem. Uma delas disse: “Senhores, cês são dos direitos humanos?”. Respondemos que não, que estávamos fazendo uma pesquisa. Ela prontamente começou a nos relatar a situação de Penelope. “Ela é soro positivo, senhores, e está sem tomar o coquetel desde que veio de bonde, há um mês”. Mesmo sem conseguir falar direito, por causa do estado de prostração, as companheiras de cela levantaram Penelope para que pudéssemos constatar a sua condição digna de todos os alarmes. Em seguida, uma das detentas disse: “Essa pesquisa que ocês tá fazendo vai ajudá nois com alguma coisa?”. Ao ouvir essa indagação soube o peso da responsabilidade que me aguardava: emprestar meu trabalho acadêmico à descrição de cenas de um caos social, o encarceramento em massa de mulheres por sua classe e cor (CHESNEY-LIND, 2003).

A situação de Penelope não é exclusividade. O que muda de uma cela a outra são as circunstâncias do pesadelo que é estar encarcerada. Nos minutos que transitamos por aqueles corredores foram inúmeros os questionamentos. Alguns não foram possíveis entender de forma audível, pois as presas se amontoavam as grades da cela e ali disparavam suas demandas. As reclamações e questionamentos eram semelhantes quando se referiam às notícias desconstruídas acerca da prisão domiciliar para mulheres - mães de crianças menores de doze anos e de filhos com

deficiência - publicada dias anteriores, a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal⁷³: “Dona, é verdade que quem é mãe vai descer⁷⁴ para prisão domiciliar?”.

Algumas das celas tinham camas-beliches de concreto, contudo não havia cama para todas as mulheres. Era naquele cenário de superlotação que visualizamos, com nossos olhos, a desproporcionalidade de num presídio que dispunha de pouco mais de cem vagas, naquele momento abrigar mais de trezentas presas. As presas não se cansavam de repetir: “Dona, na sua pesquisa, coloca aí, que aqui nois dorme três em um colchão e o calor é de matar”.

Além das mulheres e seus pertences, as celas também são lavanderia das roupas íntimas e dos uniformes das presas. Elas lavam suas roupas no lavabo do banheiro e penduram para secar nas paredes, no teto, nas cabeceiras das camas de concreto. As paredes amarelo-palha são tomadas pelos uniformes vermelhos e de sacolas plásticas com os poucos pertences autorizados (geralmente, itens de alimentação e higiene pessoal, caderno e caneta) para uso daquelas mulheres.

Algumas poucas celas tinham televisão à época, cedidas pela família das detentas. O que mudou, posteriormente – período da copa de 2018 – com a doação de televisões para todas as celas, realizada por uma igreja de expressiva dimensão neopentecostal brasileira. No horário que visitamos as celas, percebi que três das TVs disponíveis estavam ligadas num programa de jornalismo sensacionalista local, e uma estava sintonizada num programa religioso de uma conhecida igreja evangélica. Nos lugares que não havia TV, vi presas escrevendo cartas, lendo livros como a bíblia, dormindo, ouvindo música, deitadas olhando para o vazio numa cela superlotada, como se estivesse hipnotizada por aquela realidade.

No dia da visita, assim que saímos do ambiente das celas, vi que a servidora que acompanhava a visita procurou a equipe de enfermagem para verificar o caso de Penélope. Uma das enfermeiras informou que a medicação da presa estava suspensa porque a mãe dessa havia decidido providenciar pessoalmente o coquetel. O que não ocorreu e prejudicou o fornecimento do remédio. Na semana seguinte, soube que Penélope havia sido transferida para outra unidade e que a situação da medicação havia sido resolvida.

⁷³ A segunda turma do STF deliberou a aceitação do Habeas Corpus coletivo que pedia a conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar a mães de crianças com até doze anos e filhos com deficiência sob guarda materna e gestantes, exceto para situação de crimes praticados com violência ou grave ameaça, ou contra seus filhos (Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370152>>. Acesso em 12 de maio de 2018).

⁷⁴ Termo utilizado em referência à progressão de pena.

3.9 O psicossocial – Do estreito ao largo

Enquanto ouvia aqueles atendimentos sentia meu corpo arrepiar. Eu, grávida de quatro meses, sentia intensamente meu bebê se mexer no ventre. O relato de almas que, numa estreita sala do psicossocial, pediam socorro, anunciava reiteradamente o abandono da família e a saudade dos filhos. (Caderno de campo, 27 de abril de 2017).

A primeira vez que acompanhei um atendimento do psicossocial no PFJAG foi em abril de 2017. O setor do psicossocial ainda funcionava em uma pequena sala, em um prédio antigo, anexo ao galpão da costura. Era um espaço mínimo, com um corredor apertado que ficava em frente à viela de acesso à portaria principal. O espaço tinha duas pequeníssimas salas, divididas entre os atendimentos das psicólogas e os da assistente social. Na sala que tinha dimensões um pouco maiores mal cabia uma mesa antiga de escritório, uma prateleira em metalon e uma gaveta de arquivos.

Ali, naquele espaço estreito, ao participar da coleta piloto sentei-me recostada à parede próxima à porta. A minha distância das presas não era de mais de um metro. A psicóloga, naquele dia, dividia os atendimentos com o serviço social a fim de resolverem o passivo das entrevistas de classificação. Mulheres profissionais que, com muita sensibilidade, interagiam com as presas sem algemas, naquele espaço mínimo, chamando-as pelo nome, sem nenhuma restrição da proximidade física com a mulher encarcerada. A conduta dessas profissionais era firme e ao mesmo tempo demonstrava carisma e empatia com as narrativas de vida quer fossem longas, quer fossem curtas.

À época do prédio antigo, atendiam ali duas psicólogas, que revezavam os atendimentos entre manhã e tarde, e uma assistente social. O trabalho não se encerrava naqueles atendimentos. Elas além de dispensarem uma escuta atenciosa à fala daquelas detentas, também anotavam a síntese dos relatos, para posterior produção de relatórios e providencia dos cuidados com a presa e sua família.

A fala de uma detenta, ao ser questionada por uma das psicólogas quanto à importância dos atendimentos, ilustra o papel desempenhado pelo psicossocial no ambiente de cárcere:

Excerto 12

P1. E os atendimentos são importantes?

PAULA. Sim. para mim, é muito importante. o assistente social é a luz pra gente lá fora. o psicólogo pra mim é mais importante. eu desabafo mesmo.

(PAULA, 25 anos, presa por latrocínio, sentenciada a 31 anos de prisão em sistema fechado - atendimento realizado em 27 de abril de 2017)

Nesta época⁷⁵, o PFJAG ainda não tinha se tornado porta de entrada do sistema prisional feminino. As profissionais conseguiam acompanhar as presas de forma regular, a ponto de conhecerem suas histórias e de recuperá-las rapidamente ao reconhecer os rostos que adentravam a sala de atendimento.

Excerto 13

"P1. Ah, não acredito! presa de novo, Elisa? roubo novamente?"

(Fala de P1 diante de uma detenta reincidente que havia sido tratada por ela em uma internação anterior)

Na segunda etapa de coleta de dados deste trabalho, o setor de psicossocial havia se mudado para um prédio novo, construído a partir de doações. O novo prédio dispõe de salas amplas, claras e arejadas que acomodam os atendimentos do psicossocial, de defensores públicos, espaço para realização de visita assistida, banheiro, pequena cozinha e amplo corredor para trânsito e espera das presas por atendimento. O novo local tem rede de telefone e não mais seria necessário se deslocar até o prédio central para realizar contato com a família da presa ou por quaisquer outras demandas, como no estreito espaço que abrigava o psicossocial anteriormente.

Cada sala do psicossocial, uma dedicada ao serviço social outra à psicologia, dispunha de um computador o qual coopera para o acesso às informações da presa durante o atendimento. A mobília era nova e as cadeiras já não estavam mais quebradas, como a que eu me assentei na estrutura antiga. Confesso que a arquitetura do ambiente cooperou para uma menor tensão naquele espaço. Afinal, minha presença agora nos atendimentos já não era tão notada, e eu podia observar as interações com mais liberdade.

Contudo, o contexto prisional era outro. Em relato, as psicólogas disseram que o fluxo de porta de entrada afetou o perfil das presas, o que dificultou o trabalho delas, por estarem diante de mulheres imaturas, que nem mesmo sabiam o que estavam fazendo ali:

Excerto 14

"P1. As meninas que estão chegando, elas não tem noção do que que pode ser uma cadeia. eu estava comentando que estou assim um pouco cansada. eu adoro atende::r, não tem tempo ruim comigo. mas eu tô ficando muito impaciente com isso, sabe? assim você atende as meninas com um grau de imaturidade assim demais. aí vem pra cadeia faz aquelas coisas mais mais idiotas lá fora, entendeu? não tem noção do que que isso vai dar. aí vem pra cadeia chega aqui, né?! como agente falou num

⁷⁵ Até dezembro de 2017, a média de mulheres presas no PFJAG não excedia o total de cento e cinquenta presas.

atendimento você tem que resolver tudo. Se tiver ligação, você faz ligação. e aí a conversa delas com a família é um negócio assim que já vem um discurso pronto.

P2. Um discurso pronto.

Pesquisadora. Tipo o quê?

P1. Tipo assim eu tô com saudade. me perdoa. não devia ter feito isso.

P2. Me ajuda. eu vou voltar logo.

P1. E assim. mas é um discurso que não, não tem uma, uma apropriação de discurso. entendeu? não é. uma coisa que eu tava pensando, pensei em escrever sobre isso é::: você pergunta pra elas assim por que você está aqui? elas falam com você do artigo. olha que coisa mais impessoal vamos dizer. eu tô aqui é 155, 121.

P2. Aí a gente tem que trazer elas.

P1. Aí você pergunta mas o que aconteceu? pra você entender a história. porque é assim de uma impessoalidade, sabe? não tem apropriação mais é é é e aquele trabalho que a gente fazia de trazer é o sujeito tem mais não.

P2. Tá perdido.

P1. Tá perdido." (Conversa com as psicólogas e com a assistente social sobre a situação do PFJAG com o cenário de superlotação e de mudança no perfil das mulheres encarceradas - gravada em 10 de maio de 2018, no prédio do psicossocial).

O psicossocial é o setor que mais recebe demanda do fale comigo na unidade. Em uma contagem no dia de distribuição dos "bilhetes", foi identificado que 60% dos pedidos remetiam aos profissionais desta área. Ademais, esse canal pertence a uma estratégia de comunicação entre a mulher presa e a unidade prisional. Mais que isso, o fale comigo é uma estratégia de oferta ao direito à comunicação.

3.10 A escola em meio às grades

"Se eu focar no crime, eu também sou sociedade. Eu não vou conseguir trabalhar com elas. E eu não tenho que ter essa visão delas enquanto criminosas, porque eu sou da ressocialização. Eu tenho que fazer o meu papel de ressocializadora". (Fala da pedagoga do PFJAG em entrevista - 22 de fevereiro de 2018)

A LEP estabelece, como um dos deveres do Estado, a assistência educacional, estendida também ao egresso, de modo a atingir o ensino escolar e profissional do preso ou interno. Com base nessa premissa legal, a Escola Estadual Nossa Senhora das Dores (EENSD) foi instituída em 1982 para atender as demandas educacionais, a priori, da Prisão Masculina de Jovens Adultos, que, posteriormente, seria a escola do PFJAG.

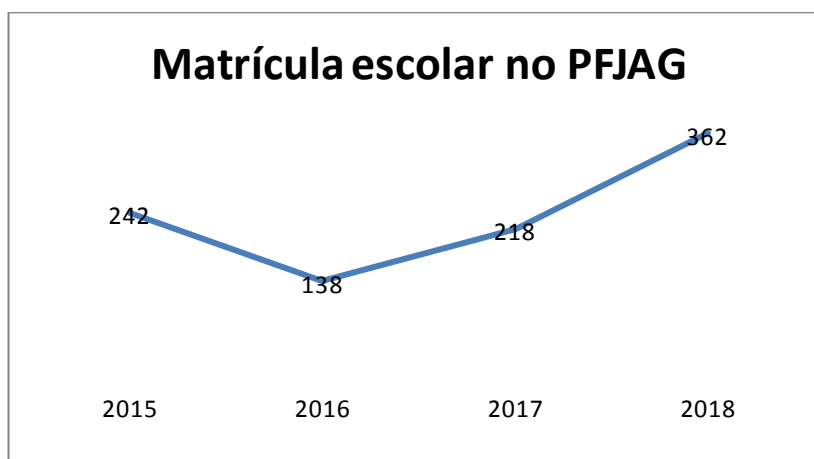
Diferentemente de outras unidades prisionais, que dispõem de ensino como extensão de uma escola local, ou seja, uma escola do município assume o ensino da população presa, sem necessariamente ser uma instituição criada para esta finalidade, a EENSD ocupa um dos prédios da unidade feminina em questão, destinado apenas para funcionamento da escola. Localizada na extremidade oposta ao prédio central, para ir à escola é necessário passar próximo ao lago e subir uma pequena viela. As paredes externas pintadas de verde, a porta central em formato

de arco, o corredor largo de acesso às salas e à biblioteca, as paredes internas decoradas com símbolos que remetem aos propósitos do ambiente dão o ar de uma escola convencional. Entretanto, ao se aproximar das salas de aula, vemos uma grande distinção: no lugar de portas, as salas são cerradas por grades, com trancas e cadeados. Além disso, em frente às salas de aula, quando há presença de presas na escola, sempre há agentes prisionais a realizar a guarda, como parte das estratégias de segurança.

A escola dispõe de dezessete professores que ocupam os mesmos cargos referentes às disciplinas existentes no ensino regular. O horário de funcionamento da escola para as aulas se divide em dois turnos; manhã de 08h às 11h e tarde de 13h às 16h. Como não poderia ser diferente, esses horários atendem àqueles estabelecidos pela segurança da unidade para liberar ou guardar as presas nas celas⁷⁶.

As matrículas na escola do PFJA num recorte de 2015 a 2018 variaram expressivamente de um ano para o outro, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 03: Matrículas escolares por ano no PFJAG



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados fornecidos pela administração do PFJAG.

Num intervalo de quatro anos, conforme o gráfico acima, o PFJAG teve um aumento considerável de matrículas no ano de 2018, em razão do aumento populacional que a unidade viveu. Outros dados importantes de salientar é que, neste período, cinco detentas foram matriculadas em instituições de ensino superior e que, no mesmo período, uma média de 45 detentas realizou o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade.

Antes de ouvir o relato da pedagoga da unidade, pensava que a escola pudesse ser o local em que todas as detentas quisessem frequentar, em meio ao

⁷⁶ Informação repassada pela pedagoga da escola da PFJAG em 22 de fevereiro de 2018.

inferno conceituado por elas – em referência as celas e ao cárcere como um todo. No entanto, essa funcionária pontuou-me a instabilidade emocional, a depressão, as medicações para o tratamento de mazelas da mente, a falta de perspectiva, o desligamento repentino da unidade, como no caso das transferências, e o desinteresse pelos estudos como fatores que resultam na evasão e até no não ingresso escolar das detentas.

Sobre a tal instabilidade, a pedagoga ainda esclarece que este é um aspecto notado por ela apenas no público feminino, pois ao atuar com o público masculino as vicissitudes de emoções foram pouco ou nada percebidas por ela. Como forma de amenizar os fatores que impactam a baixa adesão das presas à escola, a pedagoga disse-me que o papel a ser desempenhado pelo psicossocial, de assistência e acompanhamento das detentas, é fundamental para sensibilizar as mulheres quanto aos benefícios⁷⁷ de se frequentar a escola.

Vale mencionar também que outras iniciativas⁷⁸ profissionalizantes já foram empreendidas no PFJAG. No intervalo de 2013 a 2015, o PFJAG realizou parceria com empresa da iniciativa privada e ofereceu um curso profissionalizante de costura industrial. Em 2014, houve a realização de Oficinas de Teatro com a adesão de 27 presas participantes. Em 2016, foi realizado um projeto, chamado 2ª Chance Educação, com aulas preparatórias para o ENEM, em parceria com SERVAS⁷⁹ e a Fundação João Pinheiro, com a adesão de 35 reclusas. Em 2017, foram oferecidos cursos de assistente administrativo, introdução à marcenaria, em parceria com o PRONATEC⁸⁰ e com o Instituto Cultural Boa Esperança, respectivamente, com 22 mulheres participantes. Também em 2017, foi realizado o projeto Rodas de Leitura, que visa à remissão da pena por resenhas corrigidas a partir da leitura de obras indicadas, teve a adesão de 20 detentas e foi realizado em parceria com o SERVAS.

Vale destacar que a biblioteca da unidade prisional é a mesma da escola. O setor onde ficam os livros na EENSD é enfeitado com murais em homenagem a poetisas brasileiras, como Cora Coralina, Clarisse Lispector e Cecília Meireles. É uma sala pequena, com paredes de divisórias e algumas prateleiras em *metalon*, sem a organização sistemática de um catálogo bibliotecário. Conta com um acervo

⁷⁷ A Lei de Execuções Penais nº 7.210, de 11 de julho de 1984, prevê a remissão de um dia de pena a cada doze horas dedicadas a atividades escolares sejam essas em qualquer nível; fundamental, médio, superior ou profissionalizante.

⁷⁸ Dados informados por e-mail pela pedagoga do PFJAG, enviados por uma das diretoras em dezembro de 2018.

⁷⁹ Serviço Social Autônomo.

⁸⁰ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

de 1230 (mil duzentos e trinta) livros, a maior parte deles de conteúdo religioso e de autoajuda, que inclusive é a preferência entre os vinte empréstimos diários. A existência de biblioteca no presídio atende às condições locais para assistência educacional previstas na LEP em vigor.

3.11 O trabalho dignifica a mulher?

"É porque eu sou o tipo de pessoa que eu gosto de trabalhar sabe? Trabalha e estuda (sic)". (Fala da detenta Cleusa, 45 anos, condenada por tráfico - atendimento psicossocial 20/02)

O trabalho executado por presas em uma unidade prisional pode ser uma das poucas alternativas para vencer o tédio provocado pelo ócio do cotidiano no cárcere. O ato de sair da cela para trabalhar exige que a detenta esteja com a saúde física e psicológica em bom estado. A checagem de informações sobre o estado de saúde das detentas, antes de encaixá-las em algum tipo de trabalho, além da realização dos trâmites da CTC, é necessária para evitar o absenteísmo, revelou uma das responsáveis pela gerência de produção do PFJAG.

Nas diversas vezes em que visitei a unidade, em três delas, visitei exclusivamente o setor de trabalho remunerado. É um espaço cercado por telas, defronte ao lago e a um dos pomares da unidade, próximo à escola e um pouco distante do prédio principal. Ali é fácil avistar mulheres trabalhando sob o olhar vigilante de ao menos uma guarda, bem próximas à sala da gerência de produção que tem duas funcionárias do sistema prisional focadas na gestão do trabalho realizado pelas detentas.

Há tanto oferta de vaga para trabalho em atividades não remuneradas quanto remuneradas. As primeiras referem-se àquelas destinadas aos serviços elementares para manutenção do ambiente prisional. As segundas se referem àquelas disponibilizadas pelas parcerias empresariais alocadas dentro da unidade.

As atividades empresariais que têm parceria na contratação das detentas dentro da própria unidade são:

Quadro 04: Trabalho remunerado dentro do PFJAG

EMPRESA	RAMO DE ATIVIDADE DA EMPRESA	ATIVIDADE REMUNERADA FINANCEIRAMENTE EXECUTADA POR PRESAS DENTRO DO PFJAG	Nº DE DETENTAS CONTRATADAS
Styllus Alimentação	Alimentício (empresa licitada para o fornecimento da alimentação das presas e dos	Auxiliar de cozinha	04

	funcionários da unidade).		
Sane Gold	Reciclagem, moedura e separação de tubos PVC.	Operadoras de reciclagem	05
Senhor dos Anéis Fabricação de Borracha	Fabricação de material hidráulico para obras de saneamento e manutenções em redes de água e esgotos.	Operadoras de produção.	12
Total de presas trabalhando em atividades remuneradas na PFJAG			21

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados fornecidos pela administração do PFJAG.

Atualmente,⁸¹ três empresas estão instaladas na unidade e contratam um total de vinte e uma detentas para o trabalho remunerado financeiramente com possibilidades também de remição da pena. Além das empresas instaladas na unidade, há também a viabilidade de alocar uma empresa do ramo de costura, com um galpão estruturado para este fim, no entanto desde meados de 2017 que não há parceria firmada. Em resposta ao motivo do desinteresse de empresas privadas para realização deste tipo de parceria, a gerência de produção afirma que a desinformação dos pormenores da contratação, como o pagamento de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo⁸², bem como a falta de área construída para alocação de empresas de outros ramos dificultam a celebração de cooperação de trabalhos remunerados.

O trabalho não remunerado financeiramente dentro da unidade está dividido entre as seguintes atividades elementares:

Quadro 05: Trabalho não remunerado dentro da PFJAG

ATIVIDADE NÃO REMUNERADA FINANCEIRAMENTE EXECUTADA POR PRESAS DENTRO DO PFJAG	Nº DE DETENTAS TRABALHANDO
Lavanderia (lavagem da roupa de cama da unidade, dentre outras).	02
Capina (capinação e manutenção do jardim e do pomar da unidade).	04
Vassoura (varrição da área comum da unidade, como os pátios, pomares e jardins).	12
Limpeza do galinheiro (limpeza e cuidado das aves)	02
Limpeza da galeria (faxina dos corredores das celas e entregas de marmitas)	04
Limpeza da administração (Limpeza da sala e banheiro da diretoria, jurídico, enfermagem e demais salas administração do prédio principal)	01
Limpeza do psicossocial (limpeza das salas, banheiros, cozinha, brinquedoteca do prédio do psicossocial)	01
Limpeza da escola (limpeza das salas de aula, das salas do administrativo, da cozinha e do banheiro da escola)	01
Limpeza da portaria (limpeza da guarita de entrada da unidade, do espaço entre os portões de acesso, dos banheiros e das salas de	01

⁸¹ Dados fornecidos pelo setor de gerência de produção do PFJAG, em 20 de junho de 2018.

⁸² Art. 29 da Lei de Execução Penal de 7210, de 11 de julho de 1984.

revista).	
Limpeza dos banheiros e vestiários dos agentes	01
Total de presas trabalhando em atividades não remuneradas na PFJAG	29

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados fornecidos pela administração do PFJAG.

Do universo médio de duzentos e cinquenta presas, o percentual de mulheres encarceradas que trabalham tanto em atividades não remuneradas quanto remuneradas financeiramente na unidade é de 20%. Número muito próximo à realidade nacional com média de 24% e da estadual com média de 26% de mulheres privadas de liberdade com o direito ao trabalho garantido.

O acesso das detentas ao trabalho passa por critérios como o resultado da avaliação da Comissão Técnica de Classificação (CTC) com permissão explícita para o trabalho, entrevista da gerência de produção com identificação das habilidades e capacidades da presa, aval da diretoria e coordenação de segurança para realização de atividades elementares em espaços como os setores da administração do presídio, pois requer uma "postura" discreta da presa, afinal são setores com permanente trânsito de "assuntos sigilosos", informou-me uma das funcionárias da gerência de produção.

Outra função que requer o mesmo aval da segurança é a presa "faxina" (COELHO, 2005, p. 91), que deve ser uma mulher com potencial discricção, pois, além de limpar a área comum da galeria das celas e entregar as marmitas, tem contato com boa parte das detentas e não pode ser aquela com tendências para fazer o "corre"⁸³ para as outras presas", afirma a funcionária da gerência de produção.

Tanto a postura das presas com base no comportamento dentro da unidade quanto o perfil profissional são avaliados pela gerência de produção em entrevista com as mulheres. Antes disso, elas, já classificadas como aptas ao trabalho pela CTC, encaminham um pedido de entrevista pelo fale comigo a fim de evidenciar o desejo ao trabalho. Clemmer afirma que "o eventual desejo de um bom trabalho são aspectos de prisão que operam para todos os presos" (CLEMMER, 1950, p. 316.).

É durante a conversa com a funcionária responsável pela "contratação" que as presas são informadas das vagas disponíveis na unidade, bem como da atividade remunerada como promoção da boa conduta como trabalhadora nos serviços de

⁸³ Nome dado aos atos suspeitos como a disseminação de informações sigilosas e a entrega de drogas, dentre outros.

capina. "A preferência da vaga remunerada é para as presas que trabalham na capina e demonstram bom desempenho"⁸⁴.

Por não ter presas do regime semiaberto, a unidade não dispõe de mulheres com atividades laborais externas ao presídio, bem como, pelo mesmo motivo, não tem presas inseridas no Programa Reintegra C. A⁸⁵, existente no Estado de Minas Gerais desde abril de 2017. Uma das funcionárias da gerência de produção ressaltou que as detentas da unidade que trabalharam neste programa demonstraram notável melhora na autoestima, por executarem tarefas consideradas de maior prestígio do que aquelas elementares.

Outro direito a ser abordado, é o direito à visita. Lins (2017) define os vínculos afetivos como "apego que se constitui em uma necessidade básica e vital" (LINS, 2017, 331). A partir do que pontuou Lins, entendo que relacionar com sua rede de afetos é necessário para o indivíduo viver de forma saudável. Mas, na prisão, esse relacionamento muitas vezes é esvaziado com visitas rápidas, como no caso das visitas assistidas. São encontros rápidos, de cerca de 30 minutos, monitorados por uma das profissionais do psicossocial, em casos específicos de encontro de mães com filhos e de pais com filhas presas, como destaque a seguir. Contudo, antes, explanarei um pouco mais sobre os laços rompidos pelo cárcere, tema predominante nas interações face a face investigadas.

3.12 Laços rompidos pelo cárcere

Segundo dados do Infopen Mulheres (2018), mais de 70% das mulheres presas são mães, em contraposição a 53% dos homens presos que se declaram pais. No PFJAG, 63%⁸⁶ das mulheres presas são mães, de modo que mais de 85% dessas têm filhos menores de doze anos. O controle da idade desses filhos é realizado pelo psicossocial da unidade a pedido da Defensoria Pública, que solicita os dados, anualmente, para verificação de possibilidades processuais que vislumbrem medidas alternativas, como a prisão domiciliar.

⁸⁴ Fala de uma das funcionárias da produção a respeito da seleção das presas que realizam atividades remuneradas dentro da unidade.

⁸⁵ "O programa reINTEGRA C.A. tem como objetivo ampliar a oferta de trabalho para sentenciados por meio da prestação de serviços exclusivamente administrativos nas secretarias de Estado, na Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG)" - Secretaria Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.mg.gov.br/index.php/reintegra-c-a/sobre-o-programa>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

⁸⁶ Dados repassados pelo psicossocial do PFJAG em junho de 2018.

Esse controle da idade dos filhos das mulheres presas ainda não é uma normativa ou uma obrigatoriedade, o que prejudica a constatação desse dado no Infopen Mulheres⁸⁷. A Regra de Bangkok nº 68⁸⁸ estabelece que a organização e promoção de pesquisa com o número de crianças afetadas pelo encarceramento das mães deve ser realizada, a fim de que esses dados contribuam para elaboração de programas e políticas públicas que assistam esses menores.

A manutenção do vínculo entre mãe encarcerada e filho é prevista na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Essa Política estabelece a garantia de visitação à mãe privada de liberdade de “todos os filhos, crianças e adolescentes, independente da quantidade e da situação da guarda”⁸⁹.

Entretanto, mesmo com essa disposição, os obstáculos que entram o contato entre mães e filhos esbarram em entendimentos legais que dificultam a entrada de crianças em visita social nas unidades prisionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁹⁰ estabelece a garantia da

convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial (§4º do Art. 19 do ECA).

No entanto, mesmo não necessitando de autorização judicial, mudança ocorrida em 2014, a regulação de procedimentos de estados como Minas Gerais⁹¹ e de São Paulo⁹² estabelece a companhia do “responsável legal” para acesso das crianças e adolescentes aos pais em presídios. O critério de ser o “responsável legal” e não apenas “responsável” pelo menor, conforme descrito no ECA, dificulta o acesso dos filhos às visitas sociais. Parentescos diversos, como avós, avôs, tias, tios e até irmãos maiores, recorrentemente detentores das responsabilidades de cuidados das crianças durante o encarceramento dos pais, nem sempre dispõem de guarda legalmente regulamentada, e são impedidos de acompanhar as crianças nas visitas sociais e assistidas para o convívio com mães e pais privados de liberdade.

⁸⁷ Nem todas as unidades da Federação dispõem desses dados para preenchimento da base do Infopen Mulheres.

⁸⁸ Regras de Bangkok, 2010, p. 36.

⁸⁹ Item 7.4.2.10, p. 42.

⁹⁰ Lei Nº 8.069, de 13 de Julho De 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 07 de Junho de 2018.

⁹¹ Parágrafo 1º do Art. 511 do Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (2016) – § 1º do Art. 511.

⁹² Parágrafo Único do Art. 112 da Resolução SAP - 144, de 29 de junho de 2010.

No PFJAG, a falta do documento que formalize o responsável legal da criança é um dos motivos que resulta na escassez de filhos menores nos dias de visita social. A média nos últimos seis meses é de apenas 03 (três) crianças⁹³ por dia dessa modalidade de visitação, num universo com média de 250 (duzentas cinquenta)⁹⁴ presas ao mês. As visitas são realizadas aos sábados e domingos, das 12h às 16h, de modo que o número do alojamento é alocado por dia, alternadamente.

Além dos impedimentos legais, há também outros motivos (CHESNEY-LIND, 2003) que dificultam a manutenção dos laços entre mães e filhos, ausência de recursos financeiros, indisponibilidade do cuidador em acompanhar o menor, a demorada espera nas filas, a resistência da família ou do cuidador em expor a criança ao ambiente prisional, a omissão da família em não revelar ao filho o real paradeiro da mãe.

Chesney-Lind afirma que as barreiras que impedem as mães encarceradas de terem acesso aos filhos esbarram também numa “tendência política” de dificultar “que as crianças entrem nas cadeias completamente ou criar regulamentações que interfiram na manutenção dos laços familiares” (Chesney-Lind, 2003, p. 158). A ausência da promoção desses laços prejudica o desempenho do papel parental da mãe, o que impacta negativamente no futuro dessas mulheres, tanto como detentas quanto como egressas, afinal a parentalidade ocupa papel central nos propósitos de reintegração social pós-cárcere.

A distância física da família do local do encarceramento, os procedimentos de revista para entrada ao presídio, a vergonha e a indignidade humana do ambiente de cárcere são alguns dos argumentos ditos pelas presas durante os atendimentos, para justificar a não visitação dos filhos a elas na prisão.

Excerto 15

P2. Pois é e aí no caso::, Manoela, é eu entendo:: né?! assim a sua angústia de estar longe da sua filha e também de não querer sacrificá-la. primeiro porque você, né?!, você acredita. você disse que ela não sabe::, e ficar trinta minutos para uma viagem tão longa.

Manoela. Longe.

P2. Né?! É uma:: né, uma questão que é muito complicada::.

Manoela. Mas até se eu tivesse lá também eu não ia querer porque ah eu num quero estragar a infância da minha filha:: cu::m cum os meus erros, entendeu? (Atendimento do fale comigo de Manoela – presa há 7 meses por associação e tráfico de drogas, mãe de uma menina de 06 anos,

⁹³ Informação repassada pela assistente social do PFJAG no questionário 03 – maio de 2018.

⁹⁴ Referência à média de presas de dezembro a maio de 2018.

natural de Montes Claros - P2 refere-se à tentativa de agendamento de visita assistida.)

Durante esta pesquisa, percebi o engajamento da equipe de atendimento do psicossocial do PFJAG, no tocante à aproximação da mulher presa aos filhos e familiares. Iniciativas com um viés humanizado foram ações empreendidas pela unidade prisional investigada, como promover a interação ao telefone entre mães presas e filhos, bem como o contato de reclusas que são filhas a seus pais, atualizar as mães encarceradas da situação de seus filhos, promover eventos comemorativos⁹⁵ que propiciem o convívio de mães com os filhos.

Questiono-me se tal engajamento humano é uma particularidade da equipe do PFJAG ou se tal engajamento é notado em equipes de cunho semelhante de outras unidades, em Minas Gerais e outros estados da Federação. Richie afirma que "apesar de evidências que sugerem que a parentalidade pode ocupar um lugar central na reabilitação" (RICHIE, 2003, p. 158), os estabelecimentos prisionais tendem a fazer pouco para promover a manutenção dos vínculos entre mães e filhos.

Para exemplificar o comprometimento da equipe do PFJAG na promoção de contato entre mães e filhos, cito que nos mais de cinquenta atendimentos do psicossocial que participei, vi, na maior parte das vezes, o empenho das psicólogas e da assistente social em promover o contato da mulher presa com aqueles foram os quais essa estabelece vínculo. Na maioria dos atendimentos do fale comigo, mães pedem notícias dos seus filhos e de familiares, em falas que expressam a angústia e o desespero de permanecerem encarceradas sem notícias ou contato com as relações parentais.

Figura 10: Foto do fale comigo da detenta Manoela, em janeiro de 2018, enviado ao psicossocial do PFJAG.

Preso: [REDACTED]	INFOPEN	Cela: 9	Tipo Atendimento: PSICOLOGO	Assinatura: [REDACTED]
Data: 28-01-18				
Motivo: SENHORA, ESTOU A PUNTO DE COMETER UM SUICÍDIO, TÔ FICANDO LOUCA, SOU DE MONTES CLAROS, NÃO TENHO VISITAS E NEM NOTÍCIAS DA MINHA FILHA DE 6 ANOS, A 7 MESES, ESTOU EM DEPRESSÃO, ESTOU EM DEPRESSÃO, SÓ FICO CHORANDO, NÃO ESTOU BEM, ESTOU VENDO A HORA DE SUICIDAR E ACABAR COM ESSE SOFRIMENTO! PRECISO OUVIR A VOZ DA MINHA FILHA! JOCONDO, ME AJUDE POR FAVOR!				
Delito - artigo e/ou descrição - 33,35				

Fonte: Psicossocial do PFJAG

"Senhora estou à ponto de cometer um suicídio, to ficando louca, sou de Montes Claros, não tenho visitas e nem notícias da minha filha de 6 anos, á 7 meses, estou em depressão, só fico chorando, não estou bem, estou vendo a hora de suicidar e acabar com esse sofrimento! Preciso ouvir a voz da minha

⁹⁵ O PFJAG realizou, nos últimos três anos, encontros entre mães e filhos em comemoração ao dia das mães e ao dia das crianças, em que houve uma autorização judicial especial para que os filhos menores entrassem na unidade em companhia de um responsável sem posse da guarda legal da criança.

filha! Socorro, me ajude por favor!" (Transcrição do fale comigo de Manoela, 22 anos, presa por associação e tráfico de drogas, conforme imagem a seguir, enviado ao psicossocial do PFJAG em janeiro de 2018).

O fale comigo de Manoela expressa o desespero da mulher privada de liberdade por notícias e contato com a prole. Em tempo, a assistente social colocou a mãe em contato telefônico com a filha. Dias depois P2 atendeu Manoela e, ao conversar com a psicóloga, a mulher descreve a interação com a filha ao telefone, após sete meses sem contato:

Excerto 16

Manoela. "Aí na hora que eu peguei o telefone ela falou assim. Ô mamãe a senhora está chorando::? aí eu falei com ela assim. não meu amor. mamãe tá gripada:: aí conversei com ela né?! aí minha tia pegou e falou. minha tia mandou na carta:: que ela falou bem assi::m. (++) é:: (++) ô tia Cida:: eu fiz de tudo pra num chora (++) porque se eu chorasse a minha mãe ia chora e ela ia ficar triste (choro contido) também. (1,0) sabe? assim parecendo:: que ela já entendeu, já sabe o que é que é que tá::." (Manoela, 22 anos, presa por associação e tráfico de drogas - atendimento de fale comigo realizado por P2 em 19/02/2018).

A questão da ausência do exercício da maternidade durante o encarceramento feminino é recorrentemente citada pela literatura (LEMGRUBER, 1983; LINS, 2017; CHESNEY-LIND, 2003) como uma das inquestionáveis dores da prisão (SYKES, 1958).

Também vale mencionar que há negativo impacto na prole dessas mulheres. Posada (2015) realizou pesquisa com foco no encarceramento parental, analisando presídios da região metropolitana de Belo Horizonte. O autor nos revela que há um acúmulo de desvantagens para crianças "vulneráveis pelo pertencimento às classes e grupos étnico-raciais discriminados, principalmente às comunidades negras" (POSADA, 2015, p. 08), em que os progenitores foram capturados e encarcerados. Para ele, o encarceramento parental resulta em mudanças drásticas na organização familiar, como no caso da prisão do pai "implica o aumento de lares com chefia feminina", e no caso da prisão da mulher o resultado é "o aumento do número de crianças que crescem aos cuidados de terceiros" (Idem).

O encarceramento parental impacta negativamente a vida de crianças e jovens, segundo Posada (2015), de modo a comprometer a sua "futura entrada no mercado de trabalho, na renda de suas famílias, e nas futuras relações sociais, e, além disso, esta população é afetada pelo apoio financeiro que recebe, posicionando-os em situação de desvantagem econômica significativa" (POSADA, 2015, p. 09), bem como compromete o desenvolvimento e a manutenção no cuidado desses filhos.

3.13 Visita assistida, curta e esporádica

Durante o meu período de observação no PFJAG, a demanda de realização de visita assistida recorrentemente apareceu nos atendimentos do psicossocial registrados por mim. É nesta excepcionalidade, prevista pelo Regulamento de Normas e Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais, que muitas mulheres conseguem ter contato com os seus filhos durante o período de cárcere.

A realização desta modalidade de visita se dá por meio de análise e aprovação do corpo técnico, no caso dos psicólogos e assistentes sociais, requer autorização da direção da unidade prisional e tem duração máxima de trinta minutos. Semestralmente, no PFJAG, há a ocorrência média de 12 (doze) visitas, o que demonstra o caráter de excepcionalidade da visita assistida. A solicitação para tal encontro pode ser tanto uma demanda da presa quanto da família ou do cuidador do filho, no caso de apadrinhamentos, vizinhos e amigos. Sobretudo, a disposição e disponibilidade desses visitantes, em levar a criança à unidade prisional, em horário comercial, de segunda a sexta, é observada pelo psicossocial, porque não basta agendar a visita, deve haver um esforço voluntário do familiar ou do cuidador para que haja cumprimento do horário.

No curso da minha imersão no campo, especificamente na etapa de coleta final, tive a oportunidade de presenciar duas visitas assistidas. Ambas aconteceram no período da tarde, em uma das salas de atendimento do psicossocial do PFJAG sob a supervisão de P2, conforme relatarei a seguir.

3.13.1 Um bebê visita a mãe

A primeira das visitas assistidas que acompanhei foi a de Robson, homem de pouco mais de quarenta anos, que levava a neta Valentina de quase um ano de idade para a filha Stefanie ter contato. O homem chegou atrasado alguns minutos e justificou com P2, a distância da sua casa ao presídio como motivo, cerca de 50 km. Ele também disse que trabalhava durante a noite como vigia, cuidava da neta bebê durante o dia e, enquanto estava no trabalho, dividia os cuidados de Valentina com a madrasta de Stefanie, Vânia. O homem argumentava que eram muitas as responsabilidades, mas que Valentina era a sua vida. A moça que recebia a visita, tinha apenas 19 anos, branca de cabelos cumpridos e avermelhados, presa por tráfico de drogas, questionava o pai os motivos da bebê reagir com estranhamento à mãe presa.

Ele, de forma muito terna, explicou à filha que Valentina acabou reconhecendo na madrasta de Stefanie a figura materna. Stefanie chorou. Chorou.

Enquanto tentava interagir com a filha naqueles poucos minutos de visita, vigiados por todos nós, ela pedia insistentemente ao bebê que fizesse “cocô” para que ela pudesse ter o prazer de limpá-lo: “Eu nunca mais troquei ela”, disse Stefanie. Aquele contato com Valentina era o segundo após a prisão de Stefanie. Quando a jovem foi presa a menina tinha apenas 4 meses. Stefanie perguntava ao pai, durante a visita, detalhes da rotina de Valentina. “Pai, ela já te chama de pai?”. “Ela chama a Vânia de mãe?”. “O Dudu [um dos irmãos de Stefanie] brinca com ela?”. “Ela come bem, pai, come de tudo?”. Mas a pergunta mais dolorosa de se ouvir foi: “Pai, o senhor acha que ela sente a minha falta? Será que ela lembra que eu sou mãe dela?. Como mãe, ao me colocar no lugar daquela jovem, senti desespero de imaginar os prejuízos sociais e emocionais de estar tanto tempo distante do meu filho, perdendo detalhes do seu desenvolvimento, que à época tinha idade semelhante àquele bebê.

Quase ao fim da visita a jovem disse ao pai “acho que ela está com fome, você trouxe mamadeira?”. O pai disse que Valentina havia acabado de tomar uma mamadeira instantes antes de entrar no presídio, mas prontamente abriu a bolsa da criança e tirou um iogurte. Acredito que Robson compreendeu que a oferta do alimento era mais para saciar o desejo da filha de alimentar Valentina, do que propriamente resolver uma urgência nutricional daquele bebê. Valentina rejeitou o iogurte, mesmo após muita insistência da mãe.

P2, sempre muito cordial com o pai e também com Stefanie, conduziu a visita com muita sensibilidade, de modo a demonstrar empatia com aquela situação carregada emocionalmente para todas as partes. No fim da visita, anunciado por P2, o pai lembra a filha de que ela está ali por ela tê-lo desobedecido. Ele a abençoou, e, após um beijo na testa de Stefanie, disse: “Deus te ilumine, com muito juízo para você mudar de vida e parar de andar com companhias erradas”. A jovem neste momento apertava Valentina nos braços e dizia: “Não esquece da mamãe, filha”. “Mamãe te ama”. “Pai, não deixa ela me esquecer, por favor”. A criança, impaciente por querer o colo do avô e por talvez perceber a sobrecarga emocional daquele ambiente, chorava junto com a mãe. Robson se despediu da filha, com os olhos vermelhos, carregando a neta, disse olhando para Stefanie: “Estamos te esperando lá fora. Fica com Deus”.

3.13.2 Uma mãe visita a filha

A segunda visita assistida que presenciei no PFJAG, foi a de uma mãe que visitava a filha. Soraia, mulher de quase sessenta anos, salgadeira e boleira de uma comunidade periférica de Belo Horizonte, visitava Rebeca, uma jovem de 18 anos,

acusada de ser cúmplice do marido num crime bárbaro de estupro de Ana, sua sobrinha de três anos.

P2 recebeu a mãe e, enquanto aguardava a agente prisional encaminhar a presa ao local da visita, cordialmente perguntou à Soraia por que os filhos de Rebeca não haviam comparecido à visita. Naquele momento, a mulher começou a narrar o seu contexto de sofrimento a partir do crime cometido pelo genro. Soraia disse que, diante de dificuldades financeiras de sustento dos netos, esses estavam sob os cuidados da família paterna, e que a neta vítima do crime fora acolhida num abrigo. A avó relatou a sua dor em ver a família dissipada. Neste momento, Rebeca entra à sala. Ela abraça a mãe e chora. Soraia sem retribuir totalmente o abraço, disse à filha: “Eu te avisei que aquele home não prestava. O tanto que eu te pedi para largar daquele traste. O tanto que eu te pedi, Rebeca”. Aquele era o primeiro encontro entre mãe e filha após Rebeca chegar no PFJAG, a pouco mais de um mês. Neste momento, a jovem presa relata à mãe o contexto do crime. Disse que precisou sair de casa, porque o marido estava ameaçando agredi-la. Ela então vai para um bar próximo à residência para esperar o irmão chegar, mas deixa a sobrinha dormindo sob os cuidados do marido. Foi quando a violência sexual aconteceu. Aquela avó chorou muito ao ouvir o relato da filha. Não poupou palavras para descrever o sofrimento de Ana por estar num abrigo, longe da família, acometida de várias sequelas emocionais e da mãe – irmã de Rebeca – que estava trabalhando quando deixou a menina aos cuidados da irmã agora presa. Durante aquele relato, senti um misto de compaixão de Soraia, uma mulher que se definia como batalhadora, que mesmo diante de uma condição de saúde precária, lutava para a família não perder a guarda de Ana, bem como não perder o vínculo com os filhos de Rebeca, e de revolta por saber que Rebeca deixou a sobrinha sob os cuidados do seu agressor, num contexto de extrema violência doméstica narrado pela presa.

A visita foi bem mais curta do que o convencional. P2 não precisou anunciar o término do tempo, pois Soraia, antes de 20 minutos de permanência naquela sala, iniciou a despedida da filha: “Rebeca, não sei quando poderei voltar. Cê fica com Deus. Usa esse tempo aqui para você repensar a sua vida. Uma coisa eu te digo minha filha, eu não aceito nunca mais aquele traste na nossa família. Na minha casa ele não pisa mais. Lá na comunidade ele está ameaçado. E você trate de se cuidar, porque sei que aqui você também está ameaçada. O que aconteceu foi grave demais”. Soraia, então, agradece P2 pelo tratamento recebido ali e, antes de se retirar da sala, abraça rapidamente a filha, e diz: “Agora não adianta chorar. O choro neste caso é somente da inocente da Ana”.

Após a mãe se retirar, uma das guardas buscou Rebeca. Naquele momento, depois de ouvir aquele relato e de presenciar aquela interação, confesso que nem eu, nem P2 conseguimos comentar aquela situação. Ficamos em silêncio uma olhando para a outra, como se os nossos olhos não acreditassem nas múltiplas consequências que um contexto de vulnerabilidade social pudesse acarretar.

Além das dificuldades no acesso aos filhos durante o encarceramento, as mulheres em situação de privação de liberdade também sofrem com o abandono da família, porque em sua maioria “recebem menos visitas do que os homens. Pois quem visita o homem é a mulher” (CERNEKA, 2009, p. 71.), como veremos a seguir.

3.14 Estive presa e não vieram me visitar

"Não tem como, a gente precisa das pessoas lá fora".
(Émile - sem dados - atendida por P2 em 23 de fevereiro de 2018)

O ato delinquente da mulher presa é visto como transgressor da “ordem em dois níveis: a) a ordem da sociedade; b) a ordem da família, abandonando o seu papel de mãe e esposa – papel que lhe foi destinado” (LEMGRUBER, 1983, p. 86.). Ambas as ordens dizem respeito à construção de um estereótipo da mulher com traços de delicadeza, fragilidade, doçura e aptidão dos afazeres domésticos (POSADA, 2017, p. 286), cuidadora da família, mãe exemplar. Quando a mulher é presa, quebra as expectativas advindas desse estereótipo e, conseqüentemente, recai sobre ela não somente o peso do julgamento do sistema de justiça, mas também a condenação do abandono daqueles com os quais ela conviveu durante a sua vida antes do cárcere.

Boa parte das mulheres presas lida com a falta de relacionamento com os seus parentes e familiares, também com a indiferença desses frente ao encarceramento. Esse abandono não somente gera a falta de provisão da mulher dos itens constantes da “sacola”⁹⁶, como também coloca a mulher num permanente estado de angústia e ansiedade.

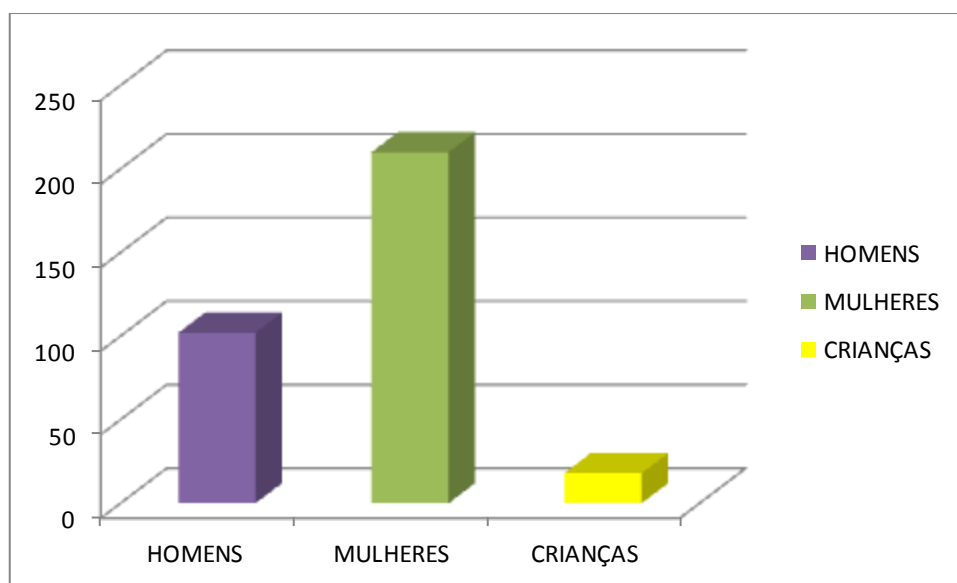
O dia da visita é sempre muito ansiado e esperado pelas mulheres presas. O encontro de pais, mães, avós, tios e tias, no ambiente prisional, acompanhado de alimentos preparados pelos familiares, vistoriados e remexidos pelos guardas, ganha caráter de uma celebração, conforme aponta Lins (2017). As mulheres ficam

⁹⁶ Nome dado à entrega dos itens a serem providenciados pela família durante o encarceramento como: Xampu, condicionador, creme dental, dentre outros.

“felizes pelo reencontro e tristes pela efemeridade desse momento” (LINS, 2017, p. 341).

O PFJAG registrou um total de 330⁹⁷ (trezentos e trinta) visitas num intervalo de seis meses (dezembro a maio de 2018). Neste intervalo, a média de registro de visitas por presa era de apenas 1,3 para uma média de 250 (duzentos e cinquenta) presas. Valor muito abaixo da média das unidades prisionais mineiras exclusivamente femininas, que é de 9,7. Do total de visitas, temos a seguinte distribuição por sexo e menores de doze anos:

Gráfico 04: Distribuição dos visitantes no PFJAG no período de 06 meses.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados disponibilizados pela assistente social do PFJAG, em junho de 2018.

O esquema acima nos revela que as mulheres (210) são maioria entre os visitantes, com número de visitas 50% superior aos homens (102). As crianças aparecem bem discretamente, o que revela que o cárcere favorece o rompimento dos laços entre mães e filhos, isso diante do número expressivo de mulheres encarceradas no PFJAG que são mães.

No Brasil, a média semestral de visita por preso é de 7,4. O contexto de cárcere exclusivamente feminino apresenta uma média de 5,9 visitas por mulher em contraposição aos homens que dispõem de média de 7,8. “Visitas, às vezes frequentes no início, vão aos poucos rareando até serem definitivamente interrompidas” (LEMGRUBER, 1983, p. 97). Esse efeito decrescente de visitas sociais é prejudicial para a mulher encarcerada. Uma vez preso, o indivíduo tem suas relações afetivas e seus vínculos comprometidos, não voluntariamente, mas

⁹⁷ Dado informado pela assistente social da unidade em 17 de maio de 2018.

por uma usurpação da vivência cotidiana, que causa angústia pela ausência de notícias e saudades extremas. Lins (2017) destaca a ausência desses vínculos:

[...] o encarceramento, os relacionamentos e vínculos, sejam maternos, paternos, fraternos ou amorosos e, em especial, aqueles que se constroem dos mais íntimos afetos, são bruscamente atingidos, pois a prisão tem o caráter de subtrair do cotidiano, de quem nela adentra para cumprir uma pena ou aguardar um julgamento, as atividades mais rotineiras e que implicam pequenos prazeres da liberdade (LINS, 2017, p. 331).

A ausência do exercício da parentalidade e das relações afetivas pode transformar o indivíduo de uma dimensão "pró-social" para uma dimensão "anti-social", em que na negativa organização subcultural do mundo das prisões, segundo Zingraff (1975), "o preso é praticamente isolado dos contatos" (ZINGRAFF, 1975, p. 370) da sua rede de relacionamentos.

Coelho evidencia que a reintegração ao convívio social do sujeito é impelida nessa "sociedade dos cativos". O autor faz isso numa série de questionamentos sobre essa estrutura carcerária que discursa os propósitos da "ressocialização" do indivíduo e o encarcera de modo a isolá-lo "do convívio com a sociedade e o incapacita, por essa forma, para as práticas da sociabilidade" (COELHO, 2005, p. 32).

No caso feminino, é constante a reclamação das detentas quanto à omissão da presença da família nos dias de visita social e no contato com a mulher encarcerada. A presa sofre com a ausência de relacionamento, o que torna o cárcere ainda mais penoso. A fala de Betina, conforme o excerto abaixo, ilustra esse sofrimento e evidencia aspectos de aceitação, por parte da família, do "criminoso" e a rejeição da "criminoso":

Excerto 16

Betina. "Eu não recebo visita não e também eu não julgo. eles visita meu irmão mais que eu. meu irmão rouba dentro de casa (voz embargada), fuma pedra pra carai, já bateu na minha mãe. (...) então! é por isso que seis, oito meses ou um ano longe de casa. primeiro para minha mãe não ver (referindo-se ao uso do crack) e segundo pra mim não pegar nada (referindo-se ao furto de bens domésticos). e meu irmão eles visita (choro). tá aqui na Dutra Ladeira (presídio masculino quase em frente ao PFJAG) e porque que eles não pode responder uma carta minha. eu pedi com todas as palavras. falei gente! eu preciso me reaproximar". (BETINA, 34 anos, mãe de 4 filhos menores, presa por furto e em regime fechado)

O caso de Betina ilustra o contexto da baixa adesão da família e amigos ao benefício de visita social da mulher presa. Em lágrimas, essa reclusa reclama não receber nem mesmo retorno das mais de vinte cartas enviadas à mãe e aos irmãos. Ela afirma que está há anos longe, entre idas e vindas da prisão. Por causa do

tempo no cárcere e do vício, não sabe como se aproximar das relações parentais. Quanto aos filhos, Betina argumenta que esses estão melhores longe dela, pois a madrasta cuida das crianças muito bem e até tirou o ex-marido do mundo do crime. Subentendendo, assim, sua incapacidade materna de cuidado e seu fracasso como esposa.

Betina replica indiretamente em sua fala "a visão que dela faz a sociedade, julgando-se um indivíduo sem moral, um indivíduo 'que não presta'" (LEMGRUBER, 1983, p. 100). As expectativas sociais em torno da mãe e mulher centram no estereótipo de uma pessoa de "natureza doce, terna, obediente, passiva, de inteligência intuitiva, mais afeita a lides com as crianças do que às abstrações intelectuais" (LEMGRUBER, 1983, p. 98)⁹⁸. Mãe e mulher idealizada socialmente a qual, Betina adicta confessa, presa e egressa do sistema prisional diversas vezes, julga não conseguir ser e por isso afirma ser melhor a perda dos vínculos afetivos com os filhos para o cuidado de outra mulher.

No caso da ausência de parentes próximos para cuidado com os filhos durante o encarceramento, um medo constantemente mencionado pelas mulheres presas é a perda total do direito de exercício da maternidade (LINS, 2017). Num atendimento a uma mulher durante a coleta piloto, pude presenciar a notificação a uma mãe presa da perda legal do exercício maternidade. Flávia, uma jovem de 26 anos, mãe de uma menina de dois anos, foi comunicada pela assistente social de que ela teve a perda definitiva da guarda da filha e que a menina estava disponível para adoção. A mulher branca, dos cabelos longos e pretos, bem magra, com a cabeça baixa e as mãos sobre os olhos chorava. Ela chorou por um tempo e perguntou: "Doutora, eu errei. Eu roubei para me drogar. Mas eu amo minha filha. Não é justo eles tirarem ela de mim. Ela é a única razão para eu ter esperança de sair dessa vida. Tem jeito de reverter, doutora?". A assistente social naquele momento disse que achava difícil reverter aquela decisão judicial, diante das circunstâncias em que Flávia se encontrava mulher presa, usuária de drogas e órfã de mãe recentemente (a única parente que se dispôs a cuidar da filha de Flávia enquanto ela estivesse presa). Assistir a cena daquela mãe ser notificada de que não veria mais sua filha, bem como não teria direito legalmente reconhecido de ser mãe demonstrou-me as crueldades que habitam no cárcere, bem como nas condições humanas omitidas ao sujeito antes do seu ingresso neste ambiente.

3.15 Os atendimentos do psicossocial gerados pelo fale comigo

⁹⁸ Cita Elena Belloti (9), Cadernos Fundação Carlos Chagas. Dezembro de 1975, p. 60 a 66.

No PFJAG, caso as presas não recebam visita, não trabalhem nem estudem, o fale comigo e as cartas sociais são, geralmente, a única comunicação acessível exterior à cela da prisão. As cerca de vinte e cinco mulheres encarceradas em cada cela passam dias e até semanas em contato relacional somente umas com as outras. O que atenua um pouco esse cenário de reclusão é esse tipo de comunicação interna da unidade prisional, a qual pode resultar num atendimento psicológico ou do serviço social, por exemplo.

Ao serem convocadas para atendimento, as presas são “tiradas da tranca”⁹⁹ e demonstram expressão de alívio por perceberem que a comunicação foi respondida, quando entram na sala do atendimento psicossocial. Na maioria dos atendimentos, as profissionais resolvem as demandas durante a interação do atendimento e, quando necessário, encaminham as mulheres para a área médica, no caso de uso de medicamentos psicofármacos e também de outras doenças. Há atendimentos em que as psicólogas e assistentes sociais realizam o contato telefônico para que a presa, que está sem notícia dos filhos e da família, possa ter a sua demanda sanada durante o atendimento.

Dos 48 atendimentos de fale comigo catalogados¹⁰⁰ por este trabalho, 31 pediam ou contato ou notícia dos filhos e da família. Nesses atendimentos, os relatos evidenciam a necessidade de relação interpessoal dessas mulheres que ficam dias e até meses sem informação daqueles a quem elas dedicam afeto fora do cárcere. As demais que não explicitaram esta demanda ou recebem visita constante da família, ou não têm filhos, ou perderam o contato com as relações sociais em prisões anteriores e não conseguiram retomar o vínculo, ou declaram abandono e conformação deste abandono.

Em entrevista¹⁰¹, P1 revela a importância do fale comigo como canal para acolher as demandas das presas. A psicóloga do PFJAG, a partir da sua experiência profissional de quem já atuou com os dois públicos – masculino e feminino, afirma que a mulher tem mais necessidade de falar e, conseqüentemente, de interagir. Nesse sentido, ao ver a sua demanda atendida, a mulher se sente acolhida. Para P1, a escuta ao indivíduo não pode ser negligenciada.

No psicossocial do PFJAG, as psicólogas também convocam as presas para serem atendidas, mesmo sem a provocação do fale comigo, em urgências relatadas pelas guardas ou por profissionais de outros setores, ou quando a presa é admitida

⁹⁹ Expressão muito utilizada para se referir à condução da presa para atendimento.

¹⁰⁰ Lista completa dos atendimentos catalogados na ficha de sistematização dos atendimentos do fale comigo constante nos anexos.

¹⁰¹ Entrevista concedida em 30 de agosto de 2019 no psicossocial do PFJAG.

no sistema, ou mesmo ao notar certa ausência de manifestação da presa veterana no envio do fale comigo. A instabilidade emocional das presas para lidarem com as dores e privações da “cadeia”, conforme afirma P1, é o que mais as diferencia do público masculino.

P1 e P2 fazem questão de atender a maior parte dos registros de fale comigo, de modo a priorizá-los por tipo de demanda, bem como categorizá-los por data. Para elas, a mulher encarcerada, que é um “sujeito”, deve ser acolhida: “quero escutar a demanda desta mulher” (P1 – entrevista concedida em 30 de agosto de 2018).

Os atendimentos psicológicos e do serviço social do PFJAG resultam em interações face a face entre a mulher presa e a mulher profissional que realiza o atendimento, conforme destaque a seguir.

3.16 A O fale comigo – a comunicação dentro do presídio feminino José Abranches

O PFJAG adota o fale comigo como forma de estabelecer um canal de contato entre a mulher presa e as áreas de atendimento do presídio. Funciona como um protocolo formal no qual a presa registra a sua demanda de atendimento e assistência em áreas como saúde, escola, trabalho, jurídico, social, segurança, etc. A administração fornece o pequeno formulário que dispõe de campos como: nome; infopen, o artigo criminal em que a presa está enquadrada, cela, área de destino e o motivo da comunicação, conforme disposto na imagem a seguir:

Figura 11: Exemplo de fale comigo em formulário fornecido pela administração do PFJAG

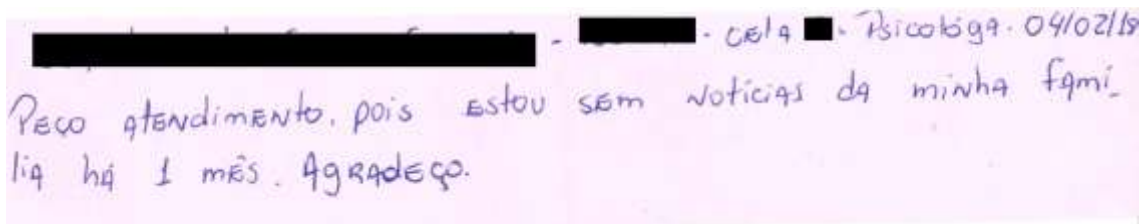
Preso: [Redacted]	INFOPEN [Redacted]	Cela: [Redacted]	Tipo Atendimento Psicóloga	Assinatura: [Redacted]
Data: 24/11/18				
Motivo: Eu não estou bem por favor me atenda Deus te abençoe				
Delito – artigo e/ou descrição -				

Fonte: Presídio Feminino José Abranches Gonçalves

("Eu não estou bem por favor me atenda Deus te abençoe". Transcrição do motivo do fale comigo constante na imagem)

Há também, no PFJAG, o registro do fale comigo em papel sem a impressão dos campos que especificam os dados das variáveis sociais e da descrição da demanda, por motivo de indisponibilidade da impressora. Deste modo, a guarda responsável por distribuir o fale comigo, recorta folhas A4 com as mesmas dimensões do papel impresso e as presas preenchem os campos, conforme o hábito de preenchimento do protocolo impresso:

Figura 12: Exemplo de fale comigo em formulário fornecido pela administração do PFJAG sem campos impressos



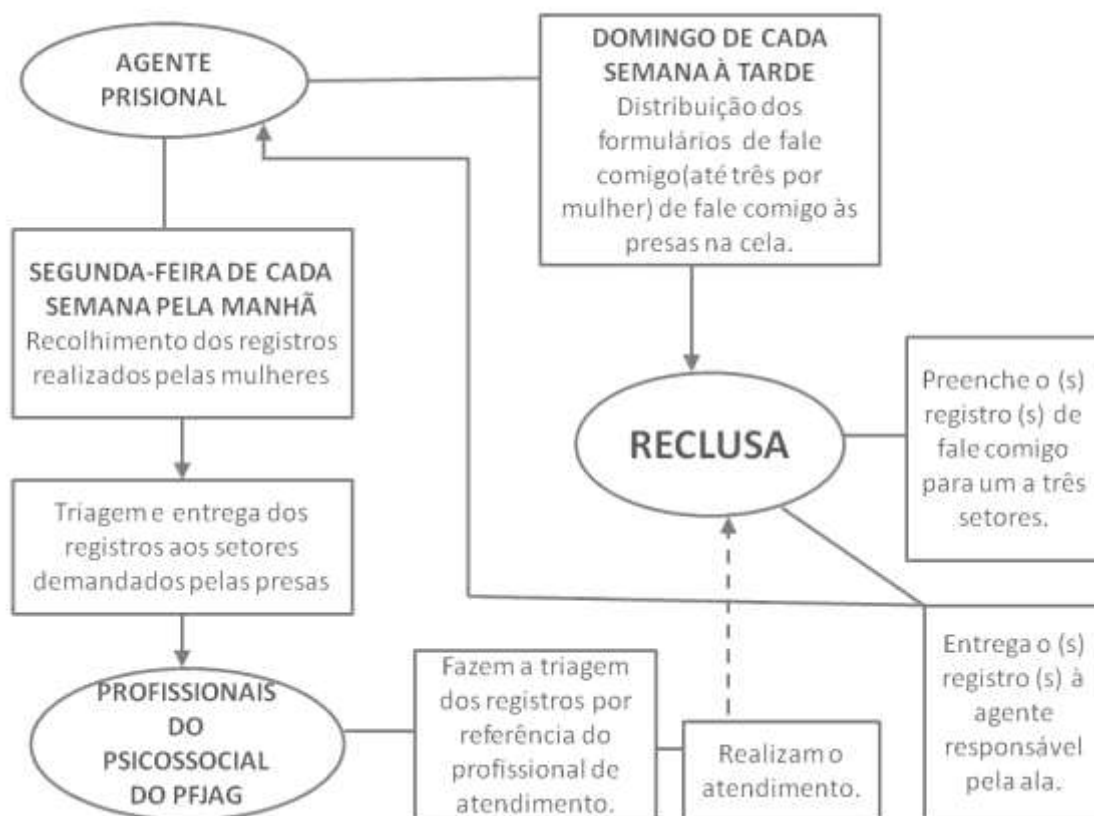
████████████████████ - ██████████ - Cella ██████ - Psicóloga - 04/02/19
Peço atendimento, pois estou sem notícias da minha família há 1 mês. Agradeço.

Fonte: Presídio Feminino José Abranches Gonçalves

("Peço atendimento, pois estou sem notícias da minha família há 1 mês. Agradeço."
Transcrição do motivo do fale comigo constante na imagem)

O registro é entregue nas celas para cada presa e recolhido semanalmente, aos domingos, pela agente responsável pela ala. Cada presa pode enviar até três registros para áreas distintas. A triagem do fale comigo é realizada às segundas-feiras, por uma agente responsável. Ela separa os registros e os entrega aos responsáveis pelos setores. O psicossocial e a área de atendimento à assistência material (itens de higiene), chamada de "doação", são os setores que mais recebem fale comigo no PFJAG. Entretanto, as mulheres costumam escrever para todas as áreas. Até mesmo a direção geral costuma receber comunicação das presas, não em formato de fale comigo, que é uma comunicação mais curta, mas no formato nomeado por elas de "ofício", que é uma espécie de carta oficial, com mais espaço discursivo. O fluxo de operação do fale comigo no PFJAG é o seguinte:

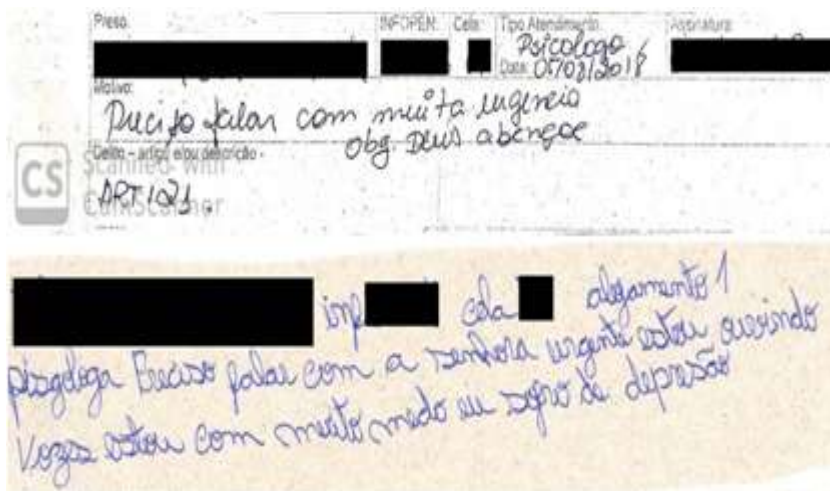
Figura 13: Fluxo de operação do fale comigo no PFJAG



Fonte: Elaboração desta pesquisa

No tempo de imersão no campo de pesquisa, percebi o caráter de urgência empreendido pelas presas no registro do fale comigo. Urgência em se comunicar que deu título a este trabalho. Há também uma necessidade notável de expressar as angústias e sofrimento resultantes das privações no cárcere, conforme vemos na seleção de registros a seguir:

Figura 14: A urgência manifestada no fale comigo



"Preciso falar com muita urgência obg Deus abençoe" - Transcrição do motivo do fale comigo constante na imagem.

"Psicóloga preciso falar com a senhora urgente estou ouvindo vozes estou com muito medo eu sofro de depressão" - Transcrição do motivo do fale comigo constante na imagem.

Fonte: Psicossocial do PFJAG.

No PFJAG, o fale comigo somente pode ser escrito por presas que estão na unidade há mais de dez dias. As presas da chamada triagem, aquelas que são admitidas na unidade prisional, não podem realizar o registro. No entanto, ainda na cela da triagem, as presas já são informadas da existência desse canal de comunicação. O fale comigo, assim, é divulgado pelas próprias presas e também pelas agentes diante do questionamento do pedido por algum atendimento. Durante a etapa de coleta final deste trabalho, ao perguntar às presas sobre quem tinha falado com elas sobre o fale comigo, a maioria das respostas apontaram para reclusas que informam reclusas da possibilidade do registro.

O fale comigo também recebe a variação nominal de "fale com ninguém" ou "fale sozinha", como afirmou uma das psicólogas da PIEP em entrevista, diante da grande demanda de público a ser atendido e da pouca oferta de atendimentos em setores como a enfermagem, jurídico e a psiquiatria. Essa variação irônica de nome do fale comigo também foi utilizada por uma detenta do PFJAG, em atendimento com P2, diante da não resposta da comunicação por vários dias. As profissionais do psicossocial, por exemplo, argumentam que são muitas as comunicações para a área delas num cenário de "cadeia cheia", o que acaba por causar certa demora na resposta da demanda registrada em fale comigo, para o caso de pedido de atendimento.

Excerto 17

1. LÉIA. É porque:: aí eu pediria a pedagoga uns livro que eu gosto muito de
2. ler, sabe::?
3. P2. Você pode mandar um fale comigo pra ela, cê já mandou?
4. LÉIA. Eu mandei agora de manhã no padre ali pra ver se ela me atende ali.
5. P2. No domingo que tem aqueles fale comigo, você já mandou pra ela?
6. LÉIA. Ah! Esse fale comigo é sinceramente um fale com ninguém, (risos) né?!
7. P2. E por que que você acha que cê tá aqui por causa de quê?
8. LÉIA. Não mas já tem dois meses que eu to mandando fale comigo.
9. P2. Ah uma hora vai, uê?!
10. LÉIA. Nossa mas esse uma hora não é uma hora não.
LÉIA, 38 anos, presa por tráfico de drogas, reincidente, 3 filhos menores -
atendida por P2, em 20 de fevereiro de 2018.

O excerto acima apresenta a interação de um atendimento psicológico realizado a partir de uma demanda registrada pelo envio de duas comunicações de fale comigo enviadas por Léia. A mulher encarcerada utiliza o registro para dois assuntos distintos: o primeiro é a saúde e o pedido de notícias dos três filhos de 5 e 7 anos e do marido preso e o segundo assunto é a ausência de tratamento adequado do HIV vivida por ela dentro do cárcere em resposta ao fale comigo, conforme disposto a seguir. No segundo, Léia relata a situação de vulnerabilidade vivida pelos filhos e pela mãe e que enviuvou recentemente, conforme imagens a seguir:

Figura 15: Primeiro fale comigo enviado por Léia.

... meu curta para poder passar pelo psicólogo estou enlouquecendo de
saúde e falta de minhas gêmeas de 5 anos do meu menino de 7
estou com muita tristeza por não estar podendo tratar meu HIV conforme
me o necessário, estou triste por não saber notícias do meu esposo
que tbm esta detido. E aqui não sou atendida em nada estou em
tempo de enlouquecer. Já nem tenho dormido direito. Agradecida

Fonte: Psicossocial do PFJAG

("Venho por meio desta para poder passar pelo psicólogo estou enlouquecendo de saúde e falta de minhas gêmeas de 5 anos do meu menino de 7 estou com muita tristeza por não estar podendo tratar meu HIV conforme o necessário estou triste por não saber notícias do meu esposo que tbm esta detido. E aqui não sou atendida em nada estou em tempo de enlouquecer. Já nem tenho dormido direito. Agradecida" - Transcrição do motivo de fale comigo de Léia - 04/01/2018)

Figura 16: Segundo fale comigo enviado por Léia.

... para passar pelo psicólogo estou enlouquecendo
já estou de volta sem dormir direito por não estar recebendo
nada consigo, consulto, estou sem notícias de meus filhos
pai, quem está com meus filhos estão ameaçando minha
família de morte preciso de orientação de uma forma que
eu e minha família eu ajudada estar melhor de pouco

Fonte: Psicossocial do PFJAG

("Venho pedir para passar pelo psicólogo estou enlouquecendo já estou á dias sem dormir direito pois só estou adoecendo não consigo consulta, estou sem nitícias de meus filhos pois quem está com meus filhos estão ameaçando minha familia de morte preciso de orientação de uma forma de eu e minha familia ser ajudada estou viúva de pouco" - Transcrição do motivo de fale comigo de Léia).

A mulher autora das comunicações constantes das figuras acima retrata a necessidade da mulher presa por notícias dos filhos e da família. A ausência de informação sobre os vínculos afetivos faz com que a mulher se utilize de termos que expressem o seu desespero com o uso de verbos como "enlouquecer" e "adoecer" e do adjetivo "triste" para argumentar a sua necessidade de atendimento. Léia escreveu o primeiro fale comigo em 04 de janeiro e foi atendida por P2 em 20 de fevereiro de 2018, que deu encaminhamento à parte das necessidades da presa, de modo a garantir que Léia seria chamada pelo médico ainda naquela semana e a informar o endereço de correspondência correto da mãe de Léia para que a reclusa pudesse se comunicar com a família por meio de cartas.

No PFJAG, há também o que P1 nomeia, em entrevista, de fale comigo às avessas, que é quando as profissionais do psicossocial não conseguem dar respostas às demandas colocadas em atendimento, e, posteriormente, enviam bilhetes às presas com a solução, de assuntos urgentes, que pode ser a notícia ligada à saúde de um familiar, por exemplo. P1 destaca, neste caso, que a comunicação deve ser fluida, correspondida e dialógica, no sentido de que o sujeito, para além da sua situação momentânea de cárcere, tenha a sua demanda acolhida.

Para P1, uma característica importante do fale comigo é que ele chega aos profissionais, ao contrário do "catú" que nem sempre é acolhido e entregue pela segurança. Ademais, para ela, o fale comigo contribui para organização do trabalho do psicossocial, porque, ao considerá-lo, é possível visualizar o cenário de demanda por atendimento. A psicóloga afirma que esse canal de comunicação "é um grito" necessário para as presas.

A seguir, realizo as análises das interações recortadas por este trabalho.

4. FALE COMIGO E A ENTREVISTA DE CTC – UMA ANÁLISE CONTRASTIVA DE UM ESTUDO DE CASO

O recorte analítico deste trabalho pautou-se na escolha do fale comigo e da entrevista de CTC de Clara. Antes de iniciar a análise, quero contextualizar, os participantes, as variáveis da situação social, e dados dos eventos em duas tabelas:

A primeira diz respeito ao atendimento realizado por P1, no enquadre interativo do fale comigo:

Tabela 03: Participantes, variáveis sociais e dados do fale comigo de Clara

Nome da mulher atendida: Clara			
Idade: 37anos	Filhos: Uma filha de 8 anos	Escolaridade: Superior incompleto	Profissão: Professora de dança
Cor: Parda			
Artigo: 121 (Acusada de ser cúmplice no assassinato da amante do marido)		Tempo de prisão: Presa há seis meses	
Descrição do encontro social: Fale comigo atendido por P1. Excepcionalmente, a sala de atendimento foi aquela do administrativo da diretoria de atendimento, que é fora do prédio do psicossocial, por falta de agente para realizar a escolta até o prédio do psicossocial.		Descrição do fale comigo: "Muito bom dia, Senhorita P1 eu gostaria de conversar com você para ver a minha filha, conversei c/ minha sogra ela precisa me ver. Me ajude, se ela pode vir na visita". ((Na descrição do artigo do delito informa: "Deus vai provar a minha inocência".))	
Tempo total de gravação: 32'15"		Data do atendimento: 17 de agosto de 2018, à tarde.	
Observações gerais: Clara utilizava as mãos com gestos de rendição ao dizer que não investigava a vida do marido, que não suspeitava da sua fidelidade. Ao narrar os fatos, falava pausadamente e, às vezes, ratificava-me como ouvinte. Os poucos cabelos cacheado, com luzes nas pontas, estava amarrados do lado esquerdo da cabeça. Os olhos arregalados de Clara revelavam o desespero da mulher presa por amar o marido e defendê-lo frente ao delegado, dizendo que "não acreditava que ele fosse capaz de matar ela".			

A segunda interação diz respeito à entrevista de CTC realizada por P2:

Tabela 04: Participantes, variáveis sociais e dados do evento entrevista de CTC de Clara

Nome da mulher entrevistada: Clara			
Idade: 37anos	Filhos: Uma filha de 8 anos	Escolaridade: Superior incompleto	Profissão: Professora de dança
Cor: Parda			
Artigo: 121 (Acusada de ser cúmplice no assassinato da amante do marido)		Tempo de prisão: Presa há seis meses (setembro de 2018)	
Descrição do encontro social: Entrevista para classificação realizada por P2.			
Tempo total de gravação: 38'		Data do atendimento: 10 de setembro de 2018, pela manhã.	
Observações gerais: Possui vínculo afetivo com a filha de sete anos, com a mãe e os irmãos. Trabalhava com empréstimo, dava aula de zumba e cursava educação física. Durante um momento da interação a mulher diz: "Sabe quando você é uma pedra e não tem direito a nada?". (Clara diz isso ao se referir à sua participação na audiência do marido).			

O primeiro ponto a ser destacado é que farei uma análise inicialmente do fale comigo, depois da entrevista de CTC e, por fim, cotejarei duas interações com outra de modo a destacar os pontos nevrálgicos entre semelhanças e diferenças.

Vale mencionar que a escolha da interação de Clara se deu porque ela foi a única mulher que, nas cinquenta e duas interações coletadas para este trabalho, participou de eventos interativos diferentes, o fale comigo com P1 e da entrevista de CTC com P2.

4.1 O fale comigo de Clara

"Deus vai provar a minha inocência".

Clara - Registro de fale comigo em 05 de agosto de 2018.

O fale comigo de Clara não teve a captação do áudio no instante inicial da abertura do evento, pois, como P1 e Clara já compartilhavam de esquemas de conhecimentos, alinhados em um encontro social anteriormente realizado, assim que adentrou à sala, antes mesmo de se sentar, a reclusa iniciou a interação dizendo à psicóloga que o irmão tinha ido visitá-la. A psicóloga perguntou-lhe ("E aí, moça, ele te falou alguma coisa?"). Clara se sentou numa cadeira, na sala improvisada para atendimento¹⁰², e naquele momento fora iniciada a gravação. A situação social vivenciada por Clara e P1 é notoriamente menos negligenciada, porque ambas dispõem de certo grau de relacionamento e de compartilhamento de esquemas de conhecimentos que as alinha a certo nível de proximidade interacional.

No excerto a seguir, destaco que Clara, ao responder à P1, narra à psicóloga as notícias trazidas pelo irmão na visita social. Clara fala sobre a reação da filha ao ser informada pela avó paterna quanto à ausência da mãe, e se utiliza de registros verbais para acionar em P1 conhecimentos compartilhados por ela anteriormente.

Excerto 18

1. Clara. aí ela pegou e falou assim. nã:::o. sua mamãe traba::lha aonde é mais
2.ou menos uma prisão. ela não foi presa::.. mais lá ela cuida das menina. ela
3.ajuda as meninas. aí ele (o irmão) não sabia que eu tava trabalhando. mas aí
4.ele (o irmão) falou. que eu também trabalhava aqui.
5.P1. ((sim.
6.Clara. foi a última visita que eu/ que teve foi domingo. foi a única pessoa
7.que eu conversei até agora. que a minha mãe viajou::.
8.P1. ((sim.
9.Clara. pra ficar com a/ com a Priscila. lá em Brasília. porque o neném já
10.nasceu.

¹⁰² O atendimento de Clara não fora realizado na sala da psicologia no prédio do psicossocial, porque não havia agentes suficientes para realizar a escolta do atendimento. Para não deixar as presas sem atendimento, P1 realizou as interações face a face com as presas, naquele dia, na sala da diretoria de atendimento no prédio central da unidade prisional.

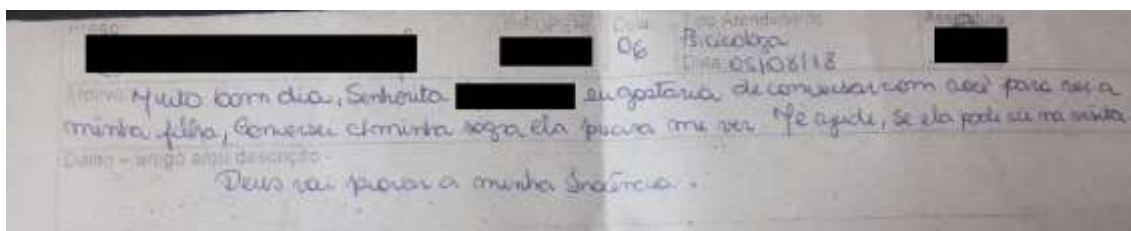
11.P1. ((uhm.
12.Clara. ((neste momento a presa informa o sexo do sobrinho, mas a fala não
13.está clara)).
14.P1. eh (++).
15.Clara. ih::: aí meu irmão conseguiu vir no domingo::.

As informações dadas por Clara são repassadas em uma narrativa com encaixamentos múltiplos, em que o “eu” mulher encarcerada reapresenta o que “ele disse” - o irmão, e o que “ela disse” - a sogra (linhas 1 a 4 - “aí ela pegou e falou assim. nã:::o sua mãe trava::lha aonde é mais ou menos uma prisão” - “aí ele não sabia que eu estava trabalhando aqui. mas aí ele [o irmão] falou. que eu também trabalhava aqui”). As figuras humanas (irmão - filha - sogra) são animadas por Clara de modo a tornar revivido à P1 a visita social que ela recebeu do irmão. Tal abertura do encontro face a face, em que Clara já inicia a interação de modo a situar P1 dos últimos acontecimentos, por meio de um enquadre narrativo com encaixes múltiplos por meio do verbo “dizer”, sugere o grau relacional de certa familiaridade entre profissional do psicossocial e mulher atendida.

Tal grau relacional é sugerido ao identificar que os esquemas de conhecimento foram acionados por P1, sem a necessidade de atuação da mulher atendida como animadora circunstante das figuras participantes do evento narrado, ou seja, sem a necessidade de recapitulação ou apresentação dessas figuras. Eu, naquela abertura, rapidamente capturei que os esquemas de conhecimentos constantes da fala de Clara não dispunham de lacunas aparentes a serem preenchidas por P1, mas de lacunas a serem preenchidas por mim, que não era uma interlocutora endereçada naquele enquadre, e nem alguém que compartilhava dos mesmos esquemas de conhecimento de ambas as participantes (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987]).

No registro de fale comigo de Clara, a mulher evidencia, ao destacar o nome de P1, ocultado por fins óbvios relacionados à ética de pesquisa, que já teve contato interativo com a profissional em outro momento, conforme a figura a seguir:

Figura 17: O registro de fale comigo de Clara



Muito bom dia, Senhora [redacted] eu gostaria de conversar com você para ver a minha filha, conversei com minha sogra ela ficou me ver. 'E ajude, se ela pode se me ajudar. Deus vai ajudar a minha Sra. [redacted]

Fonte: Psicossocial do PFJAG

(Muito bom dia, Senhorita P1 eu gostaria de conversar com você para ver a minha filha, conversei c/ minha sogra ela precisa me ver. Me ajude, se ela pode vir na visita - Transcrição do motivo do fale comigo)

Geralmente, as mulheres encarceradas destacam o nome das psicólogas no registro de fale comigo após alguma interação prévia, em que a profissional se apresenta, informa ser a psicóloga referência para o atendimento de demandas da reclusa e se coloca à disposição.

Clara e P1, participantes de uma mesma cultura, também compartilham de esquemas de conhecimento comuns à comunidade carcerária feminina, como o alinhamento de enquadre que se refere a benefícios para mulheres presas que são mães de filhos menores, referentes ao regime de cumprimento de pena, conforme vemos nas linhas 27 e 28 do excerto abaixo:

Excerto 19

16.Clara. ele falou comigo a respeito do processo. que ele não tem muita
17.informação. porque o Leitão ((nome do fictício do advogado)) não é muito de
18.nem dar entrevista.

19.P1. ((nem dar informações.

20.Clara. informaçõe::s. o trabalho dele é sempre sigilo::so. (+ +) aí chega na
21.hora da audiência que ele conversa com a gente::

22.P1. ((si::m.

23.Clara. e aí é isso:: a única coisa que eu sei::

24.P1. ((uhmhum

25.Clara. que tem um pedido pra eu poder sai::r. que tá aguardando ainda/ tá
26.na mão/ acho que de algum/ não sei explica::r ao certo.

27.P1. ((daquele negócio das
28.mã::e::s?

29.Clara. não. das mães não. já é pra eu sair mesmo. porque não existe nenhuma
30.pro::va:: na::da:: na::da:: contra mim.

31.P1. ((contra você né::?

No enquadre narrativo que encaixa a fala do irmão de Clara (“ele falou comigo a respeito do processo”) constante nas linhas 17, 18 e 24, Clara destaca à P1 não dispor de conhecimento do andamento do seu processo. A reclusa informa à P1 saber de uma iniciativa da sua defesa para que ela deixasse o presídio (linhas 25 e 26). Nesse ponto, nas linhas 27 e 28, P1 pergunta à Clara se a sua possível saída estaria ligada ao cumprimento de pena em regime domiciliar concedido a mães de filhos menores, conforme o Habeas Corpus Coletivo deliberado pelo Superior Tribunal Federal aqui já mencionado. Clara responde que não, na linha 29, de modo a evidenciar que estava alinhada à assimilação de significados a partir da informação de P1, apoiada num modelo de conhecimento compartilhado anteriormente. P1 não precisou explicitar o que se referia àquele “negócio das mães” para que Clara se alinhasse à profissional naquele esquema de conhecimento.

O pronto alinhamento de Clara à mudança de *footing* no código alternado por P1 (“daquele negócio das mães”) foi sinalizado no registro linguístico constante na linha 29, em que Clara responde “não. das mães não”, e em seguida alinha P1 quanto à possibilidade de “saída” permanente (“eu vou sair mesmo”). Neste momento do enquadre interativo, Clara alinha-se à P1 com um “eu”- mulher que se exime de culpa, de modo a se apoiar em outros elementos linguísticos para além dos verbais, como o ritmo presente no alongamento vocálico dos elementos linguísticos associados à renúncia dessa possível culpa: “nenhuma pro:::va::: na:::da::: na:::da::: contra mim”. A alteração no ritmo da fala de Clara resulta na alternância de código e, conseqüentemente, na mudança de enquadre narrativo de circunstâncias do processo penal para ênfase linguística de ausência de provas de culpabilidade.

Vale destacar que no registro de fale comigo de Clara, constante na figura acima, no campo “delito, artigo e/ou descrição” a mulher inscreve “Deus vai provar a minha Inocência” (o uso de caixa alta foi um recurso utilizado pela mulher encarcerada). O discurso de inculpabilidade foi percorrido por Clara na sequência da interação.

Excerto 20

32.Clara. isso::: e aí nem/ os indícios que eu estou pre:::sa. é porque no
33.momento do meu depoime:::nto. eu falei co:::m o delegado::: (+). que eu não
34.acredita:::va::: que meu marido::: seja::: capa::z de fazer isso::: então eu acho:::
35.que não seri:::a ele::: que tivesse feito::: isso com a mo:::ça:::
36.P1. ((si:::m.
37.Clara. até que chegou no dia da minha audiência::: que foi com ele::: eu eu/
38.o advogado me contou. que ele era um réu confesso::: (+ +). foi como se a
39.bomba tivesse caído na minha cabeça:::
40.P1. (si:::m.
41.Clara. igual o advogado falou. você defendeu ele::: o fato de você estar
42.presa é isso::: você também falou muito bem dele::: mas aí eu falei assi:::m.
43.eu não tenho nada::: a reclamar. ele sempre foi um bom marido::: nunca fez
44.nada de mal.
45.P1. ((uhnhum. mas você nunca teve problema né. clara.
46.Clara. nunca. e o que mais que eu falava com ele. eh eh. (+ +) a única
47.coisa::: que ele não gostava que eu fazi:::a. vamos supor. quando ele saía
48.para trabalha::r no plantão. eu ficar ligado mui:::to.
49.P1. ((ahn.
50.Clara. aí sempre ele já liga:::va antes. aí eu conversava com ele::: só que
51. no fundo::: no fundo::: eu tinha minha vírgula com o pé atrás::: sabe.
52.falava assim. será que ele não tá faze:::ndo nada de errado não:::?. depois eu
53.olha:::va::: Orava::: falava. nó::: meu Deus. eu deixo nas suas mão:::s. que o
54.senhor tire::: esse sofrimento da minha cabeça:::
55.P1. ((uhnhum.
56.Clara. e ia viver minha vida::: e o meu refúgio era. eu pegar a Luana e
57.às vezes que ele tinha ido trabalhar. ir no shoppi:::ng. levava ela
58.comigo:::

Clara, ao se alinhar à P1 na linha 31 (localizado no excerto anterior), de modo a ratificar a psicóloga no enquadre interativo que se refere à sua inculpabilidade,

incorpora à interação esquemas de conhecimentos e os associa ao enquadre narrativo das circunstâncias da sua prisão para argumentar que o seu "crime" foi defender o marido no depoimento realizado à polícia (nas linhas 32- 35).

A mulher interage como animadora-responsável, ou seja, aquela que transmite e se posiciona no evento narrado, recorrendo a um "eu" "enganado" e "inocente" frente aos fatos (é porque no momento do meu depoimento. eu falei com o delegado: (+). que eu não acredito: que meu marido: seja: capaz de fazer isso: então eu acho: que não seria ele: que tivesse feito: isso com a moça:).

O ritmo da fala de Clara, neste excerto, também apresenta pistas linguísticas com o uso do alongamento vocálico na rerepresentação dos fatos que dizem respeito ao seu "eu" – vitimado pelas circunstâncias de não saber da capacidade do marido de assassinar a amante grávida de nove meses.

Esse ritmo alongado na fala de Clara segue por quase todo o excerto, com destaque para o uso de alongamento de vogal quando se refere às figuras participantes do fato narrado, ao mencionar sintagmas nominais e qualificadores que se referem às figuras animadas do evento ("pre:sa", "delegado:", "marido:", "mo:ça:", "ele:", "dele:", "comigo:", "vida:", "capa:z", "[réu] confesso:", "cabeça:") e ações ("acredita:va:", "seja:", "seri:a", "feito:", "fazi:a", "trabalha:r", "faze:ndo", "olha:va:", "orava:", "tire:",) referentes a essas figuras, e também ao fazer menção afirmativa endossando os eventos ("isso:", "fundo:"), e ao circunstanciar os espaços narrados ("depoime:nto", "audiência:", "shoppi:ng").

Essa alternância rítmica marcada no enquadre narrativo de Clara ao se referir às figuras animadas, ações e circunstâncias relacionadas a eventos pré-crime, à morte da amante do marido e à vida e prisão da mulher atendida leva-me a ponderar, a partir do acionamento de outros fatores como o olhar e a postura da mulher presa durante a interação, que Clara demonstra certa insegurança de se expor, isto é de transparecer alguma pista que rechace a sua narrativa de inculpabilidade, marcada no alongamento vocálico de ações referentes ao marido e à vítima, igualmente, quando se insere como animadora-responsável no evento.

A título de exemplificação do que quero mencionar, destaco que, nas linhas 46 a 54 no excerto acima, Clara sugere certa contradição no que se refere à consciência de Clara, pré-crime, quanto ao adultério do marido ("que no fundo: no fundo: eu tinha minha vírgula com o pé atrás: sabe. falava assim. será que ele não tá faze:ndo nada de errado não:?.").

Outra pista de contextualização analisada no enquadre narrativo de Clara é a pausa, realizada ao se referir à mulher vítima de feminicídio, assassinada aos nove meses de gestação, conforme consta na linha 62 (“moça::: , uma mulher grávida::: (+ +)”. ela morreu), e 64 (“com um bebê na barriga::: (+ +). no:::va viu::: (+).”) do excerto abaixo discriminado. Tais pausas também podem se associar a recursos que expressam a insegurança de exposição de Clara, como forma de encenar a sua inculpabilidade no crime e inconsciência do adultério do marido, antes do crime.

Excerto 21

59.Clara. aí ele tava falando baixinho assim. eu te amo viu::: eu não fiz
60.i:::sso. eu tô só assumindo umas coi:::as. mais eu vou te explicar por quê.
61.aconteceu alguma coisa::: falei assim. mas você dava carona pra essa moça:::
62.uma mulher grávida::: (+ +). ela morreu.
63.P1. (uhnhum.
64.Clara. com um bebê na barriga::: (+ +). no:::va viu::: (+). e eu ainda fiquei
65.arrasa:::da::: porque::: pelo que eu soube::: da famí:::lia::: a ((incompreensível)
66.ficou triste demais:::s. foi uma perda::: muito muito profu:::nda:::
67.P1. (sim. sim.
68.Clara. e aí a família::: dela toda::: tava lá. chegou. tipo assim as acusações/
69.e aí ninguém me conhecia:::
70.P1. ((sim.

Outro ponto a ser destacado na interação de fale comigo de Clara é a existência de mudança de footing quando a mulher atendida utiliza-se de sobreposição na linha 68 e 69 (“e aí a família::: dela toda::: tava lá. chegou. tipo assim as acusações/ e aí ninguém me conhecia:::.”) para descrever o cenário da audiência a qual ela havia participado dias antes do atendimento. Clara, ao alinhar P1 às figuras animadas constantes no enquadre narrativo “audiência”, alterna o código de maneira sobreposta para destacar que os parentes da vítima não a conheciam. Essa sobreposição fora utilizada por Clara, possivelmente, como recurso argumentativo de inexistência de vínculo de sua parte com a mulher assassinada.

Outras pausas e alongamentos vocálicos marcam a alternância de código no enquadre narrativo de Clara, sempre associados à pronúncia de léxicos que mencionam a vítima, no excerto que segue, (linhas 92 – “morta::: (+ +)” e 102 – “vi:::tima (+ +)), ou quando utiliza de “registros linguisticamente identificáveis”, para suprimir a ação de adultério do marido desviante num caso extraconjugal (linhas 86 – “erra::: (+ +) e linha 89), e para marcar a situação social que a alinha quanto ao crime cometido pelo marido (linha 90). Esses recursos são marcadores da mudança de *footing* de Clara do lugar de animador-responsável para o lugar de transmissor com responsabilidade parcial nos eventos narrados, isto é participante indireta, conforme o excerto destacado a seguir:

Excerto 22

71.Clara. aí fizeram a a::: a investigação::: por telefone::: no meu celula::: r.
72.todos os dois números corporativo::: e o meu. pra ver quais eram os lugares
73.que eu fui. onde eu esta::: va::: . aí eles conseguiram comprovar que eu nunca
74.nem passei próximo de onde essa moça mora::: va. nem aonde ela treinava::: .
75.P1. ((sim.
76.Clara. e nada::: . tô aqui por causa de mim mesma::: . porque eu defendi o meu
77.marido::: com unhas e dentes. porque uma pessoa chega pro cê e fala::: eu
78.não tenho nada a ver com isso. eles estão armando pra mim. pelo amor de
79.Deus cê acredita ne mim. eu falei acredito. então cê me perdoa (?). aí
80.chorou. chorou. chorou por causa da traição.
81.P1. ((sim.
82.Clara. mas não contou que a menina tava grávida::: . eu falei assim. nó eu te
83.perdoou.
84.P1. ((uhn.
85.Clara. eu confio muito em Deus. eu sei que às vezes a pessoa erra::: (+ +).
86.Deu::: s/ você não afasta de novo::: . Orar muito. conversar com Deus.
87.P1. ((uhn.
88. Clara. ((incompreensível)) aos poucos você vai lembrar disso::: . mas toda::: .
89.vez que eu pensar que vocÊ::: já me traiu::: . eu vou lá e oro. oro a Deus (+ +).
90.P1. Uhhum.
91.Clara. passou. chegou no dia que eu fui na delegacia::: (+). O delegado me
92.contou::: que a mulher tava morta::: (+ +). e a mulher tava grávida. e a
93.última pessoa que estive com ela::: foi ele.
94.P1. ((sim
95.Clara. não que/ não tô afirmando assim que foi ele que matou a mulher.
96.porque eu não sei nem depois com o processo não::: . Mas mostra ele::: no carro
97.com uma mulher e ainda falaram que tinha uma terceira pesso::: a. que era
98.eu::: .
99.P1. ((sim
100.Clara. aí graças a Deus o Leitão mandou a perícia::: . e a perícia da
101.polícia::: confirmou que quem tava na frente era meu ma::: ri::: do::: e atrás era
102.a própria ví::: tima (+).

Clara, no excerto acima, se projeta nos alongamentos vocálicos (linhas 76 e 77 – “e nada::: . tô aqui por causa de mim mesma::: .”) como desviante apenas por “defender” e por acreditar que o marido não fosse culpado pelo crime.

Outra alternância de código utilizada (linha 95 – “não que/ não tô afirmando assim que foi ele que matou a mulher”) é a repetição e a sobreposição para ressaltar a sua não afirmação quanto à culpabilidade do marido no crime. Essa alternância e mudança de *footing* levam-me a considerar que as pistas de contextualização utilizadas por Clara no enquadre narrativo é de alguém que quer se eximir de possível envolvimento no crime e de alguém que se refere com cautela às figuras que dizem respeito ao agressor e à vítima.

Vale destacar que a interação de Clara no fale comigo está permeada do que Goffman (1999) nomeou por “expressividade do indivíduo” de modo que as pistas de contextualização como o ritmo, as pausas e as sobreposições veiculam informações acerca do significado que a reclusa reinterpreta do evento narrado e atributos do animador-responsável no qual ela deseja se projetar: o de uma mulher com ausência de culpabilidade num crime passional, o qual Clara dizia não ter

ciência prévia do crime nem do adultério do esposo, nem das vítimas – mulher e bebê gestado, nem do crime em si.

Outro alinhamento realizado por Clara é o de negação do seu estigma de mulher “criminosa”, em que a animadora constrói um discurso da cadeia como aprendizado e desconstrução de preconceitos e motivação para engajamento em trabalhos sociais ao sair do cárcere, conforme veremos nas linhas 107, 109, 114 e 115 do excerto a seguir:

Excerto 23

103.Clara. Quando chegar lá fora. a primeira coisa::: que eu quero::: é orar a
104.Deu:::s. aprender/ conversar com ele::: e agradecer que por mais que tô
105.presa:::
106.P1. Uhhum.
107.Clara. eu aprendi muita coisa.
108.P1. Uhhum.
109.Clara. E aí umas coisas que eu tinha de. não é discriminação. sabe::: (+).
110.quando eu olhava para determinadas pessoas. eu já tinha medo:::/ eu sempre
111.fui muito medro:::as::.. sempre falava assim. ah deixa pra lá. Hoje eu acho que
112.eu consigo identificar as pessoas. não é aquela droga que é a pessoa. a
113.pessoa tá ali dentro. a droga é só um vício tentando destruir ela. se ela
114.puder sair né:::. aí quando eu sair quero ver se eu trabalho com o pessoal
115.da universal para ir nos presídios sabia:::? (++) eu oro a Deus para que dê
116.tudo certo que eu quero fazer isso:::. (++) ajudar de alguma forma. mesmo que
117.for aula de zumba de gra:::ça. Qualquer coisa:::.

Goffman (2004) destaca que tal negação faz parte do atributo social do estigmatizado, pois ao se projetar como um indivíduo que passou pelo cárcere por aprendizado e por quebra de conceitos previamente formulados e não de cárcere como consequência de ser investigada por ser cúmplice num crime e pelo cumprimento de uma possível pena, a mulher renuncia ao estigma social de mulher desviante.

A seguir, realizarei a análise da interação de Clara no que diz respeito à entrevistas de CTC.

4.2 A entrevista de CTC de Clara

A entrevista de CTC de Clara foi realizada no ambiente do psicossocial do PFJAG. P2 articulou a interação com a mulher presa de modo que a gravação do áudio captou toda a duração do encontro, desde a entrada de Clara à sala até a sua saída.

A abertura do encontro social é realizada por P2, na linha 118 (P2. “oi. tudo bem. bom dia, Clara.) do excerto que segue. Neste ponto, Clara se posiciona à psicóloga com uma subida considerável na entonação inicial da resposta dada ao cumprimento de P2 (linha 119 - “ ` bem será o dia que eu for embora::: em nome de Je:::su:::s”). Tal pista de contextualização e os registros linguisticamente

identificáveis posiciona a reclusa num *footing* de alguém com certo grau de insatisfação frente ao encarceramento.

Excerto 24

118.P2. oi. tudo bem. bom dia, Clara.
119.Clara. ' bem será o dia que eu for embora em nome de Jesus.
120.P2. oi?
121.Clara. bem será o dia quando eu for embora:::
122.P2. é verdade. enquanto isso a gente vai
123.Clara. ((orando a Deus.
124.P2.
125.tenta:::r que fique menos pior.
126.Clara.
127. ((tá bom.
128.P2. né. (risos). por meio dos atendimentos. e tudo mai:::s. meu nome é P2 e eu
129.sou psicóloga. né. uma das psicólogas aqui da unidade. acho que você já é
130.acompanhada pela dona P1. né?
131.Clara. exatamente.
132.P2. E eu sou a psicóloga que hoje vou fazer (+). a sua entrevista de CTC::.
133.pra te conhecer um pouquinho tá?.
134.Clara. tá bom.
135.P2. e essa é a Flávia que tá fazendo uma pesquisa com a gente:::
136.Pesquisadora. É a gente se conhece::.
137.P2. ((ai que bom. aí então tá. aí ela vai
138.acompanhar a gente na entrevista também. tá
139. bom. Clara?
140.Clara. combinado.

P2 alinha-se à Clara, no enquadre interacional, com pistas verbais que sinalizam que a psicóloga compreende a insatisfação da reclusa: “é verdade. enquanto isso a gente vai” – “tenta:::r que fique menor pior” (linhas 122 e 125). Neste ponto, entendo possivelmente que o alinhamento da profissional é de alguém que demonstra compreender a insatisfação circunstancial de Clara e se prontifica a tentar diminuir essa insatisfação.

A psicóloga alterna o código na interação ao utilizar-se do riso para alinhar Clara quanto à forma que o psicossocial pode contribuir para diminuir o peso do cárcere e também o atributo social e o papel institucional da profissional no enquadre interativo em curso: (linha 128) “né::. (riso). por meio dos atendimentos. e tudo mai:::s. meu nome é P2 e eu sou psicóloga. né. uma das psicólogas aqui da unidade. acho que você já é acompanhada pela dona P1. né?”.

O enquadre “entrevista técnica de classificação” é alinhado à Clara por P2 na linha 132 (“E eu sou a psicóloga que hoje vou fazer (+). a sua entrevista de CTC::.”), em que a profissional sinaliza à reclusa o objetivo daquele encontro social (linha 133 - “pra te conhecer um pouquinho tá?”).

Outro ponto a ser destacado na abertura é a apresentação da pesquisadora à reclusa como participante da interação (linha 135 - “e essa é a Flávia que tá fazendo uma pesquisa com a gente:::.”). A pesquisadora se expressou verbalmente,

ratificando as pistas não-verbais (o olhar da presa e sorriso discreto que simbolizaram um cumprimento) manifestadas por Clara durante a abertura, de modo a significar o reencontro da pesquisadora com a reclusa (linha 136 - "é a gente se conhece:"). Neste momento, P2 muda o *footing*.

Ainda sobre a abertura, P2 muda o *footing* ao posicionar Clara como aquela que autorizará ou não a participação da pesquisadora na interação (linhas 137 e 138 - "ai que bom. aí então tá. aí ela vai acompanhar a gente na entrevista também. tá bom, Clara?"). Clara alinha-se no enquadre de abertura do encontro social como aquela que autoriza a participação da pesquisadora (linha 140 - "combinado").

Na sequência da abertura da interação, P2 muda o *footing* para alinhar à Clara aspectos introdutórios daquele evento social. A profissional realiza uma pergunta à detenta quanto à trajetória prisional (linha 141 - "é a primeira vez que você vem presa também. né?") e outra para sondar o grau de entendimento da reclusa quanto ao enquadre em questão (linha 143 - "então você não sabe sobre o que significa a ctc:"). A partir do alinhamento do grau de introjeção de Clara à comunidade prisional, P2 alterna o enquadre interativo para aquele que alinha o objetivo e a funcionalidade da entrevista e da comissão técnica de classificação em esquemas de conhecimentos constantes nas linhas 148 a 163 do excerto a seguir.

Excerto 25

141.P2. é a primeira vez que você vem presa também. né?
142.Clara. é:.
143.P2. então você não sabe sobre o que significa a ctc. né?
144.Clara. não.
145.P2. alguém já te chamou esses dias pra fazer ctc:?
146.Clara. não.
147.P2. ((tá. então eu vou te explicar. porque (++) nos próximos dias
148.vários profissionais vão te chama:::. vão te fazer também algumas
149.pergunta::s. tá, Clara:?
150.Clara. tudo bem.
151.P2. e a ctc é o seguinte::: (++) ((barulho de movimento de folhas de papel)).
152.todos os profissionais/ alguns profissionais não vão precisar te chamar.
153.mas a maioria sim. então a gente vai fazer uma série de pe::rguntas. saber
154.um pouquinho. para cada área específica saber um pouquinho:: de você::: e a
155.importância disso é para que a gente se reúne. né?. tem uma reunião. para
156.que essa comissão ela tente classificar você. para todas as atividades que a
157.gente acredita que são importantes. dentro do seu perfil na unidade.
158.Clara. tá.
159.P2. cursos. trabalho::: esco:::la. a:::tividade:::s. né?
160.Clara. uhnhum.
161.P2. encaminhamento de saúde:: (+) pela parte da enfermagem:::m se necessário::.
162.dentista. tudo o que é::: que a gente tem pra oferecer que seja importante::
163.pra você. que você queira' também. tá?
164.Clara. (tá
165.P2. isso te acompanha::: pra onde você for. então se você não continuar com
166.a gente::: já chega esse documento lá::: falando::: do perfil da Clara::: o
167.que é que é importante pra ela::: então. se você tiver trabalhando e

168.estudando aqui:: e for para outra unidade. tiver tudo ok. você pode ser
 169.inserida:: nas atividades/ se tiver essas atividades na no. no presídio onde
 170.você for.
 171.Clara. (entendi.
 172.P2. tá? daí um ano se você continuar presa::: se você continuar presa.
 173.indepedente de ser sentenciada ou não. é feita uma reavaliação destas
 174.propo:::stas. (+) que você e a unidade:: que você estava né. propôs aí::: pra
 175.ver o que que foi feito. né?. o que conseguiu ser feito::: de caminhar para
 176.as atividade:::s. o que que você também conseguiu dar conta de faze:::r. e aí
 177.durante esse ano né?. é feita essa reavaliação para ver o que é que pode
 178.melhora:::r. o que que já tem de bom continua:::r. e tudo mais.
 179.Clara. tá bom.
 180.P2. é tudo para o bem estar de você:::s. dentro da unidade e para que vocês
 181.também tenham mais facilidade quando for embora::: pra reorganizar a vida
 182.de você:::s. tá bo:::m?
 183.Clara. uhnhum.
 184.P2. é:::.. aí eu vou fazer algumas pergunta:::s. se tiver dú:::vida a gente vai
 185.respondendo na medida em que a gente for conversando::: tá bo:::m?
 186.Clara. tá bom.
 187.((barulho de movimento de papel)).

Vale destacar que P2 alterna o código no enquadre concernente aos objetivos e funcionalidades da entrevista de CTC com a mudança no ritmo vocálico alongado, utilizado pela profissional para se referir às áreas impactadas pela classificação a ser realizada (linha 159 - "cursos. trabalho::: . esco:::la. a:::atividade:::s. né?" e 162 - "encaminhamento de saúde:: (+) pela parte da enfermagem:::m se necessário::: . dentista. tudo") e aos sintagmas relacionados às ações realizadas e impactadas pela classificação (linha 148 - "chama::::", linha 149 "pergunta:::s", linha 151 - "seguinte:::", linha 154 - "pouquinho:::", linha 162 "importante:::", "acompanha:::", linha 166 - "gente:::", "lá:::", "falando:::", "Clara:::", linha 167 - "ela:::", linha 168 "aqui:::", linha 172 - "presa:::", linha 174 - "propor:::stas", "unidade:::", "aí:::", linha 175 - "feito:::", linha 176 - "atividade:::s," "faze:::r", linha 178 - "melhora:::r", "continua:::r", linha 181 - "embora:::", linha 182 - "bo:::m"). Tal *footing* adotado por P2 para alinhar Clara ao enquadre da entrevista de CTC sugere o alinhamento de uma profissional que visa engajar Clara no comprometimento de participação cooperativa da ação.

Uma evidência empírica do movimento linguístico de persuasão de P2 para convencer Clara da importância do engajamento da reclusa como participante da entrevista consta nas linhas 180 a 182 ("é tudo para o bem estar de você:::s. dentro da unidade e para que vocês também tenham mais facilidade quando for embora::: . pra reorganizar a vida de você:::s. tá bo:::m?"). Mais que persuadir, penso que P2 alinha à detenta argumentos da importância daquela interação e do envolvimento de Clara em ocupar o papel de falante entrevistada e consciente da sua competência no enquadre interativo.

Após ser alinhada ao enquadre, Clara se alinha ao *footing* de papel de falante da interação de modo a alternar esse papel com P2, conforme discriminado no excerto abaixo, das linhas 188 a 207.

Excerto 26

188.P2. cê tá aqui com a gente tem muito tempo:?
189.Clara. é:: eu tô desde o dia seis de fevereiro.
190.P2. (uhm. sim tá desde o dia seis
200.de fevereiro. já foi sentença:::da?
201.Clara. uhm. uhm (som em sinal de negativa).
202.P2. tá espera:::ndo?
203.Clara. ((eu fui para a audiência:: aí foi marcada a segunda
204.porque não tinha:: escolta::.
205.P2. (ahn tá. aí você não sabe quando que foi::/ quando que será a
206.próxima::.
207.Clara. ((é::.

Clara projeta à P2, a partir do enquadre entrevista, esquemas de conhecimentos que dizem respeito às variáveis sociais relacionadas ao tempo de cárcere (linha 189 - "é:: Tô aqui desde o dia seis de fevereiro") e ao seu status de sentença (linha 200 - "uhm. uhm" (som em sinal de negativa quanto à pergunta de P2 se já foi sentenciada). O comportamento interativo de P2 e Clara é modulado numa postura mais negligenciável, na interação face a face, de modo que as participantes do encontro têm a necessidade de alinhamento de esquemas de conhecimento nunca antes compartilhados, como os atributos sociais de Clara (linhas 208 a 287 - idade, os seus vínculos afetivos, profissão e escolaridade, como veremos a seguir:

Excerto 27

208.P2. é Clara Tavares o quê mesmo::?
209.Clara. Araújo. (++)
210.P2. você tá com quantos anos?
211.Clara. trinta e sete:: (4,0).
212.P2. Clara?
213.Clara. sim.
214.P2. Quem são as pessoas hoje:: (++) mesmo você em liberdade:: e tudo:: que
215.fazem parte da sua vida::?
216.Clara. fazem parte::? minha filha:: primeiro luga::r.
217.P2. como é que chama a filha?
218.Clara. Izadora.
219.P2. e a Izadora tem quantos anos::s?
220.Clara. tem sete::.
221.P2. uhnhu::m. (+) cê só tem ela::?
222.Clara. é:: sim. minha mãe.
223.P2. como chama a mã::e?
224.Clara. Maria Cecília:: (+).
225.P2. uhnhu::m. ela vem te ve:::r?
226.Clara. vem.
227.P2. ve::m? (++) quem mais?
228.Clara. meu irmão Rodrigo:: (2,0)
229.P2.você só tem o Rodrigo::?

230.Clara. tem mais uma que mora em Montes Claros/em Brasília de Minas.
231.Paula:: que me manda:: carta::.
232.P2. é a Paula que mora em Brasília de Minas?
233.Clara. é Brasília de Minas.
234.P2. uhnhu::m.
235.Clara. e:: tem (+) a Ana Cecília:: que é a minha prima que vem me ve::r.
236.P2. e irmãos é só o Rodrigo e a Paula:: mesmo. né?
237.Clara. só::.
238.P2. aí a prima chama como?
239.Clara. Ana Cecília
240.P2. uhnhum. que te acompanha::.
241.Clara. e tem a Michele que é a minha amiga que vem me ver.
242.P2. e além da Michele você tem outros amigo::s? que te acompanham mesmo
243.não vindo te ve::r? mas que manda alguma ca::rta::.
244.Clara. que manda carta não. manda recado:: através da minha mãe::.
245.P2. (sim. sim.
246.Clara. tem os meus amigos lá da:::/ que eu sou professora de zumba::: de
247.axé::: de zumba::: de localizada::: tudo::: é::: ciclismo indoor. de esteira::.
248.qualquer coisa que precisa::r eu tô dando aula::.
249.P2. (uhnhum.
250.Clara. aí eu dava zumba::: comunitário para a terceira idade::.
251.P2. ((que ó::timo::.
252.Clara. toda segunda e sexta-feira::: seis horas da manhã::: e durante::: a
253.semana eu conciliava::: o meu trabalho::: com a minha faculdade::: e o meu
254.emprego::: eu tinha::: dois empregos. um era o da faculdade:::/ era o trabalho
255.vamos assim colocar.
256.P2. ((sim.
257.Clara. trabalhava no banco Santander com empréstimo consignado::.
258.P2. ((sim.
259.Clara. aí eu tive a oportunidade de conciliar essas três coisas::.
260.P2. então cê trabalhava com empréstimo consignado no Santander, né?.
261.quanto tempo::?
262.Clara. trabalhei dois ano::s.
263.P2. (...)
263.P2. uhnhum. aí qual era o outro que você conciliava:: co::m?
264.Clara. educação física::: eu dava aula de zumba. axé. localizada::: é é
265.ciclismo indoor.
266.P2. ((e era essa faculdade que você faz de educação física?
267.Clara. ((de educação
268.física que eu faço.
269.P2. (uhnhum. então atividades voltadas para o ramo de educação física.
270.Clara. (de
271.educação física que eu faço.
272.P2. principalmente::: dança essas coisas era o que você mais fazia?
273.Clara. (é. uhnhum. (+)
274.P2. cê tava em qual período::?
275.Clara. eu ia::: continuar agora a partir a partir do quinto período. desde
276.de janeiro fevereiro. que já ia começar as , aulas.
277.P2. conseguiram trancar::r?
278.Clara. não. meu irmão não conseguiu ainda fazer nada a respeito. mas pelo
279.que meu advogado::: falô::: eu tenho o fies. por mais que eles bloqueiam/ eu
280.tenho como entrar com um pedido::: e explicar o que que aconteceu::.
281.P2. (sim.
282. Clara. e o motivo de eu estar presa::: porque::: o meu marido
283.infelizmente::: na época que ele me contou que me traiu o ano passado:::.
284.ele me contou e chorou mui:::to::: aí eu fiquei assim. angustiada::: muito
285.triste::: (incompreensível). tudo bem. eu vou te perdoar:::r. espero que você
286.não faça isso de novo.
287.P2. ((sim.

Vale destacar, no excerto acima a alternância de papéis de falante e ouvinte desempenhados por P2 e Clara, de modo que há uma nítida contribuição de alinhamento de ambas as participantes na construção de sentido. P2 alinha-se como entrevistadora que realiza perguntas no enquadre com vistas a orientar os esquemas de conhecimento compartilhados por Clara:

Tabela 05: Partes do excerto que correspondem às perguntas de P2

Linhas	Partes do excerto acima correspondente ao enquadre entrevista – perguntas de p2
210	“você tá com quantos anos?”
214 e 215	“Quem são as pessoas hoje::: (++) . mesmo você em liberdade:: e tudo::: que fazem parte da sua vida::?”
217	“como é que chama a filha?”
219	“-e a Izadora tem quantos ano::s?”
221	“cê só tem ela::?”
223	“como chama a mã::e?”
225	“ela vem te ve:::r?”
227	“quem mais?”
229	“você só tem o Rodrigo:::?”
232	“é a Paula que mora em Brasília de Minas”
236	“e irmãos é só o Rodrigo e a Paula:: mesmo. né?”
238	“aí a prima chama como?”
242 e 243	“e além da Michele você tem outros amigo::s? que te acompanham mesmo não vindo te ve:::r? mas que manda alguma ca:::rta:::.”
260 e 261	“então cê trabalhava com empréstimo consignado no Santander, né?. quanto tempo::?”
263	“aí qual era o outro que você conciliava:: co:::m?”, linha
266	“e era essa faculdade que você faz de educação física?”
272	principalmente:: dança essas coisas era o que você mais fazia?”
274	“cê tava em qual período::?”
277	“conseguiram tranca:::r?”

Ressalto que o footing de entrevistadora que se alinha à entrevistada com pistas de contextualização pautadas num ritmo de alongamentos vocálicos nos

sintagmas que se referem ao interesse investigativo da psicóloga (linha 215 - “liberdade::” “tudo::”, “vida::?”, linha 219 - “ano::s”, linha 221 - “ela::”, linha 223 “mã::e”, “ve::r”, linha 229 - “Rodrigo::”, linha 236 - “Paula::”, linha 242 - “amigo::s” linha 243 - “ve::r” ca::rta::, linha 261 - “tempo::”, linha “conciliava:: co::m”, linha 272 - “principalmente::”, linha 274 - “período::?”, linha 277 - “tranca::r”). Tal escolha discursiva sugere a marcação do limite do footing de P2 na alternância do papel de falante para o de ouvinte da entrevistadora. Isto é, os alongamentos vocálicos utilizados por P2 ocorrem, na sua maioria, no final do turno de fala da psicóloga, quando ela realiza a alternância do papel interacional de falante com Clara. Tais recursos marcam os limites de *footing* no enquadre interativo.

Outro destaque vai para o dinamismo do enquadre de perguntas de P2 que é realizado a partir das respostas de Clara, de maneira a demonstrar que a entrevista de CTC realizada pela psicóloga dispõe de certa flexibilidade frente à ritualização concernente ao enquadre entrevista. P2 segue um script, mas associa os esquemas de conhecimento compartilhados por Clara – voluntariamente – ou seja sem a provocação de uma pergunta sobre o alinhamento realizado pela reclusa – na sua expectativa de resposta no enquadre interativo.

Esse voluntário movimento realizado por Clara alinha P2 a esquemas de conhecimentos não acionados por perguntas no enquadre da entrevista de classificação, mas alinhados pela reclusa como uma participante engajada no preenchimento de encadeamentos de ideias que cooperam para a construção de sentido. Esse movimento é facilmente evidenciado nas linhas a seguir destacadas:

Tabela 06: O preenchimento das lacunas nos esquemas de conhecimentos de Clara

Linhas	Excerto – fala de clara que evidencia o movimento voluntário no preenchimento de esquemas de conhecimento
246 e 247	(“tem os meus amigos lá da:::/ que eu sou professora de zumba:::. de axé:::. de zumba:::. de localizada:::. tudo::: é:::. ciclismo indoor. de esteira::. qualquer coisa que precisa::r eu tô dando aula::.”
250	“aí eu dava zumba::: comunitário para a terceira idade:::.”
252 a 254	“toda segunda e sexta-feira::: seis horas da manhã::: e durante::: a semana eu conciliava::: o meu trabalho:::. com a minha faculdade::: e o meu emprego:::. eu tinha::: dois empregos. um era o da faculdade:::/ era o trabalho vamos assim colocar”
282 a 286	“e o motivo de eu estar presa:::. porque::: o meu marido infelizmente:::. na época que ele me contou que me traiu o ano passado:::. ele me contou e chorou mui:::to:::. aí eu fiquei assim. angustiada::: muito triste::: (incompreensível). tudo bem. eu vou te perdoa:::r. espero que você não faça isso de novo.”

Clara, nas linhas destacadas acima, realiza uma rerepresentação de eventos relacionados à sua vida pré-egressa, não somente relacionados à expectativa de pergunta de P2, mas que superam o enquadre da pergunta, de modo a se projetar no enquadre entrevista de CTC com um “eu” disposto a superar os esquemas de conhecimentos alinhados por P2 no enquadre de perguntas.

A reclusa também se utiliza de sobreposição da fala (linha 246), no ponto em que realiza a mudança do *footing* de respondente alinhada à pergunta para respondente que supera o enquadre da pergunta. O alongamento vocálico marca o ritmo de Clara quando a reclusa se utiliza de registros para tornar revivido à P2 os eventos que dizem respeito às atividades que a mulher realizava antes do cárcere (sintagmas nominais – “axé::”, “zumba::”, “localizada::”, “tudo::”, “esteira::”, “aula::”, “idade::”, “trabalho::”, “faculdade::”, “emprego::” - sintagmas verbais “é::”, “precisa::r” e “conciliava::” - sintagmas adverbiais – “sexta-feira::” e “durante::”).

Destaco que Clara alinha P2 ao enquadre dos motivos da sua prisão (linha 282), sem a necessidade de um enquadre de pergunta prévio. Tal iniciativa de Clara corresponde à “gramática de expectativas interacionais” (GOFFMAN, 2012), em que a reclusa alinha ao enquadre entrevista de CTC o esperado na situação social; atributos sociais e eventos que dizem respeito à sua vida.

De maneira sobreposta, Clara, muda o *footing* no enquadre que reapresenta o adultério do marido (linha 283). O mesmo alongamento vocálico é uma alternância de código utilizado por Clara, de modo que esse ritmo fora utilizado ao se apresentar como narradora-responsável (“presa::”), emoções (“angustiada::”, “triste::”), tempo (“passado::”), modo (“infelizmente::”, “mui::to::” e ações inacabadas (“perdoa::r”). Tais pistas de contextualização sugerem o relevo de emoções ao animar o evento.

Um ponto marcante na sequência do enquadre do excerto acima é que Clara se projeta com um “eu” que rejeitou ter ciência de detalhes do fato do adultério do marido (linha 291 – “não quis nem perguntar. porque ia me deixa::r pio::r”), de acordo com o excerto a seguir:

Excerto 28

288.Clara. só que ele não me contou a história toda:::

289.P2. (sim.

290.Clara. ele teve relacionamento com uma mo::ça. eu não sei quanto te::mpo.

291.não quis nem perguntar::r. porque ia me deixa::r pio::r.

292.P2. uhnhum.

293.Clara. ele falou que não ia fica::r. que ficou com ela:: uma vez só:: eu

294.nem quis ouvir mais na::da::

295.P2. sim.

296.Clara. aí e fui vivendo:: a minha vida/ a gente tinha junta::do um
297.dinheiro:: até principalmente eu com essas aulas de zumba:: por fora::
298.P2. sim.
(...)

Clara utiliza-se de sobreposição da fala (linha 310 – “aí essa moça:: que ele namorou/ aí a gente passou o ano novo/o natal) no momento em que ia alinhar à P2 esquemas de conhecimentos acerca da mulher assassinada. Tal pista de contextualização sugere que Clara se esquivava do lugar de animadora-responsável do evento do adultério do marido.

Excerto 29

304.P2. vocês estavam juntos a quanto tempo? só pra eu entender.
305.Clara. (treze ano::s.
306.P2. ((treze
307.anos juntos. uhnhum.
308.Clara. e sete anos de casado::.
309.P2. uhnhum.
310.Clara. aí essa moça:: que ele namorou/ aí a gente passou o ano novo/ o
311.nata::l em casa::. a família inteira::.. norma:::l. ano:: novo:: norma::l. e aí um
312.dia::. a polícia civil me chamou para eu dar um depoimento::.. como lá no
313.serviço tava cheio. e eu não tinha como sai:::r. que eu tava no lugar da
314.superviso:::ra::.. eu pude ir no dia que o delegado (+) aviso:::u. eu fui/ ao
315.invés de ir na se::xta eu fui na te::rça. aí de sexta::.. sábado::.. domingo::.. e
316.segunda::.. meu marido ficou me enrolando para me explicar o que eu tinha
317.que fazer na terça:: lá.

Os esquemas de conhecimento alinhados por Clara nas linhas 310 a 316 contemplam a gama de registros linguísticos utilizados pela reclusa para respaldar a sua inconsciência frente ao crime (linha 312 “a polícia civil me chamou para eu dar um depoimento” – linha 316 e 317 - “meu marido ficou me enrolando para me explicar o que eu tinha que fazer lá na terça”), conforme o excerto acima.

No excerto que segue, Clara alinha, a partir da mudança de footing realizada por P2, outros esquemas de conhecimentos que projeta o marido como consciente da investigação do crime que estava sendo acusado (linha 319 – “ele já sabia o que que era::). Tal mudança de footing realizada por P2 sinaliza o uso de registro para o preenchimento das lacunas de sentido por parte da profissional.

Excerto 30

318.P2. ((porque ele já sabia?
319.Clara. ele já sabia o que que era::.. aí ele tá assim. não fica tranquila que
320.eu vou te falar. aí às vezes quando eu chega:::va::.. quando ele chegava:::
321.mais tarde da faculdade::.. eu não sou de brigar. de mexer em celula:::r. eu
322.sou mui::to tranqui::la porque:: eu convivo com muita gente::.. então eu não
323.posso. tipo ficar tentando controlar a vida dele::.. porque eu tenho muitas
324.responsabilidades. principalmente com minha filha:::..
325.P2. (muita (incompreensível)
326.Clara. é. aí vai ele falava assi::m. eu tô treinando. fazendo academia de
327.tarde::.. e a nataçãõ à noite:::.. eu falava assim. isso mesmo. é bom pra você
328.e tal. tipo que eu apoiei:::..
329.P2. si:::m.

330.Clara. aí foi e chegou sexta-feira::: eu cheguei em casa:: e li um pape:l.
 331.eles foram lá no meu serviço e deram mais um papel que era da audiên/ da
 332.da conversar com o delegado na terça:: aí eu falei assim. o que que é. esse
 333.papel aqui primeiro não tem nome de ninguém. agora esse outro tá com um
 334.nome testemunha Suzana. quem é Suzana? ah daqui ' a pouco eu te falo:: aí
 335.ele pegou o carro e saiu::: Ah daqui a pouco ele deve me falar. eu sempre
 336.fui assi::m. meio aérea. ah deixa pra lá.
 (...)
 337.P2. (ele trabalha com o quê?
 338.Clara. policial civil.

Outro destaque acerca do excerto acima é que Clara também se alinha a esquemas de conhecimentos para projetar um “eu” desprovido de interesse em investigar a infidelidade do marido (linhas 323 e 324 e 335 e 336), em uma fachada que dissimula o interesse da mulher nos fatos que a intimaram à delegacia.

Excerto 31

339.Clara. e aí foi isso. o dia que foi a audiência::: tinha um montão de gente
 340.contra ele. mas não tinha ninguém para me apontar. aí o Leitão colocou
 341.bem claro para o Juiz. que eu estava presa injustamente. porque não tinham
 342.provas contra mi:m. aí o delegado:: alegou que eu tinha um arranhado no
 343.braço. que eu poderia ter entrado em luta corpora:l contra a moça::: que
 344.faleceu::: aí eu fui e fiz assim oh ((sinal de negativa com a cabeça)). sem
 345.cabimento. acho que eles fazem duas perícias. da polícia civil e mais uma
 346.né?!.
 347.P2.(uhnhum.
 348.Clara. aí o delegado/ o doutor Leitão foi e pegou a pasta e falou assim. o
 349.senhor leu o laudo da polícia civil? aí o delegado::: o meu trabalho eu
 350.fi::z. o laudo eu acredito que eu falei a verdade. ele tá assim. pois tá
 351.escrito aqui::: os arranhões. o arranhão no braço é bem anterior::r ao
 352.falecimento da da.
 353.P2. (da vítima.
 354.Clara. da vítima::.
 355.P2. (uhnhum.
 356.Clara. e o do joelho completamente anterior mesmo::: porque:: pela situação
 357.é uma caída de moto. uma forma assim.
 358.P2. (é bem antiga.
 359.Clara. aí tiraram o DNA da minha língua na época e não achou nada meu.
 360.nada::: nada::: nada::: e aí confirmou que o filho era dele::: era um menino:::
 361.P2. (uhnhum.
 362.Clara. e ele teve um caso com essa moça::: mas nem ela sabia quem era o
 363.Naldo direito::: A única coisa que ela falou. que ela conheceu ele. ficou
 364.com ele::: e engravidou::: aí eu nem quis saber muita coisa::: o delegado tá
 365.assi::m. como que uma pessoa é traída e fica tranquila::?. porque a minha
 366.cabeça estava deste tamanho ((sinal com as mãos de uma dimensão superior a
 367.da sua cabeça original)). eu precisava:: conversar com a minha mãe. e eu
 368.conversei com a minha sogra::: minha sogra pediu pra eu perdoar ele:::
 369.antes de saber que era ele que tinha matado lá::.
 370.P2. (si::m.

No excerto acima, como um todo, Clara alinha P2 a esquemas de conhecimento do enquadre narrativo “audiência” sem a necessidade de alternância de código de P2 de ouvinte para falante do enquadre entrevista. No entanto, P2 interage e alterna o papel de falante com Clara no *footing* de uma ouvinte endereçada, de modo a projetar orações fonêmicas que demonstram a ratificação

da ouvinte. Clara domina o turno de fala, com curta participação de P2 como falante, e a reclusa exerce majoritariamente o papel de animadora-responsável no enquadre narrativo em pauta. Clara também realiza encaixamentos múltiplos, dos quais destaque: linhas 340 e 341 - “aí o Leitão colocou bem claro para o juiz”, linha 342 “o delegado alegou que eu tinha[...]” , linha 363 - “a única coisa que ela falou”. Neste caso, a reclusa utiliza-se do pretérito perfeito do verbo “falar” para rerepresentar o papel de falante das figuras animadas no evento.

Clara realiza a rerepresentação dos eventos alternando o posicionamento com ritmo alongado das vogais, sobreposição da fala e com pausas no *footing* de mulher crente na fidelidade do marido (linha 371 - “eu tinha confiança nele:::”) de esposa traída (linhas 378 - “uai que ele me traiu.”), de mulher inconsciente da existência e assassinato da vítima (linha 378 e 379 “que teve relacionamento com uma moça::: uma vez. e essa moça apareceu mo::rta.”), de mulher incriminada por confiar no marido (“eu não acredito:: que ele seria capaz de fazer isso:: por isso que eu tô presa:: porque o tempo foi passando:: (+)”) e de mulher investigada indevidamente de participação num crime passional que alinha P2 a esquemas de conhecimentos que descaracterizam as provas do inquérito policial (linhas 388-391 - “tive que fazer um monte de exame:: eles não/porque tipo assi::m fiquei de sutiã e calcinha no IML. eles olharam meu pescoço tudo:: meu corpo todo:: e acharam um arranhado:: eu acho:: que lá na minha casa é cheio de galinha. eu amo carregar galinha:: eu sou apaixonada” – linha 394 - “sempre vai ter marca de galinha:: porque eu carrego elas.”), conforme o excerto a seguir:

Excerto 32

371.Clara. eu tinha confiança nele::: e ele também tinha ne mim. porque eu em
372.nenhum momento tinha vontade de trair ele:: fazer coisa errada.
373P2. ((pra não
374.dar.motivo:::
375.Clara. pra não dar motivo.
376.P2. si::m.
377.Clara. aí. foi. chegou lá na hora:: o delegado. eu fui e falei pra ele que
378.eu fiquei muito chateada:: que o meu marido:: angustiada:: triste demais. o
379.que que ele falou com você. uai que ele me traiu:: que teve um
380.relacionamento com uma moça::: uma vez. e essa moça apareceu mo::rta. e aí
381.eles encontraram ela mo::rta. dizem que até passou na televisão. ele tá
382.assim. e o quê mais?. eu falei só. (+) aí ele olhou pra mim e falou assim.
383.ah ele não te falou que ela tava grávida não? eu falei assim. não::: aí ele
384.foi e pegou as foto da muhe::r. a mulher tava com um montão de machucado::
385.na barriga::: aí (+). e ainda do jeito que ele falou:: que a moça tava:: a
386.moça tava grávida e tinha possibilidade::s do filho ser dele::: aí eu fui e
387.falei assim. eu não acredito:: que ele seria capaz de fazer isso:: por isso
388.que eu tô presa::: porque o tempo foi passando:: (+). depois ele voltou:: eu
389.tive que fazer um monte de exame::: eles não/ porque tipo assi::m fiquei de
390.sutiã e calcinha no IML. eles olharam meu pescoço tudo:: meu corpo todo:: e
391.acharam um arranhado::: eu acho:: que lá na minha casa é cheio de

392.galinha:: eu amo carregar galinha:: eu sou apaixonada. é tanto que eu tô
 393.até no galinheiro. aí se você olhar meu braço aqui agora::
 394.P2. ((uhnhum.
 395.Clara. sempre vai ter marca de galinha:: porque eu carrego elas. e elas
 396.vem brigar comigo quando eu quero pegar o ovo.
 397.P2. (sim.
 398.Clara. normal. mas nesse dia. eu não tinha nenhum arranhado:: eu tinha
 399.uma marca de alergia e um arranhadinho:: pequenininho::: aí tiraram foto::
 400.tiraram foto também do meu joelho onde eu caí de moto:: tinha muitos anos
 401.atrás. aí no dia da audiência:: que teve. o delegado me prendeu:: depois. em
 402.fevereiro. porque ele disse que eu tava cole/ como que fala/ cole.
 403.P2. ((coleada.
 404.Clara. coleada com o meu marido:: sabia que ele tinha feito e tava tipo
 405.tentando esconder as provas.

Clara constrói o sentido do enquadre da narrativa com esquemas de conhecimento que revelam a acusação criminal com o footing de animadora-responsável do evento e com encaixamento múltiplo que insere a figura animada do “delegado” no enquadre (linhas 402-405 – Clara: “fevereiro. porque ele disse que eu tava/cole/como que fala/cole”. - P2. “coleada”. – Clara “coleada com o meu marido:: Sabia que ele tinha feito e tava tentando esconder as provas.”). Nesse ponto, P2 coopera com a narrativa de Clara de modo a completar a escolha lexical realizada pela mulher encarcerada. As mudanças de footing utilizadas pela reclusa sugerem o esforço de Clara em simular a sua isenção no crime e sua inocência nos fatos.

Consta no *footing* de Clara, conforme destaque no excerto a seguir, o footing de uma mulher abalada emocionalmente com o uso de pistas de contextualização e de elementos sonoros que marcam a mudança do footing de animadora-responsável para o de uma participante na interação face a face que sofre com os eventos animados (linhas 413 e 414 – “aí no dia que eu saí da delegacia:: eu saí de lá arrasada::: ((suspiro e choro)). porque::: ((suspiro)) essa moça era uma moça:: que ele ficou:: e ainda tinha mais pessoas que ele tinha namorado::: (+)” – linha 423 – “eu sempre falava isso pra ele::: (+) aí era isso:::.”).

Excerto 33

406.Clara. aí eu fiquei perdida::: (+) se eu tivesse juntado as minhas coisas
 407.ido.em borá. ia ser pio::r. também né?!.
 408.P2. é.
 409.Clara. igual o advogado falou:: que eu podia tá tipo fugindo de uma
 410.situação::
 411.P2. ((si::m.
 412.Clara. aí eu falei assim. vou ficar aqui em casa e tenho fé em Deus. que
 413.nada ruim vai acontecer. aí no dia que eu saí da delegacia::: eu saí de lá
 414.arrasada::: ((suspiro e choro)). porque::: ((suspiro)) essa moça era uma moça::
 415.que ele ficou:: e ainda tinha mais pessoas que ele tinha namorado::: (++) e
 416.eu ai. nunca liguei:: tipo só xingava às vezes dependendo do lugar que ele
 417.ia::: mas eu falo assim. vou confiar no cê uai. porque o que que eu posso
 418.fazer. não sou dona sua. cê tem que ter consciência:::/ sua consciência é
 419.seu guardiã.

420.P2.si::m.
 421.Clara. eu sempre falava isso pra ele::: ((choro) (+) aí era isso:::
 422.P2. e aí você tá sendo investigada junto dele de ter algum tipo de
 423.participação na morte dessa moça? ele também tá preso:::? (enquanto P2
 424.perguntava, Clara emitia ruídos de choro))
 425.Clara. ele tá preso na delegacia do policia::l. (++) e:::: não é que eu tenho
 426.medo dele. sabe?
 427.P2. ele assume:::?
 428.Clara. ele assumiu na pro delegado::: mas pra mim ele não me conta::: no
 429.dia da audiência/ só escreve. ele só tava com um caderno falando que me
 430.amava:: muito. e aí todo mundo que respondia:: as coisas. ele é mentira:: não
 431.acredita::: aí eu olhava pra ele. eu não queria nem beijar ele. ele me deu
 432.um beijo. eu tipo. sabe quando tipo você é uma pedra? você não tem tipo
 433.direito a nada? tipo fica lerda::: eu tava lerda::: e uma moça chegou lá.
 440.chama Bruna.
 441.P2. ((uuhhum.

Ressalto que diante do enquadre narrativo voluntário de Clara (sem o enquadre de perguntas de P2 que estimulasse os esquemas de conhecimentos compartilhados pela reclusa), a psicóloga mudou o *footing* de ouvinte endereçada para o de falante no enquadre de entrevista. Possivelmente, essa mudança de *footing* de P2 buscou ratificar a correspondência de sentidos da psicóloga no alinhamento dos esquemas de conhecimento compartilhados por Clara, de acordo com as linhas 422 e 423 (“e aí você está sendo investigada junto dele de ter algum tipo de participação na morte dessa moça? ele também tá preso:::.”).

P2 alterna o código de ouvinte para falante com Clara, mais recorrentemente, após a reclusa finalizar o enquadre de narrativa dos eventos relacionados à sua prisão, conforme o excerto destacado abaixo:

Excerto 34

442.P2. atividade física. cê não tá fazendo nenhuma. né?! dentro de cela você
 443.faz alguma coisa::??
 444.Clara. aqui alongamento. dentro de cela não. mas como eu carrego o peso
 445.das galinha:: eu procuro andar o mais rápido que eu posso. aí eu encho a
 446.água dos ganço:: dos patinho:: cuido das galinha::: então.
 447.P2. cê trabalha o dia todo::?
 448.Clara. o dia todo. (++) ((ruído de movimento de papel)).
 449.P2. então você trabalha. né?! aqui.
 450.Clara. no galinheiro::.
 451.P2. escola não porque você já tava com a faculdade::: né?
 452.Clara. é::: aí não tem como. por causa do FIES que eu tinha que entrar com
 453.aditamento::.
 454.P2. uuhhum. mas se tiver cursos essas coisas você quer né?!.
 455.Clara. quero. faço. (4,0)
 456.P2. acho que você ficou assim. muito revoltada e indignada com a sua
 457.prisão né?. por tudo isso que tá acontecendo::: (2,0)
 458.Clara. eu fiquei decepcionada::: imagina cê ama uma pessoa. a pessoa falar
 459.que te ama::: todo dia te dá um beijo na testa. faz tudo pro cê. te dá buquê
 460.de flores. e isso::: aí chega o ponto de que a pessoa matou uma outra:::
 461.que poderia ser até eu. ou a minha própria filha::: ou acontecer isso
 462.dentro da minha família::.
 463.P2. sim. você não usava drogas. né?! que você falou?
 464.Clara. uuhhum. (3,0)

465.P2. o que que cê faz além de retomar a sua vida::: que era uma vida né?.
 466.muito boa. muito atribulada né::: em relação a trabalho estudo. cê quer
 467.tomar ela de volta:: né::? assim.
 468.Clara. é:::
 469.P2. cuida::r da sua fi::lha::: fazer a sua faculdade::: isso é o que cê tem de
 470.planos para retomar a sua vida de novo::.
 471.Clara. isso::.
 480.P2. e alguma coisa de diferente::?
 481.Clara. que eu gostaria de fazer?
 482.P2. que você pensa em fazer quando você for embora::.
 483.Clara. eu penso em (++). procurar ajudar de alguma forma::: dentro dos
 484.presídios::s. igual aquele pessoal da igreja universal. vai no presídio e
 485.ajuda as pessoas através de oração. tenho vontade de escrever um livro::.
 486.que eu já até comecei a escrever dentro da cela. (++)
 487.P2. cê tá escrevendo::?
 488.Clara. uhnhum. e::: e eu vou fazer um curso também de ginástica laboral.
 489.eu acho que ajudaria muito::: a a principalmente o estresse das cozinheira.
 490.das agente.
 491.P2. ((ó::timo.

A profissional alterna a sua participação, neste ponto da conversação, de modo a alinhar Clara ao enquadre entrevista de CTC com perguntas relacionadas ao seguimento do script, sem necessariamente utilizar-se do formato¹⁰³ dos elementos linguísticos das questões ritualizadas:

Tabela 07: Perguntas do script versus perguntas alinhadas por P2

Perguntas constantes no script	Perguntas alinhadas por P2 na interação face a face
"Como você se sentiu quando preso ou condenado?" Dentre as alternativas a serem assinaladas, destaca: "Revoltado"; "conformado"; "envergonhado".	"acho que você ficou assim. muito revoltada e indignada com a sua prisão né?. por tudo isso que tá acontecendo:: (2,0)" (linha 457).
"Antes de ser preso, você fazia uso de substâncias lícitas ou ilícitas".	"sim. você não usava drogas. né?! que você falou?" (linha 463).
"Qual a sua perspectiva de vida, fora da Unidade Prisional"?	"e alguma coisa de diferente::? (linha 480) que você pensa em fazer quando você for embora:: (linha 482)

Além das perguntas que se associam àquelas ritualizadas no script, destaco também aquelas que não constam no script, mas que P2 realizou para acionar esquemas de conhecimentos não compartilhados por Clara no seu enquadre narrativo: "atividade física. cê não tá fazendo nenhuma. né?! dentro de cela você faz alguma coisa:::?" (linhas 442 e 443); "P2. cê trabalha o dia todo::?" (linha 447); "então você trabalha. né?! aqui" (linha 449); ""escola não porque você já tava com a faculdade::: né?" (linha 451); ""uhnhum. mas se tiver cursos essas coisas você quer né?!." (linha 454). Entendo que, possivelmente, P2 alinhou outras perguntas ao enquadre entrevista de CTC para identificar outros elementos que

¹⁰³ O documento intitulado "entrevista inicial psicologia", que orienta as perguntas a serem realizadas pelas psicólogas nas entrevistas de CTC, consta nos anexos.

considerou necessários, nos esquemas de conhecimentos de Clara, e que pudessem incorporar ao enquadre de resposta da entrevista de CTC elementos que compõem os atributos sociais da reclusa.

Destaco ainda no excerto acima o footing de mulher aprendiz da experiência do cárcere alinhado por Clara à P2: "eu penso em (++) . procurar ajudar de alguma forma:: dentro dos presídios. igual aquele pessoal da igreja universal. vai no presídio e ajuda as pessoas através de oração. tenho vontade de escrever um livro:: que eu já até comecei a escrever dentro da cela. (++)". Neste ponto, vemos semelhança de alinhamento de Clara à profissional como também realizado no atendimento de fale comigo, conforme destaco a seguir no tópico que trata das semelhanças e diferenças entre as interações face a face analisadas.

4.3 Semelhanças e diferenças das análises de fale comigo e da entrevista de CTC de Clara

A diferença interacional constante na abertura do fale comigo, realizada por P1 no fale comigo, demonstra os "esquemas de conhecimentos" alinhados por ambas as participantes da interação, bem como uma familiaridade não observada na abertura da entrevista de CTC realizada por P2. Na entrevista de CTC, houve a apresentação da pesquisadora como participante da interação face a face pela profissional que participava do enquadre. Em contraste, no fale comigo analisado não houve apresentação, acredito que pelo modelo de interação menos negligenciável compartilhado pela detenta e profissional, pois P1 – a profissional que realizou o atendimento de fale comigo, apresentou-me nos demais atendimentos de fale comigo dos quais ela foi participante.

No enquadre da entrevista de Classificação, é notório que Clara e P2 não dispõem na interação face a face de modelos interativos menos negligenciáveis que se vinculam a graus de familiaridade, nos pressupostos nomeados por Goffman (1999) como "socialização antecipada". P2 alinha-se no enquadre interativo, como alguém não familiar à reclusa, de modo a evidenciar os atributos pessoais que respaldam a sua posição na interação social.

Há uma distinção do enquadre entrevista de CTC para o de fale comigo. No enquadre de atendimento do fale comigo, P1 não precisa alinhar aspectos interativos que organizam o atendimento, nem mesmo persuadir a reclusa ao engajamento como participante colaborativa no lugar de falante. O contrário ocorre no diferente enquadre da entrevista de CTC, de modo que P2 empreende registros linguísticos para projetar e alinhar à reclusa a situação social em curso e sua importância para a vida de Clara tanto dentro como fora do cárcere.

Outra diferença consta no enquadre do atendimento de fale comigo, em que P1 mudou o footing para alinhar as variáveis sociais e circunstanciais de Clara para realizar o atendimento, pois ambas compartilhavam de certo grau de relacionamento, diante de encontros sociais prévios à interação analisada. Já, no enquadre da entrevista de CTC, P2 alternou o footing de ouvinte endereçada, no enquadre narrativo conduzido por Clara, para o de falante do enquadre entrevista de CTC, num movimento discursivo com vistas ao alinhamento de esquemas de conhecimento relacionados a essas variáveis e atributos de Clara.

Há um notório movimento persuasivo de P2 para envolver Clara no enquadre interativo – entrevista de CTC, de modo que a psicóloga se utiliza de pistas de contextualização como o alongamento vocálico e do registro para convencer e alinhar Clara quanto à importância de ela se engajar como participante daquela interação. Esse movimento não é notado no atendimento de fale comigo. Acredito que o propósito comunicativo e interacional do primeiro exige esse movimento, uma vez que o primeiro é provocado e de interesse da unidade prisional e o segundo, o fale comigo, é de interesse da mulher atendida.

O alinhamento dos esquemas de conhecimento compartilhados por Clara e P1 no enquadre do atendimento de fale comigo sugere que tais encontros sociais cooperam para o alcance de variáveis relacionadas à identidade, personalidade, e outras vinculadas a aspectos socio-históricos, socioculturais, socioeconômicos e também à narrativa de eventos que compõem a trajetória do indivíduo na sua vida pregressa e dentro do cárcere, bem como as suas perspectivas para a vida de egresso. Entendo, assim, que os esquemas de conhecimento compartilhados na interação face a face dos atendimentos de fale comigo cooperam com o trabalho técnico desenvolvido pelos profissionais do psicossocial e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do Plano Individualizado de Ressocialização da unidade prisional.

A projeção do “eu” de Clara no enquadre narrativo do fale comigo é o de uma figura “enganada” pelo marido em adultério desconhecido por ela até o momento do evento crime, e “inocente” do envolvimento e do crime pelo qual o marido estava sendo investigado. Tal projeção difere-se daquela projeção de “eu” por Clara na entrevista de CTC que era o de alguém que teve a oportunidade de saber dos fatos do adultério, mas que preferiu não ouvir do marido o evento do caso extraconjugal.

Outra diferença no papel de Clara, constante do enquadre narrativo da entrevista de CTC, é que a reclusa alterna o *footing* de animadora-responsável dos eventos para o de mulher que sofre com os eventos com o uso de registro

linguístico que alinham esse sofrimento “arrasada”, “triste” e de pistas de contextualização não-verbais como o choro e suspiros ao alinhar os fatos.

Uma semelhança a se destacar entre o enquadre de fale comigo e aquele da entrevista de CTC é que Clara atua como interagente falante – animadora-responsável – na maior parte dos turnos dos esquemas sociais analisados. Tal papel desempenhado pela reclusa alinhou esquemas de conhecimento à P1 no enquadre narrativo das circunstâncias que a levaram a provocar o atendimento de fale comigo, e alinhou P2 aos eventos e variáveis sociais e circunstanciais da sua trajetória de vida, e da prisão como parte dessa trajetória.

Mesmo como ocupante do papel de falante na maior parte do tempo, tanto na interação face a face decorrente do fale comigo quanto naquela constante da entrevista de CTC, ouve alternância no papel de falante e ouvinte entre as participantes, Clara e as psicólogas. Destaco que, no enquadre da entrevista de CTC, P2 ocupa maior alternância como falante do que P1.

Uma das diferenças de atuação de P2 consta na abertura do enquadre entrevista de CTC em que a profissional alterna o papel de falante com turnos mais duradouros, associados aos esquemas de conhecimentos compartilhados com Clara acerca da situação social em curso. O lugar de falante de P2 no enquadre da entrevista de CTC, na maior parte dos turnos, são esquematizados para alinhar Clara aos propósitos do encontro social, de modo a não somente alinhar o enquadre em questão, “entrevista de CTC”, mas também alinhar esquemas de conhecimentos vinculados aos benefícios daquela interação e à importância do engajamento de Clara no papel de falante – animadora e responsável pela narrativa dos eventos.

No enquadre narrativo de Clara sobre o crime com P2, Clara alinha a psicóloga ao footing de animadora-responsável do evento, de modo a apoiar-se a mais esquemas de conhecimento no enquadre interativo da entrevista do que faz com P1 no enquadre interativo do fale comigo. Talvez essa distinção esteja relacionada à situação menos negligenciada que a reclusa mantém com P1 diante de um encontro anterior ao analisado. Também posso supor que se alinhe ao footing de entrevistada de modo a tentar corresponder às expectativas da entrevistadora projetando o maior número de atributos próprios e do evento animado.

Destaco o uso de interjeições (“uuhhun”, “ahnhan”, “sim”), por parte das psicólogas, tanto no enquadre de fale comigo quanto naquele da entrevista de classificação, como forma de projeção de um “eu” que responde à ratificação enquadre narrativo realizado por Clara.

Vale mencionar, em termos de semelhança, que em todas as interações de que participei, os únicos atributos sociais que vi as profissionais compartilharem com Clara foram aqueles ligados ao papel social que desempenhavam na unidade prisional – nome e profissão e ao footing o qual se alinhariam no encontro social.

Destaco, nesse sentido, que, em nenhum momento das interações face a face as quais participei houve o alinhamento de P1, P2, A1 e A2 como falantes de esquemas de conhecimentos apoiados em variáveis e atributos sociais para além daqueles que alinhavam os papéis sociais e interativos desempenhados pelas profissionais nos enquadres de atendimento de fale comigo e da entrevista de CTC. Isto é, não vi o alinhamento de correspondência de papéis como a maternidade, por exemplo, que sei que é um papel social desempenhado pelas mulheres profissionais, mas que não é alinhado por elas nos atendimentos.

Em ambas as interações, Clara utiliza-se do alinhamento de mulher aprendiz com a experiência do cárcere, de modo a de certa forma renunciar ao estigma de mulher “criminoso”, aquela que aprendeu com a prisão e voltará para ajudar os que ali são abrigados.

Ressalto que a unidade prisional, por estratégia técnica, divide o papel social de entrevistadora da CTC com aquele de acolher as demandas do atendimento do fale comigo entre as profissionais do psicossocial, de modo que a psicóloga que atende a mulher encarcerada no fale comigo não será a mesma que realizará a entrevista de CTC, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar os aspectos sociointeracionais do “correlato social da fala” (GOFFMAN, 2013 [1979]), percebo que há aspectos mais dinâmicos e menos ritualizados nas interações face a face realizadas a partir dos enquadres de fale comigo, uma vez que a “situação social” é provocada pela detenta e não dispõe de propósitos institucionalmente categorizados, como o preenchimento de respostas a partir de um questionário, como no caso dos enquadres da entrevista de CTC. No entanto, vale mencionar que o enquadre da entrevista de CTC analisado não dispõe de um esquema social rígido, mas adequado à flexibilidade e dinamismo concernentes a uma interação face a face, uma conversação espontânea.

Considero a ocorrência de encontros face a face entre reclusas e psicólogas necessária para o alcance das “medidas de individualização da pena”, conforme prevê o Regulamento e Normas de procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais - ReNP, de maneira que o grau relacional coopera para o compartilhamento

dos esquemas de conhecimentos relativos à identidade, personalidade e trajetória do indivíduo, tanto dentro quanto fora do cárcere. Tal compartilhamento está permeado de variáveis e atributos sociais, dados que podem cooperar para a gestão prisional nas audiências da comissão técnica de classificação, bem como em outras atividades técnicas que considera o perfil e o comportamento da comunidade presa.

Entendo, assim, que o fale comigo funciona como um dispositivo colaborador e complementar à própria entrevista de classificação. Sugiro, portanto, um olhar mais atento das políticas públicas de encarceramento para esse canal de comunicação a fim de que se cumpra no sistema prisional diretrizes concernentes ao direito de comunicação das mulheres presas e de contribuir para que os profissionais das unidades prisionais conheçam e atuem diretamente nas demandas das mulheres encarceradas.

A partir disso, entendo também que o estabelecimento de um canal de comunicação que institucionalize a necessidade de comunicação entre a comunidade presa e o corpo técnico atuante, de modo a organizar um fluxo com participantes, periodicidade no envio e nas respostas, responsáveis e resultados que estimulem o acesso de mulheres encarceradas à equipe de profissionais atuante nas prisões, como o fale comigo, por exemplo, coopera para dirimir efeitos causados pelas privações do encarceramento. Uma dessas dores, que esta pesquisa mostrou, é a ausência de notícias dos vínculos afetivos que pode diminuir quando o profissional que atende coloca a mulher em contato com sua família, ou simplesmente ouve as suas questões e acolhe a sua demanda psicológica e social.

Claro que tal sugestão insere-se num escopo organizacional em que se tenha um número de efetivos correspondente à população a ser atendida, com profissionais competentes na percepção do sujeito e das suas demandas, e de uma mobilização institucional que apresente os benefícios dessas comunicações e, por conseguinte, desses atendimentos não é somente da mulher encarcerada que se comunica e é atendida, mas também da sociedade intra e extramuros da prisão.

O ambiente em que são realizadas as interações face a face do psicossocial do PFJAG configura uma arena de mútuo monitoramento dos participantes no encontro social (GOFFMAN, 2013, [1979]), de maneira que mulheres encarceradas monitoram psicólogas e assistentes sociais durante a interação, e vice e versa, e os interagentes são acessados facilmente um pelo outro, pelo olhar e por demais recursos na produção de sentido.

O grau de relacionamento da mulher presa já atendida em interação face a face provocada pelo fale comigo e as profissionais do psicossocial é maior do que

na interação realizada a primeira vez nas entrevistas de CTC. No entanto, ressalto que no primeiro atendimento de fale comigo, também há um baixo grau de relacionamento entre reclusa e profissional, portanto, aspectos variáveis e atributos sociais da mulher presa podem ser mais negligenciados, entretanto, compartilhados na medida em que os encontros entre profissional e reclusa acontecem. Daí a importância de se ter um profissional de referência no atendimento da mulher presa e também de diminuir a rotatividade de profissionais e de mulheres encarceradas entre as unidades prisionais.

As interações face a face constantes dos atendimentos de fale comigo e das entrevistas de CTC correspondem a uma situação propícia para avaliação social a ser realizada pelas profissionais do psicossocial, de modo que a fala das mulheres atendidas e entrevistadas apresentam elementos discursivos condizentes a aspectos ligados à psiquê, identidade, personalidade, aos atributos socioeconômicos, socioculturais, socio-históricos, e, conseqüentemente, da intencionalidade humana. Elementos tais necessários de serem alinhados entre comunidade presa e corpo técnico atuante.

Destaco a importância da realização dessas interações face a face para que as profissionais do psicossocial conheçam os indivíduos sob tutela na unidade prisional, a fim de que as percepções apreendidas nessa esfera social contribuam para o mapeamento de riscos, como o declínio de doenças relacionadas a transtornos mentais, propensão ao autoextermínio e uso excessivo de medicamentos que comprometem o desenvolvimento emocional dessas mulheres no cárcere.

Como proposta de investigação futura considera-se aspectos das interações face a face para a identificação de situação de vulnerabilidade das mulheres no cárcere, como a ausência de tratamento de doenças infecciosas como a tuberculose e a AIDS, e de fragilidade dos filhos dessas mulheres fora do cárcere, com o compartilhamento dos cuidados ou não que esses menores recebem durante o encarceramento de suas mães, no caso específico de famílias monoparentais. Sugiro, neste ponto, a necessidade de criação de política que assista esses filhos de maneira que esses atendimentos de fale comigo, realizados nas unidades prisionais, cooperem para o monitoramento das mulheres-mães presas e normatize a necessidade de monitoramento das condições de desenvolvimento dos seus filhos durante o encarceramento.

Sugiro, também, a realização de outros trabalhos acadêmicos com base nas Ciências da Linguagem, sobretudo com diálogo com a Sociologia das Prisões e com a Psicologia Social, que contemplem a análise das interações face a face e da

comunicação no cárcere, a fim de contrastar o ambiente de cárcere feminino com o masculino e apresentar as variações constantes do cotejo de um público com o outro.

Ainda sobre esse diálogo entre a Ciência da Linguagem e a Sociologia, sugiro que o diálogo não somente se dê no campo teórico, mas também com práticas de aprendizagem com a realização de curso de disciplinas nesse campo e também participação em eventos que compartilhem saberes relacionados às pesquisas sobre instituições totais, especialmente aquelas que tratam do encarceramento.

Vale mencionar que para haver um engajamento das Ciências da Linguagem em trabalhos que investiguem as interações face a face nas prisões é importante que o sistema prisional e as instituições vinculadas compreendam que os cientistas dessa área não somente se interessam por investigar o cotidiano da sociedade livre, mas também se interessam em investigar e imergir no contexto da sociedade cativa a fim de descrever, analisar e contribuir com informações para a ciência e, assim sendo, as diversas dimensões sociais interessadas nas dinâmicas interacionais e na comunicação realizada no mundo das prisões.

Falando especificamente sobre o fale comigo, há também a necessidade de mobilização da comunidade presa para entendimento da adequada descrição da demanda encaminhada aos setores da unidade prisional, no caso daquelas que adotam o fale comigo como canal de comunicação. Tal sugestão refere-se ao preenchimento do registro de maneira que a reclusa especifique a demanda a ser atendida, e evite escolhas que generalizem a necessidade de atendimento. A descrição associada à demanda da mulher encarcerada, talvez, possibilitaria que o profissional de destino da comunicação elenque níveis de prioridades nos atendimentos, evite atendimentos de uma mesma demanda por profissionais de áreas distintas que não correspondam à solução do pedido, como a detenta que envia o fale comigo ao setor do jurídico da unidade a fim de pedir notícias da família, conforme observado por mim em campo.

É importante, nesse sentido, que, ao ser introjetada no ambiente de cárcere que disponha de um canal de comunicação entre a comunidade presa e o corpo técnico atuante, a mulher presa receba orientações quanto ao seu direito à comunicação e aos dispositivos disponíveis para este fim, ofertados pela unidade prisional, evidenciando a organização e estrutura operacional para exercício deste direito. Neste ponto, cabe ressaltar, que durante a coleta final, ao responder às perguntas deste trabalho, boa parte das reclusas disseram terem sido informadas sobre o fale comigo pelas agentes de segurança do PFJAG, o que sugere que esse

canal de comunicação é divulgado pela unidade prisional a quem é de direito usufruí-lo.

Outro ponto a ser destacado é o caráter de humanização do atendimento do psicossocial do PFJAG, notado no atendimento individualizado da mulher encarcerada pelas profissionais do Psicossocial. Tais profissionais chamam as mulheres pelo nome, atendem sem o uso de algemas, permitem que as mulheres atendidas ocupem dignamente o lugar de falante nas interações face a face, de modo que, nas interações catalogadas por esta pesquisa, as mulheres encarceradas eram respeitosamente tratadas pelas profissionais e tiveram suas demandas escutadas e, em boa parte dos casos, solucionadas. Do contrário, a reclusa era informada dos impedimentos para tal solução, se não prontamente, posteriormente, por meio de bilhetes encaminhados pelas profissionais às mulheres, ou até em atendimentos subsequentes agendados para este fim.

Compreendo a comunicação entre a administração prisional e as reclusas e o atendimento do psicossocial do PFJAG às mulheres encarceradas como uma medida que visa amenizar as dores do encarceramento e oferecer, dentro do possível num sistema prisional cercado por incoerências sociais, econômicas e históricas, uma relação pautada na dignidade humana.

Acrescento, ainda, a partir de Davis, que a “prisão é uma solução enganosa” como “estratégia para desviar dos problemas sociais subjacentes, como racismo, pobreza, desemprego, ausência de educação e assim por diante” (DAVIS, 2019, p. 23). Entendo o encarceramento como uma possível afirmação do Estado da sua inoperância ao desempenhar o papel de garantidor do Estado de Bem Estar Social, em que a prisão se torna o lugar para oferta com dignidade duvidosa das garantias básicas relacionadas à moradia, saúde, educação e trabalho.

A prisão, por fim, também acaba por se tornar o abrigo de mulheres adictas, participantes deste trabalho com narrativas que contam as várias entradas no sistema prisional por delitos relacionados ao tráfico de drogas e ao furto para sustento próprio, dos filhos e do vício. Essas reclusas não contam com políticas públicas desenhadas com foco no devido tratamento médico e terapêutico da dependência química e outras mazelas relacionadas aos vícios dentro do cárcere, cooperando, assim, para o ciclo de retorno ao encarceramento, e evidenciando falhas nos propósitos de recuperação do indivíduo desviante no cárcere. Em tempo, ressalto que os enquadres realizados pelas profissionais do psicossocial com as mulheres encarceradas, tanto nas entrevistas de CTC quanto nos atendimentos de fale comigo, cooperam para o diagnóstico dessa demanda de adoecimento e de tratamento da adicção.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro. vol.17, N.2, p.41 – 52, 2005.
- BASTOS, Liliana C., SANTOS, William S. (orgs). A entrevista na pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. 204 p.
- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- BRAMAN, Donald. Famílias e Encarceramento – CAPÍTULO 7 - CHESNEY-LIND, Meda; MAUER, Marc (Ed.). *Invisible punishment: The collateral consequences of mass imprisonment*. New York: The New Press, 2003. (Part III – Fractured families – Pp. 115-162).
- BLOM, Jan-Petter, GUMPERZ, John J. O significado social na estrutura linguística. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- CARLEN, P. A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração. *Anál Soc.* 2007;42(185):1005-19.
- CERNEKA, Heidi Ann. Homens que Menstruam: Considerações a Cerca do Sistema Prisional as Especificidades da Mulher. *Veredas do Direito*, v. 6, p. 61, 2009.
- CHESNEY-LIND, Meda. Imprisoning Women: The Unintended Victims of Mass Imprisonment. In: CHESNEY-LIND, Meda; MAUER, Marc (Ed.). *Invisible punishment: The collateral consequences of mass imprisonment*. New York: The New Press, 2003. (Chapter 5, Part III – Fractured families – Pp. 94-112)
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5.ª região penitenciária do Rio Grande do Sul. IN: 26.ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro – Bahia. 01 a 04 de junho de 2008. Disponível em: <
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2012/Microsoft%20Word%20-%20Artigo%20-%20A%20Pris%C3%A3o%20dentro%20da%20Pris%C3%A3o%20-%20s%C3%ADntese%2026%20RBA.pdf> Acesso em 13 de junho de 2018.
- CLARK, MAUD. Somebody's Daughter Theatre: Celebrating Difference with Women in Prison; Positing a New Model – Other than Prison. In: OLLUS, Natalia e NEVALA, Sami. *Women in the Criminal Justice System: International examples & national responses*. Helsinki: Vienna, 2000.p. 96 A 101.
- CLEMMER, Donald. Observations on imprisonment as a source of criminality. *J. Crim. L. & Criminology*, v. 41, p. 311-331, 1950.
- DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 523-531, 2003.
- DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. 142p.
- _____. *A liberdade é uma luta constante*. Org. Frak Barat. Tradução Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 138p.
- ERICKSON, Frederick, SHULTZ, Jeffrey. O quando de um contexto. Tradução de Pedro M. GARCEZ e Clarissa Surek-Clark. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, Garcez, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.

- FARIA, T. D. Histórias de um de um silêncio eloquente: construção do estereótipo feminino e criminalização das mulheres no Brasil. 1reimp. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018. 234p.
- FLANNERY, Mércia Regina Santana. Uma introdução à análise linguística da narrativa oral: abordagens e modelos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. 119p.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987. 348p.
- _____. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. Tradução de Pedro M. Garcez. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). Sociolinguística Interacional. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- _____. A representação do eu na vida cotidiana. 8ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates. Nova York: Anchor Books, 1961.
- _____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.
- _____. *Footing*. Tradução de Beatriz Fontana. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). Sociolinguística Interacional. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- _____. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, [1961] 2007.
- _____. On fieldwork - from the SAGE Social Science Collections. Journal of Contemporary Ethnography. Vol. 18 No. 2. Julho de 1989. p. 123-132.
- _____. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Trad. Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 716.
- GREEN, Judith L; DIXON, Carol N; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. Trad. Adail Sebastião Rodrigues Júnior; Maria Lúcia Castanheira. Rev. Marcos Bagno. Educação em Revista, v. 42. Belo Horizonte, 2005. p. 13 a 79.
- GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). Sociolinguística Interacional. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- KING, Sue. Reconciling custodial and human service work: The complex role of the prison officer. Current Issues Crim. Just., v. 21, p. 257, 2009.
- KIRK, David S.; WAKEFIELD, Sara. Collateral consequences of punishment: a critical review and path forward. Annual Review of Criminology, n. 0, 2018.
- LABOV, William. The transformation of experience in narrative. In:____ JAWORSKI, Adam, COUPLAND, Nikolas. The discourse reader. London and New York: Routledge. 1999. p. 221-235.
- LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- LINS, Valéria Maria Cavalcanti. Mulheres, cárcere, famílias e afetos. In: Fernando Fidalgo; Nara Fidalgo. (Org.). Sistema Prisional Teoria e Pesquisa. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 331-346.
- LOURENÇO, Luiz Cláudio; ALVAREZ, Marcos César. Estudos sobre prisão: um balance do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). BIB, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 216-236.

- MARRA, Milena dos Santos. *Catatau e Choronas: a comunicação por meio de bilhetes e cartas nas penitenciárias do DF*. 54 f. Comunicação Social. Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5 ed. São Paulo: Editora Ática. 2003. 94p.
- MCEWEN, Craig A. Continuities in the study of total and nontotal institutions. *Annual Review of Sociology*, v. 6, n. 1, p. 143-185, 1980.
- MIYAMOTO, Yumi; KROHLING, Aloísio. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, n. 40, 2014.
- OCHS, Elinor. Transcription as theory. In: OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. B. (Eds.). *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, 1979. p. 43-72.
- OLIVEIRA, Luciano. Relendo "Vigiar e Punir". *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, nº 4, abril, 2011. pp. 309 – 338.
- POSADA, R. A. U. . Mulher, Raça e Encarceramento Massivo no Brasil. In: Fernando Fidalgo; Nara Fidalgo. (Org.). *Sistema Prisional Teoria e Pesquisa*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 279-308.
- RODRIGUES-JÚNIOR, Adail S. Estratégias discursivas de um pai de-santo umbandista em possessão. 2002. 153f. Letras: Linguística. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- _____. Discourse of ritual possession in a Brazilian umbanda temple. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 3, n. 4, março de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- RICHIE, Beth E.. The social impact of mass incarceration in women. In: CHESNEY-LIND, Meda; MAUER, Marc (Ed.). *Invisible punishment: The collateral consequences of mass imprisonment*. New York: The New Press, 2003. (Part III – Fractured families – Pp. 115-162).
- SENA, Lucia Lamounier. *I Love my White: mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. 276p.
- SILVA, Daniele Amanda. Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2015. 224p.
- SOARES, Bárbara Musumeci. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Editora Garamond, 2002. (histórias da prisão – pp. 11-50)
- SYKES, Gresham. The pains of imprisonment. *The society of captives: A study of a maximum security prison*, p. 63-78, 1958.
- TAIT, Sarah. A typology of prison officer approaches to care. *European Journal of Criminology*, v. 8, n. 6, p. 440-454, 2011.
- TANNEN, Deborah, WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento. Tradução de Parmênio Camurça. In:____ RIBEIRO, Branca Telles, GARCEZ, Pedro M. (orgs). *Sociolinguística Interacional*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 271p.
- VIANA, L. C. Trabalho e educação como instrumento de emancipação no Brasil. In: Fernando Fidalgo; Nara Fidalgo. (Org.). *Sistema Prisional Teoria e Pesquisa*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 279-308.

WACQUANT, Loïc, "Race as civic felony". *International Social Science Journal*, 181: 127-142 (trad. port.: "A raça como crime cívico". *Sociologia: problemas e práticas*. Lisboa, 15: 9-41, 2005).

WACQUANT, Loïc. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. *Tempo Social*, v. 26, n. 2, p. 139-164, 2014.

A mulher e o HIV no ambiente prisional. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/formacao-women-hiv-prison_2008_po.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2018.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 07 de Junho de 2018.

POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/doc-basilar-politica-nacional-versao-final.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

REGRAS DE BANCKOK. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

REGULAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/images/seds_docs/suapi/Regulamento%20e%20Normas%20de%20Procedimentos%20do%20Sistema%20Prisional%20de%20Minas%20Gerais%2028.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2018.

RESOLUÇÃO SAP - 144, DE 29 DE JUNHO DE 2010. Disponível em: <<http://sindespe.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/05/regimento-interno.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2018.

ANEXO I

CARTAS DE ANUÊNCIA DA SEAP



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

CARTA DE ANUÊNCIA

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2017.

Após o recebimento do Projeto de Pesquisa intitulado "Para quê falar dessas coisas? Entrevistas de detentas de um presídio do Estado de Minas Gerais – uma análise sob a ótica da Sociolinguística Interacional", tendo como pesquisadora a Senhora Návia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa, nº CI: MG-11.626-702, afirmo que houve autorização da Subsecretaria de Humanização do Atendimento e da Subsecretaria de Segurança Prisional para a realização da etapa "Coleta de Dados" a realizar-se até a data de 15 de março de 2018. A pesquisadora participará das entrevistas de classificação de 3 (três) detentas com profissionais multidisciplinares das áreas de saúde, educação, psicossocial, trabalho e forense realizadas no Presídio feminino José Abranches Gonçalves.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos propostas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Haverá a utilização de gravador.

O descumprimento desses condicionamentos assegura o direito de retirada da anuência a qualquer momento da pesquisa.

Na oportunidade agradecemos e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Luiza Hermeto Coutinho Campos

Assessora Chefe da Assessoria de Planejamento

MA



CARTA DE ANUÊNCIA

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2017.

Após o recebimento do Projeto de Pesquisa intitulado "Para quê falar dessas coisas? Entrevistas de detentas de um presídio do Estado de Minas Gerais – uma análise sob a ótica da Sociolinguística Interacional", tendo como pesquisadora a Senhora Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa, nº CI: MG-11.626-702, afirmo que houve autorização da Subsecretaria de Humanização do Atendimento e da Subsecretaria de Segurança Prisional para a realização da etapa "Coleta de Dados" a realizar-se até a data de 15 de março de 2018. A pesquisadora participará das entrevistas de classificação de 3 (três) detentas com profissionais multidisciplinares das áreas de saúde, educação, psicossocial, trabalho e forense realizadas no Presídio feminino Jose Abranches Gonçalves.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos propostas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Haverá a utilização de gravador.

O descumprimento desses condicionamentos assegura o direito de retirada da anuência a qualquer momento da pesquisa.

Na oportunidade agradecemos e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Luiza Hermeto Coutinho Campos
Assessora Chefe da Assessoria de Planejamento

PA

ANEXO II

PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

3696091

Gmail - Solicitação para realização de pesquisa acadêmica



Filvía Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa «filviasandrea@gmail.com»

Solicitação para realização de pesquisa acadêmica

Filvía Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa «filviasandrea@gmail.com»

1 de junho de 2018 17:11

Para: Pesquisas soap «pesquisassoap@gmail.com»

Cc: Eliane Lopes Coelho «eliane.coelho@defesaassociadmp.gov.br», Letícia Rodrigues Oliveira Pereira «leticia.pereira@defesaassociadmp.gov.br»

Olá Pessoal! Boa tarde!

Mais uma vez, contando com a vossa compreensão, pelos motivos expostos a seguir, solicito prorrogação do prazo de coleta de dados que finalizará em 15 de julho, como nova data de extração para 15 de dezembro de 2018, da pesquisa de mestrado "Pra quê falar dessas coisas: Entrevistas de detentas de um presídio do estado de Minas Gerais - Uma análise sob a ótica da Sociolinguística Interacional", por:

1. A greve dos técnicos impossibilitou a realização de CTC no Presídio Feminino José Abrahão Gonçalves até o mês de abril;
2. O Presídio Feminino José Abrahão Gonçalves foi porta de entrada do sistema prisional até 09 de maio de 2018, com índices de superlotação, o que impossibilitou a realização de entrevistas da Comissão Técnica de Classificação por priorização de outras demandas;
3. O Presídio Feminino José Abrahão Gonçalves passou por uma interdição judicial, conforme reportagem anexa;
4. As entrevistas que estavam previstas para esta semana, 28, 29 e 30 de maio, as quais eu participaria, não foram realizadas por motivo de ponto facultativo em razão da greve dos caminhoneiros;
5. A pesquisa dispõe de caráter etnográfico, método que se valida também da observação temporal para descrição do ambiente pesquisado;
6. Por questões de agenda no mestrado, não será possível minha presença na unidade em junho de 2018, caso sejam realizadas entrevistas neste período.

Oportunamente, ressalto-lhe que tanto a direção da referida unidade, como a equipe técnica tem contribuído positivamente para o desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, entendo que a não realização da CTC no Presídio Feminino José Abrahão Gonçalves, durante o período de autorização de coleta, se deu por motivos diversos, os quais fomentaram a priorização de ações mais urgentes.

Agradeço-lhe muitíssimo pela atenção!

Aguardo retorno para continuidade dos trabalhos.

Respeitosamente,

Filvía Andréa Costa
Mestranda em Letras- Estudos de Linguagem
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal de Ouro Preto

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Presídio feminino na Grande BH é parcialmente interditado pela Justiça _ JORNAL O TEMPO.pdf

BGGK

ANEXO III

RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS DO PFJAG

 Gmail Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa <flaviaandrea@gmail.com>

QUESTIONÁRIO 3

Responder a: [REDACTED] 13 de junho de 2018 16:09
Para: Flávia Andréa Rodrigues da Silva Leandro da Costa <flaviaandrea@gmail.com>

Flávia, me desculpe a demora, estava coletando os dados e estou sem computador na minha sala.
Seguem as informações.

[REDACTED]
Presídio Feminino José Abranches Gonçalves
Ribeirão das Neves/MG
[REDACTED]

Em 05/06/2018 às 13:47 horas, flaviaandrea@gmail.com escreveu:
Oi [REDACTED]!!! Boa tarde!!!

Conforme conversamos ao telefone, peço-lhe a gentileza de responder às questões que seguem que comporão dados da minha pesquisa.

Muitíssimo obrigada, mais uma vez!!!

Abraços,

Flávia

PESQUISA DE MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM "Pra quê falar dessas coisas: Entrevistas de detentas de um presídio do estado de Minas Gerais - Uma análise sob a ótica da Sociolinguística Interacional" QUESTIONÁRIO 3		
VISITAS	1. Como funciona a distribuição das visitas sociais e quais são os dias da semana que elas são realizadas?	As visitas sociais ocorrem aos finais de semana e são divididas entre os alojamentos. Ex: Alojamento 1 e anexo 1 - visita sábado e alojamento 2 - visita domingo. No outro final de semana Inverte-se a ordem.

2. Qual o total de visitas realizadas nos últimos doze meses? (observar que a Unidade virou porta de entrada na data de 04/01/2018 - atualmente continua como porta de entrada)	Homens 184	Mulheres 360	Crianças (filhos) 30
3. Qual o total de visitas realizadas nos últimos seis meses?	Homens 102 Média de 17/dia	Mulheres 210 Média 35/dia	Crianças (filhos) 18 Média 3/dia
4. Quem pode visitar uma detenta na unidade?	Famíliares em geral, amigos e companheiros (as)		
5. O que as visitas podem levar para as presas?	No dia de Pertences ou no dia da Visita?Terei que pedir a relação para a segurança.		
6. Quais os graus de parentesco que mais visitam as detentas?	Mãe, pai e irmãos.		
7. Como é realizada e quais critérios são observados para liberação da visita assistida?	<p>Ciência da presa e impossibilidade do visitante de realizar o procedimento de revista manual por motivos de saúde. É realizado o cadastro no NAF, pegamos a autorização da visita com a presa, e procedemos ao agendamento da visita.</p> <p>Há também a possibilidade de visitas assistidas em casos que o visitante encontra-se preso em regime semi-aberto em gozo de saída temporária, que acontece após avaliação da equipe psicossocial, com autorização da direção da Unidade. Policiais e demais servidores da segurança pública também realizam visitas aos familiares detentos na modalidade de visita assistida.</p>		

	8. Quantas visitas assistidas foram realizadas?	Intervalo de 6 meses Aproximadamente 2 visitas assistidas, realizadas mensalmente.	Intervalo de 01 ano Aproximadamente 4 visitas assistidas, realizadas mensalmente.
	9. Por favor, descreva as demandas mais recorrentes para realização da visita assistida.	Falta de contato com os filhos, os quais os cuidadores necessitam de uma guarda provisória para a efetivação do cadastro. Atualmente, temos feito estas visitas na modalidade de visitas extraordinárias, autorizadas pela direção da Unidade, após análise da equipe psicossocial, mediante demanda da presa e da família. Além disso, alguns familiares demonstram dificuldades em realizar os procedimentos de revista para a visitação e demandam visita assistida, no entanto, estes casos só são autorizados mediante uma dificuldade por deficiência física/mental, ou de saúde.	
	10. Qual a importância social da visita para a mulher encarcerada?	Manutenção dos vínculos familiares, que é fundamental para o processo de ressocialização das presas, após a reinserção na sociedade.	
	11. Quais as consequências do abandono da família para a mulher encarcerada?	Potencializa os sintomas depressivos, fragilização dos vínculos familiares que, muitas vezes, ocasiona a recaída nas drogas e uma nova prisão.	
PATOLOGIAS	12. Quais as principais ocorrências de doenças entre as mulheres presas? Neste caso, as mulheres têm acompanhamento médico? De que forma é realizado?	Depressão, DSTs, transtornos de ansiedade e de humor, epilepsia, Câncer. O acompanhamento médico - clínico - é realizado semanalmente na unidade, caso haja necessidade de um especialista é encaminhado para vaga no município.	

13. As detentas têm acompanhamento ginecológico? Com qual frequência?	Houve um mutirão em outubro/2017, no qual foram realizados os testes de HIV/Sífilis e feito o preventivo. Desde então, elas não tiveram atendimento ginecológico.
14. Exames preventivos como mamografia e de verificação de câncer de colo do útero são realizados? De que forma?	Idem anterior
15. Qual o número de mulheres contaminadas com o HIV na unidade?	Atualmente, temos apenas 1 diagnosticada
16. Qual o número de mulheres infectadas com Sífilis?	0, as que tínhamos realizaram o tratamento e estão curadas.
17. Qual o número de mulheres com tuberculose na unidade?	0
18. Qual o número de mulheres diagnosticadas com depressão na unidade?	Aproximadamente 50
19. Qual o número de mulheres que fazem uso de psicofármacos (medicação para controle da depressão, ansiedade, e demais moléstias da mente)?	Aproximadamente 200.

20. As mulheres têm acesso à consulta psiquiátrica? Como se dá esse acesso e com qual periodicidade?	São reservadas 2 vagas mensais para consulta psiquiátrica no município. Além disso, em casos de urgência encaminhamos para o Núcleo de Atendimento Psicossocial do município e/ou Hospitais de referência.
--	--

ANEXO IV

PARECER DO PROJETO FINAL DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM



PARECER – PROJETO DE PESQUISA

Mariana, 07 de agosto de 2017.

MESTRANDA: FLÁVIA ANDRÉA RODRIGUES DA SILVA LEANDRO COSTA

ORIENTADOR: Professor Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior

TÍTULO: "Pra quê? Falar dessas coisas?": entrevistas de detentas de um presídio do estado de Minas Gerais – uma análise sob a ótica da sociolinguística interacional

AVALIADOR: Prof. Dr. Clézio Roberto Gonçalves

ESTRUTURA E FORMATAÇÃO

O projeto de pesquisa tem vinte e duas páginas, divididas da seguinte forma: Folha de rosto, sumário, texto, referências bibliográficas e anexos. O projeto está estruturado de acordo com as normas da ABNT e sua redação segue os parâmetros da escrita acadêmica, com algumas poucas ressalvas ao longo de todo o texto.

MÉRITO

Trata-se de um objeto investigativo relevante aos estudos da linguagem. De maneira clara e muito bem definida, o projeto apresenta o objetivo geral, ao propor fazer uma análise "(d)os "footings" das detentas no momento da produção de suas falas, também registrados pelas pistas de contextualização produzidas pelas detentas nos enquadres das entrevistas dessas mulheres com esses profissionais. Os objetivos específicos estão bem definidos e



demarcados. Tanto a escolha do objeto quanto a fundamentação teórica elaborada denotam a preocupação da mestranda com a adequação do projeto à linha 2 – Tradução e Práticas Discursivas.

Os procedimentos metodológicos revelam que cada passo da pesquisa está em consonância com os objetivos da pesquisa. Como se vê, na proposta de se montar um corpus para a análise com "(...) o acompanhamento presencial do processo técnico classificatório de entrevistas dos profissionais multidisciplinares com três detentas (...)". Consta, ainda, no projeto uma tabela que estabelece o cronograma das atividades de classificação, demonstrando um planejamento adequado para a realização da pesquisa.

O Referencial Teórico apresentado dá conta de fornecer arcabouço e sustentação teórica para os argumentos, as discussões e as reflexões necessárias para se desenvolver uma pesquisa na área pretendida.

O Cronograma proposto encontra-se de acordo com o tempo hábil e sugerido pela CAPES para o desenvolvimento de uma pesquisa e escrita de dissertação de mestrado.

SUGESTÕES/CRÍTICAS:

De modo a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, este parecer apresenta, nos itens seguintes, algumas considerações que deverão servir de base para reflexões da mestranda nos momentos da escrita do texto de qualificação e, sobretudo, no ato da pesquisa e análise dos dados: A saber:

- a. **Título:** Vale mesmo a pena um título com tamanha extensão? Ainda em tempo, para o texto final da dissertação, talvez valesse a pena um título mais objetivo e menor.
- b. **Introdução:** Falta uma apresentação histórica ou um relato descritivo mais substancial sobre o Presídio José Abranches Gonçalves. Com certeza, é



uma informação relevante para o seu trabalho e enriquecerá ainda mais o texto definitivo da dissertação.

- c. **Justificativa:** Sugiro apresentar um relato pessoal do seu envolvimento com o presídio. Aqui cabe, com certeza, um texto mais subjetivo. O que a levou à escolha do tema? Qual o seu contato e envolvimento com a rotina do presídio?

PARECER:

Após o exposto acima, este parecer é FAVORÁVEL à continuidade da pesquisa da mestranda FLÁVIA ANDRÉA RODRIGUES DA SILVA LEANDRO DA COSTA, com o Projeto de Pesquisa sendo avaliado com nota 10,0 (dez).

Prof. Dr. Clézio Roberto Gonçalves
UFOP/POSLETRAS

ANEXO V

FORMULÁRIO DA ENTREVISTA DE CTC DA PSICOLOGIA

	Prontuário Geral Padronizado de Saúde - PGPS
--	---

Entrevista Inicial Psicologia

Entrevista a ser preenchida pelo Psicólogo.

Unidade: _____ Data Entrevista: ____/____/____
Nome Profissional: _____ Registro Conselho: _____
Nome do Preso: _____ Infopen: _____

➤ Vínculos afetivos atuais: _____

➤ Como é a relação com as pessoas que você possui vínculos atuais? _____

➤ Você já sofreu algum desmaio, convulsão ou "pancada na cabeça"?
 Sim
 Não Causa / motivo? _____

➤ Já passou por algum tratamento psicológico ou psiquiátrico?
 Sim
 Não Quando / motivo? _____

➤ Você faz ou já fez uso de medicação psicotrópica?
 Sim
 Não Qual / motivo? _____



Prontuário Geral Padronizado de Saúde - PGPS

➤ Antes de ser preso, você fazia uso de substâncias lícitas ou ilícitas?

- Não
- Sim (preencher a tabela abaixo)

Substância	Idade de início	Quantidade	Frequência
Derivados de tabaco			
Bebidas alcoólicas			
Maconha			
Cocaína			
Crack			
Anfetaminas ou éxtase			
Inalantes			
Hipnóticos / sedativos			
Alucinógenos			
Opióides			
Outras – Especificar:			

➤ O que levou você a iniciar o uso da droga?

- Os outros usavam (integração ao grupo)
- Ficava mais descontraído porque era tímido
- Ficava mais calmo porque era muito ansioso
- Sentia-se deprimido e ficava mais alegre
- Como reação a situações conflitantes (perdas afetivas, situações traumáticas, dificuldades, etc.)
- Por prazer
- Outros: _____



Prontuário Geral Padronizado de Saúde - PGPS

➤ Você usava drogas:

- Sozinho
 Em grupo

➤ Você já tentou parar ou procurar ajuda?

Sim

Não

Obs: _____

➤ Depois de preso, você continuou ou voltou a usar?

Sim

Não

Qual? _____

➤ Você reconhece sua participação/envolvimento no delito cometido?

Sim

Não

➤ Caso positivo, o que acha que o levou a cometer esse(s) crime(s).

Necessidades materiais básicas

Desejo de consumo

Sentimento de revolta social

Vingança

Levado pelos outros

Foi pago para fazer o serviço

Envolvimento com o crime organizado

Outros _____

➤ Como você se sentiu quando foi preso e ou condenado?

Revoltado

Indignado

Conformado

Injustiçado pelo tempo de penação

Envergonhado

Outros _____

➤ Qual a sua perspectiva de vida, dentro da Unidade Prisional? _____

APÊNDICE I
GRADE DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DO FALE COMIGO

NOME	Nº GRAV.	DATA DO EVENTO (2018)	DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS	TÍTULO DA CONVERSA	PARTICIPANTES			TEMPO GRAVADO	ENQUADRES INTERATIVOS	TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO DO FALE COMIGO
Ludmila	01	19/02	Reincidente; Artigo 33; Idade (663459) Condenada.	"A senhora é que nem mãe pra mim".	Pesquisadora	P1	Ludmila	10 04 "	Noticias da família; Pedido para permanecer trabalhando; Pedido para contato com a família; Pedido para a família visitar; Ausência de pertences Término do namoro dentro do cárcere; Omissão voluntária de medicação; Ida ao psiquiatra; Desejo de frequentar a escola.	<i>"Psicóloga – Preciso de atendimento".</i>
Cristina	02	19/02	Primeira prisão; 21 anos; Mãe de um menor; Artigo 33; Já foi julgada, mas não sabe status do processo. Preso há 8 meses. Cumpre prisão há um mês no José Abranches; A tia visita.	"Ó vovó, mamãe tá morando com papai do céu?"	Pesquisadora	P1	Cristina	16 07 "	<i>Feedback do contato telefônico com o filho;</i> Pedido para visita assistida do filho; Guarda do filho – processo demorado; Saudades do filho (está há oito meses sem vê-lo); Não tem ânimo para sair para o banho de sol; Pedido para passar pelo médico; Pedido para aumentar a medicação; Pedido para ter acesso a livros; Relacionamento com o amigo que a visita – "ele tá sendo muito carinhoso com o meu filho e pra mim é isso que importa"; Alimentação exagerada pela ansiedade.	Sem protocolo.
Betina	03	19/02	34 anos; Mãe de quatro filhos; Adicta confessa de crack; Não recebe visita; Reincidente;	"Eu não sei como me aproximar deles".	Pesquisadora	P2	Betina	47 05 "	Narrativa de vida; Abandono da família; Relação com os filhos; Divórcio; Separação dos filhos; Dependência das drogas; Dificuldades de contato com a mãe e os irmãos; Ausência da família nas visitas; Reaproximação da família dificultada pela ausência de retorno das cartas.	Sem protocolo
Manoela	04	19/02	22 anos;	"Ó mamãe, a	Pesquisadora	P2	Laura	17 13 "	<i>Feedback do contato telefônico com a filha</i>	

			Mãe de uma menor; Artigo 33 e 35; Recebe a visita de uma amiga da prima;	senhora está chorando?"					e a tia; Cuidados da filha; Poucas visitas; Distância da família – presídio fica longe de casa; Negação da visita assistida – não quer que a filha a veja presa; A relação familiar; Status do processo; Omissão da prisão à filha – não quer contar à filha que está presa. A ausência de contato presencial com a filha. Manutenção dos laços com a filha.	"Senhora estou à ponto de cometer um suicídio, to ficando louca, sou de Montes Claros, não tenho visitas e nem notícias da minha filha de 6 anos, á 7 meses, estou em depressão, só fico chorando, não estou bem, estou vendo a hora de suicidar e acabar com esse sofrimento! Preciso ouvir a voz da minha filha! Socorro, me ajude por favor!"
Kátia	05	19/02	34 anos; Reincidente; Mãe de filhos menores; Adicta confessa de crack; Artigo 33; Não recebe visita nem pertences;	"[...] Fica brigando comigo por quê? Por que eu tô presa?"	Pesquisadora	P2	Kátia	22 30 "	Retorno da psicóloga na tentativa de contato telefônico; Ausência de notícias dos filhos; Abandono da família; Dificuldade dos filhos de a visitarem na cadeia; Trabalho na cadeia; Estudo na cadeia – "eu tava na quarta série agora eu já tô na sétima série". Ajuda somente da unidade nos pertences; Lei das mães menores de doze anos; Necessidade de saber o status do processo; Superlotação.	"Eu não estou bem por favor me atenda". "Eu preciso conversar com a senhora coisa céria pois eu não quero arumar problema por favor, me ajuda".
Cleusa	06	20/02	45 anos; Reincidente; Artigo 155; Adicta confessa de crack; Mãe de sete filhos; Condenada	"Não tem problema, é do chão que levanta parede".	Pesquisadora	P2	Cleusa	11 07 "	O trabalho na cadeia; A perda da mãe; Enfermidades (pressão alta, epilepsia) e medicações; A importância dos estudos na cadeia – "entrei burrinha porque não sabia ler e escrever hoje eu tô na sétima série, tenho um curso de recepcionista. Eu sou burra por tá de volta. Eu assumo". Encaminhamento ao oftalmologista; "Meus filhos não precisam de mim"; A religiosidade – "eu até pedi o pastor para me batizar".	"Psicóloga preciso falar com a senhora urgente estou ouvindo vozes estou com muito medo eu sofro de depressão".

Cássia	07	20/02	25 anos; Reincidente; Artigo 155;	"O trabalho né?! infelizmente... eu roubava."	Pesquisadora	P1	Cássia	08'58"	Ausência de notícias da família; Não tem visita; Não quer que a mãe e os irmãos a visitem para não serem expostos à revista; Casamento homossexual há três anos; Cuidado com os três filhos da esposa; O tipo de trabalho ilícito diante das dificuldades; Abandono da esposa; Acesso ao número do CPF;	"Pessoais".
Miriam	08	20/02	Art. 121; Casada; Trabalhava com faxina; Sem condenação; Primeira prisão; Prisão preventiva; Pres a há 9 meses; Recebe visita da mãe e do irmão; Mãe de filho de 09 anos;	"Eu tô suspeita de um homicídio."	Pesquisadora	P1	Miriam	11'36"	Visita assistida para ver o filho de 09 anos, que está há nove meses sem ver; Notícias do filho; Cuidados do filho pela cunhada;	"Senhora, estou sem notícias do meu filho estou sem visita preciso da sua ajuda vim de trans. estou sem saber de nada."
Anita	09	20/02	35 anos; Casada; Recebe visitas do esposo, irmã e filhas; Prisão preventiva; Pres a há 1 ano e 4 meses;	"A gente só pensa em ir embora, a gente não pensa em ficar."	Pesquisadora	P1	Beatriz	13'29"	Uso do medicamento e retorno ao psiquiatra; Status do processo; Exame criminológico; Desorientação temporal; Efeitos da medicação; Não quer estudar; Consulta com oftalmologista; Saídas para o banho de sol.	"Estou com depressão preciso de um atendimento com urgência. Que Deus abençoe."
Leia	10	20/02	38 anos; Art. 33; Viúva; Reincidente; Fazia programa; Adicta confessa de vários tipos de drogas: como crack e cocaína; Tem três filhos: um de 7 anos e duas gêmeas de 5 anos;	"Esse fale comigo é sinceramente um fale com ninguém."	Pesquisadora	P2	Rosi	25'27"	Pedido de atendimento médico; Resultado do exame de tuberculose; Sintomas não controlados do HIV; Narrativa de vida; A prisão; Dificuldade de ver os filhos; Notícias dos filhos; Guarda dos filhos para a avó materna; Os filhos estão sob os cuidados da concunhada paterna que dificulta a avó materna de ver os netos; Dúvida para conseguir a visita assistida; A situação de risco que os filhos estão vivendo;	"Venho pedir para passar pelo psicólogo estou enlouquecendo já estou à dias sem dormir direito pois só estou adoecendo, não consigo consulta, estou sem notícia de meus filhos pois quem está com meus filhos estão ameaçando minha família de morte preciso de sua orientação de uma

									A dificuldade na recepção de cartas;	<i>forma de eu e a minha família ser ajudada estou viúva de pouco."</i> <i>"Venho por meio desta para poder passar pelo psicólogo estou enlouquecendo de saudade e falta de minhas gêmeas de 5 anos do meu menino de 7 estou com muita tristeza por não estar podendo tratar meu HIV conforme o necessário, estou triste por não saber notícias do meu esposo que também está detido. E aqui não sou atendida em nada estou em tempo de enlouquecer. Já nem tenho dormido direito. Agradecida."</i>
Raquel	11	20/02	40 anos; Preso pela primeira vez há 6 meses; Art. 33; Não sentenciada; Visitada pelos dois filhos, noras e o irmão;	"Eu já sofri mais humilhação de pessoas que estão na mesma situação que eu do que de agente."	Pesquisadora	P2	Raquel	39'51"	Relato da comparação do presídio em Bicas com a atual carceragem; A superlotação e a alocação de presas reincidentes e primárias no mesmo espaço; Ausência da atividade do artesanato; O clima ruim da cadeia; A culpa e opressão por receber pertence e visita, diante daquelas que não recebem; Perda do apartamento e do carro em consequência da prisão; Descrição do desespero vivido na cela superlotada; Ameaças e humilhações sofridas por outras presas; A solidariedade de algumas presas; Narrativa do momento da prisão; Pedido para ser ouvida pelo jurídico; Pedido de visita assistida da neta de 4 anos.	<i>"Eu estou com muitos problemas pessoais estou chorando demais, não estou dormindo direito acordo de madrugada perco o sono por favor me ajudem desde já agradeço."</i>
Valéria	12	20/02	20 anos; Art. 33 e 35;	"Trinta mulheres,	Pesquisadora	P2	Valéria	08'43"	Relato das motivações do crime; A superlotação das celas;	Sem protocolo.

			Natural e moradora de Montes Claros; Visitada pela mãe e pela prima; Não tem filho;	muita gente conversando na sua cabeça, uma discussão sobre nada."					O status do processo; Questão dos estudos – desejo de estudar;	
Vilma	13	20/02	39 anos; Art. 121 (homicídio); Há um ano presa sem sentença; É adicta confessa de crack; É visitada pelo companheiro; Tem uma filha usuária de droga; Moradora de rua;	"O cara que eu matei é filho de polícia."	Pesquisadora	P2	Vilma	25 42 "	Estado psicológico abalado; O crime; Narrativa de vida; A relação com o companheiro; A relação com os filhos; A relação com a mãe; A perda do filho de quatro anos para a adoção e a tentativa de suicídio; O desprezo da mãe e dos irmãos; O estupro sofrido aos 14 anos cometido pelo irmão; Alcoolismo; O crime e as circunstâncias; O recurso a ser julgado e a ausência de julgamento; Alucinações e desejo de suicídio; Medo de retaliação do pai policial; A falsidade das companheiras de cela; "Aqui não é cadeia, é um sanatório."	<i>"Por favor senhora psicóloga estou precisando muito de ser atendida pois estou surtando."</i> <i>"Meu marido morreu de AIDS não para de me atormentar. Me ajude."</i>
Cíntia	14	22/02	Art. 121 e 33; Há um ano e oito meses presa; Tem três filhos; Idade (Infopen 483711); Sentenciada; Presa com a irmã.	"Eu queria saber se essa lei das mães que saiu agora, se eu me encaixo nessa lei."	Pesquisadora	A1	Cíntia;	12 05 "	A situação dos filhos; A superlotação da cela; Ausência de notícias da mãe, do pai e dos três filhos; Transferência para aproximação familiar;	<i>"Pessoais"</i>
Anézia	15	22/02	53 anos; Viúva; Natural de BH; Prisão preventiva; Trabalhava com reciclagem; Art. 33 (declara que guardou uma sacola de drogas por causa de dois pacotes de arroz); Não se declara usuária de drogas;	"Mas tá bom graças a Deus, eu ainda tô sobrevivendo."	Pesquisadora	A1	Valéria	29 02 "	Pedido de atendimento médico; Reclamação da ineficácia e da ausência de medicação para asma; Os direitos humanos não olha a questão das doenças no cárcere; Pedido de contato telefônico com a irmã; Relato das circunstâncias do flagrante; Possui uma casa doada na comunidade; Narrativa de vida: "Fui criada na vida, no mundo." A convivência em cela; Insatisfação com os delinquentes de crimes de colarinho branco;	Sem protocolo.

			Recebeu visita da irmã uma vez; Não						A superlotação; Insatisfação com as injustiças sociais.	
FABÍOLA	16	23/02	34 anos; Reincidente; Art. 33 (Tentou levar droga na cadeia para quem ameaçava o irmão); Tem duas filhas: 15 anos e 11 anos;	"A senhora me ajuda com o dentista, por favor?"	Pesquisadora	P1	Fabíola	13 52 "	Narrativa de vida; Falecimento da mãe; Cuidado das filhas durante o encarceramento pela sobrinha de 19 anos; A prisão para salvar o irmão; As circunstâncias do flagrante; Pedido de atendimento com a dentista; Pedido alimentar não atendido por não conseguir mastigar; Hipertensão descontrolada; Ausência de pertences; Pedi o favor para a amiga que estava sem tomar o coquetel; Convivência em sala; Falta de frequência no banho de sol; Estudos;	<i>"Dona 'psicóloga' para saber das minhas filhas estou sem resposta por favor estou muito sozinha aqui obrigado pela atenção."</i>
CORA	17	23/02	29 anos; Art. 157 (latrocínio); Tem uma filha; Recebe visita da mãe;	"Vira santo na cadeia e quando sai pra fora vira o que era."	Pesquisadora	P1	Cora	19 53 "	Relacionamentos amorosos fora da cadeia; Indecisão entre o marido preso e o amigo que mandou recado pela mãe; O contato com a família e o pedido de visita assistida da filha.	<i>"Me atende por favor quero fala com a senhora urgente me ajude."</i>
ÉMILE	18	23/02	Preso atendida anteriormente – sem levantamento de dados;	"Não tem como, a gente precisa das pessoas lá fora".	Pesquisadora	P1	Émile	23 50 "	Pedido de transferência para a APAC; Visita não conseguiu entrar por causa da superlotação; Ausência de pertences; Ausência de notícias dos filhos; Situação do processo; A situação do cadastro das visitas; Os trâmites para o casamento com o namorado durante a prisão; Família tradicional ignora a prisão; Questão do trabalho remunerado; Ausência de resposta das cartas para saber notícia dos filhos que está sob os cuidados da família do ex-marido preso.	<i>"Peço atendimento, pois estou sem notícias da minha família há um mês."</i>

KELLY	19	23/02	30 anos; Primeira vez presa; Art. 33 (guardou drogas para obtenção de dinheiro para cuidar dos filhos); Uma filha de 13 anos, e três filhos de 9, 7 e 3 anos. Trabalha como faxineira; Recebe visita do padrasto e da mãe;	"Fui presa dando janta pros meus menino".	Pesquisadora	P2	Kelly	24 03 "	Motivação do crime; Contextualização sobre os filhos: Os dois filhos mais novos estão com os avós paternos, a mais velha está com o pai em Barbacena e o de sete anos está com o tio em Conselheiro Lafaiete; Ausência de notícias dos filhos; Status do processo; Não recebe pertence; A invasão da casa por policiais e o saque dos objetos pessoais por terceiros; Contato telefônico com os filhos; Visita assistida para ver os dois filhos mais novos; Relato das circunstâncias do flagrante; Dúvidas sobre o inquérito – ausência de depoimento; Acompanhamento psicológico externo à prisão; Ausência de medicação para depressão;	Sem protocolo.
Doroteia	20	23/02	Presa há mais de um mês; reincidente; Art. 33; Sem visita; 4 filhos (três maiores e uma menor); 52 anos;	"Tava na boa. Fui presa porque os home me conhece".	Pesquisadora	P2	Doroteia	35 03 "	Mudança da dinâmica da cadeia; Narrou que trabalhou na cadeia; Tempo de cadeia que pagou na fazendinha; Notícias dos filhos; Voltou para a cadeia porque os "homens (os policiais) a prenderam na condicional"; Enquadramento do delito; Narrou o fato do filho de 31 anos que foi abusado sexualmente aos 14 anos e ficou com problemas mentais pelo trauma; Relatou os problemas do trauma e as consequências da prisão e do abandono do pai com o filho abusado; A situação de moradia dos outros filhos; Contextualização de forma de contato com os filhos; Informação do número de telefone de um dos filhos; Tentativa de contato telefônico com os filhos; [[FIQUEI SOZINHA COM A PRESA]]: Ela chorando disse: "Em nome de Jesus, eu tenho que ir embora". "Se a gente tivesse vendendo, ainda aguentava, mas eu não	Sem protocolo

									<p>tava fazendo nada". "PERGUNTO: "O que é mais difícil". Ela responde "ficar dependendo das coisas, entendeu?" Narrou o momento da prisão da mãe em que os filhos presenciaram. Narrou as circunstâncias da prisão pra mim;</p> <p>"Quando a gente anda no errado, as pessoas não vão acreditar em recuperação";</p> <p>Detalhou o fato do abuso a mim;</p> <p>Detalhou fatos posteriores ao abuso;</p> <p>A dificuldade e o sonho de trabalho do filho;</p> <p>A situação do filho mais velho;</p> <p>O contato telefônico com o pai;</p> <p>Choro e pergunta sobre os filhos;</p> <p>Pergunta sobre o pai;</p> <p>Pedido para cuidado com os filhos;</p> <p>Pedido para o pai não chorar;</p> <p>Despedida do pai com lágrimas;</p> <p>[[A psicóloga explica ao pai que ele pode fazer uma visita assistida]];</p> <p>Feedback do contato telefônico;</p> <p>Pedido de consulta de qual cadeia que está o ex-namorado;</p> <p>Endereço da prisão do ex-namorado;</p> <p>Situação do relacionamento com o ex;</p>
Cristiane	21	10/05	44 anos; Reincidente – foragida por não ter comparecido às audiências da condicional; Dois filhos uma maior e uma menor; Uma filha fruto de um estupro que ela não tem contato;	"Eu não sabia que tinha que me apresentar de tempos em tempos quando estava em liberdade".	Pesquisadora	P2	Cristiane	1925"	<p>Narrou a circunstância da prisão e da reincidência da prisão;</p> <p>O relacionamento/contato com a família;</p> <p>A situação do relacionamento com o ex-marido, mencionado por ela como culpado pela prisão;</p> <p>Choro de arrependimento pela prisão;</p> <p>Relato da vida conjugal desde os 17 anos com o ex-marido e a situação de vida errada no crime;</p> <p>Narrou sobre a filha fruto de um estupro criada pelos avós;</p> <p>A prisão em Paraopeba e a transferência para a Fazendinha;</p> <p>Notícias da família e informação à família da transferência da presa de Paraopeba para Ribeirão das Neves;</p> <p>Relato da ausência de registro de telefone para contato;</p>

									<p>Situação laboral na época da prisão; Situação de moradia com a mãe pensionista; Choro ao narrar que a mãe a rejeita e não gosta dela; Relato que a mãe não gosta de criança; Informação do único telefone de contato para obter informações sobre a família; [[FIQUEI SOZINHA COM A PRESA]] Saúde dos filhos e da mãe; Choro; Tempo de ausência de notícias dos filhos – 7 meses; Choro; Situação do filho de 15 anos; A impossibilidade da mãe ir visitá-la pela distância da prisão de onde a mãe mora; Ausência de endereço da família para correspondência; Mencionou o medo do bonde – transferência das presas para a Jason por possível fechamento da unidade; Feedback da tentativa frustrada de contato com a comadre – ela não podia falar por estar dirigindo; Ausência do banho de sol;</p>
Alexia	22	10/05	Pres a com 35 kg de drogas; Pres a há 17 dias; 50 anos; Quatro filhos maiores;	"Sem saber de notícia nenhuma dos filhos, não dá".	Pesquisadora	P1	Alexia	25 08"	<p>Situação da cela; Apresentação da pesquisadora; Perguntou-me a minha motivação para estar ali. "A vida aqui dentro é uma sobrevida". Narrativa sobre as circunstâncias da última prisão; Viagem programada para visitar a filha gestante de 8 meses no Espírito Santo à época da prisão; Choro ao falar da neta; [[A DIRETORA DA UNIDADE ADENTRA A SALA DE ATENDIMENTO E PERGUNTA SE A "PRESINHA" ESTÁ BEM – "Tá chorando de alegria, né?]]; "Choro mais de saudade de arrependimento, do que de alegria"; Briga com o filho; Choro; Narrativa de como foi a prisão anterior na</p>

									<p>Fazendinha; A ausência dos óculos; Narrativa da oferta de uma bíblia com letra maior por uma representante de uma igreja, e o questionamento dela se ela lerá somente a bíblia e se ela mandará o processo com letras maiores também; As intercorrências da cela 10 e o desejo de ser transferida para outra cela; O contato telefônico com a filha; A visita o dia seguinte; A situação do medicamento; A contextualização à filha das circunstâncias da prisão; Informa à filha as necessidades de itens da sacola; Relato das circunstâncias da prisão; Despedida emocionada da filha; Informação à psicóloga do tempo de sentença de 9 anos informado pela filha; Situação do medicamento e da consulta agendada; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] Narrativa de como era a cadeia em Vespasiano; Narrativa de como é a cadeia na Fazendinha e o convívio na cela 10; Manda o fale conosco para saber notícias da família; Narrativa de criação dos filhos; Narrativa de envolvimento com o crime; Narra a importância do fale conosco;</p>	
Ariadna	23	17/08	Filho de 4 anos; Menino apresenta transtornos mentais após a prisão da mãe; Presa há dois meses;	"Ei filho, como é que você tá"...	Pesquisadora	P1	Ariele	14 42 "	<p>Apresentação da pesquisadora; Dados de contato com a família; Horários de contato com a mãe; Consulta psicológica do filho; Informou que a escola está desconfiando que o filho tenha autismo; Descrição do comportamento do filho; Contato telefônico do filho com a mãe; Conversa da mãe com o filho; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] Diferença de atendimento do A branches para a Jason, lugar da primeira prisão; Ansiedade pelo atendimento; Alívio de poder falar com o filho;</p>	<p>A ausência de contato entre mãe e filho causa angústia em ambas as partes e prejuízos incontáveis no desenvolvimento da criança;</p>

									O fale conosco é uma ajuda; "é a alegria de todas as presas";	
Clara	24	17/08	37anos; Tem uma filha de 8 anos; Superior incompleto; Professora de dança; Enquadrada no artigo 121 (Acusada de ser cúmplice no assassinato da amante do marido); Preso há seis meses.	"Deus vai provar a minha inocência".	Pesquisadora	P1	Clara	32'15"	Pedido de visita assistida para ver a filha; Demandas relacionadas ao processo e às relações pessoais fora da cadeia; Narrativa sobre a audiência e o reencontro com o marido; Narrativa sobre o cotidiano na cadeia;	<i>Muito bom dia, Senhorita P1 eu gostaria de conversar com você para ver a minha filha, conversei c/ minha sogra ela precisa me ver. Me ajude, se ela pode vir na visita". ((Na descrição do artigo do delito informa: "Deus vai provar a minha inocência".))</i>
Soraia	25	17/08	60 anos; presa por tráfico; presa há seis meses; Recebe visita de um dos filhos; Recebe visita	"A mãe por mais que o filho é ruim, mãe é mãe"...				27'16"	Apresentação da pesquisadora; Narrativa de um sonho ruim com um dos filhos; Preocupação com um dos filhos que está preso; Relato sobre a enfermidade do filho preso; Justificativa do nervosismo do filho; A dificuldade de relacionamento entre os filhos; As ameaças sofridas por ela pelo filho que está preso; Notícias do filho preso; Quer permanecer presa para trabalhar; As enfermidades que ela passa na cadeia; Detalhamento das dores físicas na cadeia; A alimentação da cadeia; A situação da cela; A situação das visitas;	
Ariana	26	17/08	21 anos; 02 filhos; presa pela segunda vez; tráfico de drogas	"Agora eu tô feliz, tenho notícia dos meus menino"	Pesquisadora	P1	Ariana	12'16"	Apresentação da pesquisadora Carta recebida da família com notícias e foto dos filhos; Quer saber notícias dos filhos, mas a carta chegou antes; A demora das cartas; Sem notícias do processo; Os estudos na cadeia; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] Sem o fale comigo "não teria jeito";	<i>"Dona P1, queria agendar uma ligação, pra poder falar com meu filho, e ele está em casa só na parte da tarde. Tenho sonhado com ele todos os dias, queria apenas ouvir a voz dele. Me ajude por favor".</i>

									Preciso – “só escrevo quando eu preciso”; “Acho importante, bem importante” O fale comigo “é um meio de desabafar e de saber da família”; “É uma ajuda, um conselho pra gente que não tem família”;	
Amariles	27	17/08	Art. 33; filho de 21 anos; presa há três meses; É de Foz do Iguaçu; 35 anos;	“Não queria estar neste lugar”...	Pesquisadora	P1	Amariles	23 56”	Notícias da família; Dados de contato da família; O sonho com o filho; Notícias do marido que também está preso; Como está fazendo para sobreviver no cárcere há muitos quilômetros de distância da família; A situação do processo; A adaptação da vida na cadeia; Choro; A vergonha de passar pelos procedimentos de sair da cela; A renúncia ao momento do banho de sol; Pedido de contato com a mãe idosa; Os vínculos de amizades e de trabalho fora da cadeia; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] O fale conosco “é muito bom”. “Principalmente eu que não tenho visitas”... Fica feliz em ser chamada para ser atendida, mas não gosta do procedimento; O fale conosco “é coisa de Deus”.	
Virna	28	17/08	22 anos; tem um filho de três anos e estava grávida (descobriu a gravidez na cadeia há poucos dias); Primeira prisão; Art. 33 e 40 (porte ilegal de armas) afirma que foi forjada pela polícia a apreensão dos itens.	“Não sei nem como meu filho tá”...	Pesquisadora	P1	Virna	24 46”	Apresentação da pesquisadora; Relato das circunstâncias da prisão; A tentativa de salvar o marido de ser preso pela polícia a fez “segurar” a cadeia pra ele; O filho menor sob os cuidados da avó de 74 anos; Narrativa da vida pré-egressa do companheiro no sistema por roubo; Pedido de notícias da família; Justificativa e arrependimento do porquê defendeu o namorado da polícia; Narrou o desejo de morte quando foi perguntada se estava tudo bem na gravidez;	<i>“Estou muito preocupada preciso saber do meu filho”.</i>

									<p>Choro descompensado; Pedido de notícias do filho; A transferência para o Centro de Referências da Mulher Gestante privada de liberdade; Ausência de informações sobre o processo; Tentativa de contato telefônico com a avó; Pedido de sulfato ferroso para não prejudicar a gravidez por falta de alimentação; A frustração de não conseguir falar com a mãe ao telefone; Choro; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] Não soube responder; Relata o alívio em falar com a psicóloga; Choro.</p>	
Célia	29	17/08	<p>Preso por roubo; não tem visita; não tem contato com os filhos; [[Disse ter sido preso pela primeira vez por causa do roubo de um pó de café e um azeite, contudo depois a analista jurídica desmentiu em conversa posterior, que já era a quarta prisão dela e o roubo não era por isso]].</p>	<p>"Tô aqui por causa de um pó de café e um azeite, cê acredita?".</p>	Pesquisadora	P1	Célia	19 26 "	<p>Apresentação da pesquisadora; Pergunta sobre a liberdade e sobre o processo; Contexto da prisão, segundo ela, por causa de um "pó de café e um azeite"; A prisão do companheiro; Notícias do companheiro; Reclamação da cela; Pedido para ver a foto do Infopen do parceiro; Apaixonada com os atendimentos da psicóloga Briga na cela; Pedido para informar quais os motivos das prisões anteriores do parceiro; Pergunta o nome da pesquisadora; Não gosta de sair para o banho de sol; Estudos na cadeia – não gosto de sair da cela; Relação com o CRAS; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] O fale comigo "é uma chance da gente se comunicar com as pessoas"; Denunciou agressão de presas com presas dentro da cela;</p>	<p><i>"Desejo entrar em contato com a minha família. Estou ficando com quadro depressivo".</i></p>
Anália	30	20/08	<p>Preso há 16 dias; 32 anos; adicta</p>	<p>"Não fala com os menino</p>	Pesquisadora	P1	Anália	31 44 "	<p>Apresentação da pesquisadora; Pedido de remédio para dormir;</p>	

			confessa – uso do crack; três filhos menores; Art. 157;	não, mãe, pelo amor de Deus...” “Oi amor[[filho]], como é que cê tá... não chora, não, a mamãe tá bem”...					<p>Situação de convívio com a família; Situação dos filhos; A adoção de um dos filhos por causa das drogas; Tratamento das drogas na vida pré-egressa; Trabalho vida pré-egressa; A paternidade dos filhos; Estudos; Narrou os motivos que a levaram a se tornar adicta; O caso extraconjugal do pai; O uso da droga e a abstinência; O contexto da prisão; As medicações que usa; A audiência de custódia; A família está sem notícias da prisão; Tentativa de contato telefônico com a família; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>Sentiu-se melhor em saber que podia se comunicar com alguém e avisar a família que está presa; Sensação de alívio;</p> <p>Ligação telefônica com a mãe; Pedi à mãe para falar com o filho; Os estudos do filho; “Não chora, filha. Aqui ninguém bate em ninguém não, Carol”.</p> <p>A questão da cela; O sonho da mãe um dia antes dela ser presa; A questão da visita assistida;</p>	
Aricele	31	20/08	26 anos; Art. 157; Presa pela segunda vez por mandato por não comparecer à audiência; sem visita; Sem filhos; adicta confessa de cocaína;	“Não sou burra o suficiente para cair numa dessas, né?!” “Eles falam que a pessoa quando vai presa a vida acaba, né?!”	Pesquisadora	P1	Aricele	4357”	<p>Apresentação da pesquisadora; O pedido para ver a foto do Infopen; Questionamento do número do Infopen; O status do processo; O contexto da prisão; [[Interrupção por uma das agentes para assinatura de papéis por parte da psicóloga]] Ausência de documentos na unidade; O convívio com a família; Pedido para a amiga informar o CPF; A situação de estar presa;</p>	Foi chamada para atendimento à psicóloga, sem fale conosco.

									<p>O medo da sentença; Pedido de atendimento médico; A alimentação na cadeia; O interesse do amigo que visita, mas que ela não quer compromisso; O caso homoafetivo construído na cadeia; O trabalho na vida pré-egressa; Estudos na cadeia; A situação da droga; O uso de droga: cocaína e maconha; Pensa na droga; A religião e a profecia da prisão; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] "Maravilha de trabalho, viu, Deus abençoe" "Por mais que demore alguns atendimentos, mas pelo ao menos tem" Ficar presa e não ter o fale conosco é "péssimo". "Minha mãe ficou sabendo que eu tava presa 7 dias depois", por uma presa que foi embora e Aricele pediu para avisar à mãe. "Faz a diferença demais, é uma ajuda pra presa". Choro; "Esse trabalho é lindo"; "A doação é a coisa mais linda quando chega lá"; "Continue esse trabalho e se vocês pudê que leva pra outro presídio". "É uma oportunidade de contato com a família, de saber do processo". "Uma menina na minha cela foi presa e nem sabia o artigo que tinha sido enquadrada". "Gracinha de fale comigo".</p>
Cibele	32	20/08	46 anos; separada; sem filhos; adicta confessa de maconha e cocaína; Presa pela primeira vez; Não sabe o artigo – foi presa por dar carona a dois assaltantes;	"Tomei um tiro e acordei aqui..."	Pesquisadora	P1	Cibele	49 40 "	<p>Apresentação da pesquisadora; Narrou sobre o convívio familiar e profissional; A jornada quando cursava enfermagem; Narrou a relação homoafetiva e o envolvimento no uso de drogas; O contexto da prisão; Choro; O desejo de suicídio e a enfermidade da pele; O contato com o advogado; A religião da família; A relação com a família e a ausência de visita;</p>

									<p>O atendimento da analista jurídica; O papel assinado na cadeia por causa do carro; A ausência dos óculos; A consulta médica marcada e paga pelo irmão no Hospital Belo Horizonte; Choro contínuo; Arrependimento de usar droga e de estar presa; Pergunta o nome da pesquisadora "a senhora parece com a minha dentista"; Pedido de ajuda; Narrativa da jornada e atribuições profissionais, ratificando a pesquisadora no primeiro momento; A ausência no banho de sol;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] "É um e-mail e um whatsapp por escrito. É a forma que a gente tem de se expressar". "Através do fale comigo que eu tive creme, shampoo, escova de dente"; "Eu agradeço a existência do fale comigo". "Eu ter a oportunidade dela me ouvir, e me orientar, porque aqui eu tô leiga". "Eu me senti gente. Eu me senti bem tratada, eu me senti humana".</p> <p>A situação dos bichos. A hesitação de contato com o irmão por medo de discriminação; A preferência do contato com a irmã; O pedido de tentativa de contato com o irmão; O fêta de uma festa para a pesquisadora, sem ônus: "Não estou te comprando não".</p>	
Mércia	33	29/08	Sem visita; Preso numa escuta do art. 35; 26 anos;	"Dá um beijo no meu filho pra mim, fala pra ele que a mamãe ama ele demais"	Pesquisadora	P2	Mércia	28'18"	<p>Apresentação da pesquisadora; Notícias do filho; A tentativa de contato telefônico com a família; A questão da sacola e do remanejamento para outra unidade;</p> <p>[[pausa da psicóloga para explicar à pesquisadora sobre a condição especial do filho de 6 anos]]</p>	<p>"Preciso muito saber do meu filho que é especial por favor".</p> <p>"Preciso muito saber do meu filho especial acamado por favor urgência".</p>

									<p>Narrou a dificuldade da família para se adequar à ausência dela e cuidar do filho especial;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>Narrou a situação de possibilidade de cirurgia do filho;</p> <p>A importância do contato telefônico com a irmã após a prisão e a explicação dos cuidados com o filho;</p> <p>“Uma notícia de uma família representa muito”; O fale comigo “é um conforto na vida da gente”. “Falar com a família é um alívio muito grande”. Contato telefônico com o companheiro para saber notícias do filho; Choro contínuo; A fala com o irmão; A fala com o companheiro; O pedido de encerramento da ligação pela psicóloga e pela agente; Agradecimento emocionado à psicóloga;</p>	
Jenifer	34	29/08	Presa pela segunda vez por mandato; Mãe de dois filhos de 05 e 11 anos;	“Meus filhos são a minha vida”	Pesquisadora	P2	Jenifer	08'46”	<p>Tentativa de contato com a família; Notícias do processo; Notícias da família; Questão da visita assistida;</p> <p>[[contextualização da situação de prisão pela psicóloga, destacando que a mulher foi presa de mandato]] [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] Estar presa e não poder se comunicar é “horrrível”; “Quando saí minha filha nem me reconheceu”. “O fale conosco é maravilhoso, pelo menos eu falo com meus filho”.</p>	<p><i>“Muito bom dia senhoras, solicito com uma certa urgência se possível eu fazer uma ligação par eu conversar com meus filhos, que no momento estão c/ minha mãe. Na quarta-feira é a folga dela a partir das 14 horas. Agradeço de coração a atenção. Ótimo trabalho.”</i></p>

Luana	35	30/08	22 anos; Filha de 3 anos; Art. 157 – mandato – alega ter servido de laranja por dever um traficante; Recebe visita;	"Por favor, não deixe a minha filha esquecer de mim."	Pesquisadora	P1	Luana	5331"	<p>Choro; O relato da tentativa frustrada de contato com o pai pela assistente social; Medo da transferência para a Jason; Relato das ausências notadas na Jason numa detenção anterior; Narrou o ambiente para ela opressor vivido na Jason; O contexto da prisão; A privação da família para ter contato com a filha por parte da família paterna; Ausência de informação da transferência de presídio por fechamento da unidade; Preocupação com a ausência de documento no processo e os trâmites ficarem parados; Choro contínuo; Relato que faz um ano que não vê a mãe; Relato da relação com a mãe; Tentativa de contato telefônico;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>"Lá em Bicas é tudo diferente. Lá é ruim mesmo. As pessoas lá não tem atendimento médico. As agentes daqui são humanas, mas as de lá não são.[...] Lá as pessoas são tratadas como cachorros mesmo".</p> <p>Narrativa do contexto da prisão: "As duas vezes que eu vim presa foi por necessidade mesmo".</p> <p>O relato da roupa suja para vestir na primeira prisão na Jason; "Lá você dá bom dia, elas falam cala boca presa, aqui você dá bom dia e elas te respondem".</p> <p>A situação da saída da última prisão; Choro; Relato da relação com o pai; Relato da importância do fale comigo; Estar presa e não ter o fale conosco é "desesperador"; "Eu preciso de alguém pra me ouvir"; O contato telefônico com a ex-cunhada; Pedido para que a família dela tivesse contato com a filha;</p> <p>Feedback da ligação; Choro contínuo pela filha;</p>	<p>"Senhora por favor preciso de conversa com a senhora preciso ligar pro meu pai ou pra tia da minha família, dava eu estou sentindo uma dor horrível senhora não sei como explicar preciso ver minha filha liga pra tia dela e conversa por favor senhora tive notícias só na última visita e já tem 2 semanas preciso ver minha filha to destruída por dentro senhora me ajuda. Eu queria poder pegar o endereço senhora da tia da minha filha pra poder mandar carta nem minha família tá tendo contato com minha filha isso e algo que eu não posso aceitar preciso resolver essas questões me ajude dona estou com medo da minha nem se lembrar de mim tô mantendo a calma mas preciso de respostas nem que seja apenas conversa com meu pai Alan ele deixou o número da unidade com a assistente social me ajude"</p>
-------	----	-------	---	---	--------------	----	-------	-------	--	--

									A situação da documentação a ser entregue pelo pai;	
Aline	36	30/08	Condenada há 15 anos; presa há 4 anos; 7 filhos sendo três menores; Art. 33 e 35;	"Olhar o tempo que falta pesa a cadeia".	Pesquisadora	P1	Alexia	27 04 "	Apresentação da pesquisadora; A situação dos filhos; O pedido de visita assistida; O tempo de prisão e o processo; A situação de cuidado dos filhos; A possibilidade dos filhos menores em ir para o abrigo; A situação do trabalho na cadeia; Dados de contato com a família; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] "Eu sempre corro atrás para saber dos meninos";	
Jenifer	37	05/09			Pesquisadora	A2	Jenifer	11 05 "	Apresentação da pesquisadora; Tentativa de contato com a família; Silêncio a maior parte do tempo; A tentativa frustrada do contato com os filhos;	A presa entrou algemada e assim permaneceu durante todo o atendimento.
Marta	38	05/09	Reincidente no art. 33; Presa há um mês e seis dias; recebe visita; Filha de 8 anos;	"Não precisa de trazer comida não."	Pesquisadora	A2	Marta	19 33 "	Apresentação da psicóloga; Informação de contato com a família no atendimento psicológico; Silêncio - leitura do prontuário; Tentativa de contato com a família; Providência de documentos da filha; Relato sobre o trabalho da galeria na unidade; Relato sobre os estudos realizados quando esteve presa da outra vez; A situação da filha; A situação de prisão do marido; Visita assistida; Tempo de reclusão na prisão anterior; A documentação necessária para constar na pasta; O contato telefônico com a filha - a filha não quis falar; O contato telefônico com a tia e com a mãe;	
Lara	39	05/09	Recebe visita; 19 anos;	"Se tiver oportunidade, a senhora lembra de mim"	Pesquisadora	A2	Lara	13 27 "	Apresentação da pesquisadora; A situação das visitas e da sacola; Confirmação do CPF para compra da sacola; Pedido de ligação para o irmão;	Algemada durante toda a interação.

									O convívio com a família; A idade e naturalidade dos irmãos; Dados para contato;	
Aline	40	05/09	Presa há 5 meses, Art. 33; Condenada no art. 299 – falsificação e estelionato; Três filhos, sendo um menor.	“Eu não tenho visita, eu não tenho kit, faço faxina para as meninas para elas me darem um cigarro”.	Pesquisadora	A2	Aline	13'16”	Apresentação da pesquisadora; Motivo da prisão; Ausência de visita; O convívio familiar; A situação dos filhos; Informação do Infopen; Pedido do número do CPF; Pedido de contato com o ex-sogro para falar com o filho; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALSO CONOSCO]]	Algemada durante toda a interação.
Ester	41	05/09	21 anos; recebe visita; não tem filhos;		Pesquisadora	P2	Ester	21'36”	Apresentação da pesquisadora; [[explicação da psicóloga sobre o sigilo e o espaço de fala da detenta – 20’]] O contexto da prisão – culpa a mãe por estar presa; A situação das visitas; A relação com o pai; A relação com os irmãos; A relação com a mãe e a indignação por ter sido presa por causa da mãe; As notícias das outras presas sobre a mãe que esteve presa na unidade anteriormente; A prisão da mãe; O contexto de trabalho; A situação do processo; O convívio com a mãe; Relata não saber do envolvimento da mãe com as drogas; A situação da mãe presa; A situação dos estudos na cadeia; O quadro de depressão e o tratamento na vida pré-egressa; A medicação para depressão na prisão;	
Tábata	42	10/09	Primeira prisão; Filha menor; 4 meses ao telefone; O rítmico do Paraná;	“Quero mudar, sabe?”	Pesquisadora	P2	Tábata	17'38”	O motivo do atendimento – a ligação; A visita do primo no domingo; A situação da filha menor; Choro incontinente; A ligação do irmão; A conversa com a filha; Choro incontinente;	

									[[explicação da psicóloga da situação de distância da presa do estado de origem - Paraná]]; O feedback da ligação; A situação da filha com o ex-marido; A situação da cela e a ausência de TV; Os estudos na cadeia; Agradecimento pelo atendimento;	
Lorraine	43	12/09	Presa mais vezes; 31 anos; Tem dois filhos menores;	"E os menino estão indo pra escola direito?"	Pesquisadora	P2	Lorraine	27 38"	O motivo do atendimento; A motivação da prisão anterior; A motivação da prisão recente; O contexto da prisão; A situação dos filhos; Moradia anterior à prisão - pai, mãe e filhos; Notícias dos filhos; Choro incontido; Preocupação da situação escolar dos filhos; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]] O alívio de ter uma notícia; É horrível não ter notícia dos filhos; Ter notícia é um "conforto" que a "gente tem"; A conversa ao telefone com a família; O feedback da ligação; O pedido de contato com a prima advogada negado pela psicóloga; "A gente tem atendimento de quinze em quinze dias?" Dúvidas do processo;	
Perla	44	12/09	19 anos; tentativa de homicídio; filho de 8 meses; adicta confessa do crack;	"Cadeia não é lugar de Deus".	Pesquisadora	P2	Perla	26 35"	Apresentação da pesquisadora; O motivo do atendimento; O contexto do crime; - "O corre era a prostituição e no dia eu fiz R\$ 16,00"; A dependência da droga; Pedido de notícias do filho e da família; O pedido pela ligação pela família; Ausência de dados para contato com a família por carta; [[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]	<i>"Preciso conversar porque estou com psicológico abalado porque tenho um bebê de 8 meses estou preocupada com a minha família porque eles ainda não tem notícias minhas".</i>

									<p>"Cadeia não é lugar de Deus";</p> <p>A frustração do não contato com a família - telefone não atendeu;</p>	
Valéria	45	20/09	41 anos; Presa há 5 meses; Art. 157; Não recebe visita; Usuária de crack;	"Aqui, tá me esperando, né" [[frase dita ao namorado em contato telefônico]]	Pesquisadora	P1	Valéria	16 21 "	<p>Apresentação da pesquisadora;</p> <p>Pergunta pelo atendimento - "Hoje vai dar pra ligar"?</p> <p>Sobre o processo;</p> <p>Documentos pessoais;</p> <p>Tentativa de contato com o namorado;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>"O trabalho eu consegui pelo fale comigo";</p> <p>"O fale comigo é importante porque ele resume todos os atendimentos que a gente precisa".</p>	
Joana	46	20/09	23 anos; Art. 121 e 129 - Terceira prisão - Ameaça, lesão corporal e tentativa de homicídio;	"Até que na bíblia diz né, temos que respeitar o pai e a mãe, mas os pais também não têm que dar motivos para os filhos se revoltarem contra eles".	Pesquisadora	P1	Joana	49 59 "	<p>Motivo do atendimento;</p> <p>Apresentação da pesquisadora;</p> <p>Situação de moradia antes da prisão;</p> <p>Parentescos;</p> <p>Situação profissional antes da prisão;</p> <p>Interesses nos estudos</p> <p>Motivo das prisões anteriores;</p> <p>O crime;</p> <p>A situação do processo;</p> <p>A situação da prisão em seguro pelos crimes ter sido cometida contra a mãe;</p> <p>A dependência química da mãe;</p> <p>A relação com a mãe;</p> <p>O alcoolismo;</p> <p>O tratamento no Cersan;</p> <p>A situação da mente - visões e vozes desde criança;</p> <p>As vozes e visões na prisão;</p> <p>A medicação já tomada para as variações de humor, ansiolíticos e depressão;</p> <p>A agressão à mãe;</p> <p>O álcool acelerava a escuta de vozes;</p> <p>As vozes não eram de comando;</p> <p>As motivações das vozes são espirituais;</p> <p>A culpa e a alegação de não consciência ao cometer o crime;</p> <p>A relação com o pai - anarquista, usuário</p>	<p>"Preciso falar urgente obg Deus abençoe".</p>

									<p>de drogas, "muito louco", mas "adora o pai";</p> <p>As tentativas de terapia e a preferência pela terapia coletiva;</p> <p>As relações de amizade – poucos amigos "nunca gostei de ter muita gente";</p> <p>As relações interpessoais no trabalho – "as pessoas ficavam me olhando e cochichando, aí eu tirava satisfação";</p> <p>O contato com o defensor público;</p> <p>A diretiva da prisão com dignidade – o pedido de transferência para a PIEP;</p> <p>O pedido para não ir para a Jason para não ter contato com uma presa do seguro de lá, por questão de insegurança;</p> <p>A situação de insegurança na cadeia pelo crime cometido;</p> <p>O pedido de atendimento para a presa que compartilha cela no seguro;</p> <p>A ausência da família e a sensação de abandono;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>"Já sabia que existia o fale comigo, porque eu já tinha sido presa antes";</p> <p>Na outra unidade, o fale comigo também era aos domingos;</p> <p>"Acho essencial que tenha" – "para a pessoa ter os seus direitos de ser ouvida";</p> <p>"É pesado a pessoa se sentir abandonada".</p>	
Aura	47	20/09	44 anos; primeira prisão; Presa por causa de uma escuta - presa com a nora puerpéria de 4 dias; 5 filhos, sendo dois menores;	"Eu suporto qualquer coisa aqui, mas ele preso não"... [[frase dita ao saber da prisão do filho de 17 anos]]	Pesquisadora	P2	Aura	14"	<p>Motivo do atendimento;</p> <p>Apresentação da pesquisadora;</p> <p>O contexto da prisão;</p> <p>O nascimento do neto e a prisão da nora, por causa da escuta [[havia 20 dias que o neto havia nascido]];</p> <p>A informação da detenção do filho menor – choro incontido ao saber que o filho de 17 anos está detido;</p> <p>O contexto da escuta;</p> <p>Informação dos dados de contato com a família a ser repassado ao sócio-educativo;</p> <p>Relato do contato com a advogada;</p> <p>A situação carcerária da nora presa em</p>	Não enviou fale comigo;

									cela separada;	
Nayara	48	20/09	Presa pela segunda vez por mandato; Tráfico de drogas; 28 anos; sem filhos.	"Pra mim ficar bem aqui dentro eu tenho que saber se eles estão bem lá fora".	Pesquisadora	P2	Nayara	32 01 "	<p>Motivo do atendimento; Motivo da prisão; A situação do processo; A situação da mãe com a prisão; A situação de moradia antes da prisão; As experiências profissionais antes da prisão; O contexto da prisão; A agressão da polícia no momento da prisão; O contato com os pais;</p> <p>[[RESPOSTA SOBRE O QUE É O FALE CONOSCO]]</p> <p>"Não dá pra imaginar [...] ficar presa sem ter contato, notícia da minha família"; "Só de pensar que eu posso falar com a minha mãe, eu fico nervosa" Define o fale comigo "como humanidade"; "É a forma de um direitos humanos".</p> <p>Ligação para os pais.</p> <p>Choro ao falar com a mãe e com o irmão. A traição dos amigos que cobraram da família para depor a favor dela.</p>	

APÊNDICE II
GRADE DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DE CTC

NOME	N° GRAV .	DATA DO EVENTO (2018)	DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS	TÍTULO DA CONVERSA	PARTICIPANTES			TEMPO GRAVADO	ENQUADRES INTERATIVOS	TRANSCRIÇÃO DA CTC
França	48	10/09	25 anos; Primeira prisão; Sem filhos; Art. 33, 35 e 40 (porte ilegal de armas); Recebe visita da mãe, da namorada e das amigas;	"Eu não pensei que ia acontecer comigo	Pesquisadora	P2	França	31'46"	Apresentação da pesquisadora; O motivo da presa ser chamada; O que é a CTC; Levantamento dos dados sócio-demográficos; Vínculos afetivos; Histórico de traumas cerebrais ou traumas psicológicos; Histórico de tratamentos medicamentosos antidepressivos; Histórico de consumo de drogas; Motivação para o uso da droga; Sensação de uso da droga; Tempo de abdicção da droga; Motivo da prisão; Motivação para entrada no tráfico; O trabalho na cadeia; Sondagem sobre a vida acadêmica; Perspectivas de futuro; Vida profissional antes da prisão; Relação com o trabalho convencional e a adesão ao tráfico de drogas; Futuro acadêmico; A história do abandono do irmão; Choro; A mágoa do irmão; A moradia quando a liberdade vier; O arrependimento do crime; A saída para o banho de sol;	
Tereza		10/09	Primeira prisão; 30 anos; Recebe visita da mãe e do pai; Tentou entrar com droga no presídio;		Pesquisadora	P2	Tereza	25'02"	Apresentação da CTC; Apresentação da pesquisadora; Vínculos afetivos e parentais; Sondagem de algum trauma cerebral; Tratamento psiquiátrico; Medicamentos ansiolíticos; Uso de drogas;	

									<p>Motivação para o uso da droga; Motivação para interrupção do uso da droga – a overdose; A motivação para o crime; O desemprego; Experiências profissionais; Perspectivas de futuro; O trabalho na cadeia; A vida acadêmica; Contatos de instituições para apoio na liberdade; Agradecimento pela escuta.</p>
Raíssa	49	10/09	20 anos; primeira prisão; presa há quase dois anos; Sem filhos;		Pesquisadora	P2	Raíssa	05'19"	<p>Apresentação sobre o que é a CTC; Vínculos afetivos e parentais;</p>
Clara	50	10/09	37anos; Tem uma filha de 8 anos; Superior incompleto; Professora de dança; Enquadrada no artigo 121 (Acusada de ser cúmplice no assassinato da amante do marido); Presa há seis meses.	"Eu tinha confiança nele".	Pesquisadora	P2	Clara	38'	<p>Apresentação da interação; Vínculos afetivos e parentais extramuros do cárcere; O motivo da prisão; A audiência e o contato com o marido; A vida antes da prisão; Os planos para o futuro.</p>
Rebeca	51	20/09	Presa por tráfico; 4 filhos; Recebe visita da ex-sogra; 31 anos;	" Eu vejo que quem tá sofrendo com isso é os meus filhos".	Pesquisadora	P1	Alice	37'20"	<p>Apresentação da interação; Apresentação da pesquisadora; Apresentação da CTC; A situação de moradia antes da prisão; A situação do filhos de tutela dos filhos; A situação genitora dos filhos – pais diferentes; Os parentescos; A morte do pai; Relacionamento com os irmãos; Situação do processo; O uso da droga – cocaína; Os trabalhos com programas sexuais e outros vínculos de trabalho; A motivação para entrar para a vida de</p>

									<p> programa; A iniciação nas drogas; O uso do cigarro; A motivação para o uso das drogas; O relato do primeiro relacionamento e o início do uso das drogas; O fim do relacionamento; As idas e vindas de uso da droga; Os estudos; O contexto da prisão; A chegada à prisão; O uso de medicamentos antidepressivos na cadeia; A decisão da não visita dos filhos na prisão; Os planos para a vida fora da cadeia; Traumas na cabeça e desmaios; As circunstâncias da morte do pai; </p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

APÊNDICE III

Sistema de símbolos para transcrição baseado em Marcuschi (2003)

CONTEXTO DE FALA	SINAL	EXPLICAÇÃO
FALA SIMULTÂNEA	[[Turno iniciado simultaneamente por dois falantes.
SOBREPOSIÇÃO DE VOZES	[Concomitância de vozes no decorrer do turno, marca-se o local do início da sobreposição com o sinal.
PAUSAS E SILÊNCIOS	(+) (2.5)	As pausas pequenas de até (0,5) segundo são marcadas pelo sinal de mais, aquelas superiores a (1.5) segundos, contabiliza-se e marca-se o tempo na transcrição. Ex. (1.5), (1.8).
DÚVIDAS E SUPOSIÇÕES	()	Partes da fala não compreendidas – indicá-las com a expressão “incompreensível” ou escrever o que se supõe ter ouvido”.
TRUNCAMENTOS BRUSCOS	/	“Quando um falante corta uma unidade, pode-se marcar com uma barra”, além de ocorrer quando um falante é cortado bruscamente pelo parceiro.
ÊNFASE OU ACENTO FORTE	MAIÚSCULA	Marcação de uma sílaba ou palavra pronunciada com ênfase “mais forte que o habitual”.
ALONGAMENTO DE VOGAL	:	O sinal pode ser repetido para simbolizar a duração do alongamento.
COMENTÁRIOS DO ANALISTA	(())	Pode ser colocado entre um turno e outro para se comentar algo que ocorreu durante a interação descrita.
SILABAÇÃO	- - - - -	Palavra pronunciada silabicamente.
SINAIS DE ENTONAÇÃO	“	Aspas duplas “para uma subida rápida” (como a interrogação).
	`	Aspas simples “para uma subida leve”.
	,	Aspas simples abaixo da linha – “para uma descida leve ou brusca”.
REPETIÇÕES	Ca Ca Ca cada um	“Reduplicação de letra ou sílaba”.
PAUSA PREENCHIDA	eh, oh, ah, ih	“Usa-se reproduções de sons”.
INDICAÇÃO DE TRANSCRIÇÃO PARCIAL OU DE ELIMINAÇÃO	/.../	“Reticências entre duas barras indicam um corte na reprodução de alguém”.

